

---

# O TERRITÓRIO DO COMUM EM PRÁTICAS URBANAS INSURGENTES

*TIAGO BALEM*

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL PROPUR/UFRGS  
PORTO ALEGRE, NOVEMBRO DE 2021

### CIP - Catalogação na Publicação

Balem, Tiago  
O território do comum em práticas urbanas  
insurgentes / Tiago Balem. -- 2021.  
299 f.  
Orientador: Paulo Edison Belo Reyes.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de  
Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto  
Alegre, BR-RS, 2021.

1. Planejamento urbano contra-hegemônico. 2.  
Participação popular. 3. Política. 4. Práticas urbanas  
insurgentes. 5. Comum urbano. I. Reyes, Paulo Edison  
Belo, orient. II. Título.

O TERRITÓRIO DO COMUM EM  
PRÁTICAS URBANAS INSURGENTES

Tiago Balem

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS) como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Linha de Pesquisa: Cidade, Cultura e Política.

Orientador Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes.

TIAGO BALEM

O TERRITÓRIO DO COMUM EM PRÁTICAS URBANAS INSURGENTES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS) como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Banca Examinadora

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Cibele Vieira Figueira (Examinadora Externa da PUCRS)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Geisa Bugs (Examinadora Externa do PPG em Gestão Urbana/PUCPR)

---

Prof. Dr. Paulo Horn Regal (Examinadora Externo da PUCRS)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Wrana Maria Panizzi (Examinadora Interna do PROPUR/UFRGS)



Dedico este trabalho aos meus queridos pais que tanto me incentivaram a realizá-lo,  
Nair Maria Balem  
Edezio Balem (*in memoriam*)

## AGRADECIMENTOS

Meu sinceros e afetuosos agradecimentos às pessoas fundamentais neste meu processo de formação:

Ao querido Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes, por me incentivar e orientar com generosa e paciente atenção. Agradeço a oportunidade dessa orientação, a leitura, os apontamentos sempre precisos e por dividir comigo sabedoria de forma tão sensível. Esta pesquisa também é fruto da minha admiração a esse professor exemplar.

Aos professores Prof. Dra. Cibele Vieira Figueira, Prof. Dra. Geisa Bugs, Prof. Dr. Paulo Horn Regal, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Wrana Maria Panizzi, por aceitarem o convite para o exame desta tese e pelas importantes contribuições durante a banca de defesa.

Aos professores, coordenadores, secretárias e colegas do PROPUR/UFRGS. Muito obrigado por compartilharem conhecimentos e informações de forma sempre acessível.

Aos colegas e amigos do POIESE – Laboratório de Política e Estética Urbanas. Aprender e construir conhecimento com vocês é uma oportunidade auspiciosa. Muito obrigado.

Aos colegas, estudantes e amigos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Feevale, agradeço pelo apoio constante durante esses anos.

À estimada amiga, Jaqueline, por me apoiar e auxiliar em momentos importantes desse processo.

Ao caríssimo amigo e colega Tuti, por me ouvir, comentar e dividir esse processo comigo sempre com gentileza e leveza.

À minha família, minha querida mãe, Nair, meu estimado pai, Edezio, meu amado irmão, Eduardo e adorável cunhada, Amanda, pelo incentivo, acolhimento, compreensão e afetos.

Ao querido Daniel, muito obrigado pelo apoio, leituras, comentários e revisões. A confiança e o amor foram fundamentais para realizar e concluir esta pesquisa.

“Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. (...) “Somente quando os oprimidos descobrem, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis”.

**Paulo Freire. “Pedagogia do Oprimido” (1968).**

## RESUMO

Esta pesquisa é fruto de um pensamento que investiga formas de atuação política e estética na cidade contemporânea, a partir de noções de Jacques Rancière. O objetivo é avaliar questões e conceitos que emergem de práticas urbanas insurgentes que utilizam-se do espaço urbano para produzir enunciados contra-hegemônicos. Procura-se examinar a contenção ou não do imaginário político que delas surge e quais são suas contribuições a teoria sobre participação popular no Planejamento Urbano. No capítulo I, a pesquisa busca articular, no âmbito do planejamento urbano, os pressupostos históricos que constituem o território discursivo para as contestações dos modelos de desenvolvimento urbano. Associa-se a esses padrões uma “ordem policial”, em que as práticas urbanísticas são utilizadas como instrumentos na distribuição dos lugares e funções das coletividades, materializando a configuração espacial dessas ocupações. No capítulo II procura-se debater atualizações teóricas sobre a participação popular, articulando atualizações às noções de esfera pública, movimentos sociais, ativismos urbanos, a partir da emergência das vozes dos “sem-parte”. No capítulo III procura-se discutir uma dimensão “política” para o planejamento urbano em direção a uma nova imaginação, examinando noções de insurgências, práticas espaciais e comum urbano. No capítulo IV debate-se a política a partir da apresentação de casos, dentro do período de tempo que abrange de 2010 a 2016, correlacionando acontecimentos em todo o mundo. Como toda dificuldade de ruptura, as que são investigadas neste capítulo não podem ser lidas apenas pelas categorias disponíveis antes dela, justamente porque este processo de ruptura também coloca essas categorias em suspeição. Propõe-se, portanto, que esses acontecimentos podem ser compreendidos como um desdobramento de um tempo político, como um modo embrionário de um devir outro, o do território do comum. Esta pesquisa elabora uma discussão sobre o conceito de território atribuindo a ele o sentido de um ato, e sobre a noção de comum a perspectiva de uma produção social. Esse debate fica evidenciado nos casos retratados nesta pesquisa exploratória, em que alguns grupos exoneraram a coerção do Estado, das instituições tradicionais ou da propriedade privada, e investem em um poder de gestão coletiva paralelo por meio da ação direta. A tese é que essas práticas urbanas insurgentes utilizam-se do espaço como um agenciamento de relações de contestação ao poder, não só pelo conflito entre segmentos da sociedade civil, e destes contra o Estado e o mercado, mas como forças contrárias que disputam também discursos sobre o urbano. A noção de território desses grupos atinge, assim, duas coordenadas: uma empírica, que produz movimentos sobre o mundo físico — intervenção espacial e contaminação afetiva nos participantes — e outra simbólica, que produz discursos a partir do espaço — os quais devem ultrapassar seus limites e furar os bloqueios da ordem policial. Ambas coordenadas partem de um devir acionado por conflitos, em que as práticas urbanas insurgentes visam a desterritorialização de discursos hegemônicos para, assim, produzir seus próprios territórios dissidentes.

**Palavras-chaves:** Planejamento Urbano — Participação Popular — Política — Práticas Urbanas Insurgentes — Comum Urbano — Insurgências — planejamento contra-hegemônico .

## ABSTRACT

This thesis is the result of an inquiry about forms of political and aesthetic action in the contemporary city, based on Jacques Rancière's notions. The objective is to evaluate questions and concepts that emerge from insurgent urban practices that use urban space to produce counter-hegemonic utterances, to examine the containment or not of the political imaginary that arises from them and what are the contributions to the theory of popular participation in urban planning. In Chapter I, the thesis seeks to articulate, in the context of urban planning, the historical assumptions that constitute the discursive territory for challenging urban development models. These patterns are associated with a "police order", in which urban practices are used as instruments in the distribution of collective's places and functions, materializing the spatial configuration of these occupations. Chapter II seeks to discuss theoretical updates on popular participation, articulating updates to the conceptions of the public sphere, social movements and urban activism from the emergence of the voices of the "withoutpart". Chapter III seeks a "political" dimension for urban planning towards a new imagination, ventilating notions of insurgencies, spatial practices and urban commons. Chapter IV discusses policy through presentation of cases from 2010 to 2016, correlating events around the world. Like all rupture difficulties, those that are investigated in this chapter cannot be read only by the categories available before it, precisely because this rupture process also puts these categories in suspicion. It is proposed, therefore, that these events can be understood as an unfolding of a political time, as an embryonic way of one becoming another: that of the territory of the common. This research elaborates a discussion about the concept of territory attributing to it the meaning of an act, and on the notion of common the perspective of a social production. This debate is evidenced in the cases portrayed in this exploratory search, in which some groups exonerated the coercion of the State, traditional institutions or private property, and invested in a parallel collective management power through direct action. The thesis is that these urban insurgent practices use space as an agency to oppose relations of power, not only by the conflict between segments of civil society, and of these against the State and the market, but as opposing forces that also dispute discourses about the urban. The notion of territory within these groups thus reaches two coordinates: an empirical one, which produces movements about the physical world — spatial intervention and affective contamination in the participants — and a symbolic one, which produces discourses from space — which must go beyond their limits and pierce the blockades of the police order. Both coordinates start from a conflict-triggered notion of becoming, in which insurgent urban practices aim the deterritorialization of hegemonic discourses to thus produce their own dissenting territories.

**Keywords:** Urban Planning — Popular Participation — Policy — Insurgent Urban Practices — Urban Commons — Insurgencies — counter-hegemonic planning.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Percurso metodológico geral desta pesquisa.....	34
Figura 02: Cruzamento entre a teoria e os casos levantados nesta pesquisa.....	36
Figura 03: Cartografia e Taxonomia dos casos e subdivisão em quatro grupos .....	37
Figura 04: Cruzamento das noções teóricas e os quatro grupos de práticas.....	38
Figura 05: Síntese dos procedimentos metodológicos e dos resultados .....	39
Figura 06: Montagem 1 .....	45
Figura 07: Montagem 2 .....	80
Figura 08: Montagem 3 .....	120
Figura 09: Montagem 4 .....	175
Figura 10: Montagem 5 .....	182
Figura 11: Montagem 6 .....	183
Figura 12: Montagem 7 .....	184
Figura 13: Montagem 8 .....	194
Figura 14: Montagem 8 .....	195
Figura 15: Montagem 10 .....	196
Figura 16: Montagem 11 .....	209
Figura 17: Montagem 12 .....	210
Figura 18: Montagem 13 .....	211
Figura 19: Montagem 14 .....	212
Figura 20: Montagem 15 .....	228
Figura 21: Montagem 16 .....	229
Figura 22: Montagem 17 .....	230
Figura 23: Quadro alterado de Staffans (2004) em que se insere o terceiro eixo – Participação Insurgente .....	275
Figura 24: Quadro síntese do conceitos que estruturam a noção de Território do Comum	276
Figura 25: Eixos do agenciamento do territorial .....	277
Figura 26: Quadro modificado de Souza (2010) localizando as práticas urbanas insurgentes .....	279

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
<b>1. A ORDEM POLICIAL NA CRISE DE REPRESENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO .....</b>	<b>44</b>
1.1. O urbanismo: uma ciência para o poder? .....	50
1.2. Cidade máquina: técnica e controle .....	59
1.3. Neoliberalismo urbano: a cidade leiloada .....	67
1.4. Participação popular no planejamento urbano: espaços convidados e atores consolidados .....	71
<b>2. A ESFERA PÚBLICA E A PARTE DOS SEM-PARTE .....</b>	<b>79</b>
2.1. Esfera pública: ainda sob um ideal seletivo.....	85
2.2. Esfera pública: a emergência de novos públicos .....	94
2.3. Movimentos sociais: ação política coletiva em movimento .....	106
2.4. Os ativismos urbanos: a questão da escala e dos ciclos de vida .....	113
<b>3. A LÓGICA POLÍTICA EM NOÇÕES DE INSURGÊNCIAS DOS CORPOS EM ALIANÇAS .....</b>	<b>118</b>
3.1. Território para as insurgências .....	125
3.2. Práticas espaciais insurgentes .....	134
3.3. Ação direta e alguns precedentes Insurgentes.....	142
3.4. Cidadania insurgente e a noção de agência .....	152
3.5. Planejamento insurgente e uma nova imaginação para o urbano.....	161
<b>4. O TERRITÓRIO DO COMUM EM PRÁTICAS URBANAS INSURGENTES .....</b>	<b>171</b>
4.1. Ocupação contra sistemas político e políticas macroeconômicas .....	181
Primavera Árabe – Oriente Médio – (2011).....	181
<i>Los Indignados</i> – Madri – (2011).....	183
A Geração Rasca – Lisboa – (2011).....	185
<i>Occupy Wall Street</i> – Nova Iorque – (2011) .....	188
4.2. Ocupação Contra Políticas Públicas.....	193
Movimento Passe-Livre – São Paulo – (2013) .....	195
Ocupação das Câmaras de Vereadores – Brasil – (2013).....	200
Primavera Secundarista – Brasil – (2015).....	201
Ocupação UFRGS – Porto Alegre – (2016) .....	203
Ocupa Minc – São Paulo – (2016) .....	204
4.3. Ocupação contra projetos urbanos e a privatização de espaços públicos .....	208
Ocupe Estelita – (2012) .....	211
Ocupe Parque Augusta – São Paulo – (2009).....	213
Ocupa Cais Mauá– Porto Alegre – (2013) .....	217
Ocupe Cocó – Fortaleza – (2013) Desocupa – Salvador – (2012).....	220
Ocupe Golfe – Jacarepaguá – (2014) .....	218
Movimento Baixo Centro – São Paulo – (2012) .....	219
<i>Occupy Parc Gezi</i> – Istambul (2011).....	221
4.4. Ocupação contracultural contra invisibilidade social em espaços públicos e coletivos.....	227
Praia da Estação – Belo Horizonte – (2012) .....	227
Largo Vivo – Porto Alegre – (2012) .....	232
Rolêzinhos – Brasil – (2013) .....	234
4.5. O Território do Comum .....	238
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>268</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>279</b>



## INTRODUÇÃO

Em 2011, o mundo inteiro passou a saber das manifestações que aconteciam diariamente na Praça Tahir, no Cairo, Egito, como parte do movimento insurgente iniciado na Líbia, com repercussão também na Síria e na Tunísia, ficando conhecido como Primavera Árabe. Como aspecto em comum, identifica-se o fato de tais ações concentrarem multidões no espaço público, levando países<sup>1</sup> do norte da África e parte do Oriente Médio a depor governos e ditaduras que duravam décadas. Esses levantes estimularam outros movimentos em 2011 em todo o globo, tomando proporções epidêmicas em uma sincronia cosmopolita viral. Na margem sul do Mediterrâneo, viu-se surgir uma sequência de ocupações espontâneas no espaço público, como, por exemplo, na Espanha, com Los Indignados na Praça Puerta Del Sol, em Portugal, com a Geração Rasca, e na Grécia, com a tomada da Praça Syntagma. Em Nova Iorque, ocorreu o Occupy Wall Street, no qual se formou uma legião em um acampamento no epicentro financeiro do planeta, tornando-se uma forma de protesto que espalhou-se em outras mil cidades no Estados Unidos, disseminando o termo occupy neste século. O protesto nessa cidade durou dias e manifestava a luta contra as desigualdades socioeconômicas potencializadas na crise econômica global de 2008, a partir do lema “somos 99%” das pessoas do planeta enquanto 1% concentra a maior parte da riqueza do mundo. À semelhança dessas propostas, surgiram, em seguida, centenas de ocupações em espaços públicos em mais de 90 países, formando um corpo político de indignados contra as misérias da vida (CASTELLS, 2013).

No Brasil, em 2013, assistiu-se às denominadas “Jornadas de Junho”, em 2013, movimento de protestos em diversas capitais do país originados em contraposição ao aumento da passagem de ônibus, que se disseminou em manifestações polissêmicas, por centenas de cidades brasileiras, em manifestações de explícito desagravo à participação política e contra os gastos excessivos para a preparação da Copa do Mundo de Futebol em 2014 (Maricato et al., 2013). Ainda em 2013, em dezembro, irromperam das periferias em

---

<sup>1</sup> Tunísia, Argélia, Jordânia, Egito, Iêmen, Omã, Sudão, Iraque, Kuwait, Líbia.



direção aos shopping-centers de público elitizados de São Paulo, os chamados "rolêzinhos". Trata-se de encontros marcados via internet, por jovens, com o objetivo de divertirem-se em espaços demarcados por controle social de classe e cor da pele. A reação imediata dos administradores desses estabelecimentos foi a tentativa, muitas vezes bem sucedida, de impedir o acesso desses jovens, estigmatizando-os. A contrarreação foi a multiplicação de atos deste tipo de manifestação por todo o país (PASTEUR E KOPPER, 2017).

Ainda no Brasil, em 2015, explode o movimento denominado Primavera Secundarista, organizado por estudantes que ocuparam cerca de 100 unidades de ensino do Estado de São Paulo durante 60 dias em resposta ao plano do governo de reorganização e fechamento de escolas dessa federação. Em 2016, as manifestações estudantis voltaram a ocorrer, dessa vez em âmbito nacional e atingindo por volta de 1000 escolas, em diversas cidades do país, onde jovens ocuparam os espaços escolares a fim de se posicionarem contrários à reforma pedagógica do ensino médio e à limitação dos investimentos públicos em educação (CLETO, 2016).

Esses acontecimentos somam-se às manifestações recentes de insatisfação popular no Brasil que, desde de 2013, têm relação com a falta de identificação com o sistema representativo, mas bastante focado em reivindicações em relação às cidades. Na última década, uma série de contestações espalham-se por diversas capitais. Algumas organizam-se em uma espécie de protesto em formato de festa, e outras, inspiradas nos movimento de ocupação, montam acampamentos em defesa de lugares e contra práticas de privatização de espaços e edifícios públicos, como, por exemplo, o Desocupa (2012), em Salvador, Ocupe Cocó (2013), em Fortaleza, Ocupe Estelita, em Recife (2014), Cais Mauá de Todos (2014), em Porto Alegre, Ocupe Golfe (2014) e Ocupa MinC (2016), ambos no Rio de Janeiro, Ocupe Parque Augusta (2015), em São Paulo e Praia da Estação em Belo Horizonte (2012) casos detalhados, por exemplo por Barbalho (2018); Nóbrega (2016); Marino, (2018); Rolnik, (2019); Flores e Oliveira (2016) entre diversos outros autores citados nesta pesquisa.

Essa série de ativismos emergiu no cenário mundial nesses últimos anos reaquecendo o debate entre diferentes áreas do conhecimento que investigam transformações na sociedade, estando, dentre elas, o planejamento urbano, campo em que esta pesquisa se insere. Destaca-se os estudos de Castells (2013) e Harvey (2014) como os mais notórios nessa questão. Em relação a alguns desses eventos recentes, Harvey (2014, p. 209) questiona-se se a cidade tem como impulso uma nova batalha para transformações efetivas no capitalismo ou se eles se referem somente a um desdobramento daquilo que seria a luta essencial, a dos trabalhadores. Para ele, “essas lutas são interpretadas como algo mais voltado para questões de reprodução do que de produção ou sobre direitos, soberania e cidadania e, portanto, não sobre classe” (ibidem, p. 217). Nesse sentido, Harvey (2014) relembra Lefebvre e os Situacionistas, teóricos que defendem a promoção de situações revolucionárias conectadas ao cotidiano, mais do que uma luta organizada via partidos, sindicatos e instituições. O autor aponta para a “união de corpos no espaço público” como um fato importante a ser valorizado neste período (HARVEY, 2012, p. 10). Por hora, é incontestável reconhecer que a cidade aparece como um locus substantivo para o desenvolvimento do lugar para articulação de novas formas de participação democrática, impondo novas formas de olhar para o planejamento das nossas cidades.

Todos os acontecimentos acima descritos são casos utilizados nesta pesquisa para debater o objetivo desta investigação: estudar formas de atuação política e estética na cidade contemporânea e suas possíveis contribuições à teoria da participação popular no campo disciplinar do planejamento urbano e regional. Tradicionalmente a pesquisa com foco na participação popular no planejamento urbano se dedica a discutir como o Estado organiza espaços em que sociedade é convidada a participar de decisões sobre o futuro de determinado plano, projeto urbano e orçamento municipal, ou ainda na coleta de informações/opiniões das comunidades onde há planejamento participativo. Outro enfoque das investigações se dedica a compreender movimentos em que setores mais ou menos organizados autopromovem a participação popular ou mobilizam o poder público a envolver a sociedade nos destinos da cidade em espaços de participação institucionais (POZZOBON, 2008; OLIVEIRA FILHO, 2009; SOUZA, 2010; BUGS, 2019).

Esta pesquisa propõe um terceiro eixo de investigação e teorização da participação no planejamento urbano, este sob a perspectiva das insurgências urbanas, aqui denominadas de práticas urbanas insurgentes. Práticas urbanas insurgentes são práticas sociais de resistência e luta para conter o avanço de processos de precarização da vida, associados nos processos urbanos à privatização de espaços e serviços, manejados pelo advento da dominação do capital sobre o Estado ou a ele combinado. A noção proposta de práticas urbanas insurgentes se referem, portanto, às táticas de apropriação do espaço com o objetivo de exercer um contra-poder a uma dada situação de dominação, combatidas por meio de ação direta. As insurgências, atreladas aos processos de urbanização, são o tema deste estudo, propostas aqui como uma categoria de análise sobre a participação popular no planejamento urbano em que se busca por meio delas uma fonte para a investigação teórica a seguir.

No contexto global a temática das “Cidades Rebeldes” e “Redes de Indignação e Esperança que ganha relevo em estudos de Harvey (2014) e Castells (2013), respectivamente, é retomada como um problema de pesquisa em planejamento urbano nos estudos de pesquisadores como Villaça (2005); Randolph (2007; 2008; 2014); Miraftab (2009; 2016); Souza (2010), Friedmann (2011); (Holston, 2013; 2016); Vainer (2016); Jacques et al. (2019). Conjectura-se nesta pesquisa que onde a democracia está sob pressão e reina a desigualdade de acesso a deliberação, modelos participativos comumente chamados de “alternativos” são desenvolvidos. Por isso, a problemática desta pesquisa debate como a crise da democracia representativa tem afetado as cidades e o planejamento urbano. Se, durante a hegemonia racionalista do planejamento urbano, em que o poder de decisão esteve fortemente centrado no Estado, limitou-se, em grande medida, a participação cidadã a um imperativo na elaboração de políticas públicas em diversas municipalidades em torno do mundo, esta, todavia, não alterou significativamente o poder de decisão em relação à cidade (SOUZA, 2010).

Segundo Villaça (2005), nos últimos anos, vem ocorrendo uma ampliação gradual dos meios de participação e um aumento da consciência do papel da sociedade como agente do processo de promoção de planejamento urbano. Esse processo de ampliação democrática

está prevista no Estatuto da Cidade, que explicita a diretriz geral do planejamento participativo de forma ampla, no seu artigo 2º, II, determinando “a participação da população e de associações representativas da comunidade, na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos urbanísticos” (ESTATUTO DA CIDADE, 2008).

As possibilidades da população participar no planejamento urbano podem se constituir por meio de instrumentos, como por exemplo, o plano diretor participativo, orçamento participativo, assembleias, conselhos de deliberações e coleta digital ou manual de dados e opiniões sobre projetos e planejamento urbano (SOUZA, 2010; BUGS, 2019). Contudo, segundo Villaça (2005), o debate sobre a cidade é restrito a uma parcela pequena da população, que não é suficientemente representativa, pois não é diversa, tampouco o desenho das ferramentas de participação são sempre acessíveis.

Corroborando com essas afirmações, para Miraftab (2009) a institucionalização da participação no planejamento urbano, ao se inserir no contexto hegemônico do neoliberalismo, não tem necessariamente significado uma produção do espaço mais democrático. Ao contrário, a participação em “espaços convidados”, criados pelo Estado capitalista, tem servido como um instrumento de “pacificação” dos conflitos e de cooptação instrumental de movimentos e ativismos urbanos. A autora distingue os espaços de participação em dois: os “espaços convidados” — formas escolhidas de ação dos cidadãos e de suas organizações, validadas pelos grupos dominantes; e os “espaços inventados” — espaços que a sociedade civil forja a participação, mas que o Estado, as corporações e a mídia dominante tendem a criminalizar. Tanto os “espaços convidados” como os “inventados” encontram-se em uma relação dialética, de interação mútua e não-binária, de tal forma que as práticas dos ativistas têm de se mover entre espaços convidados, de acordo com as necessidades específicas de cada luta. A autora observa que, considerando os riscos que a participação institucional representa em termos de cooptação de movimentos e ativismos urbanos, deve-se observar a não aceitação e fixação de modelos binários, pois o que hoje representa uma alternativa, amanhã pode ter sua força despolitizada pela

repressão e pela capacidade de amortização dos meios dominantes.

Em vez de lamentar a erosão do domínio público e da crise de representação do planejamento urbano, este estudo busca indagar sobre possibilidades de imaginação para o fortalecimento da esfera pública imediatamente ligada ao urbano, em apoio a uma sociedade mais justa, democrática, inclusiva, heterogênea e fluida. As passagens anarquistas ou autogovernadas sobre a cidade que aparecem nesta pesquisa, surgem quando a legitimidade de um sistema ou das suas leis é colocada em questão. Enquanto ainda não há nenhum outro modelo democrático para substituir o atual, as práticas urbanas insurgentes se apresentam como um ensaio e um devir de participação popular no planejamento urbano e nesta pesquisa são consideradas um eixo tangencial aos demais.

A popularização de métodos de ações coletivas, capitaneadas por coletivos urbanos e movimentos autogestionados, impulsionam a discussão que segue. A participação como tema tornou-se dimensão intransponível para a história do pensamento urbanístico. Segundo Jacques et al. (2019), a participação, de perspectiva marginal, alternativa ou experimental, passou à dimensão institucionalizada, instrumentalizada e normatizada, a ponto de tornar-se mesmo um dispositivo recorrente nas práticas políticas e urbanísticas na passagem deste século. Recentemente, as práticas acima mencionadas por este estudo reenergizam e dão novo fôlego ao debate sobre a temática.

A partir desse conjunto de casos descritos anteriormente configuram-se os contornos da tipologia de participação por insurgências sugeridas nesta pesquisa. Essas formas de ação no urbano denominadas aqui de práticas urbanas insurgentes são modos que tem encorajado o público em ações que renunciam ao habitual papel de passividade frente aos meios de participar da gestão, planejamento e projetos urbanos de bens comuns. Pelo fato de as práticas urbanas insurgentes ainda serem controversas para uma historiografia no âmbito do urbanismo, esta investigação situa-se em busca de proximidades e adensamentos dentro da temática da participação popular no planejamento urbano, a fim de entrar no debate também por outras perspectivas.

Sabe-se que esses movimentos insurgentes que irromperam no século XXI, atingem a cidade em si, em todo o mundo. As rebeliões que ocupam espaços urbanos, preenchendo-os com formas de contestação e configurando assembleias como prática de disputa, são diferentes daqueles do passado, que ocupavam fábricas e sedes do Estado. Assim, os atos que marcam esse início de século têm experimentado um novo tipo de movimento social urbano, em que espaços urbanos tornam-se elementos protagonistas de lutas contestatórias, transformando-se em territórios de produção de enunciados contra-hegemônicos, inclusive contra aqueles proferidos por processos de urbanização.

O problema de pesquisa até aqui postulado remete às questões que nortearão a tese aqui desenvolvida. O que se pode aprender com esses atos de resistência cotidiana e não tão cotidiana para o campo disciplinar do planejamento urbano e regional? O que eles revelam sobre as limitações e possibilidades do domínio público nas cidades no âmbito da participação popular? Como essas instâncias de insurgências desafiam o entendimento e a criação convencionais de espaços públicos? Como esses espaços e atividades estão redefinindo e expandindo papéis, funções e significados da esfera pública na produção do espaço? Elas têm capacidade de preservar valores democráticos para a manutenção da esfera pública? Podem esses processos tornarem os cidadãos mais ativos após a organização dos engajamentos? Pode-se falar em um movimento de movimentos de ativismos urbanos? Nessa direção, a pesquisa formula a seguinte questão geral da investigação: à luz de uma crescente cultura da participação, estar-se-ia ultrapassando os discursos teóricos para uma abordagem prática cidadã?

Esta pesquisa mobiliza repertório teórico, na esteira de Lefebvre, Castells e Harvey, para argumentar sobre a inter-relação entre o espaço material e a praxis por meio de processos contestatórios, contra-hegemônicos, em que o espaço serve como veículo social e político para romper como os limites da temática da participação popular sob o eixo ora inquirido. Portanto, esta pesquisa defende a tese que as práticas urbanas insurgentes articulam novas identidades de cidadania e novos espaços de participação cívica no desenvolvimento da cidade, por meio da construção de lugares provisórios de



experimentação democrática, ação que eclode quando quase todos os outros espaços de participação demonstraram-se esgotados e/ou ineficientes.

Para pensar esta tese são abordadas noções teóricas no campo da filosofia política, que, em comunhão com os teóricos já consagrados na área, Lefebvre, Castells, Harvey e com as análises das práticas utilizadas para o debate, suportam as reflexões desta pesquisa. Portanto, a base teórica desta pesquisa é descrita aqui como seus pressupostos filosóficos, tomados como orientadores e vetores conceituais para esta investigação. Tais pressupostos são:

1. A partir de Jacques Rancière, pensa-se a produção de práticas urbanas insurgentes como um ato de “política”, ou seja, um gesto que desestabiliza o sistema que “partilha” a comunidade em partes – , uma composta por quem têm o direito de participar no planejamento urbano e outra que não têm, pois foi separada em um ordenamento pela “ordem policial”.
2. A partir de Hannah Arendt, pensa-se as práticas urbanas insurgentes como um ato de “agir político” na “esfera pública”, ou seja, configuração de uma “arena” para discussão pública sobre a coisa pública e expressão de “liberdade” “pluralidade” e “testemunho”.
3. A partir de Jürgen Habermas, reflete-se sobre as práticas urbanas insurgentes como uma forma de “esfera pública” do sistema de participação popular no planejamento urbano, ou seja, pensá-las como “estrutura intermediária”, uma “caixa de ressonância”, uma “estrutura comunicativa”.
4. A partir de Judith Butler, entende-se o ato de política como uma “performatividade”, ou seja, participar nas assembleias das ruas é uma forma de exercitar um direito plural e “performativo” de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio campo político.
5. A partir de Henry Lefebvre, pensa-se as práticas urbanas insurgentes como uma forma de “direito à cidade”, em que elas “apropriam-se” do espaço urbano e reinstalam nos bens comuns urbanos o valor de uso dos lugares, revertendo as

imposições mercadológicas que impõe a quase tudo as exigências do valor de troca.

6. A partir de Gilles Deleuze e Félix Guattari, pensa-se o “território” para as práticas urbanas insurgentes como um ato, ou seja, o território não é um objeto ou um espaço geométrico, mas um meio construído por partes ou interesses que se anexam e se desprendem conforme “desejos” e “agenciamentos”, neste caso para “desterritorializar” discursos hegemônicos e “reterritorializar” contra-discursos nos espaços ocupados.

Os pressupostos filosóficos acima são aprofundados no decorrer deste estudo. A seguir são apresentados de forma particularizada a fim de demonstrar suas relações com o problema de pesquisa.

Rancière (2018) pondera que “a falsa continuidade do útil ao justo vem denunciar a falsa evidencia da oposição tão incisiva que separa os homens dotados de logos dos animais limitados unicamente ao instrumento da voz (phoné) [...]” (RANCIÈRE, 2018, p. 35). A partir de Rancière, problematiza-se que, antes do equilíbrio entre forças na sociedade, deve-se reconhecer que existe uma divisão entre aqueles que têm o poder da fala e os que não têm direito de se expressar, pois sua fala não é compreendida, sendo apenas “manifestação de dor e prazer”. Essa visão permite sinalizar o parcelamento sobre aqueles que têm direito de reivindicar enquanto outros grupos sociais têm seus direitos cancelados a priori.

A “política”, na acepção do filósofo, existe na medida em que o logos não é apenas palavra, mas também a contagem realizada sob a parcela dos “dotados de domínio da palavra” e os “sem-parte” ou os “incontados”. Essa contingência de toda ordem social evidencia a “comunidade política como antagonismo de partes da comunidade que não são verdadeiras partes do corpo social”, mas de “seres sem nome, privados de logos, quer dizer, de inscrição simbólica na cidade” (RANCIÈRE, 2018, p. 35; p.37). Ocorre, portanto, que, no interior da política, existe sempre um dano que é duplo, que se apresenta no conflito constitucional em torno da relação entre a capacidade do ser falante sem propriedade e a



própria capacidade de política. Neste sentido, as práticas urbanas insurgentes denunciam esse duplo, ou seja, tanto a contingência da separação que impede ou dificulta a participação de camadas da sociedade, como o que elas denunciam propriamente em seus atos. Por exemplo, a ocupação e proposição do Parque Augusta em São Paulo: embora os ativistas tenham tentado em vão, desde 2009, via meios institucionais de participação deliberar sobre o destino da área propondo a criação de um parque, somente a partir de 2013 com o "Ocupe Parque Augusta" quando os ativistas acamparam no lote (ilegalmente fechado pelas construtoras) o processo tomou outra ordem de sentido e resolução técnica, via decisões de planejamento urbano. O que a política das insurgências faz é intervir para garantir a manutenção da igualdade entre todos, sobejando o parcelamento imposto pela ordem que separa.

Justamente essa "condição humana" de "igualdade e pluralidade" é o que Hannah Arendt procura valorizar por meio da noção de "esfera pública" – uma espécie de universo simbólico do comum no espaço público, que "reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer" (1981, p. 62). A partir de elementos da sociedade grega antiga a autora reflete sobre a passagem do debate do interior do lar para a esfera pública, ou seja, a transferência da noção de deliberação eminentemente privadas para o seio do espaço público e, neste caso sobre assuntos relacionados a vida em sociedade. A esfera pública, com efeito, é o lugar por excelência onde o "agir político" pode ser exercido. Tal espaço estabelece a arena em que todo o processo deliberativo de discussão coletiva e intercâmbio de ideias a respeito da coisa pública deve ser desenvolvido, e é nesse espaço (não necessariamente um lugar específico) em que a liberdade e a pluralidade humana, decorrentes da participação nessa dinâmica do "agir político", podem ser testemunhadas e experimentadas, pois "dada a tendência intrínseca de revelar o agente junto com o ato, a ação requer, para sua plena manifestação, a luz intensa que outrora tinha o nome de glória e que só é possível na esfera pública" (ARENDR, 1981, p. 193).

Essas condições humanas da liberdade e da pluralidade, que só podem ser praticadas no espaço público, permitem que cada indivíduo possa fazer parte no mundo por meio do seu agir político, exercendo suas capacidades de fazer algo diferente e novo. Esse aspecto é o elemento central no pensamento da autora, o qual esta pesquisa se apropria, pois é o que distingue de forma mais contundente da política das outras esferas da vida, ou seja, a manifestação que confere a cada um a autonomia, independência e dignidade em relação a todas as demais instâncias. Para Hannah Arendt, na esfera pública tudo pode ser visto e ouvido por todos, portanto, é ela uma garantia de realidade através da presença dos outros. Contudo, porque poucas coisas suportam a enorme força da presença dos outros, nela só é tolerado o que é digno de ser visto e ouvido, assim, passível de ser compartilhado entre indivíduos publicamente. A esfera pública assume, portanto, relevância fundamental na composição de uma realidade mais abrangente e plural, pois nessa arena, todos veem e ouvem de perspectivas diferentes, oferecendo uma existência mais complexa e diversa a todo objeto que vem à luz da mesma. É esse aspecto que assegura também a liberdade humana e a singularidade individual, já que cada pessoa no espaço público pode manifestar visões próprias a respeito de um mesmo assunto, proporcionando uma sociabilidade com capacidade de entendimento mútuo. Como será demonstrado por meio dos casos desta pesquisa, essa vivência de sociabilidade e deliberação foi praticada nas assembleias públicas dos movimentos de ocupação, por exemplo, no Occupy Wall Street, Los Indignados e os acontecimentos na Praça Tahrir, no Cairo, casos que fazem refletir sobre outras possibilidades de participação, fora dos meios tradicionais.

A partir de Habermas (2014), utiliza-se a noção de “esfera pública” para quem trata-se do debate racional dos interesses comuns entre os indivíduos de uma sociedade, a fim de estimular valores e pressionar o Estado. Enquanto Arendt buscou na Grécia antiga, Habermas estudou o tema no surgimento de uma nova classe social, denominando-a de “esfera pública burguesa”. Após revisão em sua obra original, ele afirma que a esfera pública continua constituindo-se, mesmo sem a idealização inicial proposta, como um fenômeno social elementar para descrever a ordem social, do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade. Nessa nova conceituação ele ainda a entende como uma “antena da

opinião pública” e, por isso, é peça fundamental para o debate democrático sobre os desejos coletivos, e uma intercessão necessária entre a sociedade civil, o Estado e o sistema político. Habermas (2020) retoma posteriormente o conceito de esfera pública para pensá-la como “estrutura intermediária” que faz a mediação entre o Estado e o sistema<sup>2</sup> e os setores privados do mundo da vida<sup>3</sup> (HABERMAS, 2020, p. 432). Para ele, pode ser compreendida como uma rede em que os fluxos comunicativos são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas conectadas a temas específicos, constituindo-se em uma “caixa de ressonância” uma “estrutura comunicativa” para a sociedade pressionar o Estado fora do sistema político tradicional (HABERMAS, 2020, p. 419). Para o filósofo “a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana” (HABERMAS, 2020, p.435). Todavia, o autor adverte que a esfera pública não se especializa em nenhuma direção, portanto, quando alcança questões politicamente relevantes, ela deixa ao cargo do sistema político a elaboração especializada e não deve ser institucionalizada.

Neste sentido, pensar a esfera pública para a participação popular ao modo das práticas urbanas insurgentes, tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo, não com as funções nem com os conteúdos da comunicação cotidiana, mas como uma estrutura comunicativa do agir orientado para o enfrentamento e não ao entendimento, como sugere o autor. A perspectiva de Habermas é significativamente relevante nesta pesquisa, pois é utilizada para pensar os desvios do caráter participativo que as insurgências sugerem. Neste sentido, outros autores ajudaram a complementar esse debate, aportando outras categorias de análise e públicos que amparam a proposição desta pesquisa, como por exemplo, a inclusão dos *subaltern counterpublics* (FRASER, 1990; 2002) e *new publics* (COHEN; ARATO 1992).

---

<sup>2</sup> Sistema são as instituições voltadas ao paradigma da produção, em que a ação dos indivíduos é sempre estratégica e voltada ao sucesso individual.

<sup>3</sup> Mundo da vida é momento da comunicação humana, em que a ação comunicativa entre os homens permite a eles harmonizar seus interesses e estabelecer o que ele chamou de “consenso”.

A partir de Judith Butler, esta pesquisa pensa as práticas urbanas insurgentes como uma “performatividade” política que coloca a presença do corpo como uma forma de participação democrática nas ruas. A autora afirma que, quando corpos se juntam no espaço público “eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio campo político [...]” (BUTLER, 2019, p. 17). Para a autora, quando as ordens políticas consideradas democráticas são colocadas em crise por um coletivo em assembleia, a vontade popular representada no povo reunido nas ruas, passa a expressar a expectativa de uma democracia mais real e potente, dando início a um duelo sobre o significado de democracia, ação essa que nem sempre assume a forma de uma deliberação. Com isso, ela não está questionando quais assembleias populares são “verdadeiramente” democráticas e quais não são, mas apontando que a luta pela democracia caracteriza-se de maneira ativa em várias situações políticas.

Essa acepção equivale ao debate proposto por esta pesquisa, quando questiona o lugar das práticas urbanas insurgentes na teoria sobre participação popular no planejamento urbano. Assim como questiona a filósofa, embora a democracia implique determinação do poder, não se pode concluir que qualquer grupo que se autodetermina representativo possa reivindicar corretamente ser “o povo”. Nem todo esforço discursivo para estabelecer quem é “o povo” funciona, pois a definição muitas vezes é uma aposta, uma tentativa de hegemonia. Portanto, quando um grupo, uma assembleia ou uma coletividade organizada se autodenomina “o povo”, maneja o discurso de uma determinada maneira, fazendo conjecturas sobre quem está incluído e quem não está e, assim, involuntariamente se refere a uma população que não necessariamente é “o povo” (BUTLER, 2019, p. 19).

A assembleia das ruas, portanto, desempenha o papel de uma forma provisória e plural de coexistência que constitui uma alternativa ética e social distinta da “responsabilização” aos outros decorrente do modelo representativo (BUTLER, 2019, p. 20). O comparecimento, o movimento, o discurso e o silêncio são todos aspectos de um tipo de assembleia de rua, uma forma imprevista de performatividade política que coloca a vida vivida no primeiro plano da política, pois “corpos são o objeto de muitas das manifestações

que tomam a condição precária como sua condição estimulante” (ibidem, p. 14). É esse “caráter corpóreo” da forma de participação que interessa e se opera nesta pesquisa a partir dessa filósofa.

A partir de Lefebvre (2001) esta pesquisa entende a participação em termos de “reciprocidade de ação” ou “ação recíproca”, isto é, aquela que traz efeitos tanto para os sujeitos da ação quanto para o objeto produzido – neste caso o espaço urbano. Lefebvre (2001, p. 132) menciona a necessidade de uma “centralidade lúdica”, um espaço provido de magnetismo, que obviamente não substituiria as outras centralidades, mas que fosse o marco da sociedade urbana feita de encontros criativos, de atividades participativas, em suma, de vida social densa e vibrante relacionada com ação das pessoas. São os coletivos urbanos que atualmente disseminam massivamente o termo “direito à cidade”, elaborado por Lefebvre (2001) na década de 1960, assim como a noção de “apropriação”. Esses conceitos são interpretados atualmente pelos ativistas urbanos como uma senha para as ocupações de espaços urbanos, por meio, por exemplo, de festas de rua, danças de rua, sessões de cinema ao ar livre, shows de música, rodas de poesia na calçada e mostras de arte em lugares fora dos circuitos, também como modo de protesto em oposição às intervenções urbanas institucionais. Ou seja, a ideia do lúdico como forma de uso da cidade é a senha para a “apropriação” urbana e como manifestação do “direito à cidade” e expressão da participação popular no urbano, uma participação que por meio da festa manifesta um desagravo a processos de urbanização.

Apropriar-se de um espaço é, portanto, também fazer frente aos constrangimentos, ou seja, estabelecer, no espaço, um conflito agudo entre o constrangimento da dominação (representada na propriedade privada, privatização do espaço público, na precarização dos serviços urbanos), instaurando outro (representada pela ocupação das práticas urbanas insurgentes) no qual atuam as forças de apropriação para transformar o espaço e as relações sociais nele. Lefebvre (2006) define três momentos na produção social do espaço: o espaço concebido, o espaço vivido e o espaço percebido. Pensar o espaço social configurado por meio da participação ativa dos cidadão efetiva-se, portanto, como uma expressão concreta

do espaço vivido, constituído pela apropriação e corporeidade das ações humanas sobre o objeto. Dessa forma, utiliza-se essa noção de espaço social para pensar as práticas urbanas insurgentes como um campo de possibilidades de construção de um espaço diferencial, que se opõe ao homogêneo (concebido e utilizado para trocas) e contempla o espaço de uso, ou seja, “o urbano se torna o que sempre foi: lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível” (LEFEBVRE, 2001, pp. 84).

Por fim, a partir da noção de território pautada por Gilles Deleuze e Félix Guattari, pensa-se o território não como um objeto físico, mas transitório, em permanente construção, um ato que se faz expressivo, não é fixo, mas produzido por “componentes do meio tornados qualitativos” (DELEUZE e GUATTARI, 1998, v.4, p.122). Para esses filósofos, o território delimita o espaço de “dentro” e o de “fora”, estabelece propriedade e apropriação além de possuir um valor existencial. Sob esta perspectiva, pode-se dizer que o território, para os autores, é um meio essencialmente comunicante de multiplicidades, pois, como afirmam, “as funções num território não são primeiras, elas supõem antes uma expressividade que faz território” (1998, v.4, p. 122). Sob essa perspectiva, territorializar é delimitar o espaço seguro e controlado de “dentro”, em que a definição do território se dá pelas maneiras como se habita nele e pelos múltiplos meios pelos quais os indivíduos que o vivenciam o codificam. Em relação à interpretação vinculada à noção de lar ou de código, o contrário seria o estado de “desterritorialização”, que significa o movimento de abandonar o território, ou a ação de territorializar à margem do código (1998, v. 4, p. 128). Assim, desterritorializar significa não pertencer, momentaneamente, a território algum e, ao mesmo tempo, significa uma transmutação para outros territórios, por meio da reterritorialização.

Utiliza-se essa noção de território para as práticas urbanas insurgentes, para pensar as relações de disputas de poder no espaço, constituídas pelo conflito de desejos entre segmentos da sociedade civil e, destes, com o Estado capitalista e o mercado produtor da cidade neoliberal. Assim, a desterritorialização para as práticas urbanas insurgentes significa descodificar os agenciamentos nos processos hegemônicos sob o espaço urbano. Já a



reterritorialização para as práticas urbanas insurgentes é o conjunto de forças contrárias aos discursos do capital investido sobre a terra urbana. Entender esse movimento é que interessa a esta pesquisa, pois é ele quem ajuda a fundamentar qualquer análise sobre práticas urbanas insurgentes. Portanto, o conceito de território que se adota é orientado pela passagem da ideia de espaço geométrico em direção a uma noção de território que, além de conceder suporte físico para as relações de poder, constitui-se como um primeiro e contundente agenciador de forças de oposição para manifestação política e de processos participativos por insurgências, com vistas a desterritorialização de códigos hegemônicos e reterritorialização de códigos insurgentes.

Os pressupostos filosóficos ajudam no debate sobre o problema de pesquisa – a participação popular no planejamento urbano –, assim como apoiam as reflexões sobre uma nova imaginação para o planejamento urbano, discutidas nesta pesquisa pelo universo das práticas urbanas insurgentes. Retoma-se então essa problemática no campo do planejamento urbano e regional, na perspectiva do que está em andamento enquanto pensamento crítico.

Pensar essa nova imaginação é uma proposição feita por Miraftab (2016), também por Friedmann (2011) e Randolph (2007; 2008; 2014). Conforme aponta Miraftab (2016), vive-se, atualmente, em um momento de crise global que não é apenas uma crise do capitalismo, mas, também, do planejamento como profissão e como ideia. Para a pesquisadora, o planejamento está defrontando-se com sua própria crise de identidade e de legitimidade: “(...) o planejamento enquanto uma profissão, se auto-enaltece por atender ao bem público, mas os planejadores profissionais frequentemente encontram-se a serviço do bem privado” (MIRAFTAB, 2016, p. 365). A questão de fundo colocada pela autora é que o Estado capitalista e os especialistas buscam manter o status quo e defrontam-se com as limitações de sua promessa, visíveis em crescentes desigualdades e injustiças espaciais, as quais evidenciam “um imperador sem roupas” (ibidem). Como ela busca argumentar, a crise do planejamento leva à necessidade de se formular um novo tipo de planejamento, o qual seja guiado por um “novo significado” e por uma “nova imaginação” associada à produção do

espaço.

A autora sugere que a necessária ruptura na teorização do planejamento requer, em primeiro lugar, o reconhecimento do leque de práticas — para além das sancionadas pelo Estado e pelos poderes corporativos, no que ela chama de “planejamento insurgente”. O planejamento insurgente, segundo a autora, rompe a forma de pensar esse campo disciplinar de forma radical, pois desafia o confinamento e a conformação das ações cidadãs às normas do Estado e do aparato do mercado, já que os cidadãos insurgentes usam dessas normas para induzir uma ruptura a partir delas e produzir algo novo.

Nesta mesma linha de raciocínio, Randolph (2007; 2008; 2014) argumenta que seria necessário que o planejamento agisse como um agente subversivo e se voltasse para formações de uma cidadania insurgente. Pensando na reformulação do paradigma colaborativo, o autor sugere que “um modo alternativo insurgente e subversivo de planejar reconhece as contradições entre cidadania formal e substantiva e trabalha em nome da expansão de direitos de cidadania” (RANDOLPH, 2008, p. 3). O autor apresenta, então, um “planejamento subversivo” que se constitui a partir da interação entre comunicação, espaço e tempo, precisando, o planejamento, criar o espaço necessário para a valorização da experiência social.

A partir da proposta de Miraftab (2016), que invoca a descolonização das possibilidades de futuro em relação à cidade, e Randolph (2014), que suscita aos planejadores um papel de mediador social para práticas cidadãs, esta pesquisa visualiza a possibilidade de pensar uma nova teorização da participação e da teoria da transformação social, por meio de um planejamento mais aberto a participação autodetermina e emancipatória, por meio das práticas urbanas insurgentes, que não estão localizadas somente no campo imaginativo, mas existem ao redor do mundo.

As tentativas de indivíduos e comunidades, por meio de ações e ocupações propositais em espaços urbanos, é um fenômeno global e um movimento que tem se intensificado nas cidades brasileiras, apresentando-se como uma reivindicação à cidade. Por



quê? Não há uma única resposta, mas a pergunta catalisa o problema desta pesquisa sobre novas formas de atuação política na cidade. Por um lado, parece que a sociedade está querendo participar da gestão urbana, com novos modos de praticar a cidade, que se aproximam da noção de “comum”, defendida por Negri e Hardt (2016), também abordado por Dardot e Laval (2017). Sob este “princípio político”, esses autores propõem que é por meio da prática que se produz regras de responsabilização, o que abrange a participação dos cidadãos como uma forma compartilhada de gestão pública.

Por outro lado, essas práticas podem ser lidas como reações antagônicas ao Estado, uma acusação à negligência da máquina pública em atender demandas da sociedade, o que levaria, assim, cidadãos a fazerem o trabalho com suas próprias mãos. A coincidência é que esses atos emergem junto a um período de crise econômica e política no Brasil, de políticas de desregulamentação do Estado, desinvestimento em projetos de urbanização pública, mercantilização dos espaços públicos e de uma intensificação geral do desenvolvimento desigual nas cidades.

É diante desse contexto de neoliberalização das cidades que diferentes formas de “cidadania insurgente” (HOLSTON, 2013) tornam-se ainda mais significativas na luta pela democratização da produção do espaço. Em sua pesquisa, Holston (2013) afirma que, às vezes, uma indignação “causada por um abuso de poder ou sua falta de responsabilidade (do Estado) é uma centelha” (HOLSTON, 2013. p. 43). Para o autor, a palavra insurgência sugere uma formulação ética e afirma que “a insurgência define um processo que é na contramão, uma contra-política, que desestabiliza o presente e o torna frágil, desfamiliarizando a coerência com que geralmente se apresenta”. Para ele, é no espaço público que aqueles que vivem e moram nas cidades podem exercitar a sua cidadania, pois a “experiência da cidade é crucial para a insurgência de uma nova formulação de cidadania” (ibidem, p. 48).

Essa formulação questiona postulações fundamentais da própria noção de cidadania, enquanto etimologicamente associada à direitos iguais entre pessoas de uma mesma região. Os cidadãos insurgentes põem em ação uma compreensão diferente dessa noção de justiça e igualdade. Para eles não é suficiente dar direitos individuais e pretensamente igualitários

como formula a filosofia liberal da justiça. Ao contrário, pedem o urgente reconhecimento de formas autodeterminadas e emancipatórias baseadas em grupos populares. A partir dessa noção de justiça e igualdade, a discussão da participação muda o eixo de entendimento sobre o modelo de democracia, deslocando-se da noção de representação democrática para o modelo da democracia participativa. Essa mudança de perspectiva aproveita a ação direta coletiva de cidadãos e a autodeterminação como arquétipo democrático. Enquanto na democracia representativa, os cidadãos confiam seus direitos a outros – políticos, técnicos e planejadores –, na democracia participativa, os cidadãos distinguem a inconformidade dos direitos formais e não encarregam a outros interceder por seus interesses. Em oposição a isso, assumem diretamente e ordenam resoluções que interferem suas vidas e nos bens comuns (MIRAFTAB, 2016).

Portanto, as práticas urbanas insurgentes perfazem uma ruptura ontológica no planejamento urbano. Corroborando com MirafTAB (2016), “não por almejam uma fatia maior da torta, mas por desejarem um outro tipo de torta – uma torta ontologicamente distinta”. As práticas urbanas insurgentes não buscam por inclusão por meio de uma melhor representação (seja de planejadores ou políticos); mas buscam a inclusão autodeterminada, na qual os direitos das pessoas são reais e praticados. As práticas urbanas insurgentes descentralizam o papel da representação e dão atenção à ação direta, aos meios de inclusão e emancipação.

Portanto, a relevância desta investigação está em analisar como as práticas urbanas insurgentes contribuem na teoria sobre processos participativos, inserindo neste debate práticas autodeterminadas e modos de fazer emancipatórios, com foco na garantia da justiça e da igualdade. Diferentemente dos exemplos de participação comumente utilizados na teorização no planejamento urbano e regional, que postulam quase sempre garantir os mecanismos da democracia representativa proporcionados pelo Estado, esta pesquisa entende que o eixo de teorização que advém das práticas urbanas insurgente, rescinde com esse modo, e busca reconhecer como os cidadãos rompem o modelo representativo, politizam o planejamento, visibilizando o dano na participação para induzir uma ruptura e

criar algo novo para o planejamento urbano.

A maneira de pensar esse problema de pesquisa requer também refletir sobre seus procedimentos metodológicos. Por isso, os procedimentos metodológicos desta pesquisa estão diretamente relacionados com o tema e o objeto investigado: as práticas urbanas insurgentes. A incorporação da incerteza, do desamparo, da errância e do mal-estar da experiência cotidiana verificado nos casos estudados, inspiraram um método que se relaciona à natureza instável do tipo de planejamento identificado nelas. Assim como o movimento das práticas urbanas insurgentes, esta pesquisa se permitiu durante todo o processo permanecer aberta a questionamentos, reconceitualizações e redirecionamentos, inclusive até o final desta investigação. A contrapartida organizacional desse compromisso epistemológico buscou na estrutura pulverizada das práticas urbanas insurgentes — caracterizada por centros autônomos de decisão, ação e coordenação permanentemente receptivo —, um modelo para este estudo. Portanto, o procedimento metodológico faz alusão às práticas inquiridas, ou seja, é o do desvio, tendo em vista o objeto de estudo estar em constante fluxo.

Se no “mundo da vida” (Habermas, 2014), a estrutura das práticas urbanas insurgentes estimula e tem como objetivo um melhor convívio com os ambientes locais e um lugar para o comum, com muita oportunidade para experimentação, mobilização social, práticas de autossuficiência e uma visão não dogmática do problema urbano, esta pesquisa se propôs estabelecer ramificações que fomentassem o debate necessário entre o mundo teórico e o das práticas.

No planejamento urbano do Estado, a visão única e centralizadora se distancia da realidade cotidiana das pessoas e a tendência é encobrir as diferenças das condições locais propondo hierarquias. Diferentemente disso, o compromisso com processos participativos, essencial às práticas urbanas insurgentes, expõe um tipo de planejamento aberto, o que também os obriga a dar atenção séria às reformulações críticas, reorientando quem está na linha de frente do campo de atuação. Essa forma de lidar no mundo e os problemas nele, se assemelha a uma operação mais tática do que formatada por estratégias. Essa perspectiva

que integra a prática vivenciada como método, é estrutural para a fundamentação de uma investigação sobre uma teoria da transformação social emancipadora, um caminho epistemológico por onde este pesquisador busca trilhar. Por isso, o percurso neste estudo, se deu no movimento do próprio pensar, buscando primeiro abrir possibilidades, associações e adensamentos, catalisados pelo método científico de geração de hipóteses, aqui submetido durante todo o decorrer deste estudo.

Para direcionar as conjecturas elaboradas nesta pesquisa teórica de cunho qualitativa e exploratória, é preciso relatar como o processo de investigação aconteceu. Utilizou-se método de pesquisa qualitativa, com enfoque em estudos exploratórios, cartografia de casos, beneficiando-se de pesquisa histórica, documental e discussões baseadas em teorias e reflexões anteriores. O processo incluiu: a) postar um problema; b) formular questões de investigação iniciais; c) formular hipóteses de investigação prévias e durante o estudo; d) organizar levantamento panorâmico de casos de práticas urbanas contra-hegemônicas; e) selecionar a bibliografia a partir do que indicavam esses levantamentos de casos prévios; f) selecionar critérios a partir das referências bibliográficas para uma taxonomia dos casos; g) formular uma hipótese final.

O processo de pesquisa foi revisado constantemente. Eliminaram-se algumas questões iniciais, modificou-se o inquérito do levantamento de casos de acordo com o desenrolar da coleta de dados, da exploração bibliográfica e da revisão teórica realizada ao longo do tempo. Isso permitiu rever não só as questões iniciais de pesquisa, com base na bibliografia estudada, mas gerar novas questões e hipóteses. Essas são relacionadas com a configuração de uma hipótese final, fruto do resultado das análises da discussão teórica e dos casos recolhidos durante o processo de pesquisa. A hipótese final é o resultado da análise desses dados e é a partir dela que encaminha-se e orienta-se a nova teorização debatida ao final desta pesquisa, precisamente na seção 4.5 O Território do Comum e nas Considerações Finais.

Esta forma de geração de conhecimento é atribuída ao modo de raciocínio por abdução. A abdução, segundo Souza (2020a), é um artifício que possibilita a proposição de

hipóteses beneficiadas pelos fatos observados permitindo que a investigação seja realizada. Sua distinção é a de se constituir de uma interrogação que busca o levantamento de hipóteses a partir de articulações que, quando se revelam em conjecturas, fazem-no de maneira instantânea e imprevista, como fruto da observação e da experiência que expõem a força do percebido. Para Souza (2020a), a abdução é o encadeamento de uma atividade mental proveniente de uma conexão de ideias derivadas de fatos observados, portando um raciocínio, uma inferência lógica que se dá em um processo segundo um procedimento organizado. É um tipo de raciocínio que envolve um processo de aperfeiçoamento constante. Esse modo de raciocinar, segundo Souza (2020a, p.20), utiliza a adoção provisória de uma hipótese, expressa por um argumento originário tomado como verdadeiro, “a partir do qual pode-se tirar uma consequência inédita, uma ideia nova ou uma (nova) possibilidade”. Trata-se de um raciocínio diferente dos outros tipos, pois abre possibilidades para uma nova inteligibilidade do que se vê e do que se pode expressar quando se configura uma explicação acerca do que é visto.

Dito isto, o método de investigação desta pesquisa pode ser lido em cinco camadas, sendo elas organizadas por hipóteses provisórias: a) estudo bibliográfico e levantamento de casos a priori; b) estudo bibliográfico para postulações teóricas a posteriori; c) levantamento bibliográfico de caso a posteriori, d) taxonomina dos casos. A última é a hipótese final, que articulada com a justaposição das demais camadas gerou, ao longo do tempo, uma revisão crítica das questões de investigação e encaminhou a formulação de teorização proposta no último capítulo. Essa descrição é possível de visualizar na figura (1) abaixo, em que se apresenta o percurso metodológico desta pesquisa.

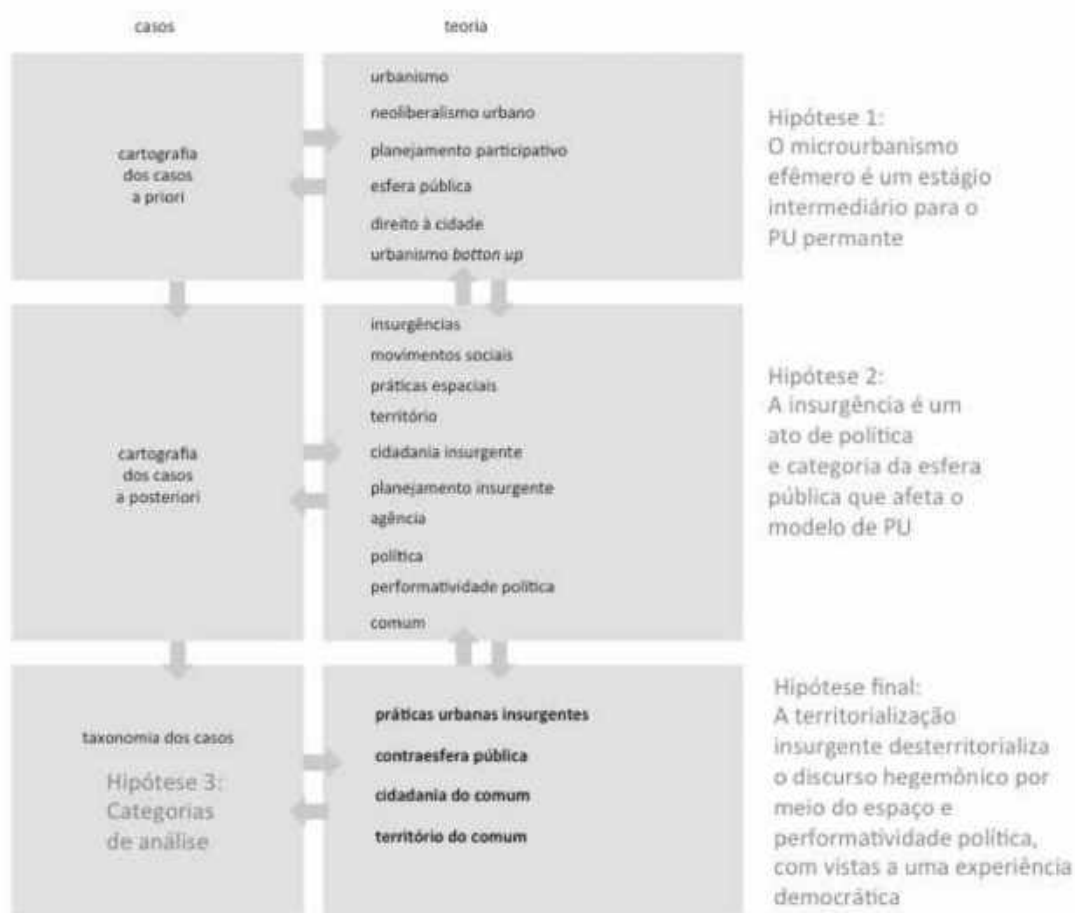


Figura 1: Percurso metodológico geral desta pesquisa.

Retomando o objetivo geral deste estudo é investigar formas de atuação política na cidade contemporânea e quais são suas contribuições para um planejamento urbano orientado para a transformação social. Procura-se avaliar questões e conceitos que emergem em práticas urbanas insurgentes, não no sentido de tentar superá-las, mas, sim, apreendê-los em sua dimensão, potências e demandas, analisando a contenção — ou não — do imaginário político que delas emerge. Em síntese, pretende-se investigar qual é o lugar das práticas urbanas insurgentes no debate teórico sobre participação no planejamento urbano, quais as limitações, possibilidades e contribuições que elas sugerem para a disciplina, diante de um quadro de disputas urbanas, inclusive de caráter cultural e simbólico. Para isso, os quatro objetivos específicos foram organizados e distribuídos em quatro capítulos:

1. Estudar, no âmbito do planejamento urbano, os pressupostos históricos que constituem o território discursivo para as contestações das práticas urbanas insurgentes, no que tange os modelos de desenvolvimento urbano. Debater como o urbanismo colabora na produção desses discursos hegemônicos e na materialização no espaço e em estratégias de poder.
2. Organizar um conjunto de autores que possibilitem estudar noções sobre participação popular fora dos âmbitos institucionais e do mercado. Participar do debate teórico sobre novos significados de esfera pública na emergência de desejos coletivos de cooperação e solidariedade. Além disso, criar recursos conceituais que auxiliem na observação dos componentes discursivos das práticas urbanas insurgentes.
3. Debater o que se pode chamar de prática política pela cidade. Objetiva-se aprofundar o problema de pesquisa a partir de distintas noções teóricas sobre insurgências que ajudem a investigar e imaginar outras perspectivas epistemológicas para o planejamento urbano. Nesse sentido, busca-se pontos de imbricação entre conceitos que auxiliem na organização de uma plataforma teórica que dê conta das observações dos objetos empíricos.
4. Apresentar os casos selecionados segundo uma proposta de taxonomia própria. Debater os casos a partir dos conceitos inventariados na revisão teórica. À luz dessas análises, a pesquisa pretende responder uma hipótese final sobre o que representam essas práticas políticas pela cidade, as formas desses agrupamentos sociais e as efemeridades de suas espacialidades.

Na figura (2) abaixo, apresenta-se o quadro que correlaciona as práticas às noções teóricas debatidas nesta pesquisa. Na coluna da direita estão as noções teóricas discutidas nos capítulos II e III, que orientaram as análises dos casos, os quais estão listados na linha superior. Ambos campos, teoria e prática se retroalimentaram. A pré-seleção dos casos, e consequentemente a leitura preliminar dos dados sobre eles, fomentou algumas discussões durante o momento da teorização nos capítulos supracitados.





Figura 2: Cruzamento entre a teoria e os casos levantados nesta pesquisa.

Realizada a revisão teórica, efetuou-se a apresentação dos casos, momento em que os dados foram parcialmente correlacionados com o conteúdo da revisão teórica. Parcialmente, pois percebeu-se fundamental descrever os casos um pouco além do previsto inicialmente, antes de concretizar a análise teórica sobre eles. Essa tarefa foi essencial para ampliar as correspondências entre os casos e cartografar outros. Esta cartografia foi o que possibilitou construir a taxonomia dos casos desta pesquisa, dividindo assim, os casos em quatro grande categorias. A cartografia, agrupamento e taxonomia dos vinte casos é inédita e fruto desta investigação.





Figura 3: Cartografia e Taxonomia dos casos e subdivisão em quatro grupos.

A subdivisão em quatro grupos permitiu fazer associações, verificar semelhanças e diferenças, além de conhecer novos casos. É relevante esclarecer que esta pesquisa restringiu os casos levantados dentro do período de tempo que abrange entre 2010 e 2016, atendendo a uma das hipóteses desta pesquisa. Ou seja, o fenômeno que eclodiu na Primavera Árabe, desencadeou o movimento occupy pelo globo, o qual imprimiu uma forma insurgente específica nessa década como um modo de participação popular no planejamento urbano no Brasil.

No levantamento dos casos não se pretendeu detalhar todas as especificidades deles, e não se realizou uma coleta nos moldes do método “estudo de caso”, pois parte dos acontecimentos selecionados já estão registrados e analisados sob diferentes óticas nas bibliografias citadas nesta pesquisa, nas quais, quase sempre, eles são apresentados particularmente. Cabe ressaltar também que, pelo fato desta pesquisa tratar de informações de fonte secundária, os dados ora apresentados foram checados, no mínimo, em três fontes diferentes, prevalecendo os dados mais recorrentes e referenciados, utilizando-se das fontes mais citadas, sendo inúmeras outras descartadas. A distinção desta pesquisa é primeiramente reuni-los, além de observá-los sobre outra matriz teórica e com isso realizar uma análise nova.

	Ocupação contra sistemas político e políticas macroeconômicas	Ocupação Contra Políticas Públicas	Ocupação contracultural contra invisibilidade social em espaços públicos e coletivos	Ocupação contra projetos urbanos e a privatização de espaços públicos
política				
movimentos sociais				
esfera Pública				
práticas espaciais				
territorialização				
cidadania insurgente				
agência/assembleia				
comum				

Figura 4 – Cruzamento das noções teóricas e os quatro grupos de práticas.

Acima a Figura (4) representa a ação realizada que fez correlação da teoria com os quatro grupos. O conteúdo levantado neste cruzamento, revelou a hipótese final no capítulo V, momento em que se propõe uma nova leitura da teoria utilizada, esta só possível, devido o método empregado.



Figura 5 – Síntese dos procedimentos metodológicos e dos resultados.

Os procedimentos metodológicos e a teorização obtida dele (Figura 5) fundamentam e ajudam a conceber a tese aqui apresentada: As práticas urbanas insurgentes utilizam-se do espaço como um agenciamento de relações de contestação ao poder e às formas de participação no planejamento urbano, não só pelo conflito entre segmentos da sociedade civil, e destes contra o Estado e o mercado, mas como forças contrárias que disputam também discursos sobre o urbano. A noção de território dessas práticas atinge, assim, duas coordenadas: uma empírica, que produz movimentos sobre o mundo físico — intervenção espacial e contaminação afetiva nos participantes — e outra simbólica, que produz discursos a partir do espaço — os quais devem ultrapassar seus limites e furar os bloqueios da ordem policial. Ambas coordenadas partem de um devir acionado por conflitos, em que as práticas urbanas insurgentes visam a desterritorialização de discursos hegemônicos para, assim, produzir seus próprios territórios dissidentes e prefigurar um lugar e um modo de experimentar a democracia por meio da cidade.

A estrutura da pesquisa está dividida em quatro capítulos. Todos iniciam e são orientados por pressupostos filosóficos em torno da noção de política para Jacques Rancière, cujo teor configura o corpo desta investigação. Recuperando a conceituação deste filósofo francês, a política acontece quando se interrompe os efeitos da dominação que separa a comunidade em duas: uma que tem a voz tradicionalmente ouvida e outra cuja emissão sonora é percebida somente como um ruído. Essas parcelas de comunidades são organizadas pela ordem policial, que determina o lugar e a função de cada um na sociedade, em busca do fim do litígio entre as partes, perseguindo a ideia de consenso por meio de uma concepção aritmética da justiça. A política existe porque uma parcela dos “sem-parcela” escapa às formas de separação e denuncia a divisão e a dominação.

Assim, no primeiro capítulo, denominado **A ordem policial na crise de representação no planejamento urbano**, esta pesquisa procura articular, no âmbito do planejamento urbano, os pressupostos históricos que constituem o território discursivo para as contestações das práticas urbanas insurgentes aos modelos de desenvolvimento urbano. Por meio de um panorama histórico iniciado a partir da emergência do urbanismo como disciplina técnica, o texto demonstra como o controle sobre espaço passou a assumir funções econômicas e ideológicas e as cidades transformaram-se em um suporte para discursos de poder, tanto para a exclusão de pessoas indesejadas como para a reprodução do capital através do espaço. Registra-se como o espaço urbano tornou-se forma de acumulação e projeto estético e a cidade passou a ser desenhada como forma e elemento para a beleza do espetáculo, com atores e espectadores. Este modelo exclui, sobrepõe-se às relações sociais intrínsecas à diversidade que a cidade reúne e colonializa o cotidiano.

Esta pesquisa associa esses pressupostos do urbanismo a uma ordem policial, nos termos de Rancière (2018), pois as práticas urbanísticas são utilizadas como instrumentos na distribuição dos lugares e funções das coletividades, materializando a configuração espacial dessas ocupações. Ao se utilizar de sistemas de legitimação dessas distribuições socioespaciais, a partir de especulações teóricas e discursos técnico-científicos, o urbanismo opera e é operado sob preceitos de uma ordem policial aplicada ao espaço urbano. A

pesquisa aponta uma correlação entre as práticas urbanísticas e as insurgências, pois é no encontro litigioso entre a ordem policial na cidade e o vazio do pressuposto da igualdade que emerge a política dos atos insurgentes. Contudo, é também nesses contextos que se aventam revisões ontológicas para a disciplina do planejamento urbano. Nesse sentido, esse capítulo procura analisar como a ordem policial afetou e disparou a crise de representação democrática no planejamento urbano e, conseqüentemente, como as insurgências, com seus contra-discursos hegemônicos nas cidades, afetam essa ordem.

No capítulo II, A Esfera Pública e a parte dos sem-parte, procura-se debater atualizações teóricas sobre a participação popular, articulando noções muito caras a esta pesquisa: esfera pública, movimentos sociais e ativismos urbanos. O conceito de esfera pública ganhou grande destaque na segunda metade do século XX e, dentre muitas temáticas, é aplicado nas discussões sobre democracia e movimentos contestatórios e/ou ações da sociedade civil. A ideia de esfera pública como um espaço público para comunicação política remete a um corpo de pessoas privadas, independentes do Estado e do mercado, que discutem uma variedade enorme de temas e questões. Como será possível ver, parte-se de uma noção teórica de esfera pública seletiva para, em seguida, direcionar-se e conceituar-se a esfera pública que considera a emergência de novos segmentos sociais e novos fluxos comunicativos. O intuito da seção é, primeiramente, demonstrar que parte da população não consegue se inserir e acessar espaços de representação tradicional, mas que, nem por isso, deixa de fazer algo, articulando-se por outros meios e outras formas de comunicação. O segundo objetivo é organizar um conjunto de autores que possibilitem criar recursos conceituais para auxiliar na observação dos componentes da esfera pública das práticas urbanas insurgentes, assunto do quarto capítulo. Esta pesquisa insere-se neste debate a partir da teoria dos novos movimentos sociais e ativismos urbanos, porque, para este trabalho, eles representam uma renovação às consagradas noções de esfera pública. É nesse sentido que esta pesquisa articula as três noções no mesmo capítulo, em uma tentativa de atualizar o significado de esfera pública, que emerge da sociedade em consonância ao desejo coletivo de cooperação. A compreensão desta pesquisa é de que, para avançar além de interpretações sobre o ciclo de vida dos ativismos e sua eficácia, deve-

se adotar uma compreensão teórica diferente. O que faz a diferença é se a resistência, enquanto luta, permanecerá como escala local e pauta umbilicais ou se, na esteira da ampliação dos horizontes de questionamento, contatos, articulações e atuação, a luta, a partir da micro-resistência, pode ser compreendida por pautas e ativismos em rede.

No capítulo III, A lógica política em noções de insurgências dos corpos em aliança, interessa clarificar um posicionamento do que se pode chamar de prática política pela cidade e procura-se recuperar uma dimensão política para o planejamento urbano em direção a uma nova imaginação. A desilusão do modelo de democracia representativa, dos sistemas políticos autoritários e de um sistema econômico fadado a acirrar desigualdades fez emergir movimentos insurgentes que são o dano e a política no litígio dessa crise, um quadro que estimula ações alternativas de participação voltadas à autogestão em espaços marginais. Nesse sentido, busca-se responder à pergunta: qual é o lugar das práticas urbanas insurgentes no debate teórico? O terceiro capítulo da pesquisa aprofunda, portanto, o problema de pesquisa e investiga a noção de política das práticas urbanas insurgentes, apoiando-se em uma série de noções teóricas sobre insurgências. Esses conceitos emergem de duas linhas de forças: uma que circula pelos enunciados dos ativistas urbanos e outra que se afirma a partir das análises de pesquisadores que se debruçaram em estudar essas práticas e, a partir delas, imaginar outras perspectivas epistemológicas para o planejamento urbano. Assim, busca-se pontos de imbricação entre os conceitos aqui agrupados para ajudar a estruturar o próprio conceito de práticas urbanas insurgentes utilizado nesta pesquisa, bem como para organizar uma plataforma teórica para a observação dos objetos empíricos, objetivo realizado no último capítulo.

São abordadas cinco noções teóricas, que, em comunhão, suportam as reflexões do capítulo. A primeira, "Território", é interpretada para além do espaço geométrico por disputas de poder, mas como processo. A segunda, "Práticas Espaciais insurgentes", faz alusão à táticas de apropriação do espaço com o objetivo de exercer um contra-poder. A terceira, "Ação Direta", recupera práticas e discursos precedentes que atravessam o tempo e disseminam-se como forma de atuação nas insurgências atuais. Elas são postas ao lado da

noção de “Assembleia” dos “corpos em aliança em políticas da rua”. A quarta, “Cidadania Insurgente”, apresenta considerações sobre cidadãos que articulam seu lugar como construtores da sua própria cidade. Na quinta seção, as noções de “planejamento insurgente” e “planejamento subversivo” contemplam aspectos da participação e das práticas urbanas outras, provocando essa investigação a uma nova imaginação para o planejamento urbano.

No capítulo IV, O território do comum em práticas urbanas insurgentes, debate-se a política vivida como movimento, inserindo-se no debate, por meio de casos de protestos, contestações e contra-condutas. Em outros termos, relata-se a política que não se dá senão em formas de resistência, expressas na “apropriação” dos lugares habitados e em modos de política que se traduzem na capacidade de produzir cenas paradoxais que revelam a contradição entre a ordem policial e o pressuposto da igualdade. Neste último capítulo, utiliza-se o repertório teórico construído nos três capítulos precedentes, associados à noção de “comum”, para pensar-se os casos levantados nesta pesquisa e responder, entre outras perguntas: o que dizem as vozes que se erguem contra a privatização das decisões e dos espaços da cidade? Como elas denunciam e participam dos conflitos na cidade? Seria possível afirmar que essas práticas insurgentes funcionam como contrapontos que desestabilizam os lugares onde o poder hegemônico atua na cidade? À luz de uma crescente cultura da participação, estar-se-ia ultrapassando os discursos teóricos para uma abordagem prática cidadã? Pode-se falar em um movimento de movimentos de ativismos urbanos? Os objetivos deste capítulo são: a) organizar um quadro resumo dos conceitos do capítulo I, II e III; b) descrever o processo de escolha e apresentar os casos; c) cruzar esses conceitos com os casos elencados na investigação e d) demonstrar a proposta de taxonomia dos casos. À luz dessas análises, a pesquisa pretende responder a hipótese final sobre o que representam essas práticas políticas pela cidade, a forma desses agrupamentos sociais e a efemeridade de suas espacialidades a partir do conceito-síntese da tese: o território do comum.

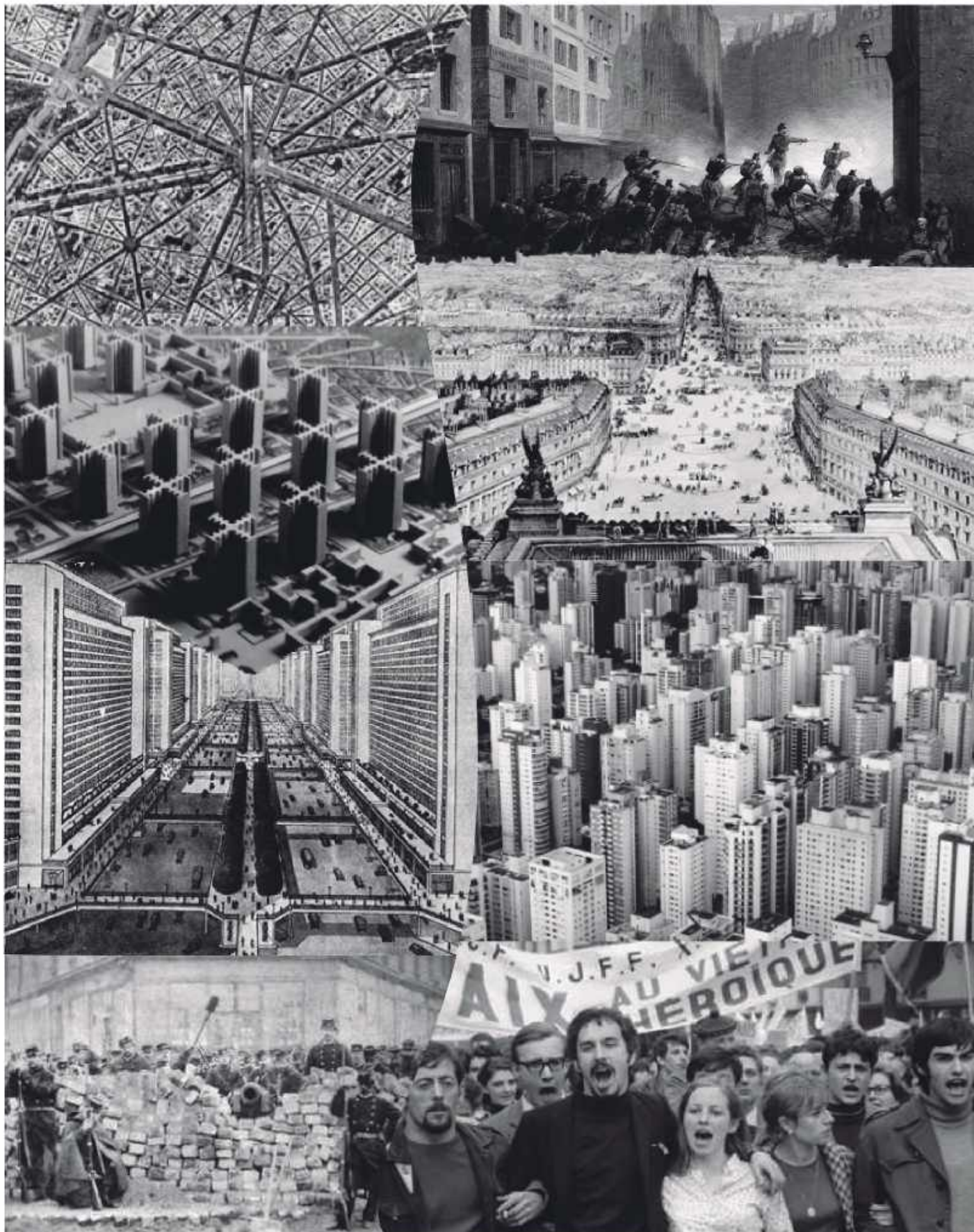


---

1

**A ORDEM POLICIAL  
NA CRISE DE REPRESENTAÇÃO  
DO PLANEJAMENTO URBANO**

---



(1) Imagem via satélite da cidade de Paris, década de 70. Publicação em novembro, 2014. Modificado pelo autor. Fonte: AAPC/Projective Cities.

(2) Maquete do Plano Voisin para Paris exibida no Pavilhão Noveau Esprit por Le Corbusier, 1925. Publicação em outubro, 2016. Modificado pelo autor. Fonte: Fondation Le Corbusier/MHEU.

(3) Ville Radieuse, de Le Corbusier de 1930. Modificado pelo autor. Publicação em maio, 2016. Modificado pelo autor. Fonte: Autor desconhecido/Archdaily.

(4) Barricada na esquina do Boulevard Voltaire e Richard-Lenoir durante comuna de Paris, 1871. Modificado pelo autor. Publicação em março, 2021. Modificado pelo autor. Fonte: Autor desconhecido/CoridonPress.

(5) "Revolução em Paris" de Nicholas-Edward Gabé. 1830. Modificado pelo autor. Publicação em abril, 2016. Modificado pelo autor. Fonte: MotionAge Designs/Pixels.

(6) Perspectiva de projeto de arquitetura e planejamento urbano do final do século XX. 1993. Modificado pelo autor. Fonte: Ramón López de Lucio/Ciudad y Urbanismo a Finales del Siglo XX.

(7) Fotografia aérea de metrópole. Publicação em janeiro, 2021. Modificado pelo autor. Fonte: Ana Tereza Carlos Reis (Flickr)/Caos Planejado.

(8) Greves gerais e ocupações estudantis do Movimento Maio de 1968, França. Modificado pelo autor. Publicação em maio, 2018. Modificado pelo autor. Fonte: Autor desconhecido/Carta Maior.

Neste primeiro capítulo, procura-se articular, no âmbito do planejamento urbano, os pressupostos históricos que construíram o território discursivo para as contestações das práticas urbanas insurgentes aos padrões de desenvolvimento urbano. Se as práticas urbanas insurgentes são contra modelos hegemônicos, que modelos de cidade são esses que elas contestam? O estudo transcorre realizando um panorama histórico iniciado a partir da emergência do urbanismo como disciplina técnica, quando o controle sobre espaço passou a assumir funções econômicas e ideológicas, para debater como as cidades transformaram-se em um suporte para discursos de poder, assim como foram tomadas por ações para a exclusão de pessoas indesejadas e para a reprodução do capital por meio do espaço.

A história do urbanismo surge como ciência para organização do espaço urbano, o qual foi transformado em instrumento para o exercício de controle por parte das classes dominantes. Nas primeiras duas seções deste capítulo, registra-se como o espaço urbano tornou-se forma de acumulação e projeto estético e como isso está diretamente relacionado ao modelo arquitetônico que o desenho urbano assumiu. Ou seja, a cidade passou a ser desenhada como forma e elemento para a beleza do espetáculo, com atores e espectadores. Este modelo exclui e sobrepõe-se às relações sociais intrínsecas à diversidade que a cidade reúne, e isso se dá quando o espaço aparece como “neutro”, disponível à mensuração biopolítica e a uma colonialização do cotidiano.

A sequência temporal destes fatos revela as cidades contemporâneas globalmente pasteurizadas, registradas nas duas últimas seções do capítulo. Sob a égide do capitalismo flexível, aprofunda-se a crise do projeto e do planejamento aplicado ao espaço urbano, quando, na atualidade, a produção das cidades é assumida como sujeito e objeto de negócios. A articulação do Estado e do capital privado disseminou-se pelo planeta a partir de um modelo de organização de fragmentos urbanos com repercussões para a cidade como um todo. A tentativa de inclusão e participação popular no planejamento urbano ocorre em formas escolhidas para a ação dos cidadãos em que a sua organização deve ser validada pelos grupos dominantes, em espaços nos quais o Estado, as corporações e a mídia dominante tendem a criminalizar o debate.



Esta pesquisa associa essas condições do urbanismo a uma ordem policial, nos termos de Rancière (2018), pois as práticas urbanísticas são utilizadas como instrumentos na distribuição dos lugares e funções das coletividades, materializando a configuração espacial dessas ocupações. Ao se utilizar de sistemas de legitimação dessas distribuições socioespaciais a partir de especulações teóricas e de discursos técnico-científicos, as cidades passam a ser artefatos ideológicos e estéticos, e o urbanismo opera e é operado sob preceitos de uma ordem policial aplicada ao espaço urbano.

Rancière compreende a ordem policial como a lógica que distribui os corpos em lugares e funções. O autor conceitua polícia como o “conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (RANCIÈRE, 2018, p. 41). A polícia é quem define a parcela de cada uma das partes, os modos de ser e dizer, as regras que organizam a visibilidade e a propriedade dos corpos, quem define a configuração de suas ocupações e os espaços em que essas formas de ocupação são distribuídas. É “uma lei de polícia que faz tradicionalmente do lugar de trabalho um espaço privado não regido pelos modos de ver e dizer próprios do que se chama espaço público, onde o ter parcela do trabalhador é estritamente definido pela remuneração de seu trabalho” (RANCIÈRE, 2018, p. 43).

Rancière parte da definição aristotélica do *logos* político para afirmar que é na relação obscura entre o justo e o nocivo que se encontra o âmago do problema político. Ele, então, lembra o filósofo: “O animal falante, diz Aristóteles, é uma animal político. Mas, o escravo, se compreende a linguagem, não a possui (...) Os artesãos, diz Platão, não podem estar em outro lugar porque o trabalho não espera” (2009, p. 16). O autor reproduz a passagem escrita por Aristóteles para problematizar a separação entre os proprietários da palavra (*logos*) e os usuários da voz (*foné*) e a comunidade da justiça, a fim de afirmar que nem todos têm sua voz ouvida e, portanto, a possibilidade de participar da política (2018, p.15):

“Único dentre todos os animais, o homem possui a palavra. Sem dúvida, a voz é o meio pelo qual se indica a dor e o prazer. Por isso é dada aos outros animais. A natureza deles vai só até aí: possuem o sentimento da dor e do prazer e podem indicá-la entre si. Mas a palavra existe para manifestar o útil e o nocivo e, por consequência, o justo e o injusto. É isso que é próprio dos homens, em comparação com os outros animais: o homem é o único que possui o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto. Ora, é a comunidade dessas coisas que faz a família e a cidade (ARISTÓTELES, Política, I, 1253 a 9 – 18).”

Desde o princípio da política, na antiguidade, reconhece-se a luta de classes, ou a luta de pobres e dos ricos. Isso ocorre porque, objetivando-se o fim do litígio, em busca da ideia de consenso, criou-se um somatório de indivíduos que, aritmeticamente, chegariam ao bem comum na concepção de uma justiça geométrica. O bem comum, então, não poderia mais ser suprimido dos indivíduos, mas, sim, da postura de abandono de interesses particulares, traçados em prol de consensos mínimos e racionais.

Esse enfrentamento expõe a contradição de dois mundos abrigados num único, “o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo “entre” eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada” (RANCIÈRE, 2018, p. 40-41). O conflito divide-se, assim, em duas formas de comunidade e de partilha do sensível, desde seu princípio. A partilha do sensível é o que dá forma à comunidade. O autor esclarece que partilha pode significar duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação dele. Uma partilha do sensível é, portanto, “o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas” (Rancière, 2009, p. 7). Na primeira forma, a fórmula dá, a cada um, a parcela e os papéis que lhe são devidos de acordo com a “evidência” daquilo que se é. Essas duas formas de comunidades confundem-se em uma só na qual se dá o conflito e a dedução da capacidade de ser falante, e na comunidade da justiça, que, portanto, estabelece duas lógicas:

Há portanto, de um lado, essa lógica que conta as parcelas unicamente das “partes”, que distribui os corpos no espaço de sua visibilidade ou de sua invisibilidade e põe em concordância os modos de ser, os modos de fazer e os modos de dizer que convém a cada um. E há a outra lógica, aquela que suspende essa harmonia pelo simples fato de atualizar a contingência da igualdade, nem aritmética nem geométrica, dos seres falantes quaisquer (RANCIÈRE, 2018, p. 41).

Estas duas lógicas são confundidas com a política, quando, na verdade, é a política a atividade que rompe com a ordem policial e mostra a partilha do sensível. A pesquisa encontrou uma correlação entre o urbanismo (a ordem policial) e as insurgências (a lógica política), o que é retratado em diversos momentos neste capítulo. Mesmo este não sendo o foco principal do texto neste momento, é importante mencionar esse encontro como justificativa que fundamenta os pressupostos discursivos das insurgências. Por exemplo, os acontecimentos revolucionários de 1830 e 1848, em Paris, são impulsos às reformas de Haussmann, quando o urbanismo é utilizado tanto como instrumento para controlar as insurreições como para anunciar a nova forma da modernidade. A resposta ao Barão são as revoltas da Comuna de Paris em 1871. De maneira semelhante, os movimentos contestatórios da década de 1960 aprofundaram o debate e as críticas ao urbanismo modernista. São contemporâneos desse período os livros *Direito à Cidade*, *Sociedade do Espetáculo* e *Morte e Vida das Grandes Cidades*, fontes teóricas recorrentes dos movimentos contestatórios desse momento, assim como bandeira e inspiração para insurgências dos dias atuais. Contra os desígnios do neoliberalismo na cidade contemporânea, acirra-se o debate sobre como promover mais participação popular no planejamento urbano — o direito à cidade, impulso e provocações que são articuladas pelos movimentos sociais desde a década de 1990 como forma de disputa.

Portanto, é no encontro litigioso entre a ordem policial na cidade e o vazio da igualdade na distribuição do espaço e da democracia que emerge a política dos atos insurgentes, mas também é nesses contextos que se aventam revisões ontológicas no planejamento urbano. Essa correlação ocorre porque a política das insurgências reconhece apenas os dispositivos pelos quais, às vezes, há uma cidadania que não pertence aos indivíduos como tal. Nesse sentido, este capítulo procura ventilar como a ordem policial afetou e disparou a crise do planejamento urbano e, conseqüentemente, as insurgências nas cidades.

### 1.1 O urbanismo: uma ciência para o poder?

Parece-me que, no final do século XVIII, a arquitetura começa a se especializar, ao se articular com os problemas da população, da saúde, do urbanismo. Outrora, a arte de construir respondia sobretudo à necessidade de manifestar o poder, a divindade, a força. O palácio e a igreja constituíam as grandes formas, às quais é preciso acrescentar as fortalezas; manifestava-se a força, manifestava-se o soberano, manifestava-se Deus. A arquitetura durante muito tempo se desenvolveu em torno destas exigências. Ora, no final do século XVIII, novos problemas aparecem: trata-se de utilizar a organização do espaço para alcançar objetivos econômico-políticos (Foucault, *Segurança e Território*, 2008, p. 211).

A história do urbanismo como disciplina reguladora do espaço passa por Paris, e o paradigma ordenador que dela emerge procurou evidenciar a partilha da cidade em classes com e sem poder. Entre os anos de 1852 e 1870, a capital francesa foi significativamente remodelada, rasgada por amplas avenidas e pela construção de enormes parques e jardins e contornada por um anel viário no entorno de um novo limite da cidade. Cerca de 120 mil habitações foram destruídas. No lugar delas, foram construídas 320 mil novas moradias, acompanhadas de 300 km de novas vias em uma retícula quadriculada sobreposta à antiga cidade. A gigantesca intervenção significou colocar abaixo os casarios com características herdadas do movimento gótico e sua marcação por um traçado orgânico de vias estreitas. A Paris medieval foi subdividida em 20 setores, os *arrondissements* (BENÉVOLO, 1999).

Em dezembro de 1848, Napoleão Bonaparte é eleito, sacramentando a derrota do movimento revolucionário. Em 1852, Napoleão suspende a assembleia eleita e declara o Segundo Império. É nesse contexto de avanço da burguesia e de governo autocrático que o Barão Georges-Eugène Haussmann é nomeado, pelo Imperador, Prefeito do Sena, cargo que ocupou por 17 anos, de 1853 a 1870. Duas leis anteriores à posse de Haussmann viabilizaram a desapropriação das propriedades requeridas para a realização da reforma promovida pelo Barão: a Lei da Expropriação, de 1841, e a Lei Sanitária, de 1850. O objetivo anunciado relacionava-se com melhora da higienização e da circulação no espaço urbano, argumentos de verniz cientificista que, sabe-se, permeavam os discursos positivistas de uma época maravilhada com os avanços recentes da medicina de Pasteur. “Paris embelezada, Paris



ampliada, Paris higienizada”, proclamava Haussmann, em sua imperial decisão de destruir uma cidade para construir outra por cima (BENÉVOLO, 1999).

Assim como em outras cidades europeias, eram ainda muito recentes as insurreições urbanas ocorridas em Paris, em 1848. Portanto, a estratégia funcional que esse novo tecido urbano ganhava teria um desempenho de duplo sentido: teria a faculdade de dissipar os movimentos insurgentes tanto quanto a habilidade para escoar as mercadorias da nascente produção industrial. Ao contrário das vias acanhadas do período medieval, os largos bulevares abertos por esse projeto urbano tolhiam as barricadas comuns nas revoltas urbanas e configuravam um ambiente adequado para se observar as novíssimas vitrines comerciais (CHOAY, 2007).

De fato, os proponentes desta reforma estavam movidos exatamente por esta vontade de apagar os traços de existência da antiga Paris e torná-la uma cidade que refletisse a modernidade. A cidade deveria espelhar os ideais burgueses, sobretudo em relação aos costumes e como interface para a circulação de mercadorias. A experiência de Haussmann constituiu-se em um projeto de “reconquista da cidade” (BENÉVOLO, 1999). Aliás, o ideal de modernidade pautava o discurso e não escondia a ideia de constituir uma cidade que, pela primeira vez, se afirmaria enquanto espaço burguês incontestável, à imagem e semelhança de uma classe que vinha galgando o poder desde a Revolução Francesa, seguida da Revolução Industrial. Além disso, a proposta objetivava controlar os movimentos insurgentes que perpassavam os acontecimentos revolucionários de 1830 e 1848 e promover Paris como a capital da modernidade.

Para Harvey (2015, p. 3), Haussmann materializou o mito da modernidade:

Um dos mitos da modernidade é o de que ela constitui uma ruptura radical com o passado. A ruptura é, supostamente, de tal forma a tornar possível ver o mundo como uma tábula rasa, sobre a qual o novo pode ser inscrito sem referência ao passado, ou, se o passado fica no caminho, por meio de sua eliminação. A modernidade é, portanto, sempre sobre a “destruição criativa”, seja gentil e democrática, ou do tipo revolucionária, traumática e autoritária (...). Eu chamo esta ideia da modernidade um mito porque a noção de uma ruptura radical possui uma certa força persuasiva e penetrante mesmo em face de evidências abundantes de que ela não acontece e não pode acontecer.

Harvey (2015) aponta que a “coaçoão” que Haussmann impôs à cidade de Paris tinha o intuito de amansá-la, e, assim, torná-la moderna. Para o autor, tal estratégia urbana foi marcada pela coalizão entre Estado, capital financeiro e especulação imobiliária, assim, “liberado de sua camisa de força feudal, o capital reorganizou o espaço interno de Paris segundo princípios que eram exclusivamente seus.” Dessa forma, os interesses dos políticos, banqueiros e proprietários fundiários para a construção da modernidade apoiaram-se no “mito de uma ruptura radical com o passado” para garantirem uma transição que redesenhou a cidade, seguindo a lógica da especulação imobiliária e subordinando-se aos mercados financeiros.

Françoise Choay confirma essa análise da seguinte maneira:

Uma nova ordem é criada, segundo o processo tradicional da adaptação da cidade à sociedade que habita nela. Nesse sentido, Haussmann, no desejo de adaptar Paris às exigências econômicas e sociais do Segundo Império, faz uma obra realista. E o trabalho que realiza, se prejudica a classe operária, choca os estetas passadistas, incomoda os pequenos burgueses expropriados, contraria os hábitos, é, em compensação, a solução mais imediatamente favorável aos capitães de indústria e aos financistas que constituem então um dos elementos mais ativos da sociedade. (CHOAY, 2007, p. 4).

A transformação radical apresentou, na habitação da burguesia e nos novos espaços de poder do capital financeiro, a representação da segregação socioespacial na cidade. A Zona Oeste de Paris foi ocupada pelos setores sociais mais ricos; já a Zona Leste caracterizou-se por uma mistura de setores de trabalhadores e pobres marginalizados do trabalho. Segundo Harvey (2015, p.267),

A precariedade das rendas do trabalhador em relação ao preço dos aluguéis deixam uma marca indelével na situação habitacional da cidade. E foi em parte com base nessa situação que Engels elaborou seu famoso argumento de que a burguesia só tinha uma maneira de resolver a questão habitacional: deslocando-a. Não há melhor ilustração dessa tese do que Paris sob o comando de Haussmann. [...] A proliferação e a superlotação das pensões próximas ao centro; a construção de moradias mal ventiladas, apertadas e desprovidas de infraestrutura básica de serviços que se convertiam quase imediatamente em favelas; e os famosos acréscimos, que em alguns casos transformavam os pátios interiores por trás das esplêndidas fachadas de Haussmann em favelas altamente lucrativas da classe trabalhadora eram evidências diretas de que a renda dos trabalhadores era insuficiente para lhes proporcionar moradia decente.

As obras de reforma urbana estabeleceram novas relações espaciais, produzidas pela coalisão entre Estado e mercado imobiliário, servindo à acumulação capitalista. Haussmann articula um discurso que incorpora a higienização e a promoção do crescimento e do progresso à necessidade de ruptura com o passado, estando, todos estes pontos, vinculados a soluções de vanguarda estética, que demandam um novo estilo de vida, emergente da era industrial. Harvey (2015) ilustra, com paralelos estéticos, as acentuadas mudanças culturais que caracterizaram a passagem da primeira metade do século XIX para o momento posterior à reforma urbana de Paris:

Antes havia Classicistas, como Ingres e David, e os coloristas, como Delacroix; e depois, havia o Realismo de Courbet e o Impressionismo de Manet. Antes, havia os poetas Românticos e romancistas (Lamartine, Hugo, Musset, e George Sand); e depois vieram a prosa e a poesia tensa, dispersa e aguçada de Baudelaire e Flaubert. Antes, havia as esparsas indústrias transformadoras organizadas ao longo das linhas artesanais; muito do que, em seguida, deu lugar a máquinas e a indústria moderna. Antes, havia pequenas lojas ao longo ruas estreitas e sinuosas ou nos arcos; e depois veio o alastramento das grandes lojas de departamento sobre as avenidas. Antes, havia utopismo e romantismo; e depois houve o gerencialismo e o socialismo científico turrões. Antes, o carregador de água era uma grande ocupação; mas em 1870 ele tinha quase desaparecido, uma vez que a água canalizada se tornou disponível (HARVEY, 2015, p. 5).

Revestida de aparato técnico e estetizante, a organização do espaço urbano de Paris foi concebida como uma ideia de verdade que advoga por um status de neutralidade com relação a questões morais, políticas e sociais (BENEVOLO, 1999). Françoise Choay (2007) entende que, neste momento histórico, em que o êxodo rural impõe o desenvolvimento da cidade, os indivíduos encontra-se diante dela como ante um fato não familiar, mas extraordinário. Essa noção de que o processo de desenvolvimento das cidades começava a se descolar dos cidadãos, mas como um fenômeno, parece sustentar que é necessário o uso de uma ciência para lidar com ele. Ao menos era isso que sugeria o ideário positivista da época. Aplica-se, portanto, uma observação dos fatos isolados, na tentativa de ordená-los quantitativamente. Assim, o advento do urbanismo como ciência inaugura uma coalisão de saber com poder na cidade, articulados para organizar o espaço urbano.

Apesar do desenvolvimento das ciências e dos estudos sociais prosperarem nos séculos XVIII e XIX, o estudo científico da cidade surge na modernidade, com pensadores e pesquisadores, somente no final do século XIX. O termo “urbanismo” passa a ser utilizado, de fato, somente no início do século XX, entendido como uma “ciência dos fenômenos urbanos” (BENEVOLO, 1999). O urbanismo surge, assim, da especialização teórica e prática das questões urbanas, transformando-se, de pensamento especulativo e utópico do século XIX, em atividade profissionalizada, no novo século.

Ainda conforme Choay (2007), o termo “urbanismo” pode ser definido como “ciência, arte e/ou técnica da organização espacial dos estabelecimentos humanos”, pois está relacionado com a expansão da sociedade industrial, que dá origem “a uma disciplina que se diferencia das artes urbanas anteriores pelo seu caráter reflexivo e crítico, e por sua pretensão científica”. Derivado do latim *urbe* (cidade), o termo é influenciado pelo neologismo *urbanización*, criado em 1867 por Ildefonso Cerdà para designar uma disciplina relativa à organização espacial das cidades. A partir dos estudos desse engenheiro-arquiteto espanhol, o urbanismo constitui-se como um estatuto científico para a criação e a organização das cidades, como uma disciplina autônoma. (OLIVEIRA FILHO, 2009).

Ainda que o trabalho de Ildefonso Cerdà não siga o modelo haussmaniano, foi este engenheiro quem desenvolveu o primeiro tratado moderno de urbanismo, denominado *Teoría General de la Urbanización* (1867), resultado dos estudos que realizou para a elaboração do Plano de Expansão de Barcelona (1859). Segundo Choay (2007, p.797 apud Oliveira, 2018), “pela primeira vez na história, Cerdà concedia um estatuto científico à criação e ao arranjo das cidades, concebidos como domínios pertencentes a uma disciplina autônoma”.

Segundo análise de Oliveira (2018) o Plano de Expansão de Barcelona (*Le Eixample*) baseia-se em cálculos matemáticos e cria um modelo de desenvolvimento urbano posteriormente conhecido como Unidade de Vizinhança, segundo o qual a quantidade de habitantes define a localização de serviços, tais como hospitais, mercados, creches etc., dependendo, a quantidade desses serviços e seu raio de ação, diretamente da quantidade de

usuários. Cerdà fundou uma nova teoria urbanística, a qual tem como instrumento principal a facilitação da viabilidade, determinando que a ocupação na cidade deveria se dar sempre de forma homogênea, para que todas as regiões possuíssem valor semelhante. Para isso, os prédios públicos e administrativos distribuem-se pelo tecido urbano, valorizando igualmente todos os bairros.

Oliveira (2018) assevera que o método de operar o urbanismo proposto por Cerdà engendrou teorias novas para esse campo disciplinar nascente: para que se concretize sua função prático-operacional, é indispensável a sistematização teórico-científica. O desenvolvimento da disciplina científica do urbanismo, a partir de sua teoria e prescrições metodológicas para a organização das cidades, permite que as situações específicas de cada formação econômico-social sejam ocultadas como fator determinante. Dessa maneira, o modelo ganha autonomia frente às relações sociais concretas de produção. A formalização do urbanismo ou, no caso, de uma teoria geral da urbanização, baseada em simulações matemáticas e na homogeneidade do espaço, prescreve modos de intervir nas cidades. É nesse sentido que seria possível atribuir ao urbanismo de Cerdà o título científico, conforme define Oliveira (2018, p. 155):

É possível afirmar que Cerdà estava em sintonia com o positivismo lógico, pois, com base em cálculos abstraídos de relações sociais concretas, e com pretensões de cientificidade e racionalidade, concebeu uma cidade ideal que deveria se tornar real. No documento que publicou em 1859, ele apresenta os dados levados em consideração e, também, suas análises. A pesquisa quantitativa realizado por Cerdà compreende questões relativas a aspectos atmosféricos, geográficos, da vida cotidiana do proletariado (como horas de trabalho, horas de trabalho perdido, frequência de doenças, condições de habitações), morfologia das habitações, densidade demográfica, povoados no entorno, fluxos comerciais, e quadro comparativo com outras cidades da Espanha.

Conforme define Lefebvre, com o intuito de ordenar a população e organizar o espaço, o urbanismo aparelha-se de uma série de “ciências parcelares” (LEFEBVRE, 2001) que, cada uma ao seu modo, busca dividir a complexidade da cidade, a representando em números e teorias. Estas ciências são legitimadas para construir um discurso legítimo sobre a disciplina da cidade e como se deve operar sobre ela. A estatística passa a ser

incorporada pela recém criada sociologia, implicando uma “concepção do indivíduo humano como tipo, independente de todas as contingências e diferenças de lugares e tempo, e suscetível de ser definido em necessidades-tipo cientificamente dedutíveis” (CHOAY, 2007, p. 8). Essa concepção refere-se francamente ao mito do sujeito universal, que indica que a ciência deveria possibilitar a resolução dos problemas da relação “dos homens com o meio e entre si” (idem).

Sob esses elementos Lefebvre (2001) elabora sua crítica ao que ele chama de “urbanismo centralizado”. Para o autor, a realidade urbana é impossível de ser apreendida na prancheta de um arquiteto: “é a cidade essa soma de indícios e de indicações, de variáveis e de parâmetros, de correlações, essa coleção de fatos, de descrições, de análises fragmentárias porque fragmentantes?” (p. 43). À abstração do projeto e dos números da contabilidade urbana, falta a animação da vida social, cuja provisoriedade e instabilidade foge de qualquer método quantitativo.

Nesse mesmo sentido é que, a partir de análise histórica, Foucault (2008) descreve a transição da “sociedade soberana”, na qual a soberania é definida no sentido de administração da ritualização da morte, para uma “sociedade disciplinar”, que supervisiona e eleva ao máximo a vida das populações em função dos interesses produtivistas, nos quais o Estado é o agente mor. Foucault chama de técnicas de governo “biopolítico” as diferentes formas pelas quais o poder gerencia a vida e a morte das populações. Elas se alastram por meio de uma rede de poder que vai além das competências jurídicas para se tornar uma força tentacular, atravessando todo o território da experiência vivida e penetrando em cada corpo. Para o autor, o corpo vivo (portanto mortal) é o objeto central de toda forma de poder biopolítico. Para ele, não há governo que não seja o do corpo. Contudo, o corpo não é primeiro um dado organismo biológico, mas é trabalho do governo fabricar um corpo, colocá-lo em funcionamento, definir seus modos de produção e reprodução, prefigurar os modos de discurso pelos quais esse corpo é ficcionalizado para si mesmo até poder dizer “eu”.



Esta lógica que distribui os corpos em lugares e funções, Rancière propõe chamar de polícia: o “conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (RANCIÈRE, 2018, p. 41). A polícia é quem define a parcela de cada uma das partes, os modos de ser e dizer, as regras que organizam a visibilidade e a propriedade dos corpos, a configuração de suas ocupações e os espaços em que essas formas de ocupações são distribuídas.

Nesta pesquisa, entende-se que, desde seu nascimento, o urbanismo subjaz e opera como agente dessa ordem policial. Quando a disciplina se propõe a reduzir em números, taxonomias, a pretexto de ordenar o viver coletivo, faz isso para produzir formas de eficiência espacial que organizem a sociedade produtiva. O que prevalece do seu gesto é o ordenamento da partilha do sensível por meio da partilha do espaço. A disciplinarização de corpos dóceis, submetidos às estruturas de vazão do espaço social, facilita o ordenamento policial por meio do controle do espaço geométrico.

Lefebvre aponta para fenômenos históricos nos quais estavam presentes e superpostos elementos de luta social, ligados a essa “apropriação” dos espaços das cidades por meio de impulsos insurgentes. Nessa perspectiva, Lefebvre situa, por exemplo, a Comuna de Paris de 1871. Quando a ideologia urbanística de Haussmann inaugurou a modernidade no urbano e a produção de um espaço abstrato e hierarquizado, a revolta popular foi uma luta por redistribuição dos meios de produção, por participação no urbano e por “apropriação” do espaço. É nesse sentido que o autor afirma que “um dos sentidos da Comuna de Paris foi o forçoso retorno para o centro urbano dos operários relegados para os subúrbios e periferias, a sua reconquista da cidade, este bem entre os bens, este valor, esta obra que lhes tinha sido arrancada” (LEFEBVRE 2001, p. 16).

Na emergente modernidade, o urbanismo nasce sob uma matriz ideológica que racionaliza o tecido urbano para operacionalizar a produção do corpo fabril, a fim de gerar riqueza, a partir dele, para uma emergente burguesia. Sob o mito da tecnocracia cientificista, o urbanismo funde-se a um poderoso sistema de opressões e de normas, elaboradas não por



razões técnicas, mas, sim, financeiras, vide o projeto urbano de Haussmann em Paris. Neste paradigmático caso, o urbanismo trabalha para a reprodução capitalista, e seu avanço opera no espaço geométrico como instrumento para a acumulação do lucro e controle social por meio do controle espacial. Ao mesmo tempo em que o urbanismo produz a cidade industrial, ele é um fruto da racionalidade industrial moderna, cujo mito é a tecnocracia cientificista.

Na sequência dessa história, maximiza-se ainda mais a sistematização das relações corpo-espaço-cidade, desenhando a cidade-máquina. A era modernista no urbanismo nasce mutilando a cidade em zonas funcionais, abstrações geométricas, para que ela funcione como um corpo de perfeitas engrenagens. A cidade passa a ser um objeto de experiência de modos de vida, transpostos de uma teoria, em uma relação que aprofunda um método urbanístico: desenhar um modelo e aplicá-lo no espaço geométrico. O desenho urbano do urbanismo modernista materializa teorias e passa a representá-las por meio de um “plano ideal”, no qual maneiras ideais de viver são pensadas a partir de um autor.

## 1.2 A cidade-máquina: técnica e controle

Os autores do nascimento do urbanismo teórico e prático podem ser classificados em dois grupos, segundo Choay (2007): os progressistas, defensores das soluções higienistas, eficientes e técnico-científicas, e os culturalistas, que privilegiam os valores tradicionais em contraposição às tentativas de modernização das cidades. A autora demonstra que as “teorias do urbanismo” do século XIX são marcadas por escolhas ideológicas não reconhecidas por seus autores, e que há uma maior adesão do modelo progressista, tanto dentro do meio especializado do urbanismo como na administração pública.

As utopias povoavam o imaginário social da segunda metade do século XIX e, no início do XX, fomentaram os movimentos que impulsionaram as reformas urbanas. Conforme explicita Mannheim (1972), “consideramos utópicas todas as ideias situacionalmente transcendentais (não apenas projeções de desejos) que, de alguma forma, possuam um efeito de transformação sobre a ordem histórico-social existente”. Para o autor, a ideologia e a utopia fazem parte das motivações coletivas inconscientes, que atuam no sentido de determinar a forma como os indivíduos agem e pensam, e, nesse sentido, Mannheim (1972, p. 67) acredita que “servem para ocultar – em duas direções – certos aspectos da realidade social”. Há uma identificação de ideologia com “conservação” e de utopia com “mudança”, ambas distorcidas da realidade, transcendendo-a, mas em conexão direta com a realidade do grupo dos sujeitos que as pensam.

Datam desta transição dos séculos autores díspares como os socialistas utópicos Robert Owen, Étienne Cabet e Pierre-Joseph Proudhon, assim como Charles Fourier, inventor dos falanstérios, englobados por Choay (2007) em torno do modelo progressista. Dentre as obras do chamado “modelo progressista”, o livro “A cidade industrial”, de Tony Garnier teve significativa repercussão no meio da arquitetura. Elaborado em 1904 no âmbito de um trabalho de conclusão de curso, este projeto para a cidade de Lyon seria publicado em 1919. Sua proposta urbanística destaca-se pelo fato de, apesar de utópica, ser detalhada em minúcia, e por possuir a ideia do zoneamento como princípio norteador. Assim, áreas industriais, de habitação, lazer, cultura e administração são muito bem delimitadas e o

concreto armado aparece como material construtivo promissor. Este livro influenciou especialmente a primeira geração dos arquitetos racionalistas, e, por conseguinte, o movimento moderno, estilo que promove, nessa época, a defesa da racionalização dos padrões arquitetônicos e urbanísticos, explorados por meio da técnica, da indústria e do uso racional dos recursos, que acontece no contexto do pós-guerra (CHOAY, 2007).

Partindo da ideia de prover pureza em uma arquitetura sem ornamentos, o movimento moderno se propunha a extrair a potência universal e eterna da forma a partir de uma concepção racional de beleza. A conjectura de um homem universal é a base social do pensamento modernista, bem como a confiança de que novas diretrizes de organização espacial propostas poderiam ser desenvolvidos em qualquer cidade, a despeito de suas particularidades sociais. Esse pensamento previa que a eficácia de um modelo é tão importante quanto seu arranjo estético. Neste sentido, o maior objetivo do urbanista moderno diz respeito à composição de suas partes, da forma geral em relação aos elementos essenciais, assim como o desenho de um artista neoplasticista aplicada em suas obras de arte.

Charles-Edouard Jeanneret-Gris, mais conhecido pelo pseudônimo de Le Corbusier, artista de formação, notabilizou-se como arquiteto e urbanista e grande promotor do movimento moderno. Le Corbusier é o primeiro a dirigir o C.I.A.M. (Congresso Internacional da Arquitetura Moderna) grupo que passou a representar o principal órgão de reunião e difusão dos ideais da arquitetura e urbanismo modernos, contando com representantes de diversos países. O C.I.A.M. foi fundado em 1928, e teve sua última edição em 1956. Em 1933, no quarto congresso, este grupo propôs a doutrinária Carta de Atenas, que reunia diversas instruções de organização urbana.

A carta foi escrita em um navio no mar Mediterrâneo, pelo grupo que saiu de Atenas em direção à Marselha. Nela, apresenta-se o que seria a organização do “plano ideal” da cidade, prevendo a sua divisão a partir de quatro grandes funções: habitar, trabalhar, circular e lazer. A cidade moderna proposta na Carta de Atenas deveria reverberar o ideal pragmático da era da máquina. O progresso técnico e científico, incluído às propostas das vanguardas

artísticas, acaba desenhando o perfil do urbanismo moderno, que constrói imagens para um futuro da cidade seguindo a proposição de modelos e instruções, método próprio dos pensamentos positivista e utilitarista, o que aproxima este pensamento do modelo progressista.

O zoneamento funcionalista do uso do solo urbano é a principal dimensão estrutural do urbanismo moderno. O zoneamento é um instrumento legislativo urbanístico de controle das cidades que surgiu na Alemanha do século XIX e se desenvolveu nos Estados Unidos da América no início do século XX. Implica a criação, amparada por lei, de zonas com regulamentos diferenciais, dividindo a cidade de forma conveniente para estabelecer os usos, regulamentando alturas e volumes e deve garantir uma ordem disciplinar. Este modelo de regramento do desenvolvimento da cidade teve ampla adesão em todo o planeta (VELOSO, 2019).

A defesa da separação de usos, em nome da higiene e da ordem, recorre da ideia de que a cidade é um “organismo doente”, e o remédio que poderia salvar o paciente e adaptá-la à “era da máquina”, retórica frequentemente utilizada por Le Corbusier, é a intervenção urbanística. A imagem da casa modernista organizada por rígida geometria e funções bem delimitadas: o quarto para dormir, a cozinha para cozinhar, a sala para o lazer, o banheiro para a higiene e necessidades fisiológicas foi transposta para a escala urbana, “a grande casa” nas palavras do arquiteto (SOUZA, 2010).

Contudo, não faz sentido adaptar a organização do espaço da cidade como se fosse uma casa. A escala dos problemas e necessidades domésticas e do objeto arquitetônico são diferentes em qualidade e complexidade da escala de uma cidade. Ainda, deve-se considerar que os conflitos e divergências que podem existir numa simples agregação familiar, com desejos organizados sob uma cultura particularizada, são diferentes, pois existem entre indivíduos em proporção numérica infimamente menor do que os habitantes de uma cidade, na qual há grupos de indivíduos e classes sociais com necessidades mais complexas e cujas relações são marcadas, por vezes, por contradições profundas.

Para Souza (2010), o pensamento bem exemplificado em Le Corbusier reside no “horror a conflitos sociais, trabalhando com um ideal do progresso e harmonia sociais a ser alcançados graças às reestruturações espaciais”. É nesse sentido que os arquitetos modernistas rezam a cartilha do caráter funcionalista do zoneamento convencional, o qual incorpora e acoberta a sua dimensão socialmente excludente e conservadora pois a “forma segue a função”.

Caberia ao arquiteto o poder de informar qual é o destino das cidades, e, ao governo, o poder de decidir, programar e implementar as políticas de intervenção. O Estado, interventor ou regulador, afirma-se como a esfera responsável por planejar, disciplinar, ordenar e governar a cidade, independentemente dos cidadãos. Os planos e as leis de uso e ordenação do território são os instrumentos fundamentais para a implantação do projeto modernista, e o normativismo jurídico é utilizado como instrumento de imposição de uma ordem técnica legitimada e estabelecida pelo Estado. Esse método fundamentado pelo discurso técnico e pela implementação de uma ordem rigorosa, a partir da segunda metade do século XX, ganha autoridade junto às instâncias de decisão político-administrativas e alcança aplicação mundial (OLIVEIRA FILHO, 2009).

Entretanto, a partir dos anos de 1950, há um levante de críticos aos preceitos e métodos do urbanismo do Movimento Moderno. Destaca-se, nesta pesquisa, o trabalho da jornalista e etnógrafa Jane Jacobs em *Morte e Vida das Grandes Cidades*, de 1961 (JACOBS, 2000) e do filósofo e sociólogo Henri Lefebvre, em *Direito à Cidade*, de 1968 (LEFEBVRE, 2001). Ambos autores concordam que as ferramentas de projeto à disposição nunca poderiam compreender a complexidade da vida social, uma vez que a vitalidade urbana fogia a qualquer possibilidade de previsão, além de repudiarem a ideia modernista do traçado urbano pensado como uma espécie de obra de arte totalmente apartada da vida real.

Lefebvre (2001) critica a resposta do planejamento urbano funcionalista à emergência da urbanização promovida pelos deslocamentos populacionais advindos das zonas rurais para as cidades. O autor rejeita o padrão modernista de reestruturação massiva das áreas urbanas a partir da construção em série de habitações de interesse social, em geral na

periferia das cidades, ou de cidades inteiramente novas. Para o autor, essas transformações urbanas implicaram, do mesmo modo, em uma modernização fundamental da vida cotidiana, o que o autor identifica, em sua pesquisa, como uma “crise da cidade”. Para Lefebvre, essa crise consistia, principalmente, em uma tendência à homogeneização de estilos de vida e também em uma construção e colonização da vida cotidiana.

Ao contrário dos planos modernistas, Jacobs (2000) enaltece a vida cotidiana nos bairros, contrapondo-se as políticas de zoneamento dos modernistas. Se estes implicavam que os habitantes da cidade buscassem a contemplação solitária do vazio e da ordem, a autora contra-argumenta essa tese, demonstrando que uma rua viva sempre possuiria, ao mesmo tempo, usuários e observadores e que “o homem procura o homem”. Para Jacobs, a cultura de uso dos espaços urbanos seria responsável por fomentar a sociabilidade e um sentimento de cooperação e “confiança” entre os vizinhos servindo de “os olhos da rua”:

Ao falar a respeito da segurança nas calçadas, mencionei a necessidade de haver, no cérebro por trás dos olhos atentos à rua, um pressuposto inconsciente do apoio geral da rua quando a situação é adversa - quando um cidadão tem de escolher, por exemplo, se quer assumir a responsabilidade, ou abrir mão dela, de enfrentar a violência ou defender desconhecidos. Existe uma palavrinha para esse pressuposto de apoio: confiança. A confiança na rua forma-se com o tempo a partir de inúmeros pequenos contatos públicos nas calçadas (...) A soma desses contatos públicos casuais no âmbito local - a maioria dos quais é fortuita, a maioria dos quais diz respeito a solicitações, a totalidade dos quais é dosada pela pessoa envolvida e não imposta a ela por ninguém - resulta na compreensão da identidade pública das pessoas, uma rede de respeito e confiança mútuos e um apoio eventual na dificuldade pessoal ou da vizinhança. A inexistência dessa confiança é um desastre para a rua. Seu cultivo não pode ser institucionalizado (JACOBS, 2000, p. 60).

A contribuição do trabalho de Jacobs reside em apontar para a importância da diversidade nas cidades, indicando que os espaços públicos possuem uma dimensão social, além de seu caráter de infraestrutura física urbana. A tentativa modernista de desmaterialização das ruas, vistas como sinônimo de perigo e caos, deixa entrever alguns vestígios das políticas higienistas, que se materializaram na proposição da circulação urbana separada dos volumes edificados, com maior importância para vias por onde pudessem passar automóveis. Ao contrário dos modernistas, a autora faz campanha a favor das ruas, e propõe que elas não sejam pensadas como simples elementos de mobilidade, mas como



espécies de aparelhos de intercâmbio dos habitantes, além da função de circulação. Desta forma, Jacobs exhibe um pensamento aplicado aos espaços públicos impregnado de preconceitos e que foram extremamente nocivos para o desenvolvimento humanizado das cidades.

Muito embora política não parece fazer parte do pensamento moderno para a cidade, já que este se apresentava sob o preceito da pretensa neutralidade, o que se demonstrou é um pensamento moderno impregnado de conteúdo ideológico. O urbanismo moderno propõe a sua autonomia em relação à política, apresentando-se como uma doutrina dogmática vinculada a interesses específicos do grupo promotor que está no poder. Os modernistas acreditam numa ética própria, ou seja, que os seus planos são eficazes para transformar as cidades e acrescentar qualidade à vida humana. O movimento modernista incorporou o positivismo e o traduziu para o urbanismo. O que se corrompe no urbanismo modernista é exatamente a sua dimensão ideológica. Sobre o conteúdo ideológico do discurso modernista, Lefebvre (2008) afirmaria:

Le Corbusier ideologiza racionalizando, a menos que seja o inverso. A ideologia (o discurso) sobre a natureza, o sol, e o verde, mascara para todas as pessoas desta época, mas sobretudo para Le Corbusier, o sentido e o conteúdo dos projetos. A natureza já se distancia/se afasta; ela não serve mais de referencial, sua imagem portanto torna-se exaltante/louvável (p. 42).

A adesão do modelo progressista, que progrediu inclusive ao planejamento urbano de diversas cidades pelo mundo todo, não se deve tanto à sua eficácia ou à sua capacidade para tornar a vida dos cidadãos melhor, mas na habilidade de produzir um imaginário simbólico de desenvolvimento e organização por meio de cidades abstratas. O modelo funcionalista deste movimento estético foi, de fato, mobilizador, uma vez que joga retoricamente ao patamar de verdade técnico-científica representados em um desenho em que tudo é funcional, inclusive a vida. Essa visão formal-funcionalista escamoteia sua ideologia intrínseca. A suposta abstração das formas do urbanismo moderno serviu de máscara para sua despolitização.

Corroborando com Oliveira Filho (2009), o urbanismo modernista constitui-se, muitas vezes, na imposição de fundamentos técnico-científicos executados autoritariamente pelo Estado. Isso ocorre porque esse modelo de urbanismo instaura um problema com dois eixos: o jurídico e o político. O problema jurídico traduz-se no uso do direito como instrumento de imposição da força do Estado, em que a questão da justiça, do equilíbrio e do contraditório não se apresenta, pois já está posto no “plano ideal”. O problema político consiste no uso autoritário do direito como instrumento de supressão do conflito, de imposição da ideologia modernista (tecnicismo, funcionalismo e racionalismo) ou seja, um autor determina a forma que a cidade deve ter, sem a participação de seus habitantes (OLIVEIRA FILHO, 2009).

É nesse sentido que, novamente, esta pesquisa afirma que o urbanismo, sob este viés moderno, também opera sob a ordem policial nos termos de Rancière. Codificar a vida, apreendê-la em um desenho, depois delimitá-la no espaço homogeneizado levou à colonização da vida cotidiana. O urbano, construído e vivido como prática social, vai desaparecendo em arquiteturas brancas de procedimentos cartesianos, que procuravam dissipar a vida cotidiana em meio a objetos abstratos. A ordem policial sempre visa o favorecimento da partilha e a manutenção da ordem dos lugares. A engrenagem funcionalista da cidade-máquina tende ao ordenamento das classes e a garantia e segurança de bons trabalhadores. Não é à toa que grande parte dos planos urbanos modernistas se efetivaram para cidades industriais.

Se, na urbe moderna, o urbanismo seria responsável por garantir a circulação de mercadorias de forma funcional, a sequência dessa história é o projeto da cidade neoliberal, que está intrinsecamente ligado à produção de lugares de consenso, onde possa aflorar sem empecilhos. Ele não é concebido como lugar de exercício das cidadanias locais, mas em âmbito de gestão capitalista, no sentido de se tornar atrativo para investimentos, no qual o capital internacional possa instalar-se e multiplicar-se.

O urbanismo do capital atinge seu ápice no advento do neoliberalismo, a partir dos anos 1970, e desenvolve-se por meio de um modelo de cidades globais, em que os governos se empenham em cobrir determinadas fatias do espaço com uma infraestrutura que sirva às

multinacionais, não aos cidadãos. Essa passagem determina o deslocamento de uma ideia de cidade enquanto polis, de encontro e confronto entre os cidadãos, para a ideia de cidade como sujeito e objeto de negócios e de espetáculo do consumo. Não existe neutralidade em arquitetura e urbanismo e, como será possível ver, cada vez mais ela serve ao mercado.

### 1.3 O neoliberalismo urbano: a cidade leiloada

A passagem de um modelo modernista de cidade para o neoliberal situa-se a partir de princípios de gestão empresarial aplicados aos espaços urbanos. Para Arantes et al. (2000), a ideia da cidade como empresa e mercadoria estaria ligada à construção de “insumos valorizados pelo capital transnacional”. Segundo este modelo, os equipamentos urbanos constitutivos das cidades se tornam precisamente aqueles que servem aos atores do capital internacional em fluxo:

No modelo modernista, o que seduziu e inspirou os urbanistas na empresa foi a unidade de produção: são os princípios de organização da produção que são transpostos para o plano urbano. Agora, os neoplanejadores se espelham na empresa enquanto unidade de gestão e negócios. Assim, ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. Agir estrategicamente, agir empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado. É o próprio sentido do plano, e não mais apenas seus princípios abstratos que vem do mundo da empresa privada (p. 86).

Na etapa atual do capitalismo, a necessidade de reinvenção das cidades é orientada pela ênfase neoliberal da competição: as cidades, para sobreviverem, precisam adotar uma postura competitiva umas em relação às outras (VAINER, 2000). A cidade era percebida como um aspecto promotor da geração do aumento do valor de um bem por Lefebvre (2008, p. 155), desde a década de 1970, quando o autor afirmava que “o espaço não é mais um meio indiferente, a soma de lugares nos quais a mais-valia é criada, realizada e distribuída. Ele se torna o produto do trabalho social, o próprio objeto geral da produção, e, conseqüentemente, da formação de mais-valia”.

Sem uma divisão clara entre o que é uma organização justa do espaço urbano e o que são necessidades de acumulação e circulação do capital, a doutrina do capitalismo flexível engendra novos usos e funções à cidade. Sem soluções urbanísticas que se adequem à aceleração dos processos de urbanização devido ao exponencial crescimento da população urbana, as profundas transformações econômicas têm determinado deslocamentos radicais

nas políticas de urbanismo, nas últimas três décadas. O advento do neoliberalismo impactou profundamente as relações entre capital, Estado e sociedade, modificando o papel da cidade nos processos de acumulação (VAINER, 2000).

Se, antes, o modelo progressista serviu para consolidar uma forma de controle do espaço pelo Estado, por meio do planejamento urbano, o espaço urbano agora foi fatiado e leiloado ao mercado em forma de fragmentos urbanos desenvolvidos por meio de grandes projetos urbanos. Muda-se a escala espacial e acentua-se a força do capital aplicado a espaços da cidade. Nesse contexto, vários são os autores que asseveram que haveria, no mundo, uma crise das cidades, como afirma Hall (2011, p. 407):

Houve um momento no decorrer da década de 1970, em que o movimento urbanístico começou a plantar bananeira e a virar do avesso; pareceu mesmo, por vezes, durante os anos 1980, estar à beira da autodestruição. O planejamento convencional, a utilização de planos e regulamentos para guiar o uso do solo pareciam cada vez mais desacreditados. Em vez disso, o planejamento deixou de controlar o crescimento urbano e passou a encorajá-lo por todos os meios possíveis e imagináveis. Cidades, a nova mensagem soou em alto e bom som, eram máquinas de produzir riqueza; o primeiro e principal objetivo do planejamento devia ser o de azeitar a máquina. O planejador foi-se confundindo cada vez mais com seu adversário, o empreendedor; o guarda-caça transformava-se em caça furtivo.

O debate da crise do planejamento urbano<sup>4</sup> no Brasil também está presente nas últimas décadas. Segunda Villaça (1995), o planejamento urbano desenvolvido no período entre 1970 e anos 2000 apresentou diferentes modalidades, e parte do problema é que os planos nunca saíram do papel. Villaça, em “A crise do planejamento urbano”, rebate a crítica que aponta para a morte do planejamento. Segundo ele, os que “encaram o plano diretor em si, enquanto ideia, enquanto formulação acadêmica, sem considerar que estes quase nunca levaram à decisões políticas e que raramente saíram das prateleiras ou foram responsáveis por ações concretas sobre nossas cidades” (VILLAÇA, 1995, p. 46). E complementa esta crítica

---

4 A própria terminologia usada para se referir ao campo de conhecimento e ação de projeto e regulação das cidades ganha, além do termo urbanismo, uma miríade de expressões como Planejamento Urbano, Projeto Urbano, Engenharia Urbana, etc (Rovati, 2013; Oliveira; Rovati, 2016). Esta tese adotará o termo Planejamento Urbano a partir desse momento.

com a teoria do “plano-discurso”: “uma mera construção mental que despolitiza a questão do planejamento” (ibidem, p. 48). Para o autor o plano é “ideológico no sentido de uma ideia dominante que se autonomiza, descola da realidade, ocultando-a, e com isso, facilitando a dominação das classes populares”. Por isso, ele considera que, no Brasil, possivelmente, nunca tenha existido planejamento urbano. Assim sendo, questiona como seria possível decretar sua morte. No entanto, o autor reconhece que, na década de 1990, sob a pressão do mercado imobiliário, as leis de planejamento urbano “são feitas pelas classes dominantes para as classes dominantes”.

É função do planejamento urbano, portanto do Estado, equalizar os desequilíbrios sociais com reflexos no espaço urbano. Contudo, seria ingênuo não reconhecer que o Estado não é isento ou desinteressado no uso do solo como mecanismo de reprodução do capital. O Estado atua como agente de obras, regulações e incentivos que expressam a lógica mercantil aplicada a promoção de lugares específicos. Portanto, é cada vez mais evidente a renúncia sucessiva e seu fraco desempenho como componente regulador do equilíbrio social urbano quando faz a adoção de papel coadjuvante em processos empreendedores do chamado urbanismo neoliberal (VAINER, 2000).

Nesse contexto, pedaços das cidades passaram a ser investidos como espaços diretos da valorização e financeirização do capital. Para Arantes et al. (2000, p. 79), essas partes urbanas estão localizadas em “espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação, segurança...”. Em coalizão com os agentes do capital local, os governos articulam-se nacional e internacionalmente para atraírem investimentos, lançando as cidades em uma verdadeira guerra empresarial umas com as outras. Ganha quem oferecer as melhores condições para a instalação de negócios e empresas. Desempenhando as mesmas lógicas de mercado para captar os fluxos financeiros, o Estado atualmente passa, assim, a assumir-se como um protagonista neoliberal.

Em contrapartida, nos anos de 1990, irromperam, em cidades do mundo todo, uma série de atos políticos de repúdio e revoltas contra a precarização da vida e contra o



capitalismo, realizados por movimentos contra-comportamentais com impacto na vida pública. Movimentações coordenadas de mesmo sentido acontecem fora das instituições políticas e são organizadas de forma solidária para pessoas que demandam mudanças na sociedade. Estes processos expandem os horizontes de interação entre atores de diversas bases sociais, que se articulam em prol de maior participação democrática e pela melhoria de suas vidas.

A vida nas cidades é um dos motes aglutinadores desses levantes e, por isso, Castells (1983) chama essas organizações de “movimentos sociais urbanos”. O autor conceitua-os como uma forma de descrever um sistema de práticas sociais confrontadoras da ordem estabelecida, motivadas por contradições específicas da problemática urbana e em busca de participação política. Esses movimentos produzem um tipo de ativismo que se mostra contrário à lógica do urbanismo empresarial ou da cidade neoliberal (e demais denominações), os quais apresentam uma forma de produção urbana que distribui mal e acirra formas de disputa na cidade.

Setores populares e médios emergiram no âmbito da política local, reivindicando direitos ou fazendo críticas aos modelos de desenvolvimento. Contestações públicas passaram a fazer parte da vida política em contextos muito variados, contribuindo para demarcar orientações, valores e investimentos da sociedade. As reivindicações sociais se deram na cidade, com grande variedade reivindicatória, cujo eixo determinante de lutas centrava-se no crescente processo de exclusão dos benefícios da urbanização. As insurgências acontecem exatamente nesses pedaços urbanos que são vendidos sem consentimentos dos cidadãos. Também por isso, uma das saídas imaginadas e testadas foi a participação popular no âmbito do planejamento urbano.

#### **1.4 Participação popular no planejamento urbano: espaços convidados e atores consolidados**

Na definição de Ana Clara Torres Ribeiro, o planejamento, “como ação de natureza estratégica e projetiva, é, em sua essência, um fato político” (2008, p. 1). O planejamento urbano envolve inúmeros fatores físicos e impacta a vida de muitas pessoas e, por isso, tensões entre interesses coletivos e interesses particulares configuram seus processos, que são marcados por conflitos e objetivos nem sempre consensuais. O debate sobre as práticas do planejamento urbano tem sido direcionado para as possibilidades de democratização e participação pública nas decisões sobre os rumos da cidade e na relação entre Estado e sociedade. Segundo Villaça (2005), nos últimos anos, vem ocorrendo uma ampliação gradual dos meios de participação e um aumento da consciência do papel da sociedade como agente do processo de promoção de planejamento urbano por meio de instrumentos, como o plano diretor participativo, o orçamento participativo, as assembleias e os conselhos de deliberações sobre projetos urbanos.

O princípio da gestão democrática da cidade está previsto na Constituição Federal de 1988, que institui a necessidade de instrumentos democráticos de gestão em vários campos da administração pública, o que inclui a determinação de um planejamento participativo, mediante a cooperação das associações representativas no planejamento municipal como preceito a ser observado pelos municípios (art. 29, XII). O Estatuto da Cidade explicita a diretriz geral do planejamento participativo de forma ampla, no seu artigo 2º, II, determinando “a participação da população e de associações representativas da comunidade, na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos urbanísticos” (ESTATUTO DA CIDADE, 2008). Conforme registra Oliveira Filho (2009) merecem destaque algumas das formas de gestão democráticas previstas no Estatuto da Cidade, como, por exemplo, a criação dos conselhos municipais, estaduais e nacionais de desenvolvimento urbano, a obrigatoriedade das audiências e das consultas públicas, a gestão orçamentária participativa, a previsão da realização de Estudos de Impacto de Vizinhança, as sanções para qualquer forma de limitação à participação e a possibilidade de intervenção

judicial via ação popular e ação civil pública, bem como por meio do mandado de injunção, concedendo, ao cidadão, legitimidade para exercer a tutela jurisdicional em questões urbanísticas, conformando um direito subjetivo de personalidade.

A definição do que seja um tipo de planejamento participativo é uma questão ampla. Porém, pode-se considerá-lo, primariamente, como qualquer sistema de planejamento urbano que possibilite a participação efetiva das populações nos processos de planejamento e gestão do território, independente da sua formatação. O escopo e a definição de planejamento participativo abarcam outros tipos de planejamento, como o planejamento comunicativo e o planejamento estratégico-participativo, que possuem uma série de pontos em comum e algumas especificidades, dentre elas a reivindicação concreta de acesso ao poder e a crítica ao modelo de participação política no Estado nas democracias liberais. Especificamente sobre o planejamento participativo, este surge da necessidade de democratização do controle popular na atuação do Estado, estando relacionado também ao controle da destinação dos recursos públicos relacionados à cidade. Essas relações, porém, levantam questões teóricas complexas, tais como a legitimidade do poder, o sistema de decisão e a qualidade da participação (SOUZA, 2010).

Para ser considerado participativo, o método deve corresponder a intensidades determinadas de participação. Segundo leitura de Oliveira Filho (2009) dos graus de participação, o primeiro grau de participação consiste, essencialmente, em disponibilizar informação. Embora não seja possível contestá-la, se não houver a comunicação através da informação, não há participação. O segundo grau de participação consiste em ampliar os procedimentos administrativos regulamentares, introduzindo sistemas de consulta ou de pesquisas públicas. O terceiro grau de participação é aquele em que há a partilha do poder de decisão do Estado, havendo uma renúncia dessa decisão em determinados assuntos por parte dos poderes constituídos, passando a responsabilidade à população. A decisão pública não somente fundamenta as deliberações como também se vincula à prática de gestão do administrador. Já o quarto grau, caracterizado pela autogestão ou participação autônoma, é um sistema radicalmente democrático, de perspectiva do modelo de Democracia

Deliberativa. Um modelo de planejamento participativo relaciona-se, nesse sentido, à teoria da democracia participativa, tanto do ponto de vista do lugar dos cidadãos nos processos políticos, bem como da racionalidade, da liberdade e da comunicação, porém, com técnicas de efetivação, como instrumento de política ou prática de intervenção governamental.

A partir de uma série de autores, Bugs (2019) elencou qualidades da participação da população nos processos decisórios sobre as cidades, como, por exemplo, gerar confiança e comprometimento da população para alcançar resultados viáveis, melhorar a legitimação das decisões públicas aplicadas pelos governos, construir aprendizagem e capital social e empoderar e fortalecer o exercício da cidadania. Segundo a autora, as vantagens eleitas pelos autores por ela referidos dizem respeito ao desenvolvimento de um sentimento de corresponsabilidade e comprometimento que o envolvimento popular poderia gerar. Ao valorizar e envolver a sociedade, poderia haver a melhora na legitimação das decisões, o que se traduziria em ganhos de eficiência na gestão pública. Este empoderamento da cidadania fortaleceria o exercício político e dos direitos civis, além de capacitar os governos a captarem as reivindicações sociais. Para alguns autores levantados por Bugs (2019), a participação cidadã envolveria, principalmente, mudanças no *status quo* dos participantes, pois os levaria a obterem informação e a serem uma fonte especial de conhecimento, já que eles conhecem os problemas locais cotidianos, podendo fornecer detalhes que normalmente não estão disponíveis em outras fontes de dados.

Há algumas possibilidades de a população participar no planejamento urbano. Dentre elas está o Plano Diretor — instrumento legal que especifica os usos do solo urbano e os padrões para a forma das construções. Outra possibilidade de participação são os conselhos deliberativos, as audiências, as consultas e as assembleias. O conselho é uma instância participativa legalmente estabelecida, um órgão administrativo colegiado, de caráter deliberativo e/ou consultivo, com representantes da sociedade e do poder público (BUGS, 2019). Os conselhos podem ser formados por temas como, por exemplo: Conselho do Plano Diretor e Conselho Ambiental etc. Já as audiências e assembleias, segundo o Estatuto da Cidade (2008, p. 207), são consultas públicas que devem ser promovidas pelo poder público a

fim de garantir a gestão democrática da cidade. As audiências e assembleias públicas podem ser solicitadas pelos cidadãos, por meio das associações representativas da sociedade, para tratar de assuntos referentes à política urbana perante os entes federativos da União, dos Estados e dos Municípios e os Poderes do Executivo e Legislativo, em âmbito federal, estadual e municipal. Cabe a cada município regular como a população poderá recorrer da possibilidade de requerer uma audiência, pois o Estatuto reforça que se deve prever a organização paritária para a “representação do poder público, do setor privado e da sociedade civil” (*ibidem*, p. 205).

Além desse formato, as audiências também são um recurso para o instrumento da gestão orçamentária participativa, que diz que o Poder Público Municipal deve ser objeto de controle social, garantida a participação de comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil. O Orçamento Participativo serve, dentre outras coisas, para colocar em prática uma série de ações urbanas condizentes com os princípios e estratégias de desenvolvimento urbano, preconizado pela administração pública. Embora seja um instrumento de participação popular, o Orçamento Participativo é um instrumento político-administrativo e de gestão administrativa (execução orçamentária e intervenção pública) e não de planejamento urbano propriamente dito (OLIVEIRA FILHO, 2009).

Contudo, segundo Villaça (2005), o debate sobre a cidade é restrito a uma parcela pequena da população, que não é suficientemente representativa. Por isso, a maioria da população não se sente contemplada nos temas e nos formatos atuais. Da mesma forma, Bugs (2019) reúne outra série de críticas aos processos participativos, principalmente no que se refere aos métodos de participação. Dentre as críticas recolhidas pela autora, destaca-se, por exemplo, a dificuldade em relação ao acesso aos locais e aos horários das assembleias, apresentações excessivamente técnicas, controle de informação e dos temas em debate, hierarquias e/ou desproporcionalidade na participação concentrada em poderosos com interesses privados, atmosfera conflitiva, pouco convidativa ou desencorajadora ao debate, ambiente individualista e concentrado na ideia de uns contra os outros e/ou contra o Estado, e direção a uma solução preestabelecida.

Nesse mesmo sentido, Villaça (2005) critica duramente os Planos Diretores Participativos que estão sendo elaborados no Brasil e os considera apenas uma ilusão de participação para conferir um toque de democracia. O problema principal identificado pelo autor refere-se à desigualdade da participação pública, que revela a própria desigualdade social do país. Enquanto a maioria da população não consegue participar, porque está trabalhando, não tem acesso, e, muitas vezes, não entende a informação, a outra parte, é uma minoria, na maioria dos casos bastante ativa, organizada e informada, o que não garante equidade de interesses e representação. Para o autor, não raramente, quem aparece para participar são os grupos e classes sociais que têm não só poderes políticos e econômicos, mas, também, diferentes métodos de atuação, acessos diretos ao poder e, principalmente — algo que procuram esconder — os interesses particulares. Na visão de Villaça (2005), essa participação serve, em última instância, apenas para legitimar um resultado.

Segundo mapeamento de Abers (2000), a literatura aponta, ainda, para três problemas da participação no planejamento urbano. O primeiro é o *problema de implementação*, ou seja, mesmo quando os governos buscam implementar mecanismos participativos voltados para integrar grupos menos poderosos no processo decisório, os mais poderosos têm força para impedir essa participação. O segundo é o *problema da desigualdade*: ainda que espaços sejam criados para que todos participem, as desigualdades socioeconômicas tendem a criar obstáculos à participação de determinados grupos sociais, geralmente aqueles socialmente mais fragilizados. O terceiro é o *problema da cooptação*: mesmo que os espaços de participação sejam genuinamente representativos, o desequilíbrio entre o governo e os participantes, no que se refere ao controle da informação e dos recursos, faz com que a participação seja manipulada pelos membros do governo.

Oliveira Filho (2009) ressalta que, embora ocorra um importante debate atual em torno da incorporação da sociedade civil nos processos deliberativos, é fundamental saber a qual incorporação está se referindo. O autor esclarece que até recentemente, inspiradas pelo debate da ampliação da deliberação, diversas propostas alternativas de desenhos



institucionais e de métodos participativos vêm sendo formuladas e experimentadas — algumas enfatizando a questão da governança e do desenho institucional, ou enfocando a organização do Estado, sua governabilidade e a institucionalização da participação e outras, salientando a capacidade de participação dos atores sociais e seu empoderamento. Nessa perspectiva, destaca-se a pesquisa desenvolvida por Bugs (2014), que contempla novas ferramentas de participação pela internet, o que poderia pulverizar públicos mais diversos e em maior quantidade.

O maior obstáculo para qualquer sistema político democrático é deixar fluir formas de debate abertos ao conflito e à contradição. Mesmo reconhecendo que as cidades se tornaram espaços-chave para os processos de globalização movidos por protagonistas, isso pouco ou nada tem a ver com planejamento urbano. Tampouco esse processo expressa mais vontade de participação popular ou que os mecanismos de participação sejam a grande solução para todos os problemas do planejamento urbano. Uma vez que a sociedade civil organizada assume novos papéis e atribuições na gestão pública, problemas quanto à legitimidade dessa participação podem passar a aparecer, especialmente pela falta de uma reflexão sobre a construção de representatividade a partir de tais organizações e devido à profissionalização dos conselheiros ou à excessiva institucionalização dos processos participativos, que bloqueariam a inserção de novos atores/participantes.

Da mesma forma, a tese de que as cidades não são passíveis de planejamento ou participação popular, questão muitas vezes levantada por pesquisadores e planejadores progressistas, também poderia levar a uma situação “pós-política”, nos termos de Mouffe (2015), em que os espaços de participação democrática são tragados por uma economia radical em curso e a despolarização do espaço social. O problema encontra-se, particularmente, na autoimagem do neoliberalismo: uma afirmação fundamentada de que não há alternativa à ordem existente imposta pelo sistema do mercado. Este fenômeno, característico do que seria um período pós-político, substituiria o governo pela instituição de uma governança. Para Harvey, esta inflexão desloca os processos democráticos e é um entrave imposto pelo neoliberalismo como um outro sistema político:



O direito à cidade não pode ser concebido simplesmente como um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direito políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais. No entanto, o neoliberalismo transformou as regras do jogo político. A governança substituiu o governo, os direitos e liberdades têm prioridades sobre a democracia, a lei e parceiras público-privadas sem transparência substituíram as instituições democráticas, a anarquia do mercado e do empreendedorismo competitivo substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedade sociais (HARVEY, 2013, p. 32).

A instauração de um ambiente de consenso choca-se com aquilo que Harvey (2013, p. 30) defende como sendo um dos principais direitos dos cidadãos: “o direito à diferença”. Apesar de todas essas limitações históricas e contratempos contemporâneos, ainda é possível imaginar um espaço público inclusivo? Wisnik (2018) aponta um argumento relevante à manutenção da liberdade nos espaços públicos. Ele afirma que “para ser público de fato é preciso conflito”. Nesta perspectiva, Reyes (2018) afirma que o espaço urbano é o lugar das diferenças, “O espaço urbano, público, coletivo, feito de diferenças, justamente por isso, público por excelência, não apresenta um único sentido, mas uma multiplicidade de valores que se sobrepõem e que, por muitas vezes, se apresentam de maneira contraditória.” Isso expõe uma questão importante: a ideia de espaço público não está garantida a priori. Ou seja, o espaço público está sempre em estado de emergência, é o lugar da disponibilidade às diferenças e aos dissensos. É isso que o torna público de fato. Visto assim, uma das premissas para a sustentabilidade do espaço público deveria ser entendê-lo com um lugar da incompletude, aberto a ações que o fortaleçam como um lugar dinâmico da esfera pública, ou seja, uma instância para mediar as disputas e as diferenças da sociedade.

É na possibilidade do encontro com o desconhecido e com as diferenças que se enriquecem as percepções, a experiência humana, e que se aprende a habilidade para colocar em questão as condições já estabelecidas da vida. Por isso, há a necessidade de abrir espaços para outros sentidos de participação que, quiçá, possam fertilizar outra imaginação ao planejamento urbano e de ver-se sob outras perspectivas relativas a viver nas cidades. Afinal, a cidade sempre foi um lugar de encontro, de diferença e de interação criativa, um território onde a desordem tem seus usos e direções, suas diversas formas culturais e de desejos. Se há uma força pós-política em curso, então é preciso mais política e mais encontros. A política, associada ao exercício de evidenciar as diferenças de acesso à espaços

de igualdade e à justiça social, suscita a esta pesquisa aprofundar a noção de esfera pública para encontrar formas de fortalecer o debate sobre a participação popular no planejamento urbano. Nesse sentido, investigar a concepção da esfera pública tem, como premissa, reconhecer tipos de arenas e práticas que impactam e fazem política.

---

**2**

**A ESFERA PÚBLICA  
E A PARTE DOS SEM-PARTE**

---



(1) Bar Café Gaúcho na cidade do Rio de Janeiro, 1911. Modificado pelo autor. Fonte: Autor Desconhecido/Acervo MIS.

(2) Manifestação das Mulheres por Direitos Cívicos (sufragistas) durante Revolução Industrial, 1900. Publicação em janeiro, 2016. Modificado pelo autor. Fonte: Autor Desconhecido/History Crunch.

(3) Marcha das Vadias: o movimento feminista. Modificado pelo autor. Publicação em maio, 2012. Modificado pelo autor. Fonte: Camila Galetti/ UFPB.

(5) Martin Luther King discursando em frente a Rotunda do Capitólio 1963, EUA. Modificado pelo autor. Publicação em maio, 2018. Modificado pelo autor. Fonte: Getty Images/The New York Times.

(6) "Don't Make A Wave Committee": manifestação contra uso de energia nuclear que deu formação ao Greenpeace posteriormente, Canadá, Maio, 1971. Modificado pelo autor. Fonte: Media Greecpeace.

(7) "La Lecture de Moliere" de Jean-François de Troy, 1727. Modificado pelo autor. Fonte: Global Gallery.

(8) Frente Negra Brasileira (FNB): movimento de ativismo negro que apoiava integralismo. Setembro, 1935. Modificado pelo autor. Fonte: Biblioteca Nacional/BBC News.

No capítulo I, esta investigação procurou articular, no âmbito do planeamento urbano, os pressupostos históricos que construíram o território discursivo da ordem policial, objeto das contestações das práticas urbanas insurgentes. Registrou-se como o espaço urbano tornou-se forma de acumulação e projeto estético e a cidade passou a ser desenhada como forma e elemento para a beleza do espetáculo, com atores e espectadores. Este modelo exclui e sobrepõe-se às relações sociais intrínsecas à diversidade que a cidade reúne e colonializa o cotidiano. Este estudo associa esses pressupostos a uma ordem policial, nos termos de Rancière (2018), pois as práticas urbanísticas são utilizadas como instrumentos na distribuição dos lugares e funções das coletividades, materializando a configuração espacial dessas ocupações. Ao se utilizar de sistemas de legitimação dessas distribuições sócio-espaciais, a partir de especulações teóricas e discursos técnico-científicos e estéticos, o urbanismo operou e foi operado sob preceitos de uma ordem policial aplicada ao espaço urbano. A pesquisa sinalizou que, quando há o encontro litigioso entre a ordem policial, na cidade, e o vazio da igualdade, tem-se o lugar do qual emerge a política dos atos insurgentes.

No capítulo II, não se analisa os dispositivos da ordem policial, como, por exemplo, o urbanismo hegemônico ou sistema político que estrutura os poderes do Estado e o acesso aos meios institucionais de representação democrática nele, mas, se investiga a rede de relações e ações sociais que orbitam em torno do sistema político e que o afeta — a esfera pública. Este capítulo procura ventilar atualizações teóricas sobre a participação popular, investindo em três noções muito caras a esta pesquisa: esfera pública, movimentos sociais e ativismo urbano. O conceito de esfera pública ganhou grande destaque na segunda metade do século XX e, dentre muitas temáticas, é aplicado nas discussões sobre democracia e movimentos contestatórios e/ou ações da sociedade civil. A ideia de esfera pública como um espaço público para comunicação política remete a um corpo de pessoas privadas, independentes do Estado e do mercado, que discutem uma variedade enorme de temas e questões, que podem incluir experiências do cotidiano, urbanização, democracia, dinheiro público, religião, valores e convicções de mundo etc. Como poderá ser visto na primeira seção, a investigação de teóricos como Arendt e Habermas sobre esfera pública orbitou em verificar que condições históricas, sociais e institucionais formaram, em distintas sociedades,



espaços públicos de discussão crítica sobre questões comuns, conduzidas por pessoas dispostas a utilizar a argumentação para debater e proclamar assuntos públicos de forma crítica.

A partir de Rancière, problematiza-se que, antes do equilíbrio entre forças na sociedade, deve-se reconhecer que existe uma divisão entre aqueles que falam e os que não têm direito de se expressar, pois sua fala não é compreendida, sendo apenas “manifestação de dor e prazer”. Essa visão permite sinalizar o parcelamento sobre aqueles que têm direito de reivindicar enquanto grupos sociais, mas têm seus direitos cancelados *a priori*. Rancière (2018) pondera que “A falsa continuidade do útil ao justo vem denunciar a falsa evidencia da oposição tão incisiva que separa os homens dotados de *logos* dos animais limitados unicamente ao instrumento da voz (*phoné*) [...]” (RANCIÈRE, 2018, p. 35).

A política existe na medida em que o *logos* não é apenas palavra, mas também a contagem realizada ou a parcela dos “dotados de domínio da palavra” dentre os “sem-parte” ou os “incontados”. Essa contingência de toda ordem social evidencia a “comunidade política como antagonismo de partes da comunidade que não são verdadeiras partes do corpo social”, mas de “seres sem nome, privados de *logos*, quer dizer, de inscrição simbólica na cidade” (RANCIÈRE, 2018, p. 35; p.37). Ocorre, portanto, que, no interior da política, existe sempre um dano que é duplo, que se apresenta no conflito constitucional em torno da relação entre a capacidade do ser falante sem propriedade e a capacidade de política.

Assim, a síntese da primeira parte é que a noção teórica de esfera pública se condiciona a certa idealização, o que encaminha o debate para a seção seguinte, em que a crítica a essa esfera seletiva amplia o método de investigação, direcionando-se a uma esfera pública com distintas formas de manifestação e formação. O que interessa reter dessa discussão é o fato de, no decorrer dos anos, diversas reformulações dessa noção passarem a considerar a emergência de novos segmentos sociais e a possibilidade de que novos fluxos comunicativos possam ser mobilizados no debate público. O intuito da seção é, primeiramente, demonstrar que parte da população não consegue se inserir e acessar espaços de representação e influência no sistema político tradicional, mas, nem por isso, deixa de agir, articulando-se por outros meios e outras formas de comunicação, a fim de agir

e expressar a sua política, uma que diz respeito, em princípio, à demonstração de que essa população existe. O objetivo da seção é organizar um conjunto de autores que possibilite criar recursos conceituais para auxiliar na observação dos componentes da esfera pública das práticas urbanas insurgentes. Nesta seção, questiona-se, portanto, que noções teóricas dão conta das participações públicas e que tipo de esferas públicas surgem na emergência de novos atores, como, por exemplo, as que apresentam participantes das insurgências, retratados nesta tese.

A terceira seção deste capítulo expõe, por meio de distintas análises, que a existência de movimentos contestatórios é mobilizada diante das adversidades do mundo da vida correlacionadas ao desenvolvimento urbano. Nesse contexto, em que a urbanização passa a manifestar fortes sinais de avançada fragmentação a intensificação de conflitos, ampliaram-se formas de protesto e de mobilização política, e novos atores insurgem-se a isso, mostrando-se contrários à uma racionalidade empresarial da cidade. Esse processo intensificou tensões, conflitos e desigualdades que estão associados à supressão da participação do público e à administração pública centralizada. Esta pesquisa insere-se nesse debate de crise democrática a partir dos novos movimentos sociais e ativismos urbanos porque eles sugerem atualizar consagradas noções de esfera pública. É nesse sentido que esta pesquisa articula as três noções no mesmo capítulo, em uma tentativa de verificar novos significados de esfera pública que emergem da sociedade em consonância aos desejos coletivos de cooperação, não redutíveis às regras do mercado, do comando estatal ou do poder hegemônico.

A diversidade temática das lutas urbanas é resultado da dissolução de princípios políticos que regem a ordem social na cidade, de novas formas de comunicação e interesse pelo “bem viver” urbano. Por isso, a luta dos novos atores sociais pela resignificação das experiências urbanas tem ampliado o “repertório de ação” na cultura política. Assim, a quarta e última seção deste capítulo tem como objetivo investigar qualidades e problemas teorizados sobre os novos movimentos sociais a partir dos ativismos urbanos, considerando sua questão de escala e ciclos de vida. Sujeitos políticos, reivindicando e, mais além, opondo-



se ao planejamento e à gestão conservadores são um importantíssimo ator modelador do espaço urbano, não só capaz de protagonizar resistências e pressões, mas de abrir caminho para ganhos de autonomia que podem ajudar a preparar uma futura ultrapassagem da sociedade heterônoma. A compreensão desta pesquisa é que, para avançar além de interpretações do estilo de ciclo de vida dos ativismos quanto à sua durabilidade e eficácia, deve-se adotar uma compreensão teórica diferente. O que faz a diferença é o fato de a observação dos processos de resistência enquanto luta contra-hegemônica permanecer restrita ao âmbito da escala local ou, na esteira da ampliação dos horizontes de questionamento, contatos, articulações e atuações, essas lutas, a partir da micro-resistência, podem ser compreendidas como constituídas por pautas e ativismos em rede.

## 2.1 Esfera pública: ainda sob um ideal seletivo

Em decorrência da sua proeminência acadêmica, esfera pública é um conceito polissêmico marcado por várias contestações e em constante revisão (KOÇAN, 2008). Os autores mais recorrentes que tratam da temática da esfera pública são Aristóteles, Hannah Arendt, Jürgen Habermas, Nancy Fraser, Charles Taylor, Niklas Luhmann, John Keane, Robert D. Putnam etc (KOÇAN, 2008). Segundo Koçan (2008), existem diferentes linhas teóricas sobre o conceito e, dentre elas, o autor destaca as teorias descritivas, normativas, orientadas para fins (*oriented end*) e orientadas para o agir (*act-oriented*). As teorias descritivas investigam o que a esfera pública “é” e analisam como o a esfera pública afeta a vida política. As teorias normativas tentam explicar o que a esfera pública “deve ser”, baseando-se em princípios e pressupostos. Nas primeiras, existem metas que se quer alcançar no futuro, são procedimentais, deliberativas e discursivas, com foco no consenso e na razão — nessa teoria, Jürgen Habermas é o autor mais proeminente (o qual será abordado a seguir depois de Hannah Arendt). Por outro lado, nas teorias orientadas para o agir, as metas não são importantes, são reflexivas, heterogêneas, contestativas e com relevância para valores — aqui se destaca, nesta pesquisa, Nancy Fraser.

Esfera pública, para Hannah Arendt, seria uma espécie de universo simbólico comum, que “reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer” (1981, p. 62). Embora Arendt (1981) tenha se referido ao termo “esfera pública” antes, o conceito é mais comumente atribuído a Habermas (2014), para quem o conceito refere-se ao debate racional dos interesses comuns entre os indivíduos de uma sociedade, a fim de estimular valores e pressionar o Estado. Essa noção habermasiana, Nancy Fraser (1990) define como um “teatro das sociedades modernas no qual a participação política é encenada por meio do discurso” e, a partir disso, a autora elabora sua visão crítica e amplia o conceito para outras camadas sociais, partindo do reconhecimento de outros públicos e temáticas (FRASER, 1990, p.110). Em síntese, o que é comum ao conceito de esfera pública estaria aproximado da ideia de espaços públicos discursivos relacionados a assuntos comuns, cuja influência política atua fora dos aparelhos do Estado e do mercado.

Arendt (1981) explica que, enquanto na Grécia clássica havia a divisão definida entre o *oikos*, âmbito privado e da economia doméstica, a *polis* era a esfera pública do espaço de interação entre os homens livres. Os homens livres que recebiam o reconhecimento por direito do status de cidadão podiam reunir-se na praça, nos mercados e nas assembleias e interagir, entre iguais, para discutir e deliberar sobre questões da ordem do dia. Por isso, a palavra política possui etimologia grega e provém de *polis*, referindo-se ao corpo de cidadãos, compreendido como o espaço formado por aqueles que participam do governo das cidades. A dimensão clássica grega de política refere-se, portanto, à ação dos cidadãos que, efetivamente, têm poder ou força de decisão na cidade. É esse o sentido da *politeia* grega, entendida como constituição da cidade, e que se refere ao poder político de decisão dos cidadãos.

Arendt (1981) apoia-se na definição de Aristóteles (Política, Livro III, 6, 25 e 30), a qual aponta que *politeia* é uma forma de governo “exercido por todos os cidadãos, para o bem de toda a comunidade”, que tem por fundamento de justiça a presunção de igualdade, ou seja, se apoia na noção de que todos são iguais sob a perspectiva pública, assim, esse seria o ponto de partida para a igualdade social — *ison*. A *politeia*, portanto, seria compreendida como uma forma de governo entrelaçada pela aristocracia e pela democracia, originando o sentido de governo civil. Parte-se dessa noção a constituição da ideia de Estado, e o sentido de regular as relações de poder dentro de uma determinada região.

Conforme Arendt, no discurso aristotélico de isonomia, alternância e equilíbrio no poder, a participação política e da busca do bem comum consistiria no fundamento político essencial às cidades gregas clássicas. Assim, foi o surgimento da cidade-estado o que possibilitou a constituição de uma nova ordem de existência, para além da casa e da família: a existência política (o *bios politikos*). Para Arendt (1981, p. 31), “há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e aquilo que lhe é comum (*koion*). Dessa forma, a ação humana não pode ser imaginada fora da sociedade e depende da presença do outro [...] precedera a fundação da *polis* a destruição de todas as unidades organizadas a base do parentesco.” (ARENDR, 1981, p. 32)

A vida urbana gera o espaço para o dissenso e o desenvolvimento da constituição do saber político como um campo de conhecimento vinculado à capacidade de argumentar, decidir, mediar ou reparar conflitos sociais. Esse saber político, que se aprofunda no urbano, tem, no habitar a cidade, o conflito e a dialética como um dos fenômenos sociais essenciais da humanidade. Para Aristóteles, segundo Arendt (1981), entre as atividades humanas, somente duas eram consideradas políticas e constituintes: a ação (*praxis*) e o discurso (*lexis*). Foi a fundação da cidade-estado o que possibilitou a passagem do ambiente familiar para a esfera pública. Para a autora, isso “não apenas diluiu a antiga divisão entre privado e político, mas também alterou o significado dos dois termos [...] uma vida vivida na privacidade do que é próprio do indivíduo (*idion*), à parte do mundo comum, é ‘idiota’ por definição” (ARENDR, 1981, p. 51). Para Arendt (1981), viver a cidade qualificou a experiência humana:

(...) aos homens passar toda a sua vida na esfera pública, em ação e em discurso, a convicção que estas duas capacidades humanas são afins uma da outra, além de serem as mais altas de todas [...] viver na polis significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força e violência. Para os gregos [...] ordenar ao invés de persuadir eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas (ARENDR, 1981, p. 34).

Dessa concepção de vida pública, nasceu o núcleo conceitual da ideia de democracia, entendida como prática de autogoverno político de cidadãos que deliberavam sobre a vida em comum. A democracia, como sistema político que deriva da participação dos cidadãos nas decisões públicas, surge na Grécia Antiga e dura do século VI ao IV a.C. O sistema foi estruturado, com o tempo, como um modo de organização política que reconhecia, ao cidadão livre, o direito de participar da direção e da gestão dos assuntos públicos. Entretanto, desde sua origem, a democracia era privilégio de uma classe, e, mesmo na democracia moderna, considera-se a existência de classes subordinadas (ARENDR, 1981).

É nesse sentido que Habermas aparece como a principal referência bibliográfica do campo de estudo da esfera pública, sendo sua obra a mais citada, o que leva sua tradição discursiva de esfera pública a dominar a área de estudo sobre este conceito (GARCIA et al., 2019). Apesar da relevância, a abordagem da esfera pública é um conceito com interpretação variável nas obras de Habermas. Os principais momentos de discussão do conceito estão em

suas obras “Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa” (original de 1962), “Teoria do agir comunicativo” (original de 1981), “Direito e democracia: entre facticidade e validade” (original de 1992) e *A Inclusão do outro* (original de 1996). Em virtude da ampla referência ao conceito de esfera pública de Habermas, a pesquisa apresenta, primeiramente, sua abordagem originária, para, nas seções seguintes, apresentar a sua crítica, quadro que leva o autor a revisar seu próprio conceito, e ajuda a pesquisa a interpretar as insurgências urbanas, tema desta tese.

Em *Mudança estrutural da esfera pública*, Habermas (2014) reconstrói diferentes tipos de esfera pública, começando com a divisão de público e privado na Grécia clássica, a gradual dissolução dessa caracterização na Idade Média e a emergência de uma esfera pública representativa nas cortes e nos palácios, para, por fim, alcançar aos novos desenhos entre público e privado de uma esfera pública burguesa e liberal na sociedade moderna. Habermas investiga valores ideais dessa constituição, especificamente em casos na Alemanha, França e Inglaterra do século XVIII em diante, em que as esferas públicas eram como contrapesos aos estados absolutistas, tendo, como principal característica, o debate livre e racional entre os cidadãos burgueses sobre questões públicas. Em meados do século XX, identifica-se transformações nas democracias de massa e no bem-estar social.

A ideia de esfera pública, no sentido de Habermas, é um recurso conceitual que designa um corpo de pessoas privadas discutindo questões de “interesse comum” e assuntos públicos, no qual a participação política é promulgada através do agir comunicativo. É o espaço em que os cidadãos deliberam sobre seus assuntos comuns, sendo, portanto, uma arena de interação discursiva. Essa arena é essencialmente distinta do Estado ou sistema político, pois é um espaço para a produção e circulação de discursos que podem, inclusive, ser críticos ao Estado. A esfera pública de Habermas também é conceitualmente distinta da economia de mercado, pois não é um espaço de relações e discussão sobre vendas/trocas comerciais. Portanto, o conceito de esfera pública não se refere ao que é próprio do Estado, e tampouco diz respeito ao que é organizado em torno de interesses objetivamente comerciais ou econômicos.

O autor informa, no subtítulo do livro “Transformação Estrutural: um inquérito a uma categoria da sociedade burguesa”, que o objeto da inquirição é a ascensão e declínio de uma forma historicamente específica e limitada de esfera pública, que Habermas (2014) chama de “modelo liberal da esfera pública da burguesia”. O foco do autor é, portanto, identificar os caminhos e as condições que tornaram possível a constituição desse tipo de esfera pública, na qual ele identifica uma qualidade que é fundamental à democracia. Para o autor, desenvolveram-se espaços públicos que pretendiam mediar a sociedade via “publicidade” do debate sobre o Estado. A construção dessa esfera esteve estreitamente associada à ascensão da burguesia, assim como ao desenvolvimento das cidades, à propagação dos cafés e dos salões e, principalmente, ao novo papel adquirido pela imprensa, que passou a se configurar como um interface distanciada das instâncias estatais, no qual se debatiam questões públicas e se organizavam opiniões críticas topicamente definidas, capazes de problematizar publicamente a legitimidade das ações do Estado.

Para os burgueses, a concepção da esfera pública teve, como premissa, uma ideia de “ordem social”, e que era necessário separar e mediar a sociedade do Estado. Pelo debate, seriam apartados os interesses do mercado e interesses privados dos interesses comuns. A ideia fundamental de esfera pública burguesa é que deu impulsos à institucionalização de princípios na legitimação política. Ou seja, trata-se da noção de que as opiniões pessoais dos indivíduos podem desenvolver-se num processo racional de debate, em que prevaleça a força do melhor argumento por consenso e pela constituição da crítica pública. Na definição e palavras do próprio autor:

A esfera pública burguesa pode ser entendida, antes de mais nada, como a esfera de pessoas privadas que se reúnem em um público. Elas reivindicam imediatamente a esfera pública, regulamentada pela autoridade, contra o próprio poder público, de modo a debater com ela as regras universais das relações vigentes na esfera da circulação de mercadorias e do trabalho social – essencialmente privatizada, mas publicamente relevante (HABERMAS, 2014, p. 135).

A síntese da noção de esfera pública do autor coloca sua dependência com a delimitação contrastante entre o público e o privado. Por pessoas privadas, entendem-se grupos de pessoas inseridos na lógica do individualismo ocidental, categoria histórico-filosófica observável em sociedades cristãs pré-capitalistas, mas apenas estabilizada com a

consolidação da burguesia. Assim, as pessoas privadas são, *a priori*, indivíduos vivendo em compasso com a urbanização dos espaços — o que pressupõe a multiplicação de lugares de encontro, tais como salões de mansões e clubes e os cafés, comuns na Inglaterra e na França do século XVIII (HABERMAS, 2014).

No começo, isso significava exigir que as informações sobre o funcionamento do Estado fossem acessíveis e que as atividades estatais estariam sujeitas a um exame crítico cujo resultado seria a "opinião pública", no forte sentido de um consenso sobre o bem comum. Mais tarde, isso significou transmitir o considerado "interesse geral" da "sociedade burguesa" ao Estado por meio de formas de garantia legal da liberdade de expressão e das instituições parlamentares do governo representativo. Habermas (2014) apresenta a constituição e a dinâmica da esfera pública moderna sob três dimensões: a) sua infraestrutura social como forma de sociabilidade; b) suas funções políticas de crítica e de racionalização do poder; e c) seus ideais normativos.

A primeira dimensão, muito destacada pelo autor, está no surgimento, no núcleo da família burguesa, de uma subjetividade autônoma, de um ideal de humanidade que forma a base da noção de público. Embora limitada pelo filtro de herança patriarcal, cria-se, no seio do recinto da família burguesa, um espaço de reflexão da vida cotidiana e da interação com o outro. A esfera pública, com intenções críticas e funções políticas, depende desse espaço de autonomia oriundo da vida privada na família, capaz de formar seu próprio juízo sobre suas próprias vivências e sobre as normas da vida em comum. Desse fórum privado, forma-se o seu próprio público em pequenas sessões organizadas em esferas públicas literárias, cujas razões movem-se em torno de si mesmas e consolidam o espaço arquitetônico dos salões das casas burguesas. Diferentemente dos salões da sociedade aristocrática, em que a esfera pública era a da representação e era organizada em rituais e hierarquias de relações, o comportamento no salão burguês era diferente, permitindo a expressão individual das subjetividades em relação ao outro não pertencente à família, construindo um espaço de livre expressão e reflexão diante de um auditório com interesses comuns.

Essas formas e espaços de sociabilidade expandem-se para casas de chás e pubs, que,



só na primeira década do século XVIII, eram três mil em Londres. Esses espaços, aliados aos clubes e círculos de leitores, são extensões e funcionam com o mesmo princípio de exercício de crítica ao cotidiano e de exposição de ideias variadas. Era um tipo de ambiente em que as elites burguesas e aristocráticas conviviam igualmente, elaborando um plano institucional, no que Habermas chamou de “esfera pública literária de caráter privado”. Nesse caminho de dilatação e circulação da prática da crítica, Habermas afirma que a imprensa tem papel fundante do processo. Embora as publicações tenham se dedicado, nos séculos XVII e XVIII, majoritariamente como plataforma de conteúdos de crítica literária e cultural, paulatinamente, e após a queda de leis de censura, os periódicos foram se ocupando de assuntos políticos e das práticas sociais, estimulando com que a esfera pública literária fosse amadurecendo e se expandido a outros âmbitos e temas de discussão, até adquirir o perfil de plataforma ou interface de uma esfera pública politicamente ativa.

Habermas (2014) salienta que as discussões críticas, realizadas por grupos privados em um ambiente de socialização e na imprensa periódica, teve um impacto gradual, mas, ainda assim, transformador sobre a própria forma institucional dos Estados modernos. Ante os reclames do público, o Parlamento era constantemente chamado a responder ao exame da opinião pública e o próprio princípio crítico da esfera pública acabou sendo incorporada às instituições jurídicas, administrativas e políticas do Estado. Com o desenvolvimento dos Estados constitucionais modernos, em que as liberdades são normatizadas, o papel da esfera pública foi formalmente reconhecido como meio de garantir o funcionamento dos direitos fundamentais. Esse progresso, para Habermas, comprova o impacto da esfera pública, gestada na ideia de humanidade desenvolvida na esfera privada da intimidade.

A mudança estrutural que Habermas expõe é como o modelo da esfera pública burguês poderia enfrentar as transformações da vida política no século XIX e manter as virtudes da discussão crítica e racional mediante a crescente industrialização e urbanização e a considerável expansão da forma e do conteúdo da esfera pública, com a inclusão de novos participantes e novos temas. Quando a democratização em massa da esfera pública se amplia para além dos círculos eruditos e do proletariado, segundo Habermas, a própria

opinião pública deixa de ser vista como resultado de uma discussão racional sobre interesses universais e passa a ser vista como a opinião de uma maioria que força a minoria.

Para o autor, há uma contradição crucial na expansão da esfera pública moderna, pois, quanto mais ela se expande, mais o seu princípio, que é o debate público entre pessoas privadas e autônomas, cujo resultado seria a formação da opinião pública ou interesse comum, parece perder força, porque, justamente, vão desaparecendo os fundamentos do âmbito privado, aqueles que Habermas chamou de virtudes humanitárias. Essa retidão é substituída pela prática da agregação, da negociação e do compromisso de interesses privados, e pela transformação de um público politicamente ativo em um consumidor passivo. Nesse processo, a esfera pública é capturada pelos novos meios de comunicação em massa, transformando a política em um espetáculo orquestrado em torno de líderes e partidos, os quais sazonalmente trabalham para obter votos de eleitores despolitizados.

O resultado é a tese de que, sob condições alteradas no século XX, o modelo burguês ou liberal de esfera pública não é mais viável, e quiçá nunca o foi, sendo necessária uma nova interpretação de esfera pública para recuperar a função crítica desse tipo de arena, fundamental à democracia, segundo o autor. Desde o importante prefácio à reedição alemã de 1990 da obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Habermas (2014) reconhece limites da análise da esfera pública.

O potencial utópico de sua concepção burguesa da esfera pública, de fato, não se realiza plenamente em sociedades plurais, a não ser mediante protocolos que se encaminham a um modelo de democracia deliberativa<sup>5</sup>. Importa, portanto, destacar outra ordem de críticas, fornecidas, sobremaneira, para repensar a temática da esfera pública a partir de novas perspectivas teóricas. Assim, pode-se pensar que as críticas procuraram problematizar a formulação de Habermas sobre a esfera pública, chamando a atenção para a desconsideração, em sua obra, da existência de outras esferas públicas na sociedade que, não obstante excluídas da esfera pública burguesa, formularam discursos e participaram, de

---

<sup>5</sup> O autor desenvolveu a teoria da democracia deliberativa em *Teoria do agir comunicativo e A inclusão do outro*.

diferentes maneiras, dos debates sobre questões públicas.

Permanece relevante, para esta pesquisa, incluir, à dinâmica da esfera pública, a infraestrutura social, a forma de sociabilidade, a função política de crítica e a pressão ao poder seja ele qual for. Contudo, encontrou-se limites nas teorias normativas que tentam explicar o que a esfera pública “deve ser”, pois baseiam-se em princípios e pressupostos deliberativos e discursivos com foco no consenso, quando o problema é anterior, residindo na capacidade de visibilidade de uma esfera pública desconsiderada do conflito. Assim, teorias orientadas para o agir, em que as metas são heterogêneas e contestativas, podem auxiliar no encaminhamento teórico e no suporte para novas atualizações conceituais.

Pois, afinal, existem outras esferas públicas? Como elas se organizam discursivamente? Se a concepção da esfera pública teve, como premissa, uma ideia de “ordem social”, que ordem, valores e interesses produzem outras esferas públicas? Isso significa reconhecer outros tipos de arenas, outras práticas e maneiras de impactar e fazer política. Se o sistema político-democrático pode ser designado às atividades relacionadas à luta pelo poder, a política, então, pode ser associada ao exercício de evidenciar as diferenças ao acesso à igualdade e à justiça social. É necessário que, no âmago de uma esfera pública aberta e vibrante, assuntos e abordagens trazidos pelos novos públicos encontrem modos de participar do Estado, do sistema político e, assim, enriquecer o debate público.

## 2.2 A emergência de novos públicos

Após a abordagem do conceito de esfera pública realizada acima, este subcapítulo continua a discussão. Mas, além de procurar estabelecer um diálogo com o enfoque elaborado por Jürgen Habermas, explora as transformações críticas que essa análise passou no decorrer dos anos seguintes à sua obra originária. Não obstante Habermas seja o expoente e a sua concepção discursiva de esfera pública constitua o repertório teórico fundamental ao debate contemporâneo sobre esse conceito, sua abordagem mereceu importantes revisões. Destaca-se, nesse âmbito, a análise de Nancy Fraser, que o criticava por idealizar a esfera pública e não perceber que ela fora constituída pela exclusão de diversos segmentos da sociedade, como as mulheres e os operários. Frente a esse quadro de supressão, a autora direciona a inclusão dos *subaltern counterpublics* como esfera pública tangenciada, por meio da qual foram criados e circularam discursos contestadores, de modo a formularem interpretações particulares e definirem suas identidades, interesses e valores.

Sob esta perspectiva, outros autores se aproximaram dessa categoria e formularam conceitos correlatos, como *new publics* (COHEN; ARATO 1992) — incluindo a emergência de novos públicos e formas críticas de comunicação, vinculados aos movimentos sociais — e *diasporic publics* (Gilroy, 1993) — que se refere a como a diáspora africana desenvolveu uma contracultura fora da órbita da política formal, valendo-se de performance, dança e música como forma de manifestação (AVRITZER; COSTA 2004). Seguindo esses rastros, a pesquisa questiona-se: as práticas urbanas insurgentes conformam uma esfera pública capaz de protagonizar resistências e pressões aos modeladores do espaço urbano? Suas abordagens críticas do *status quo* capitalista/heterônomo abrem caminho para ganhos de autonomia e pressão política?

Seguindo sugestões levantadas por Nancy Fraser, é preciso recuperar e repolitizar a teoria sobre esfera pública. Enquanto Habermas a teoriza em seu aspecto histórico e normativo, Fraser (1990; 2002, 2007) orienta sua pesquisa em uma outra direção crítica ao submeter o conceito sob uma nova perspectiva metodológica. Fraser (1990) ocupa-se das contradições e impasses inerentes à democracia existente nas sociedades modernas. Com isso, Fraser (2007, p. 11) é contra a despolitização da teoria e objetiva "repolitizar a teoria da

esfera pública, a qual está atualmente correndo risco de ser despolitizada." (FRASER, 2002, p. 11)<sup>6</sup>. Fraser afirma que é necessário combinar a teoria social crítica e os estudos sobre política e

[...] estudar as maneiras pelas quais a cultura é imbricada na estrutura social e afetada por relações sociais de dominação. Isso fornece uma alternativa ao discurso analítico descontextualizado e meio flutuante que dissocia estudos culturais de teoria social crítica. (FRASER, 2002, p. 288).<sup>7</sup>

Fraser não abandona totalmente o conceito de esfera pública, como teorizado por Habermas (2014), especialmente no que concerne à distinção enfatizada por ele quanto à oposição aos "aparatos estatais, mercados econômicos e associações democráticas, distinções que são essenciais para a teoria da democracia" (FRASER, 1990, p. 52)<sup>8</sup>. Contudo, Fraser situa sua revisão desde Habermas, a partir da desnaturalização dos discursos da constituição de um único tipo de esfera pública e, por isso, sua crítica pode ser fundamental para compreender o espaço das práticas urbanas insurgentes nos estudos sobre esfera pública. A autora alinha-se à teoria pós-moderna que propõe a releitura do discurso da modernidade elaborado a partir de valores de universalidade e racionalidade do sujeito, valores esses que, segundo a autora, são baseados na autoimagem do homem ocidental, construída em oposição ao gênero sexual ou a diferentes cores de pele.

No texto *Repensando a Esfera Pública: Uma Contribuição à Crítica da Democracia Realmente Existente*<sup>9</sup>, Fraser (1990) faz considerações ao modelo habermasiano e divide suas análises em tópicos para apresentar quatro problemas nos pressupostos teóricos da esfera pública do autor, a partir de sua obra icônica. Fraser demonstra que a análise de uma concepção burguesa de esfera pública apresenta mecanismos de triagem que implicam a demarcação prévia de quem são os atores que são efetivamente ouvidos e quais são os temas que efetivamente são tratados como públicos. A autora afirma que a concepção de

6 "repoliticize public sphere theory, which is currently in danger of being depoliticized"

7 [...] to study the ways in which culture is embedded in social structure and affected by social relations of domination. It thus provides an alternative to the sort of free-floating, decontextualized discourse analysis that dissociates cultural studies from critical social theory.

8 "state apparatuses, economic markets, and democratic associations, distinctions that are essential to democratic theory"

9 *Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy*

Habermas não ultrapassa o modelo burguês, e indica que “não é uma teoria pós-burguesa”, pois, também segundo a autora, é ainda pautada por certo idealismo do que é ou deveria ser a esfera pública (FRASER, 1990).

O primeiro pressuposto contestado diz respeito ao acesso universal dos cidadãos à esfera pública. Nesse sentido, Fraser (1990) questiona a possibilidade de se colocar em suspensão as diferenças de status a fim de que haja deliberação em igualdade entre interlocutores diferentes. O segundo pressuposto questionado é se seria possível pensar em uma única esfera pública ou se, dessa forma, se estar-se-ia enxergando apenas a esfera desejada em detrimento de outras. O terceiro problema apontado por ela seria o conceito de “bem comum” discutido na esfera pública habermasiana e seu ideal afastamento dos interesses privados. O quarto aspecto constata que, na teoria de Habermas (2014), o liberalismo ainda estaria latente, especificamente quando ele defende que a esfera pública democrática ideal requer a separação nítida entre a sociedade civil e o Estado. Todos esses aspectos podem ser postos em diálogo para compreender-se seu impacto na forma e nos motivos por que atuam as práticas urbanas insurgentes.

Antes de avançar é preciso aprofundar-se em algumas definições, pois, tanto o pressuposto do acesso universal à esfera pública, a ideia de bem comum, assim como de uma esfera pública única, possuem inter-relações. Fraser (1990) inicia sua reflexão sobre a universalidade da esfera pública problematizando não apenas sua eficácia prática, mas a sua impossibilidade. Enquanto para Habermas (2014) os indivíduos poderiam discursivamente suspender suas desigualdades a fim de deliberar sobre maneiras de eliminá-las, Fraser acredita que haveria mais eficácia se as deliberações fossem feitas, em primeiro lugar, a partir do confronto das desigualdades entre os atores, evidenciando-as. Para Fraser, a universalização trata-se de uma idealização liberalista, pois não ambiciona o confronto e a anulação das desigualdades, mas tão somente sua suspensão. Para a autora, somente evidenciando as desigualdades socioeconômicas é que a discussão sobre o que é o bem comum poderia, de fato, alcançar algo próximo do que isso significa.



Nesse sentido, pode-se relacionar o processo de reconhecimento de assimetrias com o de política em Racière, pois ambos dizem respeito a visibilidade dos “sem-parcela”. Para que a política apareça, é necessário o encontro, nunca pré-constituído, entre a lógica policial e a lógica igualitária. A igualdade, como um pressuposto entre seres falantes, é o oposto à distribuição policial que determina o lugar dos corpos e do estabelecimento de suas funções. Do encontro litigioso dessas ordens, origina-se a política. A política acontece quando uma parcela torna sua palavra ouvida. Ela é a interrupção da dominação e existe quando a “parcela dos sem-parcela” escapa das formas de contagem e aparece.

Esta busca pela ideia de um consenso (Habermas) seria o que, aritmeticamente, instalaria, no bem comum, a concepção de uma justiça geométrica. O bem comum, então, não poderia mais ser suprimido dos indivíduos, mas, sim, do abandono de interesses particulares em prol de consensos mínimos e racionais. Ocorre que as desigualdades sociais e econômicas são empecilhos informalmente estruturados no discurso e nas práticas socioculturais.

Contudo, o problema assinalado por Fraser (1990) está em que, mesmo que se tome como base o acesso formal das minorias às arenas de deliberação, mesmo que em uma arena não haja nenhum impedimento legal ou formal para a participação e deliberação igualitária de todos os seus participantes, a autora demonstra e dá exemplos de maneiras sutis de dominação que são facilmente mascaradas pela voz da maioria.

Fraser (1990), expoente da corrente feminista no debate teórico sobre esfera pública, pauta que, na concepção de Habermas (2014), há uma ideologia masculina burguesa, ou seja, uma concepção de esfera pública homogênea. Para Fraser (1990), uma concepção adequada da esfera pública requer não apenas a socialização e a publicidade, mas a discussão sobre as desigualdades, sendo preferível uma multiplicidade de públicos para esse debate e que nele se reconheça, primeiro se há assimetrias. Conforme a autora, historicamente grupos minoritários como mulheres e grupos étnicos são discriminados e privados da esfera pública ou, *a priori*, merecem nela um lugar subordinado. Surge, deste ponto, seu reconhecimento dos chamados *subaltern counterpublics* (FRASER, 1990; 2002). Ao



discutir acerca da existência desses *subaltern counterpublics*, Nancy Fraser faz uma importante ressalva, sublinhando o fato de esses públicos não serem essencialmente democráticos e igualitários, mesmo que isso seja fundamental para a expansão do espaço discursivo, sobretudo em sociedades com profundas diferenças sociais. Para a autora, é necessário fazer a ressalva que, a existência de esferas públicas subalternas não confere a elas um caráter "virtuoso" automaticamente.

Sobre o aspecto empírico do que ela chama de *subaltern counterpublics*, a autora apela à leitura pós-moderna da Modernidade para argumentar que esse processo, ligado à ascensão da burguesia capitalista, era fundamentalmente excludente para todos aqueles que não se conformassem à imagem do sujeito universal como motor civilizatório do mundo. Esse aspecto foi amplamente discutido no primeiro capítulo deste estudo, no que diz respeito ao ideal de modernidade presente desde as primeiras acepções de urbanismo até orientar a visão do Movimento Moderno. A "esfera pública oficial", como denomina Fraser (1990), teria traçado um processo semelhante ao da Modernidade, ao se estabelecer como dominante em relação a exclusão de outros tipos de esferas públicas, tornadas subalternas:

Praticamente desde o início, os contra-públicos contestaram as normas excludentes do público burguês, elaborando estilos alternativos de comportamento político e normas alternativas de discurso público. Os públicos burgueses, por sua vez, censuraram essas alternativas e deliberadamente procuraram bloquear uma participação mais ampla. Como [Geoff] Eley coloca, 'a emergência de um público burguês nunca foi definida exclusivamente pela luta contra o absolutismo e a autoridade tradicional, mas também pela abordagem de problemas de contenção popular. A esfera pública sempre foi constituída por conflito. (FRASER, 1990, p. 61) <sup>10</sup>

Para essa pesquisa, o aspecto contestatório revelado nos conflitos é relevante para a definição de uma esfera pública insurgente. Nessa perspectiva, Avritzer e Costa (2004) chamam atenção para a importância dos *subaltern counterpublics* no contexto latino-

---

<sup>10</sup> Virtually from the beginning, counterpublics contested the exclusionary norms of the bourgeois public, elaborating alternative styles of political behavior and alternative norms of public speech. Bourgeois publics, in turn, excoriated these alternatives and deliberately sought to block broader participation. As [Geoff] Eley puts it, "the emergence of a bourgeois public was never defined solely by the struggle against absolutism and traditional authority, but... addressed the problem of popular containment as well. The public sphere was always constituted by conflict." (FRASER, 1990, p. 61)

americano e, como exemplos, citam as *Madres de la Plaza de Mayo* na Argentina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil e o *Ejército Zapatista de Libertación Nacional* no México. Para eles, cabe destacar o papel daqueles atores sociais que representam grupos tradicionalmente excluídos do espaço público, mas que, ao mesmo tempo, denunciam os limites do espaço político estabelecido e reivindicam seu direito de dele participarem, mesmo que em espaços constituídos pelo conflito.

A partir das décadas de 1980 e 1990, diversos estudos contribuíram para consolidar a convicção da existência de um espaço público no Brasil (AVRITZER; COSTA 2004). Ao criticarem as teorias de transição da democracia, focadas em dimensões institucionais e no papel desempenhado pelas elites, essas pesquisas tiveram o mérito de chamar a atenção para a importância da participação dos novos atores sociais emergentes no contexto da redemocratização do país (movimentos sociais, associações de vizinhos, ONGs etc.), trazendo o conceito de “esfera pública” para o centro da reflexão analítica e normativa sobre a democracia e quem participa dela, assunto também pautado na seção anterior (PERLATTO (2015). Assim, Perlato afirma que da noção de uma esfera pública seletiva, buscou-se compreender a formação de esferas públicas subalternas, constituídas por diferentes espaços de sociabilidade, nos quais os segmentos subalternos buscaram se organizar.

Assim como Fraser, Cohen; Arato (1992) e esta pesquisa apontam para diferentes aspectos de vícios de origem na perspectiva do que se pode chamar, agora, de uma esfera pública seletiva. É por isso que se reivindicam abordagens que contemplem outros atores, públicos, temas e escalas que foram e ainda são excluídos da análise e do debate. Nesse sentido, os autores supracitados sugerem a categoria *New Publics*. Essa categoria amplia a investigação sobre esfera pública e demonstram que o próprio debate sobre as práticas discursivas pode ser manifestação de poder. Para eles, trata-se de realizar denúncias e complementações, da mesma forma que fizeram as filósofas feministas, quando colocaram em discussão o próprio processo de construção da política moderna enquanto espaço privilegiado de representação dos interesses e visões de mundo a partir do homem branco.

Os autores desenvolvem essa distinção ao realizarem sua pesquisa sobre sociedade civil, em que afirmam: há um processo contemporâneo de desprovincialização do mundo da vida, propiciado pelo crescimento descontrolado das grandes mídias. Por meio de lógicas financeiras, elas exercem poder sobre a produção cultural e criam novos públicos e novas formas de comunicação e crítica. Com isso, aprofundam a difusão de subculturas, fortalecem o aparecimento de movimentos sociais e de microespaços alternativos que expandem a circulação de ideias novas ou outras formas de vida, as quais colocam em movimento novas dinâmicas culturais que contestam padrões sociais estabelecidos, como, por exemplo, as representações de gênero, étnicas, de modelos de famílias, sexualidades etc.

Avritzer e Costa (2004) lembram que esse mesmo sentido de exploração de diversidades discursivas e de públicos está presente nas pesquisas de Gilroy (1993), que exemplifica esferas públicas de caráter transnacional e apresenta outra categoria para o debate: *diasporic publics*. Nesse estudo, o autor refere-se ao espaço cultural do que ele chama de Atlântico Negro, ou seja, a diáspora africana iniciada com a escravidão e a imigração forçada de negros vindos da África para as Américas formado uma ação transnacional. A história da diáspora africana desenvolve-se a parte da âmbito da política formal e sua expressão na esfera pública, no sentido de uma constituição política e de resistência, manifesta-se de forma performática por meio da dança, da música, da religião e dos hábitos alimentares, etc. Para Gilroy (1993), no contexto de nações modernas, a diáspora africana não foi interpelada pelas dinâmicas políticas nacionais e sempre foi motivo de tensão entre a busca de homogeneidade étnica e a presença de escravos negros, o que se seguiu, depois, com seus descendentes, tratados como inferiores e como ameaça aos projetos da elite e de nação. Gilroy (1993) sugere que se tome a contracultura do Atlântico Negro não simplesmente como um repertório de manifestações artísticas e culturais, dissociadas da política, mas como forma discursiva que reinterpreta a história da humanidade para recontar a partir de expressões particular a perspectiva de quem sempre esteve fora das narrativas hegemônicas, repleta de heróis brancos (AVRITZER E COSTA, 2004).

No intuito de demonstrar como esta categoria de análise redireciona a novas perspectivas e métodos de pesquisa nos estudos sobre a escravidão no Brasil, surgiram novas investigações baseadas em profundas pesquisas empíricas a partir da abordagem relacionada a *diasporic publics*, visando reexaminar e problematizar as insurgências e a resistência sob diferentes ópticas. Segundo Perlatto (2015), as variadas formas de resistência escrava evidenciam que não somente essas esferas públicas insurgiram-se enfrentando processos de lutas, conflitos e acomodações, mas desenvolveram uma contracultura fora da órbita da política formal, que se valeu fundamentalmente da performance, nos termos de Gilroy (1993). Estratégias de resistência, valendo-se principalmente de discursos ocultos, em um momento no qual a crítica aberta era demasiadamente arriscada, fez com que os “outsiders políticos”, como ex-escravos e mulheres, expandissem tanto o público quanto o padrão dos agentes sociais praticantes da política. Esses agentes políticos eram compelidos a encontrar novas performances habilidosas de resistência e manifestação.

Na história brasileira, talvez a música e a religião tenham sido as principais formas de expressão e sociabilidade populares na busca pela construção de esferas públicas subalternas.

Durante o período imperial, por exemplo, paralelamente às festas oficiais organizadas pela realeza, havia uma profusão de festas populares, como as “cavalhadas”, “congadas”, “batuques”, “folia de Reis” e “festa do Divino”, que tinham como palco a área central da cidade (Schwarcz 1998, pp. 247-278). As práticas musicais no decorrer da história brasileira – fossem elas organizadas em senzalas, quilombos, rodas de samba, sedes das sociedades carnavalescas, salões de bailes populares ou teatro de revistas – faziam parte da vida, do lazer e das demandas políticas de setores populares e, embora muitas das suas modinhas, lundus, sambas, músicas de protesto, rap, hip hop, funk etc tenham sido alvo de repressão, as canções produzidas pelos subalternos – “irreverentes, obscenas ou graciosas” – lograram alcançar os espaços da esfera pública seletiva. Trata-se, portanto, de uma religiosidade aberta, em constante movimento e criação, que envolve rezadores, curandeiros, pais e mães-de-santo, benzedeiras etc. e supõe uma vida comunitária ativa. As festas e a profusão de irmandades e associações religiosas revelam um mundo popular que se associava e continua se associando, lendo de maneira criativa as tradições, que tentam regular essas manifestações (PERLATTO, 2015, p. 138-9).

O que já se pode afirmar é que a esfera pública é um espaço incondicional de comunicação pública, e, por isso, não pode ser estabelecida e delimitada, *a priori*, pois seus elementos distintivos não podem ser previstos. Não existem temas ou contribuições abarcados ou excluídos antecipadamente. Em princípio, deveria ser porosa para todos os

âmbitos da sociedade e ser genérica quanto aos temas da agenda política, em relação aos indivíduos e grupos que nela desejam participar. Habermas (2020), depois de inúmeras críticas, reconhece esses aspectos de forma e afirma, assim, a sua revisão do conceito de esfera pública:

Ela representa uma rede supercomplexa que se ramifica num sem número de arenas internacionais, nacionais, regionais, comunais e subculturas, que se sobrepõem umas às outras; essa rede se articula objetivamente de acordo com pontos de vista funcionais, temas círculos, etc., assumindo a forma de esferas públicas mais ou menos especializadas, porém, ainda acessíveis a um público de leigos (por exemplo, esferas públicas literárias, eclesíásticas, artísticas, feministas, ou ainda, esferas públicas "alternativas" da política de saúde, da ciência e de outras); além disso, ela se diferencia por níveis, de acordo com a densidade da comunicação, da complexidade organizacional e do alcance, formando três tipos de esfera pública: esfera pública episódica (bares, cafés, encontros de rua), esfera pública da presença organizada (encontros de pais, público que frequenta teatro, concertos de rock, reuniões de partidos ou congressos de igrejas) e esfera pública abstrata, produzida pela mídia (leitores, ouvintes e espectadores singulares e espalhados globalmente). Apesar dessas diferenciações, as esferas públicas parciais, constituídas através da linguagem comum ordinária, são porosas, permitindo a ligação entre elas. Limites sociais internos decompõem o "texto" da esfera pública, que se estende radicalmente em todas as direções [...] No interior da esfera pública geral, definida através de sua relação com o sistema político, as fronteiras não são rígidas em princípio. (HABERMAS, 2020, p.455)

A correção importante ao modelo discursivo de estrutura comunicativa implica a necessidade de construir estruturas de análise e cartografias além daquelas exclusivamente pautadas na comunicação verbal e configuradas por um grupo seletivo. As críticas representam, também, um elogio às possibilidades de diálogo para um espaço público mais poroso à força expressiva não apenas no que se refere a argumentos, mas, também, baseada em outras formas de expressão, como as performances, formas não-verbais de comunicação.

Por exemplo, os atores que reclamam a herança africana apresentam, ao espaço público, sua estética, que desafia aquilo que se constituiu, historicamente, como representação dessa herança, pois constitui-se em redes que criam contextos comunicativos. A forma de expressão política dos públicos diaspóricos aplica-se a outros novos públicos, que apresentam uma inserção ambivalente no espaço público, no contexto em que se instalam. O contexto comunicativo dos públicos diaspóricos permite perguntar como são os das práticas

urbanas insurgentes. Que mecanismos utilizam para se comunicar? Quais são suas formas de organização?

Considerando-se a noção dos contra-públicos e das insurgências como espaços nos quais os interesses de um dado grupo social podem ser melhor pronunciados, o impacto dessas demandas civis não estaria prejudicado pela falta de mecanismos mais adequados para a participação ativa dos indivíduos nas ações do Estado. Nancy Fraser já afirmava que, em sociedades estratificadas (como é o caso do Brasil), as relações entre os diferentes públicos pertencentes a estas esferas tendem a ser mais de contestação do que propriamente de deliberação (Fraser, 1990). Tendo isso em vista, é que ela afirma que

[...] qualquer concepção de esfera pública que requeira uma separação rígida entre sociedade civil (associativa) e o Estado será incapaz de imaginar as formas de autogerenciamento, coordenação Inter-pública e responsabilidade política que são essenciais para uma sociedade democrática e igualitária. A concepção burguesa de esfera pública, portanto, não é adequada para a teoria crítica contemporânea. O que é preciso, ao invés disso, é uma concepção pós-burguesa que nos permita vislumbrar para (ao menos) as esferas públicas um papel maior que o da mera formação de opinião autônoma afastada de tomadas de decisões autoritárias. (FRASER, 1990, p. 76).<sup>11</sup>

Assim, mais do que delimitar os contornos de uma (nova) forma política participativa, na qual as esferas públicas tenham mais força de atuação, Fraser deseja tornar tangíveis os limites que essa separação entre sociedade civil e Estado impõem às instâncias democráticas existentes, bem como problematizar a naturalidade com que se toma a separação entre Estado e sociedade na teoria habermasiana. Entretanto, Habermas sempre demonstrou em sua obra, que a esfera pública continua constituindo, como antena da opinião e por isso, peça fundamental do debate democrático sobre os desejos coletivos, uma intercessão necessária entre a sociedade civil, o Estado e o sistema político.

Em “Direito e democracia: entre facticidade e validade”, Habermas (2020) retoma o

---

11 [...] any conception of the public sphere that requires a sharp separation between (associational) civil society and the state will be unable to imagine the forms of self- management, inter-public coordination, and political accountability that are essential to a democratic and egalitarian society. The bourgeois conception of the public sphere, therefore, is not adequate for contemporary critical theory. What is needed, rather, is a post-bourgeois conception that can permit us to envision a greater role for (at least some) public spheres than mere autonomous opinion formation removed from authoritative decision-making. (FRASER, 1990, p. 76)



conceito de esfera pública para pensá-la como “estrutura intermediária” que faz a mediação entre o Estado e o sistema<sup>12</sup> e os setores privados do mundo da vida<sup>13</sup> (HABERMAS, 2020, p. 432). Ela constitui-se como uma “caixa de ressonância” uma “estrutura comunicativa” (HABERMAS, 2020, p. 419) beneficiada de um sistema de sensores relacionados a cada domínio de uma sociedade, e tem a posto de filtrar e abreviar temas e contribuições e de levar para o nível institucional, afim de inserir no sistema político os conflitos existentes na sociedade civil. Portanto, nessa revisão Habermas (2020), complementa seu conceito de esfera pública assim:

Esfera pública ou espaço público é um fenômeno social elementar do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade; porém, ele não é arrolado entre os conceitos tradicionais elaborados para descrever a ordem social. A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois ela constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização, etc. Tampouco ela constitui um sistema, pois mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente ela se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis. A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicativos são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfiadas em temas específicos. A esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana. O mundo da vida é um reservatório para intenções simples; e os sistemas de ação e de saber especializados, que se formam no seu interior se ligam a funções gerais de sua reprodução (religião, escola e família), ou a diferentes aspectos de validade do saber comunicado através da linguagem comum (ciência, moral e arte). Todavia, a esfera pública não se especializa em nenhuma destas direções; por isso, quando abrange questões politicamente relevantes, ela deixa ao cargo do sistema político a elaboração especializada. A esfera pública constitui principalmente uma estrutura comunicativa do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo, não com as funções nem com os conteúdos da comunicação cotidiana. (HABERMAS, 2020, p.435)

---

12 Sistema são as instituições voltadas ao paradigma da produção, em que a ação dos indivíduos é sempre estratégica e voltada ao sucesso individual.

13 Mundo da vida é momento da comunicação humana, em que a ação comunicativa entre os homens permite a eles harmonizar seus interesses e estabelecer o que ele chamou de “consenso”.

A partir de extenso apanhado sobre noções de esfera pública, procurou-se expor a existência de amplos aspectos que podem caracterizá-la sob uma perspectiva mais pluralista, almejando-se articular uma contribuição ao plano teórico e que invista no debate relacionado a como as formas de insurgências podem tornar-se uma categoria de análise teórica para os estudos sobre esfera pública. Parte-se do problema relacionado ao fato de que a deliberação nas esferas públicas deve contemplar as desigualdades, a visibilidade e a inclusão, formas alternativas de comunicação e as assimetrias de acesso a ela. Talvez o que fragilize o potencial desse modelo de análise seja a expectativa de uma esfera pública atrelada a entendimentos consensuais e formas exclusivamente deliberativas e procedimentais. As expectativas políticas de uma esfera pública estão depositadas na força crítica e na circulação do poder da comunicação pública e não em concentração e modelos formais de espaços deliberativos. Neste sentido, qualquer pesquisa sobre esfera pública que abarcasse a categoria das insurgências como campo de análise deveria concentrar-se em formas de política, ou seja, estar atento aos sinais que manifestam as assimetrias entre partes de um todo, os dissensos e as estruturas de poder. Além disso deveria buscar observar outros modos de expressão e configurações de esfera pública. É isso que a próxima seção procurar explorar, demonstrando como a esfera pública manifesta-se/materializa-se em agrupamentos de movimentos sociais e ativismos, investigando como as insurgências cruzam a produção conceitual no campo dos estudos urbanos.

### 2.3 Movimentos Sociais e ação política coletiva em movimento

Os movimentos sociais são ações coletivas da sociedade, as quais possuem caráter sociopolítico e cultural, sendo realizadas por grupos de identidades móveis e dependentes das estruturas contextuais. Movimentos sociais defendem alguma causa ou lutam por um objetivo em comum, seja para buscar conquistar, para transformar ou para manter algo na sociedade. Em essência, direcionam energias sociais, antes dispersas, em um fazer propositivo, que potencializa o conteúdo político das adversidades que enfrentam para reivindicar uma demanda social ou um propósito coletivo. Movimentos sociais exigem direitos, fazem críticas aos modelos de desenvolvimento e demandam mais participação nos sistemas político-democráticos. Apresentam diferentes tipos de práticas sociais arquitetadas ao longo de percurso incerto, podendo articular-se em redes com diferentes escalas de abrangência. Os movimentos sociais contemporâneos mais conhecidos são os movimentos feminista, negro, LGBTQIA+, ambientalista, da reforma agrária, direito à moradia, democracia e semelhantes. Mesmo observando-se, nesta seção, a teoria sobre movimentos sociais, obviamente não se está interessado nos novos atores sociais que emergem deles, mas nos atores da política; tampouco se está prestando atenção às novas formas de fazer a sociedade, mas de fazer política.

Desde a década de 1960, multiplicam-se ações coordenadas de mesmo sentido, acontecendo fora das instituições políticas. Essas ações passaram a fazer parte da vida pública em diferentes contextos, contribuindo para demarcar orientações e valores solidários, o que tem ampliado o horizonte de interação entre atores de bases sociais mais complexas e diversas. Por isso, diferentes autores, tanto do campo da antropologia e sociologia como da geografia e dos estudos urbanos, têm se dedicado a estudar movimentos reivindicatórios.

Esta pesquisa concentra-se nas teorias com foco ou vínculo estreito relacionados à cidade ou que ajudem a explicar os movimentos relacionados a ela. Sob essa premissa, Castells (1983a) torna-se um dos autores proeminentes, pois empenhou suas observações na

relação dos movimentos sociais com as problemáticas das questões urbanas. Para isso, procurou, inicialmente, atualizar a conceituação de Touraine, para quem movimentos sociais seriam "...a ação coletiva organizada pela qual um ator de classe luta pela definição social da historicidade em um dado conjunto histórico" (ibidem, p. 300). Castells questiona a necessidade de vincular movimento social com a noção de classe. Para ele, essa conexão levaria à necessidade de se ampliar demasiadamente o conceito de classe ou, então, deveria rejeitar-se a inter-relação da ação coletiva com os movimentos sociais, pois existem muitas dessas ações, como, por exemplo, o movimento LGBTQIA+, que não estão baseados na classe, mas têm feito grandes contribuições para a redefinição de valores da sociedade, no mundo todo. Castells, ao mesmo tempo em que ampliou o escopo da conceituação touraineana, conservou, à definição, movimentos objetivos conjunturais e ambiciosos, diferentes de outras ações coletivas de menor alcance e, na maioria das vezes, desinteressadas em estabelecer relações mais profundas com revisões sociais estruturais.

A partir dos anos 1970, Castells (1983a) passa a adotar o termo "movimentos sociais urbanos", definindo-o como uma forma de descrever um sistema de práticas sociais confrontantes à ordem estabelecida, motivadas por contradições específicas da problemática urbana. O conjunto de problemas e de demandas sociais e sua correlação com a cidade toma amplitude de grande variedade reivindicatória, cujas lutas centram-se no crescente processo de supressão das benfeitorias da urbanização. As questões urbanas incidem dos conteúdos em disputa, mobilizando, sobretudo, os segmentos sociais afetados pelo processo desigual de urbanização. O autor sintetiza sua definição, considerando esse movimento:

Como os interesses socialmente dominantes foram institucionalizados e resistem às mudanças, grandes inovações no papel, no significado e na estrutura da cidade tendem a ser resultado da mobilização e das demandas das bases populares; quando essas mobilizações resultam na transformação da estrutura urbana, nós os chamamos de movimentos sociais urbanos. (CASTELLS, 1983b, pág. 291)

Para categorizar a ação cidadã e os resultados em escala de mudanças urbanas acendidas, Castells as dividiu em três níveis de potencial político: "participação" (mais baixo), "protesto" (intermediário) e "movimento social urbano" (mais alto). "Participação" refere-se

às “políticas urbanas simbólicas”, “protesto” significa modestas reformas que não desafiavam as estruturas fundamentais e “movimento social urbano” é atribuído às mudanças fundamentais no poder nos níveis urbano e social.

O termo “movimento social urbano” parece fornecer uma análise pronta, mas, na verdade, serve para o pensamento de subgrupos e de termos de ciências sociais que são facilmente aplicados a fenômenos sociais. Esse uso restritivo do termo “movimento social urbano” foi abandonado em favor do uso genérico, que se referia a toda e qualquer ação do cidadão, independentemente de seus efeitos reais (ou potenciais). Por isso, Castells (1983b) realiza, ao final de *The city and the grassroots*, uma síntese a respeito do conceito que distingue movimentos social de qualquer luta urbana. Ele utiliza o termo considerando formas muito diferentes de mobilização, de invasores contraculturais ou de associações de bairro de classe média e grupos de defesa de favelas. Contudo, todas essas lutas urbanas parecem compartilhar algumas características básicas, apesar de sua heterogeneidade. Para ele, a) tratam-se de pessoas que se entendem como cidadãos urbanos, ou, em alguma medida, estão relacionados com a cidade ou com a comunidade de acordo com a sua autodenominação; b) são de base local e com definição territorial, característica que será decisiva para nos ajudar a determinar seu significado; e c) têm tendência a mobilizar-se em torno de três objetivos principais: consumo coletivo, identidade cultural e autogestão política. (CASTELLS, 1983b, p. 328)

Segundo Castells (1983b), somente quando os três objetivos se combinam na prática de um movimento, este é capaz de trazer mudança social. Quando há a separação de qualquer um dos objetivos e uma autodefinição acanhada, o movimento transforma-se em um grupo de interesse que irá ser moldado por instituições estabelecidas da sociedade, perdendo, assim, a maior parte de sua identidade e de seu impacto. O autor aponta que esses três objetivos não são alcançados por acidente, mas são os principais pontos de oposição contra a lógica dominante do capitalismo, do informacionalismo e do estatismo.

Para avançar na definição dos movimentos sociais urbanos, é preciso compreendê-los a partir de eixos significativos e como uma nova forma de dinâmica da realidade urbana, em

que emerge, com ele, um campo de contradições. Para Lima (2017), essas contradições enunciam os denominadores comuns mobilizados pelos movimentos sociais, ou seja, seus antagonismos, identidades, a formação de sua base social, dentre outros.

Nos anos de 1980, Lima (2017) assevera que tais antagonismos, agrupamentos por demandas e mobilização de conteúdos levavam a associar os ativismos urbanos a novas interpretações sobre os movimentos sociais, indicando que a esfera urbana vinha acumulando maior complexidade e, com isso, ampliavam-se as particularidades nos movimentos urbanos. Essa complexidade, que inclui a dificuldade de demonstrar uma unidade a partir de categorias anteriores e de identificar um sistema coerente que permitisse estabelecer as "posições de sujeitos" em campos de disputa, levou diversos autores à ideia de uma inflexão nos movimentos, denominando-os de "novos movimentos urbanos". Segundo Lima (2017), a teoria dos Novos Movimentos Sociais amplia aspectos como identidade, autonomia e subjetividade. Na dificuldade em atacar apenas um problema, as lutas na cidade apontavam para uma tendência de vínculos ampliados, com novos grupos e movimentos, criando solidariedades novas e deixando de lado relações mais estáveis.

Tais vidas fragmentadas sugerem a exigência de indivíduos e sociedades flexíveis, e especula-se que, por isso, as identidades ou processo de identificação também sejam mais líquidos, permeados pela frequente necessidade de adaptar-se. Por essas razões, bem como pelos enfrentamentos à deterioração de formas de trabalho, disputas de acesso a qualificação urbana e pela luta por avanços sociais e nos direitos humanos, as grandes teorias sobre os movimentos urbanos viram-se forçadas a restabelecer outras bases de trabalho, para acompanhar as dinâmicas de estruturação das pautas sociais e de resistências.

Alonso (2009) indica autores como Touraine, Melucci e Habermas como referências importantes para o que ficou conhecido como teoria dos Novos Movimentos Sociais, em que se propunha uma interpretação da cultura com foco nos discursos de suas expressões e práticas, realizando uma reconstrução de orientações teóricas existentes a partir de seus matizes básicos (ALONSO, 2009). Embora não tenham elaborado reflexões exclusivamente sobre o fenômeno urbano, esses autores ajudaram a demarcar a compreensão de que os



movimentos sociais se difundiram consideravelmente — o que se reflete nas lutas urbanas.

Alonso (2009) destaca em Touraine (1989) a compreensão sobre a proliferação de lutas a partir dos anos 1960, extrapolando a centralidade no trabalho em tempos anteriores. Se, antes, os conflitos estavam restritos ao plano econômico, esses avançaram para a vida privada (sexo, gênero, educação) e as lutas sociais estariam, de certa forma, diluídas. Portanto, esses novos movimentos sociais (formados por gays, mulheres, negros,) não se originaram em combate ao Estado, tampouco com a finalidade de conquistá-lo, mas recorriam a formas de ação diretas voltadas a persuadir a própria sociedade civil, da qual obviamente fazem parte. Nesse sentido é que a leitura de Touraine serve para esse estudo, pois remonta a questão do fortalecimento de uma esfera pública em que a sociedade civil, amparada pelo Estado e pelo mercado, é capaz de configurar outros formatos de ação social, nas quais os movimentos sociais são um novo ator coletivo, portador de um projeto cultural.

Por sua vez, em Habermas (1981) que Alonso (2009) reconhece os movimentos sociais como elementos dinâmicos e com potencial de ativação e consideração da “esfera pública”, uma vez que assumem postura contestatória e criam patamares de expressão de direitos coletivos, sendo, portanto, capazes de resistir à “expansão da racionalidade da técnica, que colonializa o mundo da vida” (ibidem, p.33). Para o autor, os novos movimentos sociais, a partir da descentralização do mundo do trabalho, deslocaram-se da utopia do autogoverno dos operários para a luta simbólica em torno de definições de boa vida. Para Habermas, os novos movimentos sociais seriam “subculturas defensivas”, surgidas em reação a “situações-problema”. Para ele, seriam os propositores de novas formas de cooperação e de comunidade, e os genuinamente “novos movimentos sociais”, os grupos insurgentes. São esses os que lutam contra a “colonização do mundo da vida”, contra os papéis institucionalizados de consumidor da sociedade de mercado e dos serviços públicos do bem-estar social, e, mesmo, do cidadão mediano que encerra sua participação em crítica às instituições políticas.

Já as contribuições de Melucci, que Alonso (2009) ressalta, referem-se às proposições e às reinterpretações sobre a noção de “identidades coletivas” que se processam nas

interações internas dos movimentos sociais. Para o autor, tal identidade se substancia na tensão entre os objetivos e os obstáculos contestados. Quando os novos movimentos sociais desafiam padrões dominantes, suas relações identitárias são ativadas e particularizadas por seus processos de resistência, sendo quase sempre reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas. Para Melucci (1988), tratam-se de contestações “pós-materialistas”, com motivações de ordem simbólica e voltadas para a construção ou o reconhecimento de identidades coletivas. Estas identidades são constituídas por “uma definição interativa e compartilhada produzida por numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece” (MELUCCI, 1988, p. 342). Ou seja, indivíduos agindo coletivamente constroem ações por meio de investimentos organizados que ativam um sentido próprio de “estar junto”. Esse senso de “nós” depende da permanente negociação e redefinição de orientações comuns acerca dos fins, dos meios e do ambiente da ação. Surge, então, uma organização para manutenção de um corpo ou ator coletivo. O ator coletivo e os processos que levam os indivíduos a se envolverem coletivamente em uma ação política são construídos à medida que se comunicam, produzem e negociam significados, avaliam e reconhecem o que têm em comum e, com isso, tomam decisões.

Portanto, deve-se tomar, como estratégia de investigação, a perseguição da identidade coletiva como um elemento analítico para as interpretações dos novos movimentos sociais. Assim, reconstituir a topografia dos movimentos urbanos passa por entender que causas e recursos são mobilizados, qual a identidade é organizada a partir da própria ação de sujeitos, quais fragmentos de subjetividades atravessam pessoas e organizações, se o movimento gira em torno de um objeto de consumo coletivo e quais formatos de autogestão e autonomia são organizados.

Por fim, vale retomar o início do texto, no qual apresentava-se que, à noção fundante de movimento social, está atrelada a ideia de um plano particularmente ambicioso (CASTELLS, 1983a). Contudo, já no século XXI, Lima (2017) afirmam que se compreende melhor os movimentos sociais quando se foca em ações menores, mais do que nos grandes

episódios de mobilização. Sabe-se que movimentos sociais são distintos de ativismos de baixa complexidade e pouco alcance, e, por isso, diferenciam-se de simples grupos de pressão e reivindicações. Estes orientam-se por exigências pontuais, sem articulá-las com questões mais profundas, relativas a problemas encontrados em ampla escala e distintos contextos (âmbito nacional e internacional). Ativismos de baixo alcance não estão preocupados em construir pontes entre a conjuntura, cuja esfera não suplantam, e tampouco chegam a tocar as estruturas que formam o problema na origem.

Segundo Lima (2017) frente ao acúmulo de problemas nas cidades, surgem tanto pequenas culturas de resistência quanto grandes grupos mobilizados, acentuando-se as diferenças entre ativistas e organizações de base, que passaram a formar um arranjo variado, aberto, flexível e em rede de movimentos e atores. O que se verifica, atualmente, é o surgimento de um ativismo na cidade articulado a movimentos na escala regional e global, assunto aprofundado na próxima seção. Apesar de ainda não se ter clareza dos efeitos, talvez isso significaria que, mesmo que o efeito real fosse muito limitado, ainda poderia alegar-se que o efeito potencial poderá ter impactos estruturais. Por exemplo: além de seus efeitos imediatos, um protesto pode levar a mudanças na consciência dos participantes, o que facilitaria a atividade de protesto subsequente. Em outras palavras, mesmo que o efeito real de um protesto seja “reforma” ou “participação”, um “movimento social urbano” pode estar ao virar da esquina.

## 2.4 Os ativismos urbanos: a questão da escala e dos ciclos de vida

Os ativismos sociais são um conjunto mais amplo de ações públicas organizadas, do qual os movimentos sociais são um subconjunto. Os ativismos são ações coletivas públicas organizadas e relativamente duradouras. Podem ser organizadas em subcategorias de ações efêmeras e pouco organizadas (vandalismo de protesto), e como ações públicas, em sentido forte, que se estendem a uma miríade de práticas mais ou menos organizadas (organizações terroristas e criminalidade ordinária), como os ativismos de sentido restrito, como *lobbies* nos parlamentos e setores públicos, entre outras atividades que não são propriamente públicas (SOUZA, 2006).

A expansão de formas de ativismo cunhou a expressão, na tentativa de uma taxonomia quanto à capacidade de escala: ativismo local, ou de base espacial estreita, relativo ao bairro, por exemplo. O ativismo básico local pode ter uma agenda manifesta ou latente bastante crítica e, como veículo de manifestações, o protesto cultural. Souza (2006) ilustra, como exemplo, um grupo jovem, comum em favelas de periferias das grandes cidades brasileiras, que, sendo seus integrantes adeptos da cultura hip-hop, organiza-se para compor, discutir e, a partir daí, divulgar suas mensagens antirracistas e de protesto por meio da música e do grafite (ibidem, p. 280).

Souza (2006, p. 280-1) divide os ativismos urbanos entre *strictu sensu* e ativismos urbanos *lato sensu*. Ativismos urbanos *strictu sensu* (sentido estrito e forte) organizam-se especificamente em torno de problemas francamente vinculados ao espaço social. Tratam da questão do acesso a equipamentos de consumo coletivo e do direito à cidade: luta por moradia e por infraestrutura técnica e social, luta por regularização fundiária e desestigmatização de espaços segregados, luta por um maior acesso a equipamentos de consumo coletivo. Exemplos de ativismos urbanos *strictu sensu* são o ativismo de bairro convencional e os ativismos de ocupantes de imóveis (terrenos, casas ou apartamentos) vazios ou abandonados (movimento de ocupação).

Por sua vez, os ativismos urbanos *lato sensu* (sentido amplo e fraco) são aqueles que estabelecem referência apenas indiretamente à espacialidade urbana, embora a cidade seja seu palco preferencial. Sua essência gira em torno de questões como, por exemplo,

melhores condições de trabalho, luta contra as desigualdades e injustiças de gênero etc. Comumente, esses ativismos têm vínculos com a organização social, pois o espaço urbano acaba sendo reflexo do que eles contestam, como o ativismo negro e a segregação espacial consequência da desigualdade racial, por exemplo.

Essas distinções de ativismo urbanos, em sentido forte e em sentido fraco, podem desdobrar-se e apresentar-se como movimentos propriamente ditos ou não, redundando em quatro tipos, segundo classificação de Souza (2006, p. 281):

1) "Mero" ativismo urbano em sentido fraco (por exemplo, um sindicato operário afinado com o estilo do "sindicalismo de resultados", desinteressado de ou não sintonizado com uma crítica social ampla).

2) "Mero" ativismo urbano em sentido forte (por exemplo, uma associação de moradores completamente paroquial e refém do clientelismo).

3) Movimento social urbano em sentido fraco (por exemplo, um movimento organizado em torno da resistência contra a globalização capitalista, seus pressupostos e seus efeitos).

4) Movimento social urbano em sentido forte (por exemplo, um movimento de *squatting movement*, capaz de costurar diferentes questões, politizando amplamente a problemática da ocupação de imóveis mantidos vazios por razões especulativas e lutando para humanizar o espaço urbano e desenvolver um novo tipo de vínculo entre moradores e seus espaços residenciais).

Conquanto cumpram papéis importantes, tais movimentos não deixam de ser frágeis e limitados. Castells afirma que os movimentos, ao final de um "ciclo", têm um resultado lógico e fatal (CASTELLS, 1983b). Para o autor, movimentos sociais urbanos são viciados por sua origem de disputas no espaço urbano, já que partem de interesses difusos, atrelados à problemática do modo capitalista da reprodução do capital via espaço, e, por isso, sempre voltam a ele. Assim, Castells protesta que, para que um movimento urbano se mantenha essa categoria, teria de recorrer a um surgimento regular e ininterrupto de pressões externas que gerassem crises sem parar e, sistematicamente, acendessem a fogueira que mobiliza ativistas.

O coro dos que adotam um enfoque no estilo “ciclo de vida” dos ativismos urbanos valoriza apenas limitadamente o potencial dos ativismos. Reconhece-se que os ativismos são muito vulneráveis, pois dependem de auxílios, não costumam tocar em questões cruciais e tendem à dissipação (por força de institucionalização, cooptação ou satisfação das demandas imediatas) com relativa facilidade. Contudo, Souza (2006) afirma que a fragilidade em relação às crises e ciclos pode ser evitável quando eles conseguem usar ou aproveitar-se de estratégias e canais legais. Como exemplos, ele cita o movimento de ocupação de imóveis de Amsterdã, ativo desde os anos 1970, e o da antiga Berlim Ocidental, ativo desde a década de 1990. Ambos têm, como unidade estratégica, combinar apoio institucional quando conveniente ou necessário à continuação de ocupações, não perdendo, com isso, a sua vitalidade e causa.

Por sua vez, ainda quanto à questão do ciclo, Evers (1984, p.15) afirma que o potencial transformador nos novos movimentos sociais consiste na disposição para experimentar formas diferentes de relações sociais mais do que nas suas fraquezas ou contradições. Nesse sentido, uma saída das crises verificadas pela autora é a combinação de causas para manter ativo o propósito original e a união do grupo. Nessa estratégia, ativistas utilizam a combinação de questões urbanas a manifestações culturais. Nesse sentido, a teoria sobre os novos movimentos sociais é praticamente unânime em afirmar que há um deslocamento para um caráter mais festivo e cultural nos movimentos contemporâneos, que fazem convergir novas experiências entre ativismo e prática artística, revelando a centralidade desse nexos para reanimar ativismos em suas crises e angariar maior apoio da sociedade.

Nessa direção, Evers (1984) afirma que a heterogeneidade das práticas parece mitigar não só as crises, como a própria participação, além de ajudar, também, o enfrentamento às adversidades do cotidiano do âmbito organizacional do movimento. Assim, por meio de formas combinadas entre diferentes ativistas urbanos, eles criam, por exemplo, centros de ajuda mútua, comitês e coletivos unificados, inter-relacionando suas pautas, tais como ocupação por moradia digna e mulheres vítimas de violência doméstica.



A luta, presa dentro dos limites de uma mentalidade imediatista e em sua acanhada escala, pode tornar o movimento vulnerável, correndo riscos de cooptação, centralidade numa liderança ou pessimismos. Contra isso, Alonso (2009) assevera que há um fortalecimento quando o ativismo se define pela diversidade de princípios e ideias, cuja consequência é a constante elaboração de novas identidades e enunciados de luta. Quando forjado com “formas autogestionárias, novos modelos participativos e de criação de “contra-instituições, protegidas da influência dos partidos de massa, da indústria cultural e da mídia, nas quais a comunicação livre seja possível”, a tendência é o maior fortalecimento da unidade da permanência. Para isso, a autora sugere ações coletivas sem que seja atribuída clara definição do papel de cada integrante, permanecendo suas posições e competências cambiáveis no decorrer do processo contencioso (ALONSO, 2009, p. 63).

A compreensão da pesquisa citada é que, para avançar além de interpretações do ciclo de vida dos ativismos, no que se refere à sua durabilidade e eficácia, deve-se adotar uma compreensão teórica diferente. O que faz a diferença é se a resistência, enquanto luta, permanecerá em escala local e pautas umbilicais ou se, na esteira da ampliação dos horizontes de questionamento, contatos, articulações e atuação, a luta, a partir da micro-resistência, pode ser compreendida como uma pauta e um ativismo em rede.

Com horizontes políticos mais amplos, a possibilidade de articulação com outros ativismos e associações em escala além da local poderia proteger contra o que causa o enfraquecimento ou o fim de um ciclo, e começar a conferir ao ativismo o perfil de um verdadeiro movimento social. Nesse sentido, corroborando com Lima (2017) a formação de redes de interações informais entre uma diversidade de indivíduos, coletivos e/ou organizações, engajadas em conflitos políticos ou culturais com base em identidades coletivas compartilhadas, parece criar configurações novas, assumindo combinações e formas de associação imprevistas, que, como um líquido, adaptam-se às condicionantes contextuais, transformando-se em diferentes estados de potência. É a variedade de encontros em que ocorrem as ações coletivas, ampliadas por distintos manifestantes, que aumenta os tipos de repertório de ação.

Nessa perspectiva das novas formações e recursos, o espaço geométrico aparece como um ingrediente essencial às mais recentes experiências de resistência e luta. A presença da dimensão espacial parece ser um aspecto particularmente singular na definição das identidades coletivas. Por isso, a capacidade e a possibilidade de se tirar proveito de redes que se alastram, capilarizam e, com isso, alargam sua abrangência e escala, pode criar uma conjuntura própria com maior envergadura e fomentar um movimento mais duradouro e ambicioso. Na verdade, pode gerar um movimento, ou um conjunto de movimentos, que passam a reconduzir a própria estrutura, a criação de ambientes político-culturais e modos de vida materializados em uma organização espacial, que produzam um contra-imaginário, um contra-planejamento. É isso que permite que uma ocupação não se esgote em si mesmo, mas se transforme em uma escola duradoura de formação de sujeitos políticos questionadores, realimentando o movimento social de forma mais ampla.

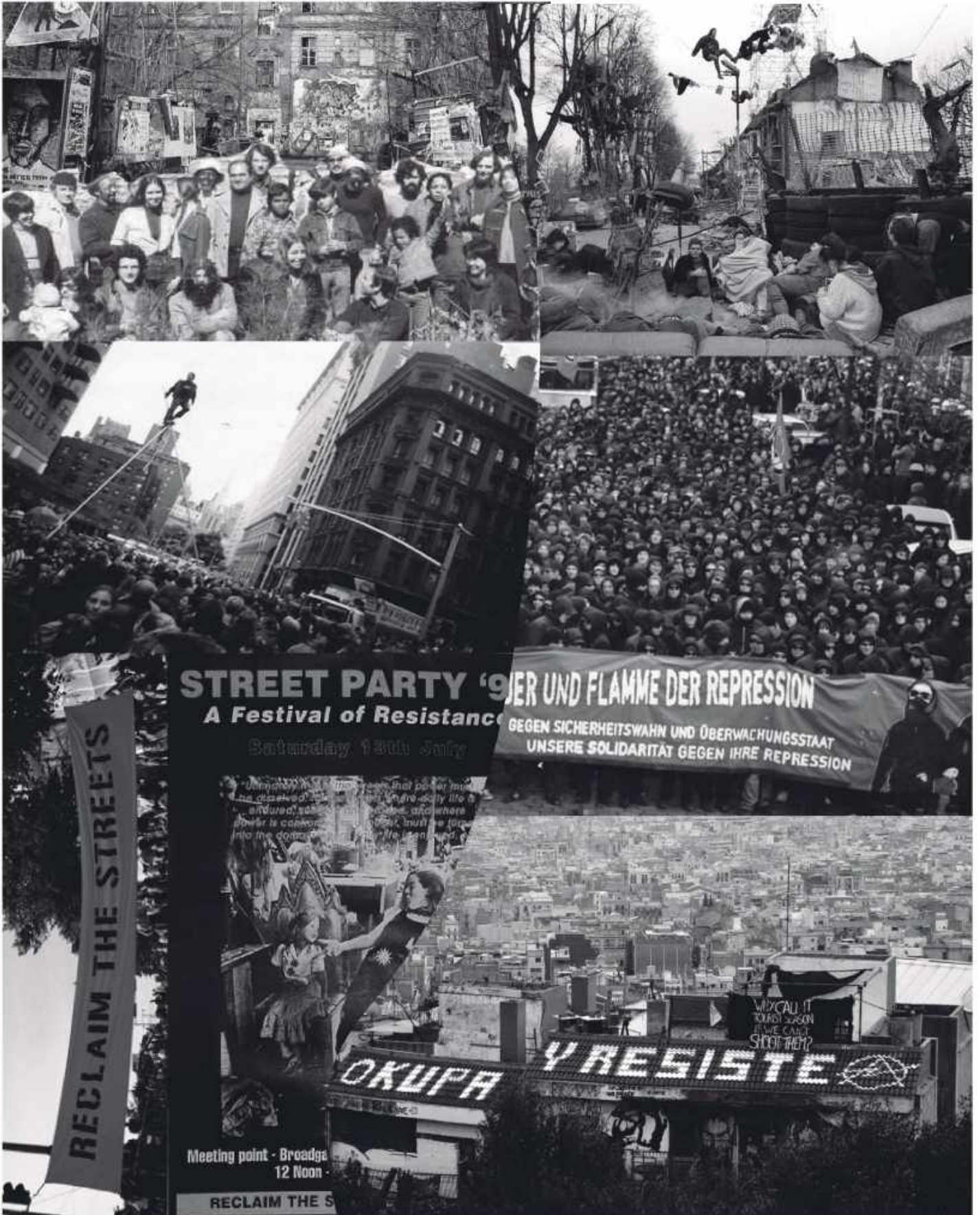
Afinal, sujeitos políticos reivindicando e, mais além, opondo-se ao planejamento e à gestão conservadores constituem um importantíssimo ator modelador do espaço urbano, não só capaz de protagonizar resistências e pressões, mas de abrir caminho para ganhos de autonomia que podem ajudar a preparar uma futura ultrapassagem da sociedade heterônoma. Os movimentos comprovam, com seus contra-planejamentos e modos de autogestão, que a sociedade civil não pode ser apenas interlocutora ou uma parceira do Estado em matéria de planejamento, mas produtora de espaços sociais em que as pessoas experimentam suas hipóteses e relações produtivas conforme demandam suas necessidades e interesses.

---

**3**

**A LÓGICA POLÍTICA  
EM NOÇÕES DE INSURGÊNCIAS  
DOS CORPOS EM ALIANÇAS**

---



(1) Köpfl, casa ocupada em 1990 na Koppenickerstrasse 137, em Berlim. Publicação em março, 2008. Modificado pelo autor. Fonte: Autor Desconhecido/Koepfl 137.

(2) Guerrilha Gardening em Nova Jorque, 1975. Publicação em março, 2015. Modificado pelo autor. Fonte: Liz Christy/NYC Parks.

(3) Reclaim the Streets em 1998, Nova Jorque. Publicação em janeiro, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Creative Commons.

(4) Cartaz exposto durante a manifestação do Reclaim the Streets em 1995, Londres. Modificado pelo autor. Fonte: Creative Commons.

(5) Folheto divulgado para manifestação do Reclaim the Streets em 1996, Londres. Modificado pelo autor. Fonte: Creative Commons.

(6) Protesto do Mill Lane Road no começo da década de 90, Londres. Modificado pelo autor. Publicação em 2000. Modificado pelo autor. Fonte: Academic Dictionaries/Creative Commons.

(7) Ativistas do Black bloc em demonstração contra o G20, Hamburgo. Modificado pelo autor. Fonte: Marius Schulz/DPA.

(8) Okupa y Resiste em Barcelona, Espanha. Modificado pelo autor. Fonte: Justine Cal/Google Arts&Culture.



No capítulo I, esta investigação associa os pressupostos fundantes do urbanismo a uma ordem policial, pois as práticas urbanísticas são utilizadas como instrumentos na distribuição dos lugares e funções das coletividades, materializando a configuração espacial dessas ocupações.

No capítulo II, procurou-se ventilar atualizações teóricas sobre a participação popular dos “sem-parte”, articulando noções muito caras a esta pesquisa: esfera pública, movimentos sociais e ativismos urbanos. A ideia de esfera pública como um espaço público para comunicação política remete a um corpo de pessoas privadas, independentes do Estado e do mercado, que discutem uma variedade enorme de temas e questões. A pesquisa organizou um conjunto de autores que possibilitem criar recursos conceituais, tais como, fundamentos da “esfera pública burguesa”, “*subaltern counterpublics*”, “*new publics*”, “*diasporic publics*”. Além disso, elencaram-se as distinções entre movimentos sociais e simples ativismos. Toma-se movimento social e composto por ações sociais e de ativismos. A diferença entre eles é que movimentos sociais têm objetivos conjunturais e ambiciosos, e nem todo ativismo está interessado em revisões sociais estruturais, sendo, alguns, feitos de ações e pautas restritas à escala local. Identificou-se, ainda, três níveis de potencial político em distintas formas de ativismo urbano: “participação” (baixo), “protesto” (intermediário) e “movimento social urbano” (mais alto). “Participação” refere-se às “políticas urbanas simbólicas”, “protesto” significa modestas reformas que não desafiavam as estruturas fundamentais e “movimento social urbano” é relacionado às mudanças fundamentais no poder nos níveis urbano e social. Essas categorias ajudam a criar a taxonomia de ativismos urbanos, identificando aqueles de “sentido forte” e os de “sentido fraco”, e quais podem desdobrar-se e desenvolver-se para um movimento social propriamente. A compreensão desta pesquisa é que se precisa avançar para além de interpretações sobre o “ciclo de vida” dos ativismos e sua eficácia, adotando-se uma compreensão teórica diferente. O que faz a diferença é se a resistência enquanto luta permanecerá de “escala local” e pauta umbilical ou se pode-se compreendê-la articulada por pautas e ativismos em rede.

Neste capítulo, a pesquisa investiga a lógica política por meio de noções de insurgência dos corpos em aliança. Seguindo o pensamento de Rancière, a lógica da política

não surge pelo fato de os homens colocarem seus interesses em comum, mas porque aqueles que não têm direito de serem contados como seres falantes conseguem ser contados, e estabelecem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento. Esse enfrentamento ao dano expõe a contradição de dois mundos abrigados em um único: o mundo em que estão e aquele de que não fazem parte, o mundo onde há algo entre eles e aquele onde não os reconhecem como seres falantes e contáveis. O conflito que divide essas duas formas de comunidade na partilha do sensível está unido, desde seu princípio, pela contagem em medidas de diferentes partes. Na primeira medida, a fórmula dá, a cada um, a parcela e os papéis que lhe são devidos de acordo com a evidência daquilo que se é — a ordem policial. E há a outra lógica, a política, aquela que suspende essa harmonia pelo simples fato de atualizar a contingência da igualdade, nem aritmética nem geométrica, dos seres falantes quaisquer. Essas duas formas de comunidades confundem-se em uma só, na qual se dá o conflito e a dedução da capacidade de ser falante e a comunidade da justiça.

Para que a política apareça, é necessário o encontro, nunca pré-constituído, entre a ordem policial e a lógica da igualdade. A igualdade, como um pressuposto entre seres falantes, é o oposto à distribuição policial, que determina o lugar dos corpos e do estabelecimento de suas funções. Do encontro litigioso dessas ordens, origina-se a política, pois “para que haja política, é preciso que o vazio apolítico da igualdade de qualquer pessoa com qualquer pessoa produza o vazio de uma propriedade política (...)” (RANCIÈRE, 2018, p. 47). A política, “ela não conhece relação entre os cidadãos e o Estado. Ela conhece apenas dispositivos e manifestações singulares pelos quais às vezes há uma cidadania que nunca pertence aos indivíduos como tais” (RANCIÈRE, 2018, p. 45). A ordem política não possui questões ou objetos próprios, “seu único princípio, a igualdade, não lhe é próprio e não tem nada de político em si mesmo”. Ela inscreve-se para atualizar, sob a forma de uma ação, a igualdade que a ordem policial afetou (RANCIÈRE, 2018, p. 45). A forma é o que constitui o caráter político dessa ação, a qual, no fundo, procura reafirmar o princípio da igualdade.

Os movimentos insurgentes são o dano e a política que emergem da crise do modelo democrático representativo, e de um sistema econômico fadado a acirrar



desigualdades. É importante nomear os elementos que produzem as insurgências, a fim de posicionar as manifestações recentes e processar as imagens e enunciados produzidos por elas: neoliberalização, privatização, globalização, economia pós-industrial, grandes projetos urbanos e crise da democracia.

Muitos pensadores de diferentes partes do mundo elaboram análises sobre os significados atuais das práticas urbanas insurgentes sob diferentes perspectivas. Alguns exames tomam como fato novo a influência e a força da internet como meio de articulação e mobilização. Outros, assumem que o fenômeno surge em meio à falta de uma definição estratégica, programática e teórica dentro de uma crise do capitalismo. Ainda, outros afirmam que o denominador comum é um profundo mal-estar coletivo, e que se trata de um sentimento de desencanto e desesperança global. Um grupo ainda diferente de autores assevera, em suas análises, tratar-se de uma desilusão do modelo de democracia representativa e de sistemas políticos autoritários, quadro que estimula ações alternativas de participação voltadas a autogestão em espaços marginais.

Não há dúvida que são dos fragmentos do urbano, onde atuam os dispositivos da gestão das vidas, promovida pelo poder biopolítico, que emergem, também, as práticas e as ações sociais com reflexo no espaço. Essa disputa de ordem policial e lógica política ilustra a discussão teórica neste capítulo, que busca responder à pergunta: qual o lugar das práticas urbanas insurgentes no debate teórico? Interessa esclarecer um posicionamento do que se pode chamar de prática política pela cidade.

Nesse sentido, o terceiro capítulo deste estudo aprofunda o problema de pesquisa e investiga a noção de política das práticas urbanas insurgentes, apoiando-se em uma série de noções teóricas sobre insurgências. Esses conceitos emergem de duas linhas de forças: uma que circula pelos enunciados dos ativistas urbanos e outra que se afirma a partir das análises de pesquisadores que se debruçam em entender essas práticas e, a partir delas, imaginar outras perspectivas epistemológicas para o planejamento urbano. Assim, busca-se pontos de imbricação entre os conceitos aqui agrupados para ajudar a estruturar o próprio conceito de práticas urbanas insurgentes utilizado nesta pesquisa. Ainda, pretende-se utilizá-los como plataforma teórica para as observações empíricas que seguem no último capítulo.

O capítulo mobiliza repertório teórico para argumentar sobre a inter-relação entre o espaço material e a *praxis* por meio de processos contestatórios, contra-hegemônicos, em que o espaço serve como veículo social e político. São abordadas cinco noções teóricas, que, em comum, suportam as reflexões deste capítulo. A primeira, “Território”, é interpretada para além do espaço geométrico por disputas de poder, mas como processo. A segunda, “Práticas Espaciais insurgentes”, está pautada principalmente a partir de Lefebvre e Marcelo de Souza Lopes, e faz alusão a táticas de apropriação do espaço com o objetivo de exercer um contra-poder. A terceira, “Ação Direta”, recupera práticas e discursos precedentes que atravessam o tempo e se disseminam como forma de atuação nas insurgências atuais. Elas são postas ao lado da noção de “Assembleia” dos corpos em aliança em “políticas da rua” de Judith Butler. A quarta, “Cidadania Insurgente”, James Holston (2013, 2016) apresenta com base em considerações sobre cidadãos que articulam seu lugar como construtores da sua própria cidade. Na quinta seção, as noções de “Planejamento Insurgente”, de Faranak Miraftab, e “planejamento subversivo”, de Randolph, contemplam aspectos da participação e das práticas urbanas outras, provocando essa investigação para uma nova imaginação relativa ao planejamento urbano.

Segundo Jacques et al (2019) A participação como tema tornou-se dimensão intransponível para a história do pensamento urbanístico e merece ser contemplada nesta investigação sob diferentes matizes. A participação, afirmam os autores, “como perspectiva marginal, alternativa ou experimental” passou à dimensão institucionalizada, “instrumentalizada e normatizada”, a ponto de tornar-se mesmo um “dispositivo” recorrente nas práticas políticas e urbanísticas na passagem deste século. Recentemente, as noções acima mencionadas reenergizam e dão novo fôlego ao debate. A partir desse conjunto é que se configuram os contornos dos conceitos de prática urbana insurgente e territórios do comum, que estão sendo, aos poucos, construídos nesta pesquisa. Pelo fato de as práticas urbanas insurgentes ainda serem controversas para uma historiografia no âmbito do urbanismo, esta investigação situa-se em busca de proximidades e adensamentos dentro das temáticas elencadas para este capítulo, a fim de entrar no debate da participação também por outras perspectivas. A popularização de métodos de ações coletivas, capitaneados por

coletivos urbanos, como movimentos autogestionados, também impulsionam a discussão que se inicia agora e continua no último capítulo: à luz de uma crescente cultura da participação, estar-se-ia ultrapassando os discursos teóricos e partindo-se para uma abordagem prática cidadã na realização de atos insurgentes?

### 3.1 Território para as insurgências

A palavra território permanece sendo usada de maneira muito ampla. Como noção conceitual, território não é restrito a uma disciplina específica e, desde o final do século passado, o quadro das reformulações teóricas insere-a nos debates sobre política e, também, nos das artes e do urbanismo. Nesse contexto, e reconhecendo que o conceito continua a gerar interpretações e aplicações diversas, esta pesquisa toma-o como princípio para elucidar os estudos sobre as práticas urbanas insurgentes. Assume-se, desde o início, que a noção de território não está atrelada a um dado estático. Território, portanto, é processual. Ao final desta seção, e à luz de um posicionamento e uma interpretação do uso do conceito em relação às práticas urbanas insurgentes, considera-se possível afirmar que essa relação se aplica de forma específica, e deve ser chamada de *territorialização* por insurgências. Esta elucidação serve para reafirmar a importância que a noção de território adquire nessas práticas, pois o uso desse termo justifica sua correlação com a natureza política das insurgências, que o mobilizam em suas ações e na tentativa de vinculá-las por meio de formas com densidade suficiente, através de um ato de territorialização.

O território, no sentido que o associa a uma necessidade territorial de controle ou apropriação do espaço geométrico, poderia ser definido como necessidade física ou biológica básica, mas, também, como elemento imaterial e simbólico para representação e distinção social. As condições básicas da existência biológica, cultural, política e, além disso, de espaço geométrico para o território, podem, muitas vezes, sobrepor-se. Contudo, é preciso entender que território não existe como uma realidade espacializada estabilizada. Há um aspecto temporal, dinâmico e em rede que o território também assume, no qual a integração de suas múltiplas dimensões é vista por meio das relações conjuntas de dominação, ou seja, de relações de poder em sentido amplo.

Para construir essa definição de território utilizada nesta pesquisa, o estudo pauta-se a partir das definições de território definidas por Sack (1986) e sintetizadas por Souza (2020), tais como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (Souza, 2020, p. 78). Esta pesquisa também se vale das contribuições de Haesbbaert (2007) para quem é possível falar em multiterritorialidade, em que as territorializações são resultantes

não apenas da sobreposição de múltiplos territórios, mas, também, “da possibilidade de sua experimentação/reconstrução de forma singular pelo indivíduo, grupo social ou instituição”, na qual uma reterritorialização complexa e de conexões em rede constrói a possibilidade de interpretação do território, principalmente a dos fenômenos urbanos. Todos esses autores e suas perspectivas têm em comum a revisão paradigmática do conceito de território conferida à matriz filosófica e à máquina de conceitos de Gilles Deleuze e Felix Guattari, a quem o trinômio “territorialização-desterritorialização-reterritorialização”, assim como o conceito de “agenciamento”, são fundamentais para a discussão que se segue, bem como para as análises das práticas urbanas insurgentes que se propõe ventilar nesta pesquisa.

Objetiva-se esclarecer, neste subcapítulo, que a compreensão sobre o conceito de território, ou seja, sobre as relações de poder que se projetam no espaço, seria capaz de ampliar o entendimento dos conflitos na cidade, tais como os que ocorrem nas insurgências. Da mesma forma, pretende-se sustentar que pensar as práticas insurgentes pode contribuir também para o desenvolvimento do conceito de território, especificamente para o campo dos estudos urbanos.

Para seguir com a revisão do quadro teórico do conceito de território e precisar o seu uso, nesta pesquisa, é preciso pontuar a perspectiva que o campo de estudos das disciplinas de planejamento urbano e do urbanismo assumem, e que tem origem na Geografia Urbana. Considerando que tais disciplinas se tratam de atividades técnicas com o intuito de desenhar e organizar o espaço construído, embora organizem-se por meios, técnicas e equipes com interdisciplinaridades, deve-se assumir que são atividades com fortes tendências derivadas dos seus processos de subjetivação e de ideologização política, conforme amplamente demonstrado no primeiro capítulo desta pesquisa. A prática do planejamento urbano e urbanismo sempre teve alguma concentração de poder de decisões, algum grau de envolvimento, de responsabilidade institucional e econômica, que procuram equilibrar relações de poder aplicadas ao espaço geográfico urbano.

Dada a complexidade das camadas que compõem o urbano e as dificuldades de sistematizações e apreensão das diferentes formas de habitar a terra, os fluxos econômicos, de pessoas e de informação podem ter a dimensão do quebra-cabeça que significa planejar

uma cidade e gerenciar uma série de disputas e de distintos interesses. Em se tratando de disputas, é importante frisar que se somam à condição urbana outras ordens de forças além daquelas das práticas do planejamento urbano e do poder econômico, lógicas não institucionalizadas, muitas vezes insurgentes, mas que formam outras noções sobre a terra da cidade. É por isso, e considerando-se o horizonte da complexidade que é o urbano, que se aplica o uso do conceito de território pelo planejamento urbano, ou seja, como uma ferramenta interpretativa desses processos dinâmicos, conflitivos e reativos às intervenções promovidas por suas práticas.

O vocábulo "território" é utilizado quase como sinônimo de espaço geográfico, quando não é. Haesbaert (2007) examina a utilização do conceito e aponta para diferentes abordagens em distintas áreas do conhecimento. A geografia tende a enfatizar a materialidade do território e sua relação com a sociedade. As Ciências Políticas enfatizam sua construção a partir de relações de poder, mas geralmente associada à concepção de Estado. A Economia prefere a noção de espaço à de território, e refere-se a ele, muitas vezes, quanto a aspectos da localização de bases produtivas. A antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente associando-o a sociedades originais. A sociologia enfoca-o a partir de sua intervenção nas relações sociais. Já a psicologia incorpora o território no debate sobre construção da subjetividade ou da identidade pessoal. Ao agrupar essa série de perspectivas, o autor organiza as diferentes acepções do conceito em quatro categorias: política, cultural, econômica e natural. A linha que o atrela à política refere-o em função das relações de espaço-poder ou a questões jurídico-políticas institucionalizadas e vinculadas ao Estado, e enxerga o território como espaço delimitado e controlado. A vertente cultural refere-se ao conceito considerando aspectos de dimensão simbólica e subjetiva, em que ele é visto como produto de apropriação de um grupo. A linha econômica enxerga o território como fonte de recursos para o capital e para o trabalho. A vertente natural faz referência ao conceito com base nas relações entre a sociedade e a natureza, e o relaciona como interface do homem e seu ambiente físico.

Haesbaert (2007) separa, ainda, o debate sob três perspectivas filosóficas: uma que entende território sob seu aspecto materialista, afirmando ser o território restrito a uma



base espaço-material sobre a qual se reproduz a sociedade, ou seja, uma espécie de palco, reflexo ou produto dela; e outra, idealista, que o coloca como substrato-físico, como mediador, componente fundamental para essas relações da sociedade. A terceira corrente enfatiza o território e seu sentido relacional, ou seja, o território não é o substrato ou espaço social em si, mas um campo de forças de poder em que se opera espacialmente e por contornos delimitados.

Desta terceira perspectiva, a que liga território às relações de poder, enfatiza, portanto, sua dimensão política, incorporando, ao sentido de território, uma forte dimensão relacional entre a materialidade espacial e a subjetividade do campo ideal. O entendimento do território, enquanto campo de disputas e de conflitos, imanente às relações sociais de poder, recebe importantes contribuições, para seu debate, a partir do trabalho desenvolvido por Claude Raffestin, em *Por uma geografia do poder* (1993), e por David Sack, em *Human Territoriality* (1986).

Raffestin (1993) propõe uma abordagem de território como base na realidade material das relações de poder e faz essa fundamentação a partir da distinção com o conceito de espaço. Para ele, é fundamental entender que o espaço é anterior ao território. Enquanto o espaço pode ser um “trunfo”, suporte apropriado, produzido, e dotado de significado, o território “é o campo de ação dos trunfos”, sendo, ao mesmo tempo, recurso e entrave, continente e conteúdo (RAFFESTIN, 1993, p. 60). Raffestin considera como trunfos do poder a população, os recursos e o território, e adverte que o ideal do poder é jogar com os símbolos que advém desses trunfos. Nesse sentido, o território passa a ser uma representação idealizada sobre ele mesmo, com projeções especializadas, sendo mais do que uma realidade concreta ou algo tangível.

Diferentemente, mas ainda sob essa perspectiva relacional, na concepção de Sack (1986), a construção do território ou da territorialidade (termo que o autor utiliza com mais frequência) é a incorporação de áreas ou do espaço a partir da ideia de controle e dominação para obtenção ou conservação de vantagens espaciais de recursos e pessoas. Para Sack (1986), a territorialidade é a base para o poder. “É uma expressão geográfica primária do poder social. É o meio pelo qual o espaço e a sociedade estão inter-relacionados” (p. 63). A

territorialidade é melhor entendida como estratégia espacial para atingir o objetivo de poder. Para o autor, a territorialidade é definida como “(...) tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica” (p. 76). Nesse aspecto, Sack apresenta a faceta da mobilidade do território, ao afirmar que a territorialidade pode ser ativada e desativada em razão de uma vasta gama de variáveis, sejam elas políticas, econômicas, culturais ou naturais. Para ele, o território não é um dado e sim o resultado de diversos processos, um recurso estratégico que pode ser mobilizado de acordo com os interesses dos atores ou do contexto social e histórico, a fim de afetar o comportamento por meio do controle de seu acesso. Portanto, a contribuição de Sack (1986) está na afirmação de que as territorialidades se definem por estratégias que podem ser utilizadas como forma de obtenção de vantagens espaciais pelos indivíduos que as acionam.

As interpretações que investem na noção do espaço geométrico como ‘território’ referem-se ao termo como objeto de disputa e dominação. Como visto, o território pode ser composto por várias dimensões: físicas, sociais, econômicas e culturais. Contudo, o espaço, como entidade geométrica, compõe o território, e, como poderá ser visto nos exemplos a seguir, nunca o define, não é um dado *a priori*, mas uma territorialidade para atos políticos. De acordo com essa perspectiva, a territorialidade adquire um valor importante, pois reflete a dimensão da experiência territorial dos atores que comungam desse processo e que definem o território. Os atores que experimentam esse processo territorial tanto habitam o produto desse processo, como estão envolvidos em um sistema de relações de poder que procura modificar as relações físicas e as sociais. Assim, pode-se afirmar que o território, nessa perspectiva relacional, ocorre enquanto mediação espacial do poder, resultante de múltiplas dimensões do poder, incluindo desde sua natureza política até seu caráter simbólico.

Nesta fundamentação, tem-se o princípio do território como um devir, o qual se alinha à definição elaborada na Filosofia, que coloca o conceito de territorialização como ato existencial primordial. Na obra *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*, de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1998), o conceito de território ganha uma circunscrição, enquanto processo

contínuo de subjetivação, em relação a derivados de processos concomitantes de territorialização, desterritorialização e reterritorialização provocadas pelas práticas humanas. Seguindo essa lógica dos autores, a espacialidade do território está em permanente fluxo, em movimento e em vias de encontros por meio de novos “agenciamentos”.

Agenciamento é um conceito fundamental para entender a noção de território desenvolvida por Deleuze e Guattari. Segundo eles, o agenciamento diz respeito ao acoplamento de um conjunto de relações materiais a um regime de signos correspondente. O agenciamento é formado pela expressão (agenciamento coletivo de enunciação) e pelo conteúdo (agenciamento maquínico de desejo), conformando um conjunto de partes conectadas que formam uma composição de interesses compartilhados. O agenciamento ocorre, portanto, ao se juntarem elementos (corpos) de naturezas diferentes, que, nesse encontro, funcionam como uma coletividade, pois há uma simpatia entre eles, uma conveniência, “uma relação melódica”, “um desejo maquínico” que os faz acoplarem-se. Esta conveniência entre diferentes corpos forma o desejo. O desejo é uma força ativa primária que requer um agenciamento. Ele é maquínico, pois é produtivo e construtivo ao agenciar elementos. O desejo é sempre conformado por um conjunto de desejos e os corpos que se rearticulam neste agenciamento pretendem facilitar uma conveniência. É dessa concepção de agenciamento em Deleuze e Guattari que se estrutura o conceito de território, pois é o desejo, enquanto potência de agenciamentos, que cria territórios.

Se, anteriormente, fez-se referência ao território das relações humanas entre o meio, a natureza, a sociedade, seus aspectos simbólicos e às disputas de poder — instâncias muitas vezes sobrepostas —, em Deleuze e Guattari, o conceito “excede ao mesmo tempo o organismo e o meio, e a relação entre ambos (...)” (DELEUZE E GUATTARI, 1998, v.4, p. 218). Para os autores, o conceito de território ganha essa amplitude porque diz respeito ao pensamento e ao desejo. Para eles, o território é um ato agenciado de um determinado movimento, em que predominam “campos de interioridade”, como numa força centrípeta que reafirma esse agrupamento. Muito mais do que uma coisa ou objeto, o território é um movimento, uma ação, um ato, uma relação, um arranjo.

O movimento que cria o território resulta de um processo constante de territorialização-desterritorialização-reterritorialização. No sentido proposto por Deleuze e Guattari, território não é fixo, mas transitório, em permanente construção, cuja marcação o ato que se faz expressivo, “componentes do meio tornados qualitativos” (DELEUZE e GUATTARI, 1998, v.4, p.122). Para eles, o território delimita o espaço de “dentro” e o de “fora”, estabelece propriedade, apropriação e identidade além de possuir um valor existencial. Sob esta perspectiva, pode-se dizer que o território, para os autores, é um meio essencialmente comunicante de multiplicidades, pois, como afirmam, “as funções num território não são primeiras, elas supõem antes uma expressividade que faz território” (1998, v.4, p. 122). Sob essa perspectiva, territorializar é delimitar o espaço seguro e controlado de “dentro”, em que a definição do território se dá pelas maneiras como se habita nele e pelos múltiplos meios por que os indivíduos que o vivenciam o codificam.

Em relação à interpretação vinculada à noção de lar e código, o contrário seria o estado de desterritorialização, que significa o movimento de abandonar o território, ou a ação de territorializar à margem do código (DELEUZE; GUATTARI, 1998, p. 128), lembrando que na noção de território para Deleuze e Guattari está sempre em fluxo. Assim, desterritorializar significa não pertencer, momentaneamente, a território algum e, ao mesmo tempo, significa uma transmutação para outros territórios, por meio da reterritorialização. Nesse processo, os agenciamentos, que funcionam como componentes do território, operam também em seu dismantelamento, reativando o fluxo para novos arranjos, encontros e acoplamentos. A desterritorialização, portanto, nunca ocorre unilateralmente, sendo sempre necessários, no mínimo, dois componentes: “(...) mão-objeto de uso, boca-seio, rosto-paisagem” em que cada uma dessas partes serve de territorialidade nova para o outro que também perdeu a sua” (DELEUZE E GUATTARI, 1998, p. 41). Esse processo territorialização-desterritorialização-reterritorialização produz, o tempo inteiro, uma desconstrução de traços identitários. Por exemplo, na relação mãe-bebê, não há mais a boca (bebê) e o seio (mãe), mas temos a ação que, ao ligar um ao outro, produz uma terceira “identidade”: a que fica entre a mãe e o bebê, mas, ao mesmo tempo, é constituinte da mãe e do bebê. Da mesma

maneira, o rosto que vê a paisagem é estabelecido, pelo território, como o “dentro”, formado pelo conjunto de componentes agenciados.

Para compreender o processo de territorialização que emerge nas práticas urbanas insurgentes, esta investigação propõe a necessidade de somar a noção desta abordagem filosófica que entende o território como fluxo criativo e expressivo (Deleuze e Guattari, 1998) à concepção de território ligada à geografia que o entende como espaços delimitados a partir de relações de poder e controle social (SACK, 1986; RAFFESTIN, 1993 e SOUZA, 2020). Dessa combinação e corroborando com as análises de Bassani (2019) em relação aos coletivos urbanos, esta pesquisa entende que território para as práticas urbanas insurgentes se constitui em um movimento de disputas de poder que agenciam o espaço físico para desterritorializar os discursos hegemônicos do poder sobre ele e reterritorializar novos significados sobre espaços da cidade.

Portanto, o território para as práticas urbanas insurgentes, exige reconhecer no espaço, relações de disputas de poder pelo conflito de desejos entre segmentos da sociedade civil e, destes, com o Estado capitalista e o mercado produtor da cidade neoliberal. Assim, reterritorialização é, para as práticas urbanas insurgentes, o conjunto de forças contrárias aos discursos do capital investido sobre a terra urbana que desterritorializa (apagam) códigos hegemônicos. A desterritorialização significa o desterramento e a descodificação agenciados por processos hegemônicos. E é este o movimento que interessa a esta pesquisa, pois é ele quem ajuda a fundamentar qualquer análise sobre práticas urbanas insurgentes. Portanto, o conceito de território que agora se adota é orientado pela passagem da ideia de espaço geométrico em direção a uma que, além de conceder suporte físico para as relações de poder, constitui-se como o primeiro e contundente agenciador de forças de oposição para manifestação política e processos de desterritorialização-reterritorialização.

Para fundamentar essa perspectiva, retorna-se ao trabalho de Haesbaert (2007), que, a partir de Lefebvre, indica que se deve estudar o território enquanto um processo de dominação e/ou apropriação em sua multiplicidade de manifestações, mas, sobretudo, por meio da multiplicidade de poderes neles incorporados por meio dos múltiplos sujeitos envolvidos. Desse modo, a compreensão de poderes investidos no território, deve levar em

conta "(...) os múltiplos sujeitos do poder, e a resistência que lhes é inerente" (Haesbaert, 2007, p. 25). O autor esclarece que isso diz respeito tanto ao poder no sentido mais evidente, aquela relacionada a dominação, quanto ao poder no sentido mais tácito ou simbólico, o de apropriação. Haesbaert (2007) lembra Lefebvre, que distingue apropriação de dominação: por um lado, apropriação é atrelada a um processo mais simbólico, em que marcas do "vivido" referem-se ao valor de uso. Por outro lado, dominação é relativa a "possessão" e a "propriedade", sendo, nesse sentido, mais vinculada ao valor de troca (HAESBAERT, 2007, p. 20). O território, portanto, para este autor, "(...) pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural" (Idem, p. 9). Na definição do conceito de território, Haesbaert (2007) considera necessário abarcar os sujeitos em jogo e seus objetivos políticos, considerando desde os grupos hegemônicos, "(...) até os movimentos sociais de resistência, em suas estratégias de transformação autonomista" (p. 30).

Sob esse aspecto e a partir dessa noção de território, é que se considera a multiplicidade de atores sociais e as relações de poder que delas emergem, assumindo, a teoria sobre território, relevo nos estudos urbanos. Isso acontece não somente porque as arenas políticas das insurgências urbanas refletem diversos conflitos sobre a cidade, mas porque, nas disputas de poder, desempenham um papel influente na condução dos processos sociais.



### 3.2 Práticas urbanas insurgentes

Henri Lefebvre desenvolve a noção de “práticas espaciais” no livro *A produção Social do Espaço* (2006). A partir de perspectiva dialética, Lefebvre afirma a ideia de que o espaço não é simplesmente um “receptáculo”, mas um ingrediente essencial e pleno de implicações da sociedade e vice-versa. O autor propõe uma teoria que entende o espaço como fundamentalmente vinculado à realidade social — o espaço “em si mesmo” jamais pode servir como um ponto de partida epistemológico. O espaço não existe em “si mesmo”. Ele é produzido, apropriado, transformado pela sociedade e historicamente construído pelo homem à medida que organiza política e economicamente a sua sociedade. É a partir da interdependência entre as duas dimensões — espaço e sociedade — que o autor fundamenta o conceito de espaço social, em que o espaço é, ao mesmo tempo, produto e condicionante das relações sociais. Essa noção de que toda prática social é produtora de espacialidades, e que estas, por sua vez, dirigem uma grande quantidade de práticas sociais, é um componente significativo que permeia sua reflexão no livro, de tal maneira que ele une as duas noções em um único conceito, o de “prática espacial”. Para o autor,

A prática espacial, que engloba produção e reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais próprios de cada formação social, que assegura a continuidade numa relativa coesão. Essa coesão implica, no que concerne ao espaço social e à relação de cada membro de determinada sociedade ao seu espaço, ao mesmo tempo de uma competência certa e uma certa performance; As representações do espaço, ligadas às relações de produção, à “ordem” que elas impõem e, desse modo, ligadas ao conhecimentos, aos signos, aos códigos, às relações “frontais”; Os espaços de representação, apresentam (com ou sem códigos) simbolismos complexos, ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, mas também à arte que eventualmente poder-se-ia definir não como código do espaço, mas como código de representação (LEFEBVRE, 2006, p. 36).

A prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando. Para a análise, a prática espacial de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço (LEFEBVRE, 2006, p. 36)

Portanto, o espaço social vincula o ambiente construído, a organização e co-determina os usos, ao mesmo tempo que pode resultar na expressão de valores, normas e

experiências sociais. O espaço social incorpora atos sociais dos sujeitos ao mesmo tempo coletivos e individuais. O autor destaca a necessidade de se decifrar o espaço das práticas espaciais e a necessidade de reapropriação do espaço contra a dominação e a produção capitalista da cidade.

Lefebvre (2006) afirma que há três momentos na produção social do espaço: o *espaço concebido*, o *espaço vivido* e o *espaço percebido*. O espaço social conforma-se como a manifestação mais concreta do espaço vivido, quando compreendido pelo domínio do homem sobre o objeto, por meio da apropriação dele pelas ações humanas. Evidencia-se que esta análise remete à produção do espaço no processo de reprodução social, ou seja, é atribuído ao espaço um campo de possibilidades de construção de um espaço diferencial, quando apropriado pelas ações humanas, contrapondo-se assim, ao espaço homogêneo, hierarquizado, pré-determinado, pois neste caso o que contempla-se é o uso e não as trocas. Para tanto, o parâmetro é a vida cotidiana da sociedade no urbano. Nesta acepção, o autor descreve que o espaço contém e está contido nas relações sociais. Logo, a realidade é vivida e o urbano é a manifestação concreta desta representação na cidade. Essa definição de urbano pode ser entendida como uma projeção da sociedade sobre um espaço.

As noções de relação social e de ação social articulam as atualizações à noção de prática espacial desenvolvida por Marcelo Lopes de Souza (2020). A partir da leitura de Max Weber, ele afirma que o conceito de ação remete ao de interação, e dele não pode ser dissociado. Por sua vez, por relação social deve-se entender um comportamento de reciprocidade. Assim, a ação social é sempre orientada para outros indivíduos, direta ou indiretamente. Já as relações sociais constituem-se em uma trama de ações sociais de múltiplos agentes, cujos resultados são compartilhados. O fundamental para Weber, destacado por Souza, é que, no contexto de um grupo ou sociedade, independentemente do conteúdo das ações e relações, os participantes confirmam um sentido ou significado às suas ações. A partir dessa compreensão, o autor afirma que as ações e relações podem resultar em práticas humanas com maior ou menor dependência da dimensão espacial e sugere que as práticas espaciais sejam qualificadas de “práticas sociais densas de espacialidade” (ibidem,

p. 246). Com isso, Souza caracteriza as práticas espaciais como:

(...)Cidadania Insurgente são práticas sociais em que a espacialidade (a organização espacial, a territorialidade, a “lugaridade”...) é um componente nítido e destacado da *forma de organização, do meio de expressão e/ou dos objetivos a serem alcançados*. Toda prática espacial, assim como, mais amplamente, toda prática social, é uma ação (ou um conjunto estruturado de ações) inscrita nos marcos de relações sociais (SOUZA, 2020, p. 241).

O autor afirma que “nem todas as práticas sociais são densamente ou complexamente espaciais (ou espacializadas)”, mas considera que “todas as práticas espaciais são práticas sociais” (ibidem, p. 240). Para Souza (2020), na história da humanidade, existem vários tipos de práticas espaciais e elas têm servido ora à heteronomia e à manutenção de hierarquias, ora à autonomia e à emancipação social. As práticas espaciais heterônomas podem ser agrupadas como “tecnologias de poder”<sup>14</sup> e são as mais frequentes e podem ser classificadas quanto aos tipos: a) dispersão; b) segregação; c) confinamento; d) interdição de acesso; e) monopólio ou oligopólio de recursos espaciais; f) organização da exploração do trabalho; g) indução de comportamentos; h) adoração de fontes de poder transcendentais, etc. Quanto à capacidade de se constituírem com forma e conteúdo de posição emancipatória, Souza (2020) classifica-as como *práticas espaciais insurgentes*. O conceito de práticas espaciais insurgentes estabelece conexões correspondentes com outros conceitos como: ação direta, territorialização, apropriação do espaço, espaço social, ativismo, política, dentre outros, todos ligados à ideia de luta contra a heteronomia.

São exemplos de práticas espaciais insurgentes as ocupações (de edificações abandonadas, ruas, praças), os atos contestatórios que se apropriam de espaços públicos, circuitos econômicos alternativos etc. Souza (2020) organiza uma taxonomia e estabelece seis grandes tipos gerais de práticas espaciais insurgentes como um quadro de referência. Ele é demonstrado nesta pesquisa e orienta a apresentação dos atos que ilustram a teoria desenvolvida no decorrer deste estudo. Também é usado, no percurso deste texto, a fim de compreender-se se essa tipologia e os processos insurgentes podem ser lidos de forma

---

14 O autor faz menção ao trabalho de Foucault que exemplifica dispositivos de controle disciplinar dos corpos e da governabilidade social

isolada, de modo combinado ou sob outras classificações aplicados no âmbito do planejamento urbano. Souza (2020, p. 251-4) apresenta seis grupos de práticas espaciais insurgentes:

1) *Territorialização em sentido estrito*: “apropriação” e controle do espaço por meio ou com a ajuda da presença física. A escala espacial ele define como “nanoterritorial” – local com capacidade de se tornar um levante. Quanto à escala temporal, o autor define como mais ou menos efêmera (algumas horas, dias, semanas ou anos no caso de piquetes). Exemplo citado: ocupações, piquetes etc. 2) *Territorialização em sentido amplo*: sem a presença física duradoura dos “transgressores/desafiadores”. Geralmente executada de forma clandestina. Exemplo citado: Grafitagem ou pichação. 3) *Refuncionalização e reestruturação do espaço material*: a refuncionalização é classificada quando o espaço é levemente adaptado a novas funções em razão das novas necessidades, provenientes das reivindicações e dos arranjos de relações sociais dele derivados. A reestruturação é quando o espaço é substancialmente modificado. 4) *Ressignificação de “lugares”*: as representações, discursos, relatos, histórias, disputas sobre vocações futuras de lugares entram em confronto com as práticas hegemônicas. Elementos culturais e simbólicos entram em batalha entre diferentes agentes. 5) *Construção de circuitos econômicos alternativos*: para gerar renda, inclusive para financiar atividades insurgentes, são desenvolvidos mercados alternativos às relações de produção capitalistas (trabalho assalariado, hierarquia, rendimentos etc). 6) *Construção de redes espaciais*: implementação de práticas multiescalares envolvendo variadas experiências de resistência local ou regional e seus respectivos territórios dissidentes.

Complementando essa catalogação com o livro *Insurgent Public Space*, Hou (2010) faz a distinção entre dois tipos de espaços públicos: o espaço público institucional e o espaço público insurgente. Espaços públicos institucionais incluem parques, praças, ruas e alguns edifícios cívicos, bem como espaços públicos privados, que são definidos e produzidos pelo Estado ou Fundações. Esses espaços são, por natureza, codificados, regulados e mantidos institucionalmente. Além disso, muitas vezes, assumem um público genérico que pode ser

por eles atendido, mas que, em sua maior parte, não é engajado ativamente na elaboração ou na manutenção. Em contraste, espaços públicos insurgentes são aqueles criados ou iniciados por cidadãos e comunidades, muitas vezes fora ou na fronteira do domínio regulatório e legal.

Para Hou (2010), espaços públicos insurgentes incluem jardins em lotes vagos, feiras de rua informais, jogos, *flash mobs*, teatro de rua, pistas de dança, protestos e ocupações em espaços públicos institucionais. A noção de espaço público insurgente sugere que o espaço público não se limita às categorias arquetípicas e familiares de destinos funcionais predeterminados. Também sugere que a construção do espaço público não é domínio exclusivo das instituições. Em vez disso, a criação do espaço público pode envolver um amplo conjunto de atores. Dessa forma, o termo "público" não é mais apenas um adjetivo, mas, antes, um corpo de cidadãos envolvidos para a construção de um sentido mais amplo. Espaços públicos insurgentes são frequentemente criados por aqueles que se apropriam, reclamam ou ocupam determinado espaço para reunir-se, expressar sua opinião e envolver-se em uma ampla variedade de práticas espaciais.

O espaço público insurgente é, ao mesmo tempo, espontâneo e radical, mas, para Hou (2012), também é planejado e progressivo. As ações nessas arenas públicas e urbanas tipicamente não têm nenhum líder particular ou burocracia associada, mas demonstram como grupos marginalizados podem moldar espaços, com propostas que vem de baixo para cima, a partir da criação de um consenso coletivo de base. Para Hou, o urbanismo de guerrilha, expressão que ele também utiliza, está fomentando espaços públicos "menores, mas maiores" no sentido do alcance simbólico e da coletividade conquistada (HOU, 2012, p. 53).

O autor organizou o livro em seis capítulos baseados em características das intervenções: 1) *Appropriating*, 2) *Reclaiming*, 3) *Pluralizing*, 4) *Transgressing*, 5) *Uncovering* e 6) *Contesting*. O primeiro capítulo, *Appropriating* (apropriar-se), analisa a forma como as pessoas taticamente usam o espaço aberto para convertê-lo em um novo significado, enquanto o segundo capítulo, *Reclaiming* (recuperar), analisa a forma como são subutilizados

espaços urbanos frequentemente abandonadas, os quais foram ressuscitados pelas iniciativas coletivas de *botton-up*<sup>15</sup>. O capítulo *Pluralizing* (pluralizar) examina como diferentes grupos étnicos interpretam e transformam o significado e a função dentro do espaço aberto, criando um espectro mais heterogêneo de realidades espaciais. *Transgressing* (transgredir) avalia como os domínios público-privados do espaço aberto foram violados, atravessados e negociados por grupos de pessoas. *Uncovering* (descobrir) dá exemplos de espaços públicos que foram redescobertos e reconfigurados, revelando memórias latentes e ocultas na paisagem urbana. O capítulo final, *Contesting* (contestar), traz à luz a luta por identidade e direitos no âmbito público.

Todas essas categorias tipológicas representam práticas espaciais insurgentes. Elas acabam quase sempre combinando, em algum grau, a ação direta, as instalações arquitetônicas efêmeras e as práticas artísticas. A luta institucional é o que mais direciona o termo insurgente. Apoiando-se novamente em Souza (2017), essas lutas podem ser resultantes da combinação entre ação social “contra o Estado”, “apesar do Estado”, e, mesmo, “com o Estado”. Considerando os processos de territorialização hegemônicos, conduzidos em parte pelas estruturas de planejamento e gestão urbanos, as práticas espaciais insurgentes têm a ver, acima de tudo, com a ação direta. Para o autor,

Tanto o tensionamento crítico com alguns aspectos do *status quo* quanto certos ganhos de autonomia podem ser alcançados por meio da luta institucional; mas somente a ação direta comporta a potencialidade de, enquanto práxis desafiadora, fundada sobre uma crítica radical que insiste em desconhecer limites apriorísticos (dados pelo incontornável atrelamento do Estado capitalista, em última instância, à defesa da propriedade privada e do mundo da mercadoria em geral), pôr em xeque a instituição global da sociedade, a partir de uma visão (não cientificista e não racionalista) de “totalidade”. (SOUZA, 2017, p.378).

Conquanto as práticas de organizações populares negociadas com o Estado jamais sejam, a rigor, insurgentes, uma vez que não superaram a heteronomia que o Estado representa, elas poder ter caráter de fundo crítico sem serem inconciliáveis com metas

---

<sup>15</sup> Enquanto as ações no planejamento urbano geralmente são top-down ou de cima-para-baixo, atos populares são ações botton-up ou de baixo-para-cima.



táticas insurgentes. Isto, segundo Souza (2017), desde que as organizações dos movimentos não percam de vista o horizonte estrutural e não deixem que a tática conduza, colonize e subverta a possibilidade de uma estratégia, todas as lutas são importantes, mas a ação direta sempre deve prevalecer como forma contra-heteronômica.

Dessa noção de práticas espaciais insurgentes de Souza (2020) assume uma versão própria, conceituando-a como práticas urbanas insurgente: práticas sociais de resistência e luta para conter o avanço de processos de precarização da vida, associados à privatização de espaços e serviços urbanos, cooptados pelo advento da dominação do capital sobre o Estado ou a ele combinado. O conceito de práticas urbanas insurgentes faz alusão a táticas de apropriação do espaço com o objetivo de exercer um contra-poder a uma dada situação de dominação, combatidas por meio de ação direta.

Essa maneira de ação direta, coloca a presença do corpo formando um corpo político público, e organiza a noção de “assembleia” proposta por Judith Butler. A autora afirma que, quando corpos se juntam no espaço público “eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio campo político [...]” (BUTLER, 2019, p. 17). Sentido semelhante foi ressaltado por David Harvey sobre as frequentes insurgências que caracterizam esse início de século, quando o autor aponta para a “união de corpos no espaço público” como um fato importante a ser valorizado neste período (HARVEY, 2012, p. 10). É a partir dessa perspectiva da ação direta, que se transformou na senha para milhares de jovens erguerem acampamentos e ocupações em toda sorte de protestos, que essa pesquisa se insere neste debate na próxima seção.

### 3.3 Ação direta e alguns precedentes insurgentes

Uma ação direta conta com pessoas que se associam em movimento por conta própria e desejo coletivo, sem a intermediação de partidos, sindicatos ou universidades. Guiadas sem essas instituições tradicionais, pessoas compõem um ato que intervém diretamente sobre um lugar com o seu próprio corpo, formando, juntas, um corpo político.

Ações diretas são formas de contestação, utilizadas muito antes dos atuais movimentos de ocupação de espaços públicos. Em 1971, por exemplo, cidadãos reuniram-se em Estocolmo para protestar e proteger um bosque em Kungstragarden, que seria derrubado para dar lugar a uma estação de metrô. Em Nova York, na mesma década, a artista Liz Christz difundiu, logo disseminando-se, os Guerrilla Gardening, uma espécie de produção de jardins e hortas públicas em diferentes espaços da cidade, como uma forma de contraponto ao abandono de espaços públicos e à carência de áreas verdes.

No mesmo período, surge, na Europa, os "*squatting*" e Okupas - ocupação ilegal de imóveis, um movimento que provocava a reutilização de edifícios e apartamentos desocupados como forma de reivindicações por habitação, controle dos aluguéis e preço de imóveis e para promoção de centros sociais e culturais. Ou seja, propostas que visavam garantir a função social da propriedade, ou como forma de moradia ou para diminuir a ausência de lugares para reuniões políticas.

Na década de 1990, nasce, em Londres, o *Reclaim the Streets*, um movimento ecológico e anticapitalista atuante contra efeitos negativos da globalização sobre a vida urbana, que se espalhou por diversas cidades europeias e estadunidenses. O grupo apresentava suas reivindicações por meio de festas no espaço público, trancando ruas como uma forma de retirar, delas, os automóveis e reivindicá-las como espaço para as pessoas. Nessa mesma tática de ação, em 1994, um movimento anti-rodovias ocupou casas que seriam demolidas para a construção de uma rodovia sob a *Claremont Road*, em Londres, em um protesto conhecido como *M11 Link Road*.

Foi também nessa época que o movimento Massa Crítica começou, em San Francisco, a realizar um encontro mensal de ciclistas que circulam em grupo ocupando ostensivamente toda a largura da rua e, desde então, esse tipo de configuração tornou-se uma forma de ação direta em cidades ao redor do mundo. Precedentes a esse tipo de insurgência são as manifestações do grupo *Provos* que, na década de 1960, em Amsterdam, espalhava dezenas de bicicletas brancas pelo centro da cidade, área em que propunham delimitar para uso exclusivo dos pedestres e ciclistas. Exemplo semelhante ocorre em Bogotá, desde 1974, onde o grupo *Ciclovía* se apropria de uma via de veículos para uso dos ciclistas.

A noção de protesto que institui o corpo na rua evoca, à memória coletiva, as manifestações e barricadas de Maio de 68, o fogo em sutiãs nas marchas feministas, a moda *blackpower* nas passeatas do movimento negro e as manifestações pacifistas anti-guerra do Vietnã com shows musicais. A atitude performática que os protestos passavam a produzir combinavam, em seu discurso, elementos cenográficos, sonoros e corporais para compor uma nova forma de manifestação, que lembra as performances artísticas, mas com teor político.

Essa série de atividades de ação direta que acontecem neste período tem, como ponto em comum, evocar a rua como uma nova plataforma para a ação política. Termos como ativismo e autogestão popularizaram-se por meio de diversas formas de manifestações que tinham a cidade como território discursivo. Segundo Bassani (2019), isso deriva de novas práticas, as quais misturam experiências do campo das artes com a política e o espaço urbano. O autor lembra que, desde o início dos anos de 1970, a ação direta é conhecida por meio das propostas do Greenpeace, em que um grupo de pessoas paramentadas com recursos cenográficos organizava uma coreografia ou performance produzindo intervenções pontuais em locais estratégicos para chamar atenção do público para as causas ambientais e ecológicas que defendem.

Para entender um pouco mais dessa prática, é importante lembrar que já estavam difundidas práticas artísticas como as experiências dos *happenings* e performances no ambiente urbano, desenvolvidas, por exemplo, pelos grupos como Fluxus, Provos e

Situacionistas. Esses grupos de artistas, precursores da noção de coletivo de arte, provocavam o campo político e o universo das artes utilizando a cidade como elemento discursivo e artístico. Suas práticas ilustram que já estavam consolidadas, tanto para o campo da prática como da crítica de arte, experiências para além do objeto-arte. Muitas dessas experimentações artísticas direcionavam-se e aproximavam-se de discursos políticos, produziam manifestos e teorizações que extrapolavam o museu como ambiente para a arte e indicavam que o campo artístico ensaiava ser uma forma de pensamento crítico na cidade<sup>16</sup>. No Brasil, esse tipo de prática artística que intervém no espaço público tornou-se difundida a partir dos anos de 1970 por grupos como, por exemplo, Contrafilé, Manga Rosa e 3Nós3, sendo, também, comumente relacionada ao artista e arquiteto Flavio de Carvalho.

Introduzido o contexto que ajuda a compreender a mistura entre arte, política e ambiente urbano, é importante voltar à década de 1990, quando a queda do Muro de Berlim impõe, simbolicamente, também a queda do imaginário socialista e acelera a ascensão e o domínio do neoliberalismo, assim como a proliferação de movimentos contestatórios anticapitalistas. Protestos que utilizam a ação direta como forma de manifestação passam a ser amplamente divulgados para o mundo por meio das imagens de insurgências, como *Stop the City*, em 1998 em Birmingham e *Peoples' Global Action*, em Genebra, em 1998, *Carnival Against Capital*, em Colônia, em 1999, todos acontecendo durante encontros do G8<sup>17</sup>. Essas manifestações fizeram emergir, às ruas e ao grande público, grupos da cultura underground, e expõe uma forma irreverente de atuação para contestação em uma espécie de protesto-festa de estética subversivo-anarquista e punk, até então restrita a pequenos circuitos culturais. Também neste período, tornam-se conhecidas e nomeadas as aparições dos *black blocs*, por exemplo, na manifestação contra a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), conhecida como *Battle of Seattle*, em 1999.

---

<sup>16</sup> Por exemplo a teoria desenvolvida pelos Situacionistas que propunham um resgate às múltiplas formas de viver as cidades como uma alternativa contra a cultura do espetáculo, alienação e passividade da sociedade. Para isso criaram "Urbanismo Unitário" é a "teoria do emprego conjunto de artes e técnicas que concorrem para a construção integral de um ambiente em ligação dinâmica com experiências de comportamento" (Gui Deboard, in JACQUES, 2003, p.24).

<sup>17</sup> Encontro do grupo de países ricos composto por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia.

O desenvolvimento dos protestos mistura-se com um novo desenvolvimento estético entre cidade e corpo das pessoas e vice-versa. Nos protestos dessa década, novos métodos de manifestar-se foram forjados. Por exemplo, intervenções gráficas em elementos urbanos simulam tatuagens, as paradas são repletas de alegorias humanas, marchas políticas e ocupações utilizam pinturas de cores berrantes, à semelhança da estética punk e da cultura publicitária urbana. A utilização de performances, fantasias, esculturas, cenografias, faixas debochadas, câmeras de vídeo, corpos nus compõem um novo imaginário para o político ou uma nova política do imaginário para os protestos.

Para Bassani (2019), tratam-se de expressões que embaralham arte e política simultaneamente e decretam que “doravante a única via para a política é ser artística (discursos em *poiesis*) e, no sentido contrário, a única arte viável é a que transforma a sociedade” (*ibidem*, p. 33). Desenvolvimentos artísticos como esses indicam um comportamento político engendrado, a partir da vida pessoal e do cotidiano, a uma arte a serviço do discurso político. A arte, daí em diante, adquire uma categoria que será interpretada como ato político, ou uma arte política, e os protestos passam a utilizar a performance corporal e os elementos cenográficos como forma de contestação (BASSANI, 2019).

A ação direta consolida-se desde então e, neste início de século, populariza-se como prática e é explorada de múltiplas formas, escalas e em diferentes pautas. As intervenções na cidade apresentam-se como atos políticos, sem as lideranças tradicionais, tais como partidos e sindicatos, e produzem novas configurações de associação e organizações, como, por exemplo, os autodenominados coletivos urbanos. São os coletivos urbanos que atualmente disseminam massivamente o termo “direito à cidade”, elaborado por Lefebvre (2001) na década de 1960, assim como a noção de “apropriação”, também proposta pelo autor. Esses conceitos são interpretados atualmente por esses coletivos como uma senha para as ocupações de espaços urbanos, por meio, por exemplo, de festas de rua, danças de rua, sessões de cinema ao ar livre, shows de música, rodas de poesia na calçada e mostras de arte em lugares fora dos circuitos. Ou seja, a ideia do lúdico como forma de uso da cidade é a

senha para a “apropriação” urbana e como “direito à cidade”.

Assim como nos anos de 1990, ressurgem, atualmente, os protestos-festa. Um protesto-festa fecha uma rua, um parque, um baixio de viaduto, ocupa um edifício ou terreno desocupado e produz uma festa, geralmente clandestina, com recursos cenográficos e toda sorte de irreverência, assim como em *Carnival Against Capital* ou nas intervenções do *Reclaim the Streets*, sendo, hoje em dia, um *modus operandi* para o ativismo urbano contra intervenções de que seus participantes discordam. Um protesto-festa apresenta-se como um espaço de contra-poder, mas como uma festa. Como toda festa, a noção de participação é imediata, contagiante e horizontal. Diferentemente das formas tradicionais de organização de manifestações políticas, geralmente marcadas por lideranças indicando a direção e profetando discursos, uma festa induz à participação de forma livre, sem intermediários. A participação, seja por meio de coletivos urbanos, grupos de cidadania ou livre de qualquer vínculo, passa, portanto, a representar uma porta de entrada aberta a pessoas para desenvolverem relações sociais e interações comunitárias, facilitadas por essa performatividade de ativismo urbano.

Judith Butler chama essa reunião de “corpos em aliança”, que produzem uma “performatividade política”, não sendo a tradicionalmente reconhecida pela fala em um discurso político, mas utilizando-se de uma linguagem de “reivindicações da ação corporal, do gesto, do movimento, da congregação, da persistência” que se apresenta como uma rejeição coletiva da “precariedade induzida social e economicamente” e pela luta do direito de aparecer (BUTLER, 2019, p. 84). Em seu livro “Corpos em Aliança e a Política das Ruas – Notas para uma Teoria Performativa de Assembleia”, a tese da autora é apoiada de dois modos: a primeira consiste na compreensão de que os protestos se expressam por meio de reuniões, assembleias, vigílias, assim como pela ocupação dos espaços públicos. Complementarmente, a segunda ancora-se na constatação de que os corpos são o objeto de muitas das manifestações que têm a “precariedade como impulso fundamental” (BUTLER, 2019, p. 17). Assembleias, muitas vezes de formas improvisadas, questionam e simulam o que conta como público e que pode a soberania popular.



Para a filósofa, os corpos “são vetores de poder por meio dos quais o direcionamento da força pode ser revertido” e, quando se reúnem em assembleia nas ruas, praças e outros locais públicos, estão exercitando o que ela chama de performativo — o direito de aparecer, ou seja, “uma demanda corporal por um conjunto de vidas vivíveis” (BUTLER, 2019, p. 93). Segundo a autora:

Eu apareço para os outros e eles aparecem para mim, o que significa que algum espaço entre nós permite aparecer. Pode-se chegar à conclusão de que aparecemos em um espaço ou somos apoiados pela organização material do espaço (...). Isso acontece mais claramente quando pensamos sobre corpos que agem juntos. Nenhum corpo constitui o espaço de aparecimento, mas essa ação, esse exercício performativo, acontece “entre” corpos. Na realidade, a ação emerge do entre, uma figura espacial para uma relação que tanto vincula quanto diferencia (BUTLER, 2019, p. 85-6)

Butler concebe a noção do “direito de aparecer” a partir de Arendt, para quem a ação política acontece na condição do aparecimento do corpo em público. A noção do direito de aparecer constitui-se na não existência de direitos no campo político como equivalente negativo, ou seja, ao não direito de aparecer nos espaços públicos. Os grupos sociais que não têm seus direitos protegidos nesses espaços são corpos passíveis de violência, e instituem-se como “povo”, aqueles que não têm sua representatividade colocada em cena. Portanto, é a presença constante desses atores sociais que dá corpo às manifestações públicas que atuam na regulação do corpo social. A falta de direitos, a criminalização da pobreza, a violência policial e a falta de representatividade política são enunciados que se deslocam nessas manifestações.

Nessa obra, Butler afirma que as assembleias públicas trazem às ruas e à reflexão o sentido de “responsabilidade” e “autonomia” como o ideal moral que a chamada “racionalidade neoliberal” tem imposto. Essa racionalidade, ao mesmo tempo, destrói essa possibilidade, especialmente no campo econômico, “porque converte toda a população em seres potencial ou efetivamente precários” e quem cria condições a precariedade da vida e das infraestruturas que as mantêm. (BUTLER, 2019, p. 21). Para a autora, a condição precária apresenta um sentido de dependência individual de algo e a falta disso para a manutenção

da vida, como, por exemplo, a falta de moradia, de renda, de emprego, segurança etc. Tais elementos são importantes para que a vida seja viável, e sua falta revela um sentido de precariedade individual, mas, também, que o sistema que organiza a economia, a habitação e a política falhou.

A biopolítica, ou seja, o poder que organiza a vida e os corpos produtivos expõe as desigualdades das vidas e sua condição precária como parte de uma administração maior das populações por meios governamentais e do mercado. É esse biopoder que estabelece um conjunto de medidas para a valorização diferencial da vida em si e coloca a questão: há vidas que importam mais do que outras? Há vidas que podem ser sacrificadas? Os corpos se reúnem em assembleia, formam alianças e designam uma identidade de povo, e tem como alvo “as formas de abstração que agiriam como se as exigências sociais e corporais da vida pudessem ser destruídas, como decorrência da métrica neoliberal e das racionalidades do mercado”, que atuam em nome do bem público. Ao conduzir a vida, negocia-se com essas formas de poder. (BUTLER, 2019, p. 203).

Os corpos são vetores de poder que, quando engajados em uma ação de força, em ação direta, estão em aliança contra “formas de apagamento” (BUTLER, 2019, p. 205). A filósofa defende o corpo como veículo político e rebate a distinção de Aristóteles e Arednt entre esfera privada e pública, em que o domínio jurídico-político (*polis* e esfera pública) é definido em oposição ao domínio doméstico e familiar (*oikos* e esfera privada). Para eles, o tema da manutenção do corpo é assunto privado, mas as regras e a sua gerência são definidas por/em espaços públicos de poder. Já para Butler, os corpos agem quando falam, defendendo, a autora, que a fala não é a única maneira de se expressar e, portanto, não é a única maneira de fazer política. Segundo a filósofa, “quando as pessoas se reúnem para protestar contra as condições induzidas de precariedade, elas estão agindo de maneira performativa (...), dando uma forma corporificada à ideia de ação em conjunto (BUTLER, 2019). Portanto, Butler reconhece que, além da fala como linguagem da política, ação do corpo performativo é um ator da esfera pública e, nesse sentido, pode-se entender a ação direta também como um ato político de ação social.

Se, por um lado, eles são produtivos e performativos, por outro, eles só podem persistir e agir quando estão apoiados pelos ambientes e pelos modos de sociabilidade (BUTLER, 2019). Quando esses apoios são desmontados, seja pelas intervenções dos agentes urbanos ou do mercado, eles são mobilizados de outra maneira. A ação direta aproveita os suportes urbanos para afirmar que não pode haver vida corporificada sem suporte institucional, trabalho, moradia, emancipação política, mas sua luta constitui a sua própria forma social.

Enquanto conjecturas sobre a posse de um espaço urbano ou sistema econômico e representativo são colocados em xeque, como em uma ocupação, tanto a permanência do corpo no espaço quanto seu despejo forçado colocam a autoridade oponente em um constrangimento moral, dada a exposição corporificada da ação. Sobre isso, Harvey (2012, p. 60) também escreveu em relação ao Occupy Wall Street:

(...) tomar um espaço público central, um parque ou uma praça, próximo à localização de muitos dos bastiões do poder e, colocando corpos humanos ali, convertê-lo em um espaço político de iguais, um lugar de discussão aberta e debate sobre o que esse poder está fazendo e as melhores formas de se opor ao seu alcance. Essa tática (...) mostra como o poder coletivo de corpos no espaço público continua sendo o instrumento mais efetivo de oposição quando o acesso a todos os outros meios está bloqueado.

O espaço de aparecimento não é um lugar que pode ser separado da ação plural que a ele é conduzida. Tampouco, este espaço está fora da ação que o invoca e o territorializa. Corpos precários necessitam de condições coletivas para continuarem existindo. Corpos precários necessitam de formas propositivas, ao mesmo tempo que de um conjunto de argumentos que permitam apostar em alianças políticas entre diferentes pautas, espectros e corpos. Nesse sentido é que as recentes formas de ação direta insurgentes tem mobilizado recursos para fortalecer identidades coletivas mais potentes sem, com isso, enfraquecer suas lutas. O recurso que tem atravessado ações diretas atualmente é sua forte vinculação a aspectos do cotidiano urbano e aportes de caráter artístico-cultural.

Em pesquisa recente sobre o Ocupa Ouvidor, Maziviero e Sandler (2020) exemplificam essa questão. As autoras explicam esta ocupação como “um projeto cultural e residencial” que ocupa um edifício de treze andares no centro da capital paulista, propriedade do Estado de São Paulo (*ibidem*, p. 183). As pesquisadoras relatam que, apesar de a ocupação, atualmente, ter moradores, ela iniciou-se como uma ação para transformação do edifício em um centro cultural onde “a fronteira entre arte e vida cotidiana é borrada nestes atos com a permanência de seus corpos, em rodas de conversa, música, danças, pintura, ignorando divisões entre público e privado, urbano e doméstico”, pois as atividades não-residenciais são abertas a visitantes e, inclusive, praticadas nas calçadas e nas ruas de seu entorno imediato (*ibidem*, p. 184). Combinadas com a denúncia e o combate aos processos de especulação imobiliária urbana que geram gentrificação, este tipo de ação direta mistura práticas do cotidiano, como a habitação e laços de vizinhança, com atividades artísticas no mesmo local.

Essas ações lembram muito as que eram utilizadas nas ocupações do início da década de 1990, em Berlim, pelo *Hausproject* (centro cultural e habitacional), e em Londres, em *Claremont Road* (projeto rodoviário), tanto no sentido de combinar a prática da moradia com prática artística como no modo de denunciar os projetos urbanos que não respondem aos interesses populares. Para Bassani (2019), o tópico cotidiano e as manifestações vinculadas à infraestrutura urbana passam a ter um papel de múltiplos significados nos discursos construídos a partir deste movimento. Bassani (2019, p. 37) observa que não se trata da conceituação de cotidiano de Lefebvre, tampouco De Certeau, mas de uma leitura transversal aos dois, ressignificada pelo incremento de práticas insurgentes, e explicadas da seguinte forma:

(...) a ideia de cotidiano é colocada tanto como oposição às lideranças políticas tradicionais que pairam gravitando acima dos acontecimentos diários, como, também, estratégia estética-política, os acampamentos, os músicos, as casas ocupadas e pintadas, se constrói uma representação de cotidiano na ocupação da Claremont Road, o cotidiano e a rua são o discurso político e, também, o artístico (BASSANI, 2019, p. 37).

Não há arte no drama da vida cotidiana de quem terá sua casa demolida, como no caso de *Claremont Road*. Tampouco se trata de intervenção artística a disputa pelos espaços da cidade e a luta por moradia em ocupações de edifícios ociosos do centro de São Paulo,

como no caso do Ocupa Ouvidor. Contudo, é o apelo ao sensível, por isso estético, que recompõe o cotidiano na cidade “está posicionada como mídia dos discursos políticos e como instância física do discurso formal (...) que se materializam, se espacializam no fato urbano, a rua e nas casas que serão demolidas” (BASSANI, 2019, p. 36) o que mobiliza os ativistas. Tanto na ideia de ocupação como nos protestos-festa, “a materialização espacial é o trunfo das expressões reativas” que serão concentradas nessa condição material, organizando e originando a parafernália cenográfica como “discurso enquanto acontecimento”, pois a concentração de pessoas e a ocupação da rua é o “acontecimento” (*ibidem*).

Com leitura semelhante, a socióloga Ana Clara Torres Ribeiro (2014) considera que a ênfase culturalista dos movimentos ativistas contemporâneos está associada ao abandono da noção de classe e à conseguinte fragmentação de um suposto sujeito coletivo. Bassani (2019) identifica um nivelamento forçado pela exclusão e marginalização massiva daqueles que não estão instrumentalizados ou disciplinados nas novas lógicas produtivas. A luta operária, emblemática nas pautas da resistência, diluiu-se nas novas massas de desempregados, estudantes, artistas, intelectuais, mulheres, pretos, ecologistas, gays, lésbicas, imigrantes etc., que configuram a nova tribalização urbana e a emergência de novos ativismos de distintas pautas, por hora agrupados na pauta urbana. Bassani (2019) afirma que o crescente aumento da marginalidade social e a ação dos poderes sobre o território conspira pela união dos excluídos das operações urbanas e econômicas para o uso de espaços ociosos da cidade para festas, fruto da abundância de espaços desfuncionalizados e jovens sem dinheiro. A agenda de múltiplas pautas e atores são reflexos de transformações sociais, econômicas e políticas mais amplas.

Talvez as passagens anarquistas ou autogovernadas, como as das cenas que estão aparecendo nesta pesquisa, e que se utilizam da ação direta sobre a cidade, surgem quando a legitimidade de um sistema ou das suas leis é colocada em questão. Enquanto ainda não há nenhum outro sistema para substituir o seu lugar, elas funcionam como um ensaio e devir. São passagens em que os corpos reunidos, como em uma festa-protesto, por exemplo, articulam um novo tempo e um novo espaço para a vontade popular, não sendo uma

vontade unitária, mas um intervalo que se caracteriza como uma reunião de corpos contíguos e distintos, cuja ação e cujo ócio reivindicam o público de uma maneira que ainda não foi codificada em um sistema.

A construção de ações políticas territorializadas incita táticas de ação direta para reagir às precarizações da vida. O espaço público, seja das ruas ou espaços abertos urbanos em geral, estrutura não só a cidade mas a sensação de pertencer a uma sociedade. A noção de público está sempre em disputa e o espaço público em si tem esse efeito de veículo para mobilização e para exibição de poder do cidadão. Como espaço onde grupos ou a mobilização em massa podem permanecer, é um palco em que ideias e opiniões podem ser expressas e visualizadas. A reunião e a atenção do público podem, por sua vez, traduzir-se em força política, e, como tal, responsabilizar as autoridades. Nesse contexto, a ação direta e o ativismo do espaço público são uma forma de construção de discurso político que se baseia nos significados culturais e se constitui como potencial emancipatório para novos tipos de cidadania.



### 3.4 Cidadania insurgente e a noção de agência

O processo de urbanização global institucionaliza o neoliberalismo como uma organização de Estado. A lei da autonomia liberal sentencia a sociedade à privatização dos bens públicos, à precarização do trabalho e à disputa comercial do uso do solo, determinando uma racionalidade que obriga a todos a gerenciarem sua própria sobrevivência. Isso produz, nas cidades, o aprofundamento de toda ordem de inseguranças, em espaços que materializam a desigualdade social: entrincheiramentos urbanos, periferias empobrecidas, condições ilegais ou irregulares de habitação e carências de toda sorte de infraestrutura urbana em regiões distantes de serviços públicos.

As violências institucionalizadas das políticas econômicas, que segregam os pobres urbanos nas periferias e os marginalizam sem o mínimo de infraestrutura, espacializam a parcela dos “sem-parte”. Essa ausência de uma vida com melhores condições e com mais dignidade impele cidadãos a articularem seu lugar como construtores da sua própria cidade e os arrasta a formas próprias de cidadania. James Holston (2013) chama isso de “cidadania insurgente”. O autor aborda essa discussão acerca da emergência de um novo tipo de cidadania, em que as grandes cidades brasileiras são o *locus* e objeto de reivindicações e onde irrompem manifestações que demandam acesso a direitos, denunciam injustiças e desestabilizam certezas de privilégios historicamente enraizados nos costumes e nas leis do país.

A consolidação das periferias, com tudo que envolveu esse processo — ocupação ilegal de terras, conflitos em torno da sua posse, construção de moradias — fez emergir novos atores políticos e novas formas de organização política, por meio de uma concepção de cidadania que questiona regimes de privilégios. Esses novos sujeitos políticos nasceram da luta pela legalização de suas moradias e da experiência da propriedade, ressignificando práticas e “valores vinculados classicamente à propriedade fundiária na história da cidadania” (HOLSTON, 2013, p. 228).

É precisamente nessas periferias urbanas, segundo Holston (2013), que seus residentes, além de construírem suas casas, constroem pelas próprias mãos a sua noção de habitar a cidade e um sentido de fazer a cidade sem intermediários. Para o autor, “os muitos

significados desse fazer frequentemente aglutinam-se na ideia de que eles têm direito ao que produzem, isto é, têm direito à própria cidade” (HOLSTON, 2016, p. 195).

Para explicar esse cidadão produtor de cidade, o autor elabora a noção de “cidadania urbana”, e recorre à comparação entre cidade e nação — ou entre princípios de pertencimento nacional e seu correlato no urbano. Holston (2013; 2016) afirma que o direito à cidade, para as populações das periferias urbanas, articula um direito à cidadania com muito mais significado, pois se estabelece no cotidiano, onde residem, e consolida neles um sentido de pertencer a um lugar, portanto com mais valor do que a cidadania da nacionalidade que não lhes garantiu direitos igualitários. Para o autor, isso não é uma resposta absolutamente livre de aspectos negativos, mas decorre de uma série de problemas de políticas públicas e de exclusão social que pressionam essas pessoas a processos particulares de formulação de um sentido próprio de pertencimento, por meio do que ele denomina “cidadania urbana”.

Neste percurso de conquista de direitos, a lei passou a ser um ativo para os moradores da periferia, que aprenderam a dominar as complicações da legislação a seu favor, tal como as elites sempre o fizeram. A luta pela moradia produziu, entre seus moradores, “um envolvimento sem precedentes com a lei, que tornou seus líderes confiantes o suficiente para enfrentar oficiais de justiça com argumentos legais” (HOLSTON, 2013, p. 304). Nesse processo, uma certa linguagem dos direitos de cidadania, construída a partir da experiência urbana, tornou-se gramatical. Holston sustenta que, diferentemente do modelo tradicional, fundamentado no princípio de incorporação do Estado-Nação, a cidadania urbana expressa desejos e demandas por direitos à cidade, como, por exemplo, a legalização dos lotes onde residem.

Para Holston (2013), a cidadania urbana é associação constituída, quando, a despeito de outras identidades, é a) a residência quem determina o círculo à comunidade; b) a cidade o primeiro *locus* da comunidade política; c) a reivindicação de direitos relacionados à produção da cidade e às atuações cívicas a ela ligadas que se constituem na agenda e na mobilização da associação. O autor sugere que essas novas cidadanias urbanas não vêm necessariamente substituir ou negar a cidadania nacional, mas produzem consequências

particulares, coletivas, e não decorrem de os sujeitos terem a cidadania nacional ou não, mas emerge de sua obscuridade e marginalização social.

A cidadania, como participação em uma comunidade política na qual a associação formal ocasiona pertencimento e normaliza direitos, deveres, recursos e práticas, em geral é reconhecida à cidadania nacional. Já a cidadania urbana é construída, conquistada para o autor, geralmente de forma insurgente. Segundo Holston (2013), a cidadania urbana emerge de novas fontes de associação, que são, neste caso, configuradas entre residentes a partir de suas próprias produções compartilhadas de cidade, durante suas atividades ligadas à questões cotidianas. As experiências dessas populações tornam-se, para o autor, “fontes novas e sem precedentes para a transformação do planejamento urbano (políticas, instrumentos e normas) e da cidadania (expectativas, práticas, direitos, leis e estatutos)” pois suas práticas “fazem a cidade acontecer”. Para ele, a cidadania urbana é maior do que as prerrogativas nacionais, na medida em que a residência urbana for a principal qualificação para a associação e a ligação nacional for irrelevante (HOLSTON, 2016, p. 196).

A esses processos que “fazem a cidade acontecer”, o autor chama de *city making*, os quais produzem a capacidade de autoconstruir uma nova noção de cidadania (*citizen making*). Segundo o autor, a força dessa interseção desestabiliza não apenas as condições existentes da vida urbana, mas, também, as formulações políticas em planos, constituições, organizações e movimentos. A interseção entre (1) “fazer a cidade acontecer” (*city making*), (2) “ocupar a cidade” (*city-occupying*) e (3) “reivindicar direitos” (*rights-claiming*) gerou movimentos por novas formulações de cidadania, que o autor chama de “movimentos insurgentes”, os quais, simultaneamente, demonstram e provocam novas formas de democracia direta (HOLSTON, 2016).

Os movimentos insurgentes desenvolvem-se em montagens de “partes entrincheiradas”, numa relação de constante tensão com as instâncias formais e com o que está fora de suas fronteiras (HOLSTON, 2016, p. 200). Essa tensão ferve do passado em lugares aonde as circunstâncias presentes parecem propícias a uma irrupção. A insurgência é uma prática social na contramão, que subverte os espaços em que atua, constituindo-os em

espaços de contrapoder. Esses espaços desfamiliarizam a coerência com que geralmente se apresenta os modelos de cidade, quase sempre dominados por pensamentos de planejamento urbano colonizados, desenhados a partir de uma perspectiva de futuro montado. As insurgências não são uma imposição de cima para baixo, mas uma ruptura com perspectivas hegemônicas de futuro. Essa outra ordem, segundo Holston (2016), conceitua o movimento insurgente:

“Por movimentos insurgentes, refiro-me àqueles que contestam as condições atuais por meio da articulação de propostas alternativas surgidas das próprias assembleias autoempoderadas de cidadãos que investigam, decidem e agem, sacudindo as autoridades públicas com essas mesmas alternativas. As demandas desse tipo de movimento não são para que o Estado amplie os direitos e os recursos já existentes. Ao contrário, são para que o Estado aceite a legitimidade dos direitos desenvolvidos a partir dos recursos provenientes das lutas vividas pelos próprios participantes no processo de produzir a cidade, articulados nas suas próprias assembleias políticas e abertos a uma cidade/sociedade diferente.” (HOLSTON, 2016, p. 201)

Holston (2016) entende os movimentos insurgentes como um “processo político alternativo” com a capacidade de gerar novas formas associativas e organizacionais que, no seu contexto, subvertem instituições preexistentes e estimulam o processo de cidadania urbana. Por essa razão, o ponto central para compreender a noção de insurgências precisa ser definido a partir desses processos políticos alternativos e de quais métodos produzem rupturas no *status quo*.

Muitas ocupações de espaços da cidade estão ligadas a processos de cidadanias urbanas insurgentes. Além dos movimentos articulados em função do problema da habitação, outros tipos de ocupações estão conectados por temas e identidades específicas, como, por exemplo, raça, gênero, educação, treinamento profissional, cultura, esporte, meio ambiente e até financiamento popular dentre outros. As ocupações surgem na forma de espaços autônomos e alternativos às instituições tradicionais, como o Estado, a Igreja, ONGs, sindicatos etc., e, muitas vezes, às localizações centralizadas onde geralmente estão instalados os equipamentos públicos e privados que se dedicam aos temas acima mencionados. Portanto, muitos dos movimentos de ocupações trabalham para mitigar o déficit cultural e de infraestrutura das áreas em que atuam. Os agentes das ações organizam-se de diversas formas, dentre as quais a figura do coletivo, associação que pode ser formal

ou informal, com flexibilidade quanto ao número de participantes, estruturas de gestão, financiamento, locação etc., desponta como nova categoria para denominação de quem produz as ações insurgentes.

É comum a informação, nos meios de comunicação de coletivos que formam as ocupações ou, mesmo, em pesquisas que procuram retratá-los, da existência de uma cultura interna centrada no debate deliberativo, preocupada com educação democrática e participativa. Reportam-se, também, processos de escuta diversificados, práticas associativas que colocam em pauta o uso dos espaços de forma plural e adaptativa, modelos pedagógicos cívicos e autonomistas, situação que revela tentativas experimentais de fazer diferente dos sistemas político, econômico e administrativo comuns, assim como representa a falta de identificação com os modelos atuais.

Para entender melhor quem são esses novos agentes e para aprofundar a noção de cidadanias insurgentes, além da proposição alcançada por Holston (2013, 2016), recorre-se à noção de “agência” elaborada por Erik Olin Wright (2019) e a três conceitos centrais na formação de atores coletivos: identidades, interesses e valores. Não se trata de exaurir conceitos amplamente discutidos no campo da teoria social, mas de deixar mais claro como eles podem precisar a noção de agências coletivas e ajudar a atualizar o conceito de cidadanias insurgentes.

Wright (2019) opera segundo a ideia de “agência”, que considera as pessoas capazes de agir de forma consciente, ainda que também sejam indivíduos resultantes de hábitos inconscientes e que frequentemente atuem de forma bastante previsível, refletindo sobre suas iniciativas em um mundo estruturado e repleto de significados. A ideia de agência aplica-se tanto a indivíduos como a coletividades, mas de forma diferente. Agência para atores coletivos possui bases sociais que não são os próprios atores, mas tipos de organização e associação de pessoas que se reúnem para cooperar em prol de um objetivo comum. Essas associações podem constituir-se como uma organização, como um sindicato ou um partido político, e, também, como formas de cooperação mais efêmeras, como coalizões e, até mesmo, movimentos sociais e ativismos urbanos. Em todo caso, quando as

peças que constituem essas alianças se reúnem para coordenar suas ações de forma organizada, passam a ter um caráter que não é mais individual, mas coletivo (WRIGHT, 2019).

Atores coletivos são essências para uma transformação social emancipatória voltada para a realização de valores fundamentais, como igualdade, democracia e solidariedade. A base da ação coletiva está estruturada, segundo Wright (2019), na sobreposição de identidade, interesses e valores, pois as identidades são essências para forjar solidariedade, interesses são centrais para dar forma para os objetivos das ações e valores são importantes para conectar as múltiplas identidades e interesses dentro de significados comuns aos envolvidos.

O termo identidade ajuda a entender como as pessoas classificam a si e a outras pessoas em termos de aspectos proeminentes nas suas vidas, como, por exemplo, identidades ligadas ao gênero, classe, orientação sexual, etnicidade, nacionalidade, religião e deficiências físicas. Contudo, identidades incluem, também, aspectos como ser fumante, apreciador de samba, torcedor de futebol, orientação política, idade etc. Qualquer definição identitária é determinada por associação a outros semelhantes, ao contexto em que é usada, à importância que ela tem em determinado momento, podendo ser transitória. Portanto, a identidade de uma pessoa pode ser uma interseção de diferentes categorias e está relacionada a um processo pessoal de identificação. Contudo, Wright (2019) demonstra que identidade não é simplesmente um atributo descritivo e subjetivo que as pessoas constroem sobre si, “mas está ligada a relações sociais e de poder” que podem ser impostas ou cultivadas. (*ibidem*, p. 160).

Identidades são enraizadas nas diversas formas de desigualdade social, tornando-se importantes para a formação de atores sociais. Pessoas vivem dentro de estruturas sociais que nem sempre são de suas escolhas e, por meio da experiência vivida nessas estruturas, as identidades são forjadas de forma significativa. Muitas delas são caracterizadas pela interseção de múltiplas formas de desigualdade social, exclusão, dominação e exploração. As experiências negativas que isso gera na vida das pessoas, quando transformadas em identidades compartilhadas, levam à formação de movimentos de contestação e



emancipatórios, como, por exemplo, em relação à igualdade de gênero, raça, etnia, classe etc. Certamente, as identidades mudam no decorrer do tempo e têm maior e menor importância em determinados momentos da vida de cada um. Contudo, são as lutas sociais e a experiência de participar de ações coletivas que podem mudar o sentimento que alguém tem sobre si, sobre o que se é ou o que significa essa identidade compartilhada enquanto agência de atores coletivos (WRIGHT, 2019).

Para o autor, interesses são conectados com identidades e referem-se àquilo que melhoraria a vida das pessoas de acordo com seus julgamentos. Enquanto os interesses estão ancorados em soluções para os problemas com que as pessoas se deparam em suas vidas, as identidades são apoiadas às experiências vividas, que foram geradas, parcialmente, por esses problemas. Por exemplo, uma agência de ação coletiva provê moradia às travestis e trabalha para afirmar seus interesses. Essa ação em torno de uma identidade estrutura-se em um problema comum a todas — a dificuldade de encontrar habitação, já que muitas não têm onde morar ou porque são expulsas da casa de suas famílias, ou porque têm dificuldade de encontrar trabalho e se sustentar, ou, ainda, porque simplesmente não conseguem um locatário que queira alugar uma moradia a uma travesti. Os interesses podem estar diretamente conectados às identidades, como nos seguintes exemplos: a luta pelas cotas, em universidades, para pretos; o registro oficial para identidade de gênero cultural para uma pessoa transgênero; a equidade de direitos civis para casais homossexuais; os mecanismos de proteção à violência contra mulheres etc. Wright afirma que, devido à complexidade da vida e das identidades acumuladas, as pessoas tendem a destacar alguns interesses em relação a outros, e explica que esse fato provavelmente tem a ver com o contexto e a capacidade de articular agências de atores coletivos capazes de comunicar e agir em razão dos interesses compartilhados e os valores que estão implicados.

Valores possuem relação estreita com interesses e são uma fonte poderosa de motivação para a participação nas lutas emancipatórias (WRIGHT, 2019). Pessoas reúnem-se nas lutas sociais porque compartilham interesses próprios, mas o comprometimento moral com valores como igualdade, democracia e solidariedade são suficientemente comuns a

muitas pessoas e ajudam a reforçar a participação em causas específicas. Para o autor, valores, quando têm forma substancial, podem tornar-se identidades robustas se são integrados em corpos sistemáticos pensados em dimensões ideológicas emancipatórias (WRIGHT, 2019). Um exemplo dessa combinação poderia ser atribuído ao movimento antirracismo e contra a violência policial nos Estados Unidos, nomeado de *Black Lives Matter*. Tanto nos protestos como em ações paralelas institucionais, a adesão é multiétnica e independe da cor da pele, pois, apesar de se tratar de problemas enfrentados diretamente por pessoas pretas, o valor antirracista, ou seja, de igualdade e solidariedade, é compartilhado pela maioria.

Entretanto, identidades, interesses e valores, segundo Wright (2019), não são suficientes para formar atores coletivos de forma espontânea, e isso depende, em grande medida, da presença de coletividades preexistentes que procuram mobilizar identidades em busca de interesses compartilhados e a fim de fortalecer valores substanciais. Atores coletivos exercem um papel ativo para arregimentar mobilização e identidades particulares. O autor afirma que, devido às lutas sociais estarem em estado de competição para consolidar bases, grande parte da sociedade acaba vivendo suas vidas individuais sem engajar-se em qualquer ação coletiva organizada, seja ela política ou cívica. Por isso, o autor de “Como ser um anti-capitalista no Século XXI” sugere a necessidade de criar ações políticas sobrepostas às vidas particulares, construir uma solidariedade de classe dentro de estruturas de classe fragmentadas e complexas e forjar uma política anticapitalista com a participação de diversas e concomitantes formas de identidade, que não sejam baseadas na ideia de classe.

As práticas urbanas insurgentes tomam processos de cidadania como um elemento central, a partir de práticas cotidianas, hábitos e costumes de grupos sociais, e introduzem valores e princípios igualitários, democráticos e solidários dentro do ambiente comum, a cidade. As práticas espaciais insurgentes propagam-se como espaços de deliberação, reivindicações e militância urbana, e propulsionam seus atos como manifestos políticos. Coletivos, ativistas e comunidades de bairro ou grupos unidos por interesses comuns têm se articulado localmente em microações sobre o espaço urbano — uma perspectiva conectada a

problemas concretos, soluções factíveis, imediatas, escalonadas, em diálogo com o preexistente. As agências de atores envolvidos na produção da cidade empregam princípios de horizontalidade e governança dos comuns e sugerem uma nova perspectiva para o planejamento urbano.

As práticas insurgentes não necessariamente têm efeito suficiente para romper com modelos democráticos centralizados ou com o poder hegemônico do sistema econômico capitalista, que transforma o espaço da cidade em mercadoria. Contudo, considera-se que ações insurgentes podem provocar fissuras nos espaços hegemônicos do poder e inundações de práticas alternativas, e, considerando-se que existem processos insurgentes ao redor do mundo todo, há um pleito por uma nova imaginação sendo forjado.

### 3.5 Planejamento Insurgente e uma nova imaginação para o urbano

Lutas como Movimento Ocupe Estelita, Ocupe Cocó, em Fortaleza, Ocupe Cais Mauá, em Porto Alegre, Ocupe Golfe, no Rio de Janeiro, Ocupe Parque Augusta, em São Paulo, apontam para o descolamento entre essas formas de mobilização social e os mecanismos tradicionais de representação política. A crise da democracia representativa e a adoção de políticas neoliberais privatistas dentro do aparelho do Estado aceleraram o descrédito da população quanto à cena política brasileira, um efeito amplificado pela grande mídia. A falta de identificação com partidos políticos que poderiam melhorar o acesso ao sistema político, sincronizada com o movimento internacional de ocupação, pode ter fortalecido a onda brasileira nesse formato, que vê nos “ocupes” uma experiência de manifestação política fora dos tradicionais mecanismos de representação partidária.

A constatação de que a política tradicional não está de fato aberta à participação direta, mas apenas à sua simulação, impulsionou a tática aos movimentos populares de “ocupar” a cidade, que se tornou, simultaneamente, objeto e instrumento de resistência política. É sob esta perspectiva que o significado primário de espaço público como espaço de participação política encontra o segundo, a experiência coletiva na cidade.

Considerando-se que o ato de planejar a uma atribuição exclusiva do Estado, tais tentativas de insurgência ao planejamento urbano constituem-se como exceções à regra. O Estado é a instância que outorga direitos urbanísticos e, também, associa-se à lógica de urbanização neoliberal propondo estruturas urbanas convenientes aos interesses de reprodução do capital na cidade. Em contrapartida, são as práticas insurgentes as que procuram colocar outro tipo de relação com a cidade, e seu potencial está em sua capacidade para revigorar as práticas do planejamento urbano a partir de uma transformação ontológica da disciplina.

Segundo Miraftab (2016), o planejamento urbano vive uma crise como profissão e como ideia, situação que o está defrontando com sua própria crise de identidade e de legitimidade, “(...) uma crise que emerge de sua esquizofrenia profissional, razão pelo que

sua própria imagem e ideia da profissão não se encaixam” (p. 362). A autora emprega o termo “esquizofrenia” para problematizar uma contradição, na qual, segundo descreve, “(...) o planejamento enquanto uma profissão, se auto-enaltece por atender ao bem público, mas os planejadores profissionais frequentemente encontram-se a serviço do bem privado” (MIRAFTAB, 2016, p. 365). A questão de fundo colocada pela autora é que o Estado capitalista e os especialistas buscam manter o *status quo* e defrontam-se com as limitações de sua promessa, visíveis em crescentes desigualdades e injustiças espaciais, as quais evidenciam “um imperador sem roupas” (*ibidem*).

A partir dessa perspectiva, a autora reivindica a necessidade de um novo tipo de planejamento urbano, de um novo significado e de uma nova imaginação associada à produção do espaço. Segundo argumenta, é preciso uma virada ontológica na teorização das práticas de planejamento e somente uma ruptura com os postulados que o levaram a essa crise seria capaz de conduzir a uma renovação. Para Miraftab (2016), esta guinada ontológica na teorização do planejamento demanda reconhecer o leque de práticas para além daquelas sancionadas pelo Estado e poderes corporativos, definidas por Miraftab de práticas insurgentes, e, com isso, descolonizar a imaginação relacionada às possibilidades para o futuro. Para isso, a autora sugere pautar o debate por meio das “práticas subordinadas, amadurecidas em movimentos anticoloniais e anticapitalistas de longa duração” e, daí, buscar inspiração para um “urbanismo mais humano” (MIRAFTAB, 2016, p. 362).

Há, em todo o mundo, considerável emergência de práticas de apropriação de espaços, em que cidadãos planejam seus próprios futuros, mas é ainda embrionário o amadurecimento dessas ações no campo da teoria do planejamento urbano e do que autores como Miraftab (2009, 2016) chamam de “planejamento insurgente”. Planejamento insurgente é um conceito em construção que guarda relações essenciais com conceitos da geografia, tais como práticas espaciais e território e territorialidade. Esses conceitos põem em relevo as relações de poder intrincadas nos processos de produção do espaço nas cidades. Eles também prescindem o conhecimento dos mecanismos institucionais pelos quais se dá a participação nas políticas públicas de planejamento urbano, enquanto canais de

interação entre o Estado e a sociedade civil, remetendo à importância de serem conhecidas as possibilidades e limites de cada experiência participativa.

Segundo Miraftab (2009), o conceito de planejamento insurgente decorre de uma tradição radical na teoria de planejamento urbano. A discussão sobre a consequência de formas de auto-organização na produção do espaço baseia-se no conceito de “insurgência cidadã” (*insurgent citizenship*), originalmente proferido por James Holston (2013, 2016), e incorporado ao discurso de planejamento radical por Friedmann (2011) entre outros. Para Miraftab (2009; 2016), tais autores clamam pelo reconhecimento das práticas cidadãs como forma de planejamento, com uma convergência entre eles em relação à noção de planejamento insurgente quando se alinham a um tipo de “planejamento radical” (Friedmann, 2011), o qual resiste, rebate e arrisca reverses aos meios neoliberais de poder na produção da cidade.

Para Miraftab (2016), o planejamento insurgente caracterizar-se-ia por práticas com, pelo menos, três princípios em comum: “transgressão”, “contra-hegemonia” e “imaginação”. São “práticas transgressivas” no tempo, espaço e ação, pois movem-se por meio de uma “consciência historicizada”, que não se limita às fronteiras nacionais, nem a obedecer às regras de Estado. São “práticas contra-hegemônicas”, pois, enquanto “espaços de resistência” são anticapitalistas e propõem desestabilizar relações de dominação do capital e do poder centralizado no Estado. São “práticas imaginativas”, pois retomam o idealismo de uma sociedade justa e procuram representar um futuro alternativo por meio de outras linguagens e experiências no espaço (p. 370).

Para Miraftab (2016), ativistas insurgentes põem em prática uma distinta compreensão de justiça, pois mudam a base do seu clamor por justiça enquanto presunção de igualdade, para a noção de justiça apoiada na consideração da diferença e de sua capacidade de política. Em sua visão, os ativistas insurgentes entendem não ser suficiente garantir direitos individuais e um tratamento igualitário. Demandam, em oposição a isso, o imperativo reconhecimento de formas de opressão autodeterminadas e baseadas em grupos sociais. Tal compreensão de justiça faz, segundo a autora, o debate da “inclusão passar da



representação para a autodeterminação – uma mudança na perspectiva que valida a ação direta coletiva de cidadãos e que volta-se da democracia representativa à democracia participativa” (p. 368). Enquanto democracia representativa, os cidadãos delegam seus direitos a representantes (políticos ou especialistas técnicos). Por sua vez, na democracia participativa, os cidadãos não incumbem a outros interceder por seus interesses, mas, ao contrário, tomam parte diretamente, formulam decisões que afetam suas vidas, incluindo as ações sociais diretas de cidadãos. MirafTAB (2016) afirma que isso tem importantes implicações para o planejamento, pois rompe ontologicamente com a noção liberal, já que as práticas insurgentes não buscam por inclusão por meio de uma melhor representação (seja de especialistas ou de políticos), mas buscam a inclusão direta, autodeterminada, na qual os direitos das pessoas são reais e praticados.

Para MirafTAB, conforme o planejamento insurgente descentraliza o papel da representação política, ele altera também o sujeito de sua teorização — do planejador e de seu campo de ideias, a preocupação passa dos atores para a prática. Para a autora, no “planejamento insurgente, os planejadores profissionais nada mais são do que um ator em um conjunto de atores, que conformam o questionável campo de ação conhecido como planejamento” (MIRAFTAB, 2016, p. 368). O planejamento insurgente preenche um estado de potência para a deslocamento do poder centrado nas instituições ao demonstrar a não-exclusividade destes “centros” de organização, desestabilizando a noção de “inclusão” usada como pretexto para a exclusão e para o enquadramento da dominação em modelos específicos de participação e cooptação.

Para construir esse argumento, a autora distingue dois espaços que se encontram em “relação dialética e de interação”. Na sua conceituação de planejamento insurgente, ela o localiza no que conceitua entre os “espaços convidados” — formas escolhidas de ação dos cidadãos e de suas organizações, validadas pelos grupos dominantes — e os “espaços inventados” — espaços que o Estado, as corporações e a mídia dominante tendem a criminalizar. Tanto os “espaços convidados” como os “inventados” encontram-se em uma relação dialética, de interação mútua e não-binária, de tal forma que as práticas insurgentes

de planejamento frequentemente têm de se movimentar entre espaços convidados, conforme às necessidades específicas de cada luta. A autora pondera que, avaliando os riscos que a participação institucional representa em termos de cooptação de movimentos e ativismos urbanos, nos quais se inscrevem as práticas de planejamento insurgente,

Devemos observar que uma construção binária de espaços convidados e inventados arrisca uma concepção fixa equivocada de estabilidade em cada espaço. Essa construção binária desconsidera a flexibilidade e a natureza inovadora do capitalismo e como ele se desdobra sobre o que quer que esteja à sua margem e busca incorporar o que quer que possa constituir uma ameaça a ele. O que hoje é uma alternativa pode se tornar uma tendência dominante e despolitizada pela repressão e cooptação amanhã, com sua força transformadora minada (...) (MIRAFTAB, 2016, p. 369).

A necessidade de os movimentos ativistas reinventarem-se constantemente para evitarem serem cooptados, ou para que não ocorra sua despolitização, encontra, na teoria do planejamento, o que se chama de planejamento inclusivo — participação cidadã e do desenvolvimento comunitário em espaços convidados. O planejamento insurgente, segundo a autora, rompe com essa forma de pensar de forma radical, pois desafia o confinamento e a conformação das ações cidadãs às normas do Estado e do aparato do mercado, já que os cidadãos insurgentes usam dessas normas para induzir uma ruptura e produzir algo novo.

Nesta mesma linha de raciocínio, Randolph (2007; 2008; 2014) indica que seria indispensável que o planejamento atuasse como um “agente subversivo” e se direcionasse para instaurações de uma cidadania insurgente. Pensando na reformulação do paradigma colaborativo, o autor recomenda que “um modo alternativo insurgente e subversivo de planejar reconhece as contradições entre cidadania formal e substantiva e trabalha em nome da expansão de direitos de cidadania” (RANDOLPH, 2008, p. 3). O autor apresenta, então, um “planejamento subversivo” que se constitui a partir da interação entre comunicação, espaço e tempo, precisando, o planejamento, criar o espaço necessário para a valorização da experiência social. Nas palavras do autor (RANDOLPH, 2008, p. 8):

O planejamento subversivo pretende ser, neste sentido, construtivo na medida em que procura ser uma “mediação” entre essas contradições, o que significa nada mais e nada menos do que superá-las. O planejador como mediador que contribui para a superação de contradições, nesse caso, assume funções da mais alta complexidade e torna-se, assim, uma figura da maior importância para o avanço de uma

transformação voltada para a racionalidade comunicativa, o espaço diferencial de valores de uso e o pensamento cosmopolita baseada nas experiências sociais das populações exploradas e oprimidas.

A dificuldade de compreender e mediar situações representadas no planejamento “insurgente”, “subversivo” ou “radical” existe não apenas para governantes e políticos, mas, também, para planejadores urbanos, tantas vezes corresponsáveis pelos problemas que as recentes insurgências visibilizam. Randolph (2014) expõe que essa visão está plena de vigor apenas no momento do levante, da insurreição. Porém, quando “a revolução” triunfa e o Estado volta, o sonho e o ideal já foram traídos. O autor descreve este momento da seguinte forma:

(...) o próprio termo [insurreição], por sua vez, é usado para caracterizar revoluções fracassadas; movimentos que não alcançaram uma curva esperada, uma trajetória que tinha sido aprovada por consenso. Se História é tempo, como geralmente se imagina, o levantar (*uprising*) é um momento que salta para fora do tempo, que viola a “lei” da história. Se o Estado é História – como ele próprio reivindica –, a insurreição é o momento proibido. A História diz que a Revolução deve alcançar permanência ou ao menos duração; diferentemente, o levante, a insurreição é temporária. Neste sentido, um levante é como uma experiência de pico (*peak experience*); oposta à consciência e à experiência “ordinárias”. (...) não se pode ficar no topo do telhado para sempre –, mas as coisas mudaram, deslocamentos e integrações ocorreram – uma diferença foi realizada. (RANDOLPH, 2014, p. 4).

A diferença proposta e os espaços de experimentações nas situações insurgentes não podem ser pensados como substituições incrementais, mas precisam ser tomados sob uma perspectiva de planejamento espacial aberto à noção de efêmero. A premissa é que essas formas de insurgências criam espaços autônomos, provisórios e participativos. Contudo, a participação não inclui apenas a apresentação de projetos urbanos prontos para a população, mas, também, a descentralização das decisões. Participação não se resume a dar acesso ao que decidiram os planejadores e administradores urbanos e votar sobre o que eles escolheram. Isso é o fundamental, mas não o suficiente. Na medida em que as questões da cidade saem do domínio da tecnocracia, demandam permeabilidade nos seus centros de decisões.

A investigação sobre as práticas urbanas insurgentes correlacionadas ao tema da participação ainda é controversa numa historiografia no âmbito do planejamento urbano.

Por isso, esta pesquisa situa-se na busca de contornos e adensamentos dentro da temática da participação, para entrar nesse debate também por outras perspectivas. Segundo Jacques et al (2019, p. 77) a participação, de perspectiva marginal, alternativa ou experimental, passou a dimensão institucionalizada, instrumentalizada ou normatizada, “a ponto de tornar-se mesmo um dispositivo recorrente nas práticas políticas e urbanísticas na passagem para este século”. As recentes noções, tais como “planejamento insurgente”, “planejamento subversivo”, ou, ainda, “urbanismo participativo”, “planejamento comunitário” etc. reenergizam e dão novo fôlego ao debate.

A possibilidade de se pensar sobre alternativas tem sido associada a noção do comum, tema que tem despertado um interesse crescente no campo dos estudos urbanos. Sob a perspectiva da defesa de recursos comuns, esta noção é empregada como forma de reivindicação contra as privatizações, a precarização da vida coletiva e na luta pelo direito à cidade. Também é conectada à ideia de que é preciso reconstruir a democracia e retomar o imaginário político sob a forma de resistência e de construção coletiva, por isso a noção de comum caracteriza-se mais com um princípio político, não a ser atribuído a algo, mas a ser instituído pela sociedade. Referem-se portanto, a essas formas coletivas de entrar em acordo e criar regras de cooperação que têm procurado se opor aos modelos privado e estatal de organização. Logo, se propõe como um campo político forjado a partir do que torna algo comum, ou o que pretende-se um poder político comunitário ou um sujeito político coletivo, baseado na articulação local, com certo sentido de “comunalidade” da vida em sociedade.

Dardot e Laval, em *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*, são expoentes desse modelo de pensamento, que tem como direção “explorar essa significação política das lutas contemporâneas contra o neoliberalismo” (2017, p. 25). Para esses teóricos franceses, o comum é menos uma invenção conceitual e mais a fórmula encontrada pelos movimentos sociais de se opor à apropriação privada de todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida. Eles citam como exemplos o movimento Occupy Wall Street, Los Indignados e levante egípcio, mencionados neste estudo, além das manifestações dos estudantes chilenos por um sistema público de ensino e os protestos na Bolívia contra a

privatização das águas e por sua gestão comunitária. A visão deles esses casos não se referem a uma ressurreição do comunismo estatista, mas sim a “emergência de uma nova forma de se opor ao capitalismo”. Para os autores:

O comum tal como o entendemos significa sobretudo o autogoverno dos seres humanos, das instituições e das regras criadas para ordenar suas relações mútuas. Está, portanto, enraizado na tradição política da democracia, em especial a experiência grega (LAVAL; DARDOT, 2017, p. 519).

Para Dardot e Laval (2017, p. 144), sob a perspectiva da dinâmica interna do capitalismo, alguns coletivos contemporâneos estão contrapondo-se ao destino heterônomo do neoliberalismo, que privatiza a água, a educação, a saúde, a previdência social, espaços públicos e o patrimônio cultural. Assim, quando os movimentos sociais e ativistas retomam espaços e designam uma forma organizativa diferente das alternativas público-privadas, a defesa dos comuns ganha uma dimensão política, não apenas reativa a uma demanda ao Estado, mas um movimento que está produzindo um comum por antagonismo. Logo, a reapropriação de bens comuns construídos historicamente pela produção social, é reificada pelas mãos das próprias pessoas.

Segundo Alves (2019) os comuns, no plural, sempre existiram consensualmente na história da humanidade, especialmente antes do advento do capitalismo, quando a mercantilização se infligiu a tudo e a todos. Portanto, esse sentido de retomá-los tem sido o objetivo de diversos movimentos sociais que se espalharam por praças e espaços urbanos por todo o mundo, em que, o governo de qualquer recurso tem o potencial de se transformar em uma gestão comum. Essa definição dada ao termo pode ser melhor esclarecida na tradução, proposta por Imre Simon e Miguel Said Vieira<sup>18</sup>, em que *commons* na tradução semântica do conceito seria *rossio*, o que, de acordo com o Dicionário Larousse é um “terreno roçado e usufruído em comum”. Os *rossios*, como os *commons*, eram as terras coletivas usufruídas pelas comunidades agrícolas, ou seja, uma gestão compartilhada do solo, bem-comum.

---

<sup>18</sup> A tradução é apresentado no livro “Além das redes de colaboração” (2008).

Foram Hardt e Negri (2005; 2016) os responsáveis por promoverem a passagem de uma visão de *commons* com referência ao medieval para esse comum como devir político contemporâneo. No livro *Multidão*, eles propuseram o conceito de comum como reflexo da prática biopolítica da multidão, que se constitui como uma rede “aberta e em expansão”, múltipla e disforme, ampla e plural, que age para que possamos “trabalhar e viver em comum”. A visão dos autores não orienta-se do passado e de uma ideia idílica de comunidade, mas para um novo ambiente de luta no contexto do capitalismo, em que as categorias do trabalho diferem-se daquelas que marcaram a era industrial, sobretudo por conta da desmaterialização dos bens.

O comum que compartilhamos, na realidade, é menos descoberto do que produzido. (Relutamos em utilizar a expressão no plural os comuns [the commons] porque ela remete a espaços de partilha pré-capitalista que foram destruídos pelo advento da propriedade privada. Apesar de um tanto estranho, o comum [the common] ressalta o conteúdo filosófico do termo e deixa claro que não se trata de uma volta ao passado, mas de um novo desenvolvimento) [HARDT; NEGRI, 2005, p. 14].

Esse conceito do comum não coloca a humanidade separada da natureza, seja como sua exploradora ou sua guardiã; centra-se, antes, nas práticas de interação, cuidado e coabitação num mundo comum, promovendo as formas benéficas do comum e limitando as prejudiciais (HARDT; NEGRI, 2016, p. 8).

Esses termos (comum como substantivo ou comuns como adjetivo) ressurgiram no contexto da neoliberalização urbana em que a questão dos comuns coloca uma série de desafios a serem aprofundados, desafios intrínsecos que vão desde a cogestão e o processo de formação da comunidade, que não preexiste, mas se constrói durante a experiência; até investigar articulações possíveis entre o direito e as experiências sensíveis, buscando radicar as conquistas da ação coletiva, em direção inovações jurídicas que amparem a outorga da cidade aos cidadãos. Nesse sentido, para Dardot e Laval, a prospecção de alternativas jurídicas e a abordagem dos comuns pelo viés econômico-jurídico é o ponto principal que deveria ser atentado, principalmente no que tange ao problema da propriedade ou do direito à propriedade como relação social:



[...] ou o direito de propriedade é estabelecido como direito exclusivo e absoluto, e o comum fica apenas com um espaço residual, nos interstícios ou nas margens que a propriedade deixa de ocupar; ou o comum constitui o princípio de um novo direito que refundará toda a organização da sociedade, caso em que o direito de propriedade deve ser radicalmente contestado (Dardot e Laval, 2017, p. 243).

Para que a instituição do comum seguir nesta direção de um novo direito para além do direito, há que se provocar as próprias práticas que se arranjam de maneira nova diante do problema da propriedade e do capital, portanto, seria necessário que da vida cotidiana emergissem novas inquietações e desígnios políticos e sociais. Em outras palavras, não é de imposições superiores ou novas leis que surgirá uma alternativa plausível, mas sim do processo do fazer, tentar e experimentar alternativa.

Neste sentido, a popularização de métodos de ação coletivas capitaneados por coletivos urbanos como movimentos auto-gestionados também impulsionam essa discussão. O que significam a proliferação desses ativismos urbanos? Pode-se falar em um movimento de ativismos urbanos? Nessa direção é que se encaminha ao próximo capítulo, onde esta pesquisa segue com a questão: À luz de uma crescente cultura da participação, se estaria ultrapassando os discursos teóricos para uma abordagem prática cidadã? Podem esses processos tornarem os cidadãos mais ativos após a organização desses engajamentos? As respostas serão pensadas a partir de casos que ajudam nas reflexões teóricas no próximo capítulo. Mas antes, é preciso reforçar um dos pressupostos desta pesquisa a partir de Lefebvre (2001): é preciso entender a participação em termos de “reciprocidade de ação” ou “ação recíproca”, isto é, aquela que traz efeitos tanto para os sujeitos da ação quanto para o objeto produzido – neste caso o espaço urbano.

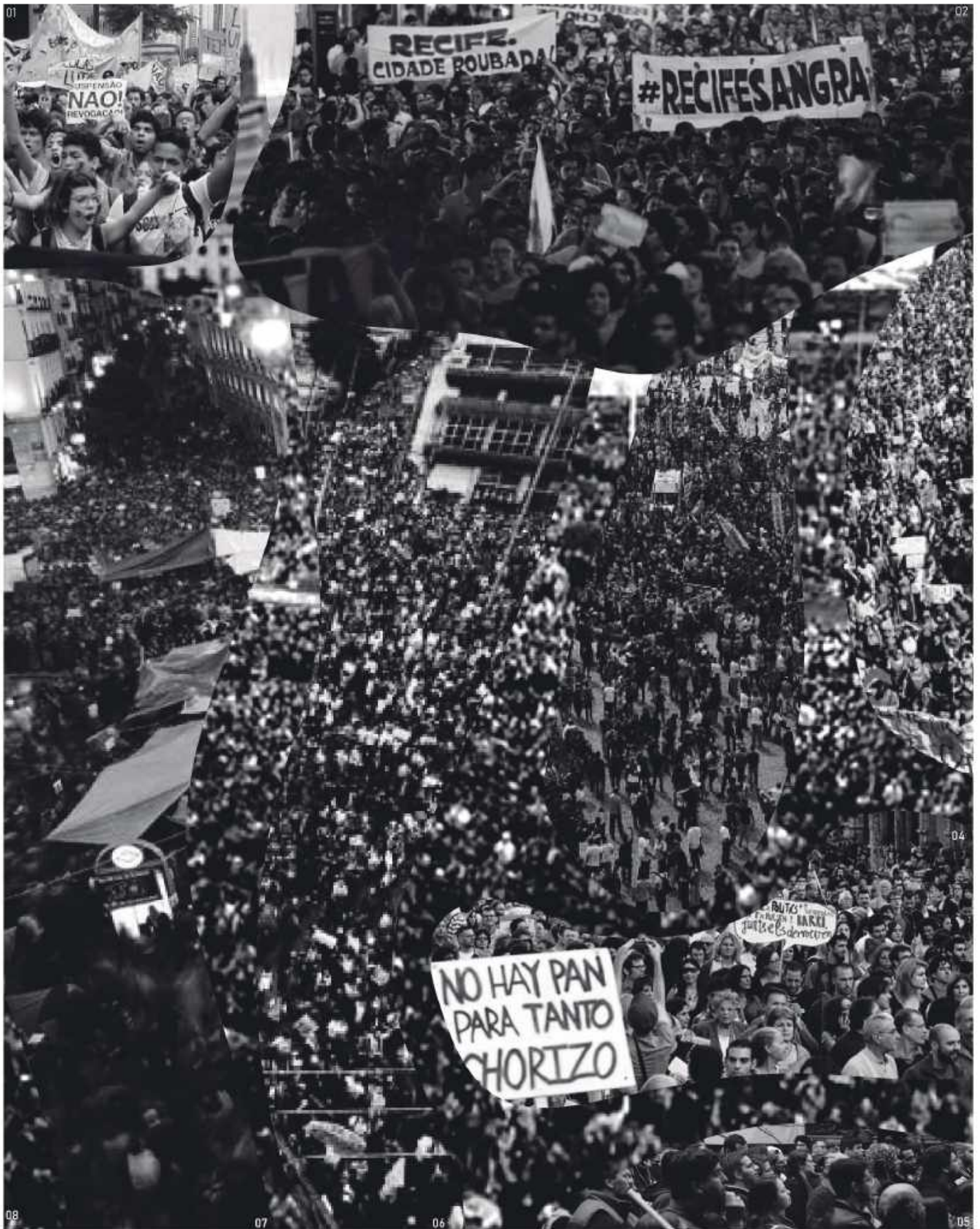
Esta pesquisa entende, neste momento, que o problema do planejamento urbano é minimizar do teor político ou conflitivo, que é inerente a área. O objetivo do planejamento não deveria ser o de desenvolver, *a priori*, processos para dominar, paralisar ou excluir relações dissensuais de poder; ao contrário, sua finalidade deveria ser o de transformar estas relações, o que incluiria a mobilização de forças para o fortalecimento de lutas contra-hegemônicas, para a afirmação de novas alternativas.

---

# 4

## **O TERRITÓRIO DO COMUM EM PRÁTICAS URBANAS INSURGENTES**

---



(1) Movimento Passe Livre em marcha na Avenida Paulista, Junho, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Autor Desconhecido/MPL.

(2) Manifestantes do Ocupa Estelita em marcha até um dos shoppings Rio Mar, Recife. Maio, 2015. Modificado pelo autor. Fonte: Marcelo Soares/Sindsep-PE.

(3) Marcha dos portugueses "Geração à rasca" nas ruas de Lisboa, Março, 2011. Modificado pelo autor. Fonte: Ricardo Dias/JPN.

(4) Milhares de indignados participam de marcha na Espanha. Maio, 2011. Modificado pelo autor. Fonte: EFE/Gazeta do Povo.

(5) Passeata em frente ao Parque Augusta pela defesa de seu uso público. Modificado pelo autor. Novembro, 2013. Fonte: Victor Moriyama/G1.

(6) Manifestantes do Passe Livre em marcha na Avenida Paulista pela redução da tarifa. Junho, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Autor Desconhecido/MPL.

(7) Milhares de manifestantes do Los Indignados acampados na Praça Puerto del Sol, Madrid. Modificado pelo autor. Maio, 2011. Fonte: EP/Arquivo de 15M.

(8) Manifestantes egípcios participam de uma manifestação em 1º de fevereiro de 2011 na Praça Tahrir, no Cairo. Modificado pelo autor. Fonte: The Intercept/AFB/Getty Images.

No capítulo I, esta pesquisa procurou articular os pressupostos históricos no âmbito do planejamento urbano, que constituem o território discursivo das contestações das práticas urbanas insurgentes. Esta investigação associa esses pressupostos a uma ordem policial, nos termos de Ranciére (2018), pois as práticas urbanísticas são utilizadas como instrumentos na distribuição de lugares e funções das coletividades, materializando a configuração espacial dessas ocupações.

No capítulo II, procurou-se ventilar atualizações teóricas sobre a participação popular dos “sem-parte”, articulando noções muito caras a esta pesquisa: esfera pública, movimentos sociais e ativismos urbanos. A compreensão deste estudo é que se precisa avançar para além de interpretações sobre o “ciclo de vida” dos ativismos e sua eficácia, adotando-se uma compreensão teórica diferente. O que faz a diferença é se a resistência, enquanto luta, permanecerá sendo como de “escala local” e pauta umbilical ou se pode-se compreendê-la como articulada por pautas e ativismos em rede.

O capítulo III procurou clarificar um posicionamento do que se pode chamar de prática política pela cidade, apoiando-se em uma série de noções teóricas sobre insurgências. Buscou-se pontos de imbricação entre cinco noções teóricas então agrupadas, para que ajudem a estruturar o próprio conceito de práticas urbanas insurgentes utilizado nesta pesquisa, além de fundamentarem a plataforma teórica para as observações empíricas que seguem no último capítulo. Tais noções incluem: “território” (territorialização – desterritorialização – reterritorialização), “práticas espaciais insurgentes” (territorialização em sentido amplo, reestruturação do espaço material, ressignificação de lugares e construção de redes espaciais), “ação direta” (atos populares sem intermediações de instituições tracionais, performatividade política), “cidadania insurgente” (city making; city-occupying; rights-claiming), “planejamento insurgente” (transgressão, contra-hegemonia; nova imaginação).

A investigação sobre as práticas urbanas insurgentes correlacionadas ao tema da participação ainda é controversa em uma historiografia no âmbito do planejamento urbano. Por isso, esta pesquisa buscou, neste capítulo, encontrar contornos e adensamentos dentro



da temática da participação, para entrar nesse debate também por outras perspectivas. Assim, no capítulo IV, debate-se a “política vivida como movimento, (quando) lugares e corpos formam uma articulação mutante, provisória, mas potente, um encontro por meio do qual movimentos de usuários praticam protestos e contestações e no que Foucault (2008, p. 266) chama de “as contracondutas” (VELLOSO, 2019, p. 264). A pesquisa amplia esses aspectos, inserindo-se no debate a partir da noção de “comum”, uma abordagem que aponta para além de um conceito, mas para “um princípio de atividade política” (DARDOT; LAVAL, 2017 e HARDT; NEGRI, 2016). Em outros termos, é o exercício da “política” (RANCIÈRE, 2018) que não se dá senão em formas de resistência expressas em apropriação dos lugares habitados e em modos de política. A política é entendida por processos de subjetivação alçados na produção de uma série de atos com capacidade de enunciação, que criam um campo de experiência e um processo de “desidentificação” com as definições elaboradas pela ordem policial.

Enquanto a polícia deseja nomes exatos e lugares precisos, a política diz nomes impróprios que apontam uma falha e evidenciam um dano. Ela fratura a contagem policial, pois “é o espaço de uma contagem dos incontados, de relacionamento entre uma parcela e uma ausência de parcela” (RANCIÈRE, 2018, p. 50). A subjetivação política é, portanto, a capacidade de produzir “cenas polêmicas”, cenas paradoxais que revelam a contradição entre a ordem policial e o pressuposto da igualdade (RANCIÈRE, 2018, p. 55). Cenas estabelecem o litígio entre as duas lógicas: a policial e a da igualdade. Cenas são as formas com que os “sem-parte” têm de produzir política por atos de linguagem, que são, ao mesmo tempo, argumentações e metáforas poéticas. Os “sem-parte” precisam construir uma cena, para que os ruídos que saem de suas bocas possam contar como pronunciamentos argumentativos que desestabilizem a partilha do sensível, e, com isso, possam colocar em discussão o dissenso do que não era visível ou era desconsiderado.

A instituição de uma cena redefine os modos de disponibilização e circulação das palavras e dos discursos: é o que desloca a noção de rotina e previsibilidade, configurando-se pelo excesso, por aquilo que transborda os lugares e os tempos fixados pela ordem policial.

Esse excesso, a polêmica, é o que caracterizará também a emergência dos “incontados” e o processo de “desidentificação” com as determinações que os definiam. Pode-se compreender a noção de cena atrelada à de dano, e, portanto, de dissenso, mas, principalmente, associada a uma prática criativa e de resistência dos incontados, que inventam a cena para produzir palavras que se tornam audíveis e gerar indivíduos percebidos. Nessa acepção, pode-se entender a cena, em Rancière, como composta de dois gestos políticos combinados: a) a visibilidade do dano (correção de desigualdades e assimetrias; redefinição do que pode ser visto, dito e pensado) e b) desidentificação (identidades sociais impostas e partilha sensível da política).

Os movimentos insurgentes retratados nesta seção tematizam a cidade como objeto de disputa e afirmam seus territórios como lugar da diferença. Suas práticas procuram sublinhar o domínio público como espaço singular da política, espaço contra dispositivos excludentes que o veem como mero objeto para reprodução do capital. Surge, então, a importância de observar como essas injustiças reverberam no corpo político dos movimentos ativistas e, nesse aspecto, são reveladoras as questões que mobilizam seu repertório de ação.

Desse conjunto de atos, emerge o sentido contemporâneo da noção de comum, o qual toma uma dimensão de produção social. Estão comprometidos, nesta noção, os casos que estão sendo retratados nesta pesquisa que têm tomado ruas, parques e propriedades privadas para a construção de outras formas de participação, que possuam como cerne a questão da autogovernabilidade. Não se trata de entender o comum como os bens ou espaços comuns naturais ou produzidos pela sociedade, definindo essa noção apenas pelos seus aspectos físicos. Corroborando com Alves, (2019) a concepção que emerge dos movimentos sociais contemporâneos afasta as concepções econômico-jurídicas naturalizam o comum como uma característica inerente aos objetos. O fato é, como afirma Alves (2019) que, sob o ataque mercantil, “alguns grupos têm refletido sobre a condição política que o acesso a bens e espaços específicos possui e, mais do que isso, têm-se percebido a urgência em se apropriar e gerir autonomamente aqueles espaços e recursos relevantes socialmente”.



Portanto é considerando o ímpeto superficialmente reativo, a proposição que esses movimento sociais sugerem refletir é pensar alternativas paralelas ao mercado e ao Estado, impondo a reflexão de espaço da participação novo e fora da lógica da ordem policial.

O urbano resultado dos dispositivos dessa ordem também é o locus e o ponto de imbricação para a produção de cenas polêmicas. Neste último capítulo, utiliza-se, portanto, o repertório teórico construído nos três capítulos precedentes, associados à noção de comum, para pensar-se os casos levantados nesta pesquisa. Novamente, é preciso esclarecer que os conceitos debatidos anteriormente foram trazidos, para esta pesquisa, como consequência do processo prévio de levantamento dos casos. Neste capítulo, essas noções voltam a serem debatidas à luz dos objetos empíricos, sugerindo rearranjos conceituais, uma forma de catalogação desses objetos e a elaboração de novos conceitos que tanto elucidem suas análises, como direcionem a essa nova imaginação e ao retorno à política para o planejamento urbano.

O terreno impulsiona, funda e alimenta inúmeras práticas de contestação urbanas na história recente, e, por menores que essas forças aparentem ser e por mais fugazes que seus atos pareçam ser, julga-se que elas foram capazes de atravessar o tempo e ressurgir ao longo dele de outros modos e organizando novos e mais territórios insurgentes. Esta pesquisa associa esses processos ao de “desidentificação” por “subjetivação política” (RANCIÈRE), à noção de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (DELEUZE E GUATTARI) e de comum (DARDOT; LAVAL e HARDT; NEGRI). Essas combinações organizam a noção teórica proposta para território do comum. O ativismo nas ocupações configura-se como um território. Quando o território é descodificado, os ativistas precisam passar para outro espaço geográfico e criar uma nova comunidade de resistência e um novo território dissidente. O sentido de território dominado tem a ver com uma possibilidade de criar um território ativista e livre. Portanto, o território é um agenciamento, um sentido de resistência à precarização da vida e à mercantilização da cidade. Ao deslocar coisas, significados e discursos de seu ambiente familiar, ideias e práticas consideradas como garantidas são postas à crítica e têm sua legitimidade posta à prova. Sob essa perspectiva, as práticas

espaciais insurgentes atribuem ao território um vir-a-ser em transformação, nunca pronto, sempre aberto em redes não planejadas. A questão não deve girar em torno da permanência e da durabilidade da ação localizada, mas da sua capacidade de desterritorializar discursos hegemônicos e difundir novos territórios dissidentes.

Embora não seja possível prever se esse movimento irá resistir em função do tempo, é imperativo estudar sua emergência e enunciados. Como bem colocou Lima (2017) as postulações enunciadas em tal ambiente político infiltram-se no espaço social de forma nebulosa. Tais movimentos urbanos que se movem pelos espaços públicos e privados ocupam-no, criando uma espécie de território líquido, “adensando-se e dissipando-se conforme as agruras e as adversidades que enfrentam” (ibidem).

Por isso, busca-se responder às perguntas: quais vozes se erguem contra a privatização das decisões e dos espaços da cidade? Como elas denunciam e participam dos conflitos na cidade? Seria possível afirmar que essas práticas insurgentes funcionam como contrapontos que desestabilizam os lugares onde o poder hegemônico atua na cidade? Quais processos de subjetivação política agenciam? Podem esses processos tornar os cidadãos mais ativos após a organização desses agenciamentos território-ativistas? À luz de uma crescente cultura da participação, estar-se-ia ultrapassando os discursos teóricos para uma abordagem prática cidadã? Pode-se falar em um movimento de movimentos de ativismos urbanos?

Para organizar essas questões, os objetivos deste capítulo são: a) formar um quadro resumo dos conceitos do capítulo I, II e III, b) descrever o processo de escolha e apresentar os casos, c) cruzar esses conceitos com os casos elencados neste estudo e d) responder à hipótese inicialmente proposta. A análise de casos efetiva-se no debate que formula a síntese-conceito de território do comum.



(1) Mulher egípcia chora na Praça de Tahrir depois do presidente Hosni Mubarak renunciar. Fevereiro, 2011. Modificado pelo autor. Fonte: Chris Hondros/Getty Images.

(2) Criança egípcia protesta na Praça de Tahrir. Fevereiro, 2011. Modificado pelo autor. Fonte: Autor desconhecido/Getty Images.

(3) Homem egípcio grita em protesto junto a multidão na Praça de Tahrir, Cairo. Modificado pelo autor. Fevereiro, 2011. Fonte: AFP/Getty Images.

(4) Dez milhões de egípcios se reúnem na Praça de Tahrir, Cairo. Janeiro, 2011. Modificado pelo autor. Fonte: Misam Saleh/AFP/Getty Images.

(5) Praça Tahrir, no centro do Cairo, tomada por manifestantes em 2011. Fevereiro, 2011. Modificado pelo autor. Fonte: AFP/Getty Images.

(6) Mulher egípcia acompanha protestos na Praça Tahrir. Fevereiro, 2011. Modificado pelo autor. Fonte: Peter Maodiamid/Getty Images.





(1) Manifestação de "Los Indignados": Movimiento del 15M na Praça Puerto del Sol, Madrid. Maio, 2011. Modificado pelo autor. Fonte: Autor Desconhecido/Getty Images.

(2) Marcha dos portugueses "Geração à rasca" nas ruas de Lisboa. Março, 2011. Modificado pelo autor. Fonte: Ricardo Dias/JPN.

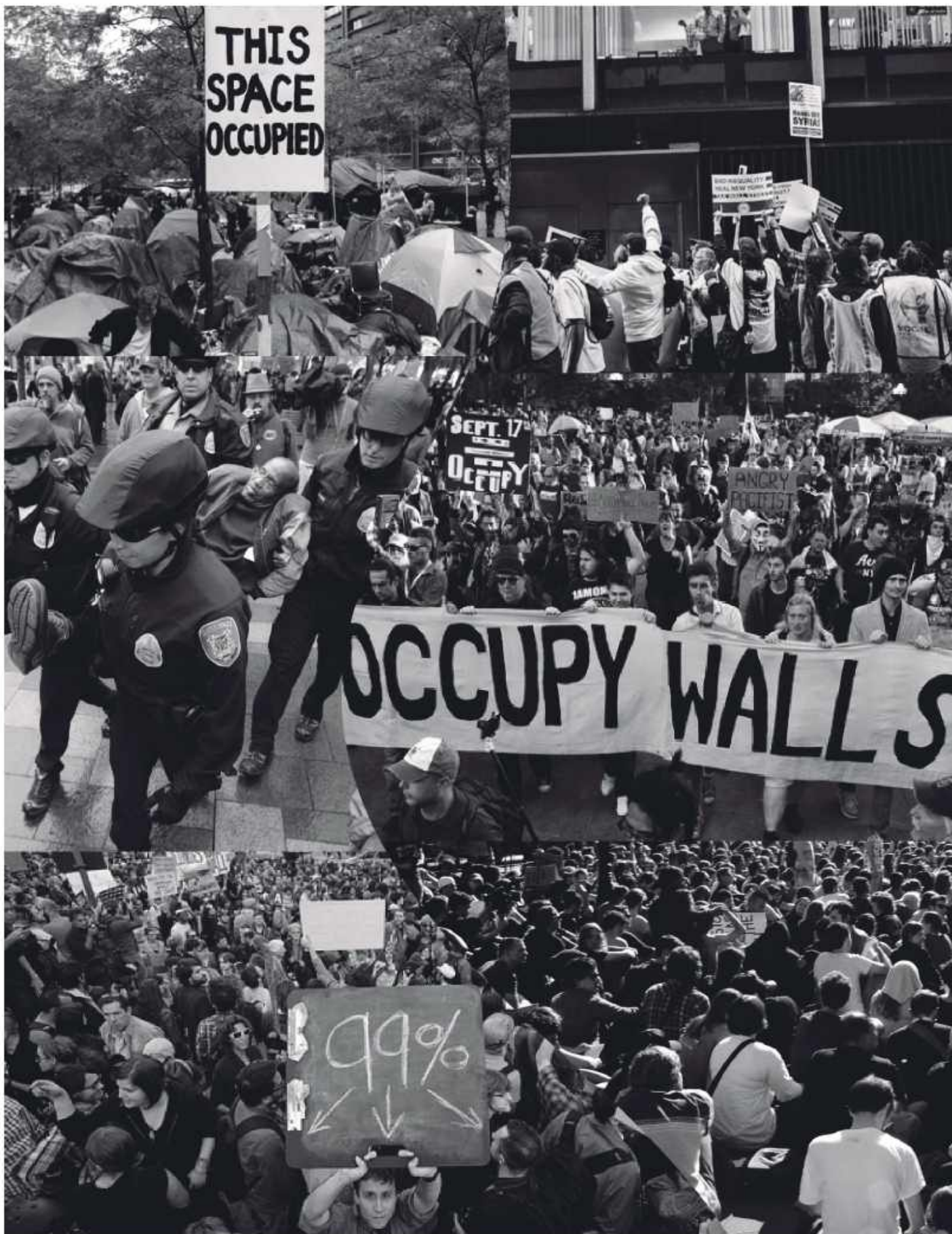
(3) Milhares de manifestantes do Los Indignados acampados na Praça Puerto del Sol, Madrid. Modificado pelo autor. Maio, 2011. Fonte: EP/Arquivo de 15M.

(4) Protestos em Madrid. Modificado pelo autor. Maio, 2011. Fonte: Olmo Calvo/Getty Images.

(5) Milhares de indignados participam de marcha na Espanha. Maio, 2011. Modificado pelo autor. Fonte: EFE/Gazeta do Povo.

(6) Manifestantes marcham em protesto da chamada "geração à rasca", Lisboa. Março, 2011. Modificado pelo autor. Fonte: Paula Gil/U.Porto.





(1) Zuccotti Park durante um protesto do Occupy Wall Street em Nova York. Novembro, 2011. Modificado pelo autor. Fonte: AP Photo/Seth Wenig.

(2) A polícia prendeu um homem que se recusou a sair de uma tenda armada em um acampamento de protesto. Novembro, 2011. Modificado pelo autor. Fonte: Tod S. Warren/Associated Press.

(3) Homem carrega placa com "99%" protestando na Praça Zuccotti Park. Modificado pelo autor. Novembro, 2011. Fonte: Autor desconhecido/Getty Images.

(4) Occupy Wall Street marchando da sede das Nações Unidas para o Parque Bryant, em Nova York. Novembro, 2011. Modificado pelo autor. Fonte: Andrew Burton/Getty Images.

(5) Manifestantes marcham em protesto na Wall Street. Novembro, 2011. Modificado pelo autor. Fonte: C. Robert Gibson/Occupy.com (site).

(6) Manifestantes ocupando Praça Zuccotti. Novembro, 2011. Modificado pelo autor. Fonte: David Shankbone/Getty Images.

#### 4.1 Ocupações contra sistemas políticos e políticas macroeconômicas

Uma série de protestos eclodiram durante o ano de 2011 em diferentes cenários do mundo. Desde o norte da África até o sul da Europa e o norte da América, surgiram novos movimentos sociais urbanos que se diferem em relação a seus elementos essenciais, como origens, objetivos e resultados. No entanto, as semelhanças são notáveis e a interconexão entre suas insurgências está na constituição de territórios fortemente vinculados a espaços públicos específicos. Este aspecto central é a característica que viajou de um ambiente para outro e pode representar mais do que semelhanças significativas. Em parques e praças ocupadas, pessoas descontentes convergiram unidas contra sistemas políticos e econômicos que não conseguiram atender aos interesses do povo. Por isso, é impossível distinguir ou entender separadamente o movimento Occupy Wall Street sem incluir o levante egípcio na Praça Tahrir. O mesmo pode-se dizer dos movimentos que surgiram nos países europeus do Mediterrâneo, como, por exemplo, Los Indignados, na Espanha, o homônimo na Grécia, Aganaktismeni, assim como o Geração Rasca, em Portugal. Esses casos são agrupados nesta seção, pois, além de sua interligação temporal e formal, têm em comum o fato de constituírem-se fundamentalmente como força contra sistemas políticos e contra políticas macroeconômicas.

O fluxo desse novo movimento social urbano tem origem na Tunísia, em dezembro de 2010, quando um jovem ambulante teve seu carrinho de frutas confiscado injustamente pelas autoridades locais. Sem poder recorrer a ninguém, ele ateou fogo ao próprio corpo, suicidando-se. Essa cena foi a centelha para uma série de protestos em outros países do norte da África, como Argélia, Jordânia, Egito, Iêmen, Omã, Sudão, Iraque, Kuwait, Líbia. Tais acontecimentos despertaram sentimentos de inquietude e reivindicação por melhores condições de vida originando um movimento de insurgências que se alastrou rapidamente por essa região, gerando o termo Primavera Árabe (RAMOS, 2013; CASTELLS, 2013).

A Primavera Árabe tem origem no início de 2011 e refere-se aos atos de mobilização popular que tomaram praças públicas e transformaram-se em uma série de revoltas populares. A maioria dos países mencionados acima eram governados por sistemas políticos



autoritários, e as causas diretas e indiretas estão relacionadas à degradação política, ao enriquecimento ilícito, à corrupção, ao peculato, à má distribuição de renda, ao desemprego, às práticas repressivas do Estado dentre outros (RAMOS, 2013). Os levantes continuaram a espalhar-se em países do norte da África, como Djibuti, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita e Saara Ocidental, tomando proporções jamais vistas antes nesse continente, e gerando consequências como a queda de ditadores tanto na Tunísia (Zine el-Abidine Bem Ali) quanto no Egito (Hosni Mubarak) e na Líbia (Muammar Qadaf) (BIJOS E SILVA, 2013)

Segundo Joffé (2011), o papel da internet e da cobertura midiática dessas manifestações impulsionou a ascensão de lideranças populares árabes e fomentou a mobilização das pessoas, formadas, em sua maioria, por jovens. O caso mais emblemático foi no Egito, especificamente na Praça Tahrir, no Cairo. Segundo Ramos (2013), durante dezoito dias, a população egípcia manifestou-se nesta praça, em que, no primeiro dia, reuniu 15 mil manifestantes. Mubarak respondeu aos protestos com extrema brutalidade: registraram-se, durante todo o período, centenas de mortes e milhares de feridos. No quinto dia, ignorando o toque de recolher, centenas de milhares de ativistas começaram a se organizar em núcleos de vizinhança para tentar se proteger na praça ocupada, além de sistematizar uma gestão de infraestrutura para o acampamento que tomava o local.

A praça Tahrir era, pelo seu tamanho, o local óbvio para essas milhares de pessoas reunirem-se no Cairo (RISAGER, 2017). Além disso, era o endereço que abrigava o prédio da sede do Partido Nacional Democrático de Mubarak — incendiado durante o levante. Quando se instaurou a greve geral que tomou o país, mais pessoas chegaram à praça, aumentando a força da manifestação, gerando efeitos como a liberação de presos políticos (jornalistas e o executivo geral do Google no Egito), além de uma série de medidas compensatórias prometidas pelo ditador. A partir do décimo quinto dia, mais de um milhão de pessoas ocuparam a Praça Tahir, o que culminou na queda de Mubarak no décimo oitavo dia, quando o local se transformou num lugar de festa. A saída do ditador revelou a potência das reivindicações populares e isso potencializou outros diversos protestos pelo mundo, que, espelhando-se nos atos de resistência da Praça Tahrir, constituíram ocupações em diferentes

espaços públicos do planeta.

Na Espanha, em 2011, ocorreu o movimento 15M, também conhecido como Los Indignados, demarcando a praça Puerta del Sol como seu território. Segundo Castells (2013), do descontentamento de alguns cidadãos nasceu um grupo no Facebook intitulado “Plataforma de Coordenação de Grupos Pró- Mobilização Cidadã”. A plataforma evoluiu para um grupo de debates no Facebook autointitulado “Democracia Real Ya”. O movimento paulatinamente foi crescendo por meio de mobilização digital e pela organização de assembleias deliberativas que ocorriam em praças públicas em distintas cidades do país. A Espanha é país-membro da União Europeia e faz parte da zona do euro. A fim de enquadrar-se nos termos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e nas exigências da Alemanha, o país tomou medidas drásticas de cortes orçamentários nas áreas da saúde, educação e serviços sociais e de priorização na capitalização das instituições públicas para a redução de déficit público após a crise econômica de 2008 (CASTELLS, 2013).

Em compensação a essa forma de democracia representativa, o “Democracia Real Ya” organizava-se como uma rede descentralizada com núcleos anônimos espalhados em todo o país. Seus membros delatavam a omissão dos principais partidos políticos que, na concepção desses grupos, não representavam os interesses coletivos, mas sim os interesses das instituições financeiras. Então, em 2 de março de 2011, essa rede de assembleias convocou, por meio de sua plataforma digital, os cidadãos espanhóis a manifestarem-se nas ruas no dia 15 de maio, com o slogan que levava o nome do grupo: “Democracia Real Já! Ocupe as ruas. Não somos mercadorias nas mãos de políticos e banqueiros”. Em 15 de maio, próximo das eleições municipais, mais de cinquenta cidades participaram das manifestações (CASTELLS, 2013).

Dezenas de milhares de manifestantes lotaram praças em todo o país. A Praça Puerta del Sol, em Madri, e a Catalunya, em Barcelona, foram ocupadas e utilizadas como fórum para o debate de temas ignorados nas campanhas eleitorais municipais. Segundo Castells “[...] não se reconheciam líderes: todos representavam a si mesmos, e as decisões ficavam a cargo da assembleia geral, que se reunia no fim de cada dia, assim como das comissões

formadas em torno de cada tema sobre o qual as pessoas desejassem intervir” (CASTELLS, 2013, p. 89). Em 23 de julho, na Praça Puerta del Sol, houve uma manifestação de mais de 250 mil pessoas, que Castells (2013) diz ter sido a reafirmação da determinação do movimento de continuar lutando em prol da democracia e em repúdio ao gerenciamento injusto da crise econômica.

A Praça Puerta Del Sol foi reivindicada como espaço público pelos manifestantes, que permaneceram acampados, tornando o espaço o símbolo maior do movimento espanhol. A ocupação desse local foi resultado das marchas iniciadas em diferentes pontos da Espanha, que convergiram para Madri, sendo cortejadas até o local por uma multidão que as aguardava nos acessos da cidade. Em agosto, houve ações de protestos e tentativas frustradas de policiais de retomar a Puerta del Sol. Nesse mês, para tranquilizar os mercados financeiros, o governo alemão exigiu ao governo espanhol que votasse uma emenda à constituição vetando déficits orçamentários. Nas férias parlamentares, praticamente em sigilo, acatou-se a decisão, com apoio inclusive dos partidos de esquerda. Contrários à emenda, Los Indignados protestaram exigindo um referendo e, em 15 de outubro 2011, fizeram uma manifestação global, em uma ação que alcançou 951 cidades, em 82 países (CURVELLO; MATEUS, 2017).

Em Lisboa, os portugueses manifestaram-se no mesmo ano (2011) que os espanhóis, no movimento chamado Geração Rasca — uma mobilização de “(...) desempregados, “quinhentoseuristas” e outros mal remunerados, escravos disfarçados, subcontratados (...)”<sup>19</sup>, entre outras condições precárias de trabalho. Segundo Gomes; Brandão (2021), o nome do ato foi inspirado na expressão criada por Vicente Jorge Silva em um editorial, em 1994, para classificar estudantes que se manifestavam à altura dos protestos globais anticapitalistas que dominaram essa década. “O país está à rasca”, bradava uma das faixas estendidas na larga Avenida da Liberdade, na capital de Portugal. Os quatro organizadores que criaram o protesto foram estimulados à ação pela canção de Deolinda, “Parva que sou”, uma tradução do sentimento de muitos jovens portugueses: jovem, qualificada e precária,

---

19 Manifesto À Geração Rasca. Lisboa. Disponível em: <https://geracaoenrascada.wordpress.com/manifesto/> - Acesso em Junho de 2021.

uma geração que se sentia em um beco sem saída diante da crise financeira global e do regime fiscal imposto pela União Europeia também a Portugal. Impulsionados pela música da cantora, criaram um manifesto em um perfil no Facebook e em blog convocando a população a manifestar-se num ato de desagravo com hora marcada. O protesto, de um dia, reuniu cerca de 200 mil pessoas em Lisboa, 80 mil no Porto, somando um total estimado em 300 mil contando os atos em outras onze cidades portuguesas e outra dezena de capitais europeias onde Portugal tem embaixadas.

Segundo os relatos dos organizadores a Brandão e Gomes (2021), foram cinco semanas desde o lançamento do manifesto até o ato, cujo tema proposto foi pauta na imprensa portuguesa: a precariedade “é um tema estruturante da sociedade portuguesa”, comenta Alexandre de Sousa Carvalho, ao recordar um dos objetivos do movimento, o de “conseguir colocar a precariedade no centro do debate público”.

A conjuntura social e econômica em Portugal era muito semelhante à da Espanha, mas a forma de adesão e de divulgação do protesto foi diferente. Nessa altura do texto, deve-se imaginar que as notícias dos acontecimentos da Primavera Árabe e das reuniões de Los Indignados chegava facilmente aos jovens portugueses, não só pela imprensa, mas, principalmente, pelas redes sociais da internet. Contudo, a pólvora que parece ter mobilizado a população foi uma conjuntura artística daquele momento, o que eles chamam de “música de intervenção” (BRANDÃO; GOMES, 2021). Além da obra de Deolinda, tomou-se por base o grupo musical Os Homens da Luta, participantes do maior festival da canção europeu, em 2011, com a música “Luta é Alegria”. Eles não só encarnaram, nas suas interpretações, o descontentamento português da época, como, durante a final do concurso, convocaram a população ao ato do dia 12 de março de 2011, encenando personagens em uma manifestação sobre o palco do festival.

Jel, um dos integrantes do grupo, explica a Brandão e Gomes (2021) que a premissa dos Homens da Luta era “ser uma banda de música de intervenção como se fazia em 1975” e “um bocadinho aqueles revolucionários do 25 de Abril”. O dia em que o povo foi à rua fez a sátira da música colar à realidade. De repente, “não eram só um número humorístico ou

musical, já era um número de contestação”, frisa o autor da canção. Na opinião de Jel, a origem da adesão que a manifestação teve está atrelada à midiaticização do ato, aliada a um sentimento de insatisfação e à deterioração da imagem do Governo liderado por José Sócrates, o qual cairia em 23 de março (11 dias após o ato). Segundo este membro dos Homens da Luta, o crescimento do descontentamento popular fez com que essa fosse “uma manifestação que depois, nos anos a seguir, ganhasse raiz. Foi um gênero de um tiro de partida para anos em que houve muita contestação”.

Não só naquele país: a inquietação e a ocupação de praças viajaram o Atlântico e notabilizaram um formato na América. Em Nova Iorque, o movimento Occupy Wall Street começou oficialmente em setembro de 2011, em que manifestantes se sublevaram contra controle econômico de uma minoria rica de 1% da sociedade sobre um restante, que sucumbe ao poder dessa parcela, mas tem a porção de 99% da população do planeta (RAJASEKHAR, 2012). O Occupy Wall Street fez parte de um movimento global que alcançou quase todos os continentes no ano de 2011. Embora tenham ocorrido protestos em nações sob diferentes formas de governo, todos expressaram uma indignação semelhante quanto ao domínio do capitalismo global na gestão da vida das pessoas (WRITERS of 99%, 2012).

Assim como a iniciativa do movimento foi assertiva e estimulada pela explosão de protestos que ocorriam na Primavera Árabe e na Europa, a escolha do local para mobilização do movimento em Nova Iorque também foi estratégica. Segundo Foderaro (2011), o local ocupado, ao contrário dos parques de propriedade da cidade, é aberto 24 horas por dia e, por isso, possibilitou um longo protesto bem-sucedido, sendo ocupado por cerca de dois meses. Além disso, está localizado no centro financeiro da cidade, próximo à tradicional e internacionalmente conhecida Wall Street, endereço da bolsa de valores mais rentável do mundo. O ato desencadeado nas revoltas da Primavera Árabe, que ocorriam no mesmo ano, teve seu estopim em decorrência da publicação, nos Estados Unidos, de que os bancos privados seriam recapitalizados pelo Estado, enquanto a população estadunidense definhava em dívidas após a crise econômica de 2008, causada pelos mesmos bancos que então receberiam proventos dos cofres do povo (DEAN, 2014).

O espaço ocupado para o protesto, Parque Zuccotti, pertence a uma categoria incomum de um parque urbano privado, construído pela Brookfield Office Properties, empresa de investimentos imobiliários, e pelo Goldman Sachs, um dos bancos privilegiados pela nova injeção de dinheiro público. O endereço, localizado em Manhattan, é um parque acessível ao público, sem cercas, criado em 1968 após os primeiros proprietários negociarem sua criação com a autoridade municipal. O parque tem área de 3.200 m<sup>2</sup> e foi significativamente danificado nos ataques de 11 de setembro de 2001, quando passou a receber vários eventos comemorativos do aniversário dos ataques terroristas. Após reformas, em 2006, o parque foi rebatizado por seus atuais proprietários e seu nome anterior — Liberty Plaza Park — foi trocado pelo nome do presidente da empresa dona da área. No início da década de 1960, a municipalidade passou a estimular o desenvolvimento de praças corporativas após as mudanças nas leis de zoneamento da cidade. Nessa época, criou-se uma política para encorajar incorporadores comerciais a construírem espaços abertos em troca de maior índice construtivo em altura em lotes da ilha (FODERARO, 2011).

O projeto construído recebeu severas críticas pela brutalidade da linguagem paisagística: bancos baixos de pedra, grandes canteiros de gramíneas e copas de árvores densas em meio a uma área praticamente sem sol. Contudo, foi o surgimento do Occupy Wall Street o protesto que agrupou uma diversidade de críticas mais profundas. A mensagem de descontentamento com a desigualdade econômica, assim como com o acesso diferenciado aos serviços públicos da cidade e com o preço da habitação, somou-se à demanda por espaços de fato públicos, agrupando milhares de pessoas descontentes. No ato de ocupação, os ativistas instalaram, no parque, um acampamento e um palco onde organizaram uma diversidade de formas contestativas, como performances artísticas e debates públicos com manifestações de desagravo a essas questões públicas. Também foram construídas instalações para uma biblioteca, cozinha popular, área de atendimento médico, sanitários e central de informações. O público extrapolou a área original de 3.200 m<sup>2</sup> do parque, invadindo as imediações da Trinity e Broadway — ruas paralelas aos limites da ocupação (BOLTON, FROESE, JEFFREY, 2016).



Segundo Schechter (2012), notava-se, entre os manifestantes nova-iorquinos, um espírito de boa tolerância formado por um grupo multigeracional, mas de maioria jovem. Mesmo após a prisão de 80 manifestantes pela polícia, que utilizou spray de pimenta nas abordagens, o número de simpatizantes ao Occupy aumentou, totalizando em torno de 20.000 pessoas. Embora tenham ocorrido algumas apreensões, a notícia é que alguns policiais foram amigáveis ao movimento, assim como vários funcionários e proprietários de empresas vizinhas, abrigando manifestantes para salvá-los da prisão e prestando apoio aos ativistas (SCHECHTER, 2012). De acordo com Risager (2017), para esses manifestantes, ocupar esse lugar foi uma tentativa de realocar e mudar seus papéis na estrutura político-econômica da sociedade e no imaginário público.

Em 15 de novembro de 2011, a empresa Brookfield Office Properties, proprietária legal do Parque Zuccoti, emitiu uma declaração afirmando que o espaço tinha se tornado “insalubre e inseguro”, levando a Polícia de Nova Iorque a invadir e a esvaziar o Occupy Wall Street, erguendo uma barreira de metal em torno de todo seu perímetro (BOLTON, FROESE, JEFFREY, 2016). Embora os manifestantes tenham usado o espaço para o fim que ele foi criado — para ocupação pública — o tamanho do movimento levou à criação de normas restritivas de utilização de espaços públicos na cidade de Nova Iorque. O Parque Zuccotti é propriedade da Brookfield (mesmo que a área tenha sido construída perante compensação pública), e isso permitiu aos donos forçar os ativistas a saírem e, assim, suprimir o número de ocupantes do Parque Zuccotti (RAJASEKHAR, 2012).

Pode-se demarcar alguns aspectos das cenas retratadas na Praça Tahir, Praça Puerta Del Sol, Avenida da Liberdade e Parque Zuccotti: a) multiplicação de núcleos descentralizados e atuação em rede; b) ampla divulgação e comunicação pela internet; c) juventude inquieta; d) produção de contra-discurso hegemônico; e) prospecção de formas alternativas de representação democrática em assembleias deliberativas autogestionadas. Tais repertórios de ação materializam-se na localização da cena, fato que denota um simbolismo à localização, situando, no lugar, um espaço da sociedade em relação a outros lugares. Evidentemente, esses movimentos sociais urbanos não mudaram as localizações físicas dos

parques e praças onde ocorreram os protestos, mas são eles que passam a representar uma aspiração para a transformação da sociedade, reorganizando as coordenadas do lugar em relação à imaginação da sociedade.



(1) Movimento Passe Livre reunido para organização da manifestação. Junho, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Erasmo Rodrigues/Folhapress.

(2) Manifestantes lotam a Avenida Paulista em protesto do aumento da tarifa. Junho, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Autor Desconhecido/Wikimedia Commons.

(3) Manifestantes do Movimento Passe Livre em São Paulo. Modificado pelo autor. Junho, 2013. Fonte: Carlos Villalba Racines/EFE.

(4) Movimento Passe Livre em marcha na Avenida Paulista. Junho, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Autor Desconhecido/MPL.

(5) Protesto nas Jornais de Junho pela aumento da tarifa em São Paulo. Junho, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Daniel Bustamante Teixeira/Carta Maior.

(6) Manifestantes em marcha na Avenida Paulista pela redução da tarifa. Junho, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Autor Desconhecido/MPL.





(1) Movimento Passe Livre reunido para organização da manifestação. Junho, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Ernesto Rodrigues/Folhapress.

(2) Manifestantes lotam a Avenida Paulista em protesto do aumento da tarifa. Junho, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Autor Desconhecido/Wikimedia Commons.

(3) Manifestantes do Movimento Passe Livre em São Paulo. Modificado pelo autor. Junho, 2013. Fonte: Carlos Villalba Racines/EFE.

(4) Movimento Passe Livre em marcha na Avenida Paulista. Junho, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Autor Desconhecido/MPL.

(5) Protesto nas Jornadas de Junho pela aumento da tarifa em São Paulo. Junho, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Daniel Bustamante Teixeira/Carta Maior.

(6) Manifestantes em marcha na Avenida Paulista pela redução da tarifa. Junho, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Autor Desconhecido/MPL.





(1) Organização dos estudante secundaristas para manifestação em São Paulo, Outubro, 2015. Modificado pelo autor. Fonte: Rovena Rosa/Agência Brasil.

(2) Alunos da UFRGS aderem às ocupações espalhadas pelo Brasil, iniciada pelos secundaristas. Novembro, 2016. Modificado pelo autor. Fonte: Otávio Tinoco/Jornal do Comércio.

(3) Ocupa Minc ocupando o edifício sede do Iphan na cidade de Natal, Maio, 2016. Modificado pelo autor. Fonte: Paula Vanina/G1.

(4) Ocupação em Câmara de Vereadores em Porto Alegre. Julho, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Alexandre Hasbrieh/Jornalismo B.

#### 4.2 Ocupações contra políticas públicas

Em junho de 2013, após o governo do Estado de São Paulo e a prefeitura da capital reajustarem as tarifas do transporte público, iniciou-se um intenso período de manifestações nas ruas da cidade, culminando em um ciclo de protestos que se espalhou pelo Brasil e originou o termo Jornadas de Junho. As consequências de uma temporada de insurgências urbanas tornaram esse um mês que, parece, ainda não terminou. Junho catalisou uma onda de engajamento com diferentes matizes políticas e ideológicas, que, embora tivessem, no princípio, a cidade como principal elemento de reivindicação por políticas públicas, logo tornou-se a genealogia de uma ampla crise de representação política, com graves consequências e ameaças à democracia do país até hoje. Junho parecia o céu azul em uma ágora repleta de milhares de pessoas erguendo cartazes, enfrentando a repressão policial e a manipulação de narrativa da mídia hegemônica frente às manifestações populares. As manifestações foram organizadas por movimentos sociais urbanos consolidados, ligados a demandas por acesso ao transporte público. Logo as pautas foram se pulverizando, encampadas por núcleos da esquerda política, manifestando-se contra as remoções em áreas com obras de infraestrutura para a Copa do Mundo da FIFA e contra os gastos exorbitantes para realização desse evento esportivo. O espectro de agentes engajados aumentou significativamente e a ação social cortava para dois lados. Junho passava a ser tanto do Movimento Passe Livre (MPL) como do Movimento Brasil Livre (MBL). Junho não é menos Escola-sem-partido do que a Primavera Secundarista, tampouco é só a organização da Direita Conservadora como não se pode desprezar o prelúdio da Marcha das Vadias. Em seu sentido intenso de ataques da sociedade civil contra o sistema político e poderes hegemônicos, Junho foi percebido como revolucionário. Em seu sentido extenso e período complexo que não se encerrou, Junho teve um devir conservador.

Não ignorando os dissensos que marcam a profunda divisão da sociedade brasileira atualmente, essa seção dedica-se a evidenciar as práticas urbanas insurgentes como ação social que emerge do âmago da política enquanto visibilidade de um dano. A contenção desse dano originou outra ordem de protestos no país: as ocupações contra políticas



públicas, ou, mais especificamente, as que fecham as ruas em cenas de combate contra a tarifa do transporte público, as ocupações das escolas pelos secundaristas, as ocupações nas Câmaras de Vereadores e as ocupações nas sedes do Ministério da Educação.

Em 2013, o Brasil presenciava um contexto de crescimento econômico alavancado por políticas públicas de distribuição de renda: aumento do salário mínimo, farta distribuição de crédito consignado, Bolsa Família etc. Aparentemente, o país havia atravessado bem a crise econômica de 2008, fruto da farta venda de commodities em anos anteriores, momento em que a presidente da república gozava de altos índices de aprovação. O governo federal investia fortemente no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criando estímulos à economia por meio de crédito habitacional à construção civil, construção de rodoviárias, portos, ferrovias e demais projetos ligados à maior empresa estatal, a Petrobras, que havia acabado de descobrir uma gigantesca reserva de petróleo na bacia do Pré-Sal na costa leste do Oceano Atlântico. A ascendência econômica das classes C e D levou essa camada social a patamares de consumo de bens e serviços até então restritos às classes mais abastadas financeiramente. A população sentia sua vida melhorar com os maiores índices de empregabilidade já registrados na história recente. Contudo, essa mesma população, ao sair de casa, deparava-se com a deterioração urbanística das cidades brasileiras. Diante de um cenário de avanços generalizados, as manifestações de 2013 exigiam melhorias urbanas e serviços públicos mais qualificados.

É necessário olhar para as insurgências que começam em Junho dentro de um contexto global de revolta acumulada contra a tendência financista das democracias liberais movidas a uma privatização de vida, o que comprimia cada vez mais o espaço do comum. Sistemas políticos e elites financeiras apoderam-se do jogo democrático, ignorando os interesses dos demais noventa e nove por cento da população. Considerando os atos desse período sobre perspectiva global, Junho foi, em parte, consequência da grande crise do capitalismo em 2008, ou, mais precisamente, da falta de resposta, a ela, por parte dos governos. O que era para ter sido o colapso do capitalismo desregulado virou, pelo contrário, uma oportunidade para implementação de políticas austeras. Bancos foram resgatados e

suas dívidas socializadas: isso expôs o quanto a política representativa, de direita e de esquerda, foi capturada por interesses corporativos e financeiros. Esse neoliberalismo triunfante dos anos noventa e dos anos dois mil prometia o paraíso. Quando algum sentido de prosperidade material foi experimentado, chegou a crise de 2008. Então, a maneira de representar a sociedade desabou. Revoltas como as de Junho e de Wall Street, Los indignados e Tahrir anunciaram o fim do período da chamada grande moderação — um composto de neoliberalismo e de democracia que vigorou nos países ocidentais desde os anos de 1990.

O ciclo de revolta democrática que vai dos anos 2011 a 2013 tem características comuns: todas essas revoltas dizem respeito à democracia e a como ela não representa essa população que se insurgiu. Isso está ligado não só ao declínio da ordem mundial que existia antes de 89 ou à usurpação da democracia pelo sistema econômico neoliberal, mas ao fato extraordinário que é a internet. A rede online muda completamente a relação das pessoas com o cotidiano e com a política. Os protestos voltaram-se contra os sistemas institucionais blindados que asfixiavam a participação política e reduziam ao mínimo sua intensidade. Essa espécie de cidadania afastada traduzia-se na péssima qualidade dos serviços públicos em detrimento aos privilégios dos 1%. A democracia entorpecida sofreu um choque de alta intensidade com a consolidação da internet como forma de comunicação, que colocou em pauta a crise de intermediários. O advento da internet coloca a pessoa em primeiro lugar, podendo-se, assim, contar sua história sem intermediários, sem sistemas hegemônicos para representá-la. A internet dispõe a ideia de exportar sua história em um mosaico de parcialidades em contraposição às narrativas hegemônicas.

A compreensão das Jornadas de Junho só poderá ser elucidada a partir da história do movimento social urbano que potencializou sua trajetória: o Movimento Passe Livre — MPL (ESPÍRITO SANTO, 2014). Segundo Araújo, Alves Filho e Nunes (2014), o movimento nasce em 2005, durante o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, quando se redigiu uma carta de princípios organizacionais do MPL:

“(...). um movimento social de transporte, autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central. Sua política é deliberada de baixo, por todos, em espaços que não possuem dirigentes, nem respondem a qualquer instância externa superior” (MPL, 2013, p. 24).

O movimento é derivado dos Comitês pelo Passe Livre, com atuação desde 1999. De acordo com Araújo, Alves Filho e Nunes (2014), o movimento aprofunda-se na temática da mobilidade urbana ao potencializar a transição da luta pelo passe livre estudantil para a Tarifa Zero – projeto proposto pela Prefeitura de São Paulo na gestão 1989-1992 e revisitado pelo MPL que se constitui na inclusão do transporte como direito social gratuito, tão importante para desenvolvimento da sociedade como a saúde e a educação.

Os protestos desencadeados pelo MPL em São Paulo, em 2013, constituem-se, de fato, como uma nova temporada de reivindicações iniciada em fevereiro de 2013, em Porto Alegre, por meio de atos do Bloco de Luta pelo Transporte Público contra o novo aumento do preço da passagem na cidade (CARDOSO e DI FÁTIMA, 2013). No que tange à noção de movimento social, é necessário lembrar de sua prerrogativa conceitual — o Movimento Passe Livre (MPL) tem história (funda-se em meados dos anos 2000), tem articulação nacional (está em várias cidades do Brasil) e é autônomo (é composto de ideários políticos coletivamente elaborados por seus participantes). Frisa-se, portanto, que, embora os protestos de junho de 2013 tenham sido apresentados pela imprensa como manifestações que se iniciam na capital paulista, isso não é verdadeiro, pois, além de Porto Alegre, onde o aumento foi revogado em abril, Manaus e Goiânia já contabilizavam protestos semanais.

Além de ampla divulgação de conteúdo pela Internet durante todo seu período de atividade, o MPL tem atividades constantes, como assembleias, jornadas, reuniões em escolas (durante o período letivo normal), festas e, claro, manifestações. Em artigo publicado ainda em 2012, Legume (2012), um ativista do grupo, escreve artigo em que destaca as opções “estéticas do MPL” ou “a cara do movimento”. Dentre elas, o autor elenca, durante o texto: a queima de catracas (símbolo do movimento), o Zé Catraca (boneco que chuta a catraca), camisetas pretas (um contraponto à cor vermelha dos partidos de

esquerda) e o design gráfico dos panfletos (com espaço em branco, gravuras e dobras).

Scarcelli (2020) esclarece que essa estética e as ações que aconteceram em 2013 foram inspiradas no sucesso das manifestações de 2003, em Salvador, e de 2005, em Florianópolis, quando estudantes dessas cidades conquistaram o direito ao passe-livre por meio de protestos. Contudo, a pólvora das jornadas de junho do MPL, em 2013, foi a ocupação, por duzentos estudantes secundaristas, da Escola Estadual Ermano Marchetti, em Pirituba-SP, do Terminal de ônibus Pirituba e da estação de trens da CPTM de mesmo nome. Os estudantes bloquearam ruas e avenidas de grande circulação da região e queimaram uma catraca, reivindicando contra os reajustes de transporte público (ESPÍRITO SANTO, 2014). Segundo Barra e Lopes (2020), os principais objetivos das jornadas do Movimento Passe Livre em 2013 iniciaram-se por conta do aumento tarifário de R\$0,20 em São Paulo, e ampliaram-se em reivindicações para melhorias na mobilidade urbana para população periférica. Ao convocar as primeiras manifestações em junho de 2013, o Movimento Passe Livre desejava posicionar-se contra o aumento da tarifa e cobrar a revogação do reajuste, além de avançar o debate sobre a implantação da Tarifa Zero (ALVES, 2016). A tática de protestos por ocupação era a novidade para o movimento naquele momento.

O primeiro grande ato marcado pelo MPL contou com a participação de cerca de duas mil pessoas, quando os manifestantes fecharam as Avenidas 9 de julho, 23 de Maio e a Paulista, na cidade de São Paulo, no dia 06 de junho de 2013. Na tentativa de dispersar os manifestantes, a Polícia Militar fez uso de bombas de gás lacrimogêneo (ESPÍRITO SANTO, 2014). No dia seguinte, assim como no dia 11, registraram-se 5 mil pessoas nos protestos que seguiram o “protocolo” de fechar ruas e grandes avenidas. Os ativistas eram, em sua grande maioria, jovens, trabalhadores precários, estudantes de ensino médio e superior, que se apresentavam como autônomos e integravam coletivos de orientação anárquica, comunista, socialista, feminista e LGBT, setores do movimento negro, organização da juventude de partidos de esquerda, movimentos sem-teto e de luta pela moradia, além da organização de professores.

Dia 13 de junho, a ação de Black Blocs (depredação de patrimônio privado realizada por indivíduos mascarados e completamente vestidos de preto) já fazia parte do conjunto de atores e práticas, assim como o acirramento da violência policial de forma brutal. No dia 17, os protestos já ocorriam em mais de 30 cidades e reuniram 270 mil pessoas. Nada comparado ao maior dos mais numerosos protestos registrados, que ocorreu no dia 20 de junho de 2013, quando se estima que tenham participado em torno de 1 milhão de pessoas em 130 cidades brasileiras. Os protestos seguiram até o final do mês, praticamente todos os dias, mas já não podiam ser mais identificados como atos convocados exclusivamente pelo MPL, configurando-se como manifestações generalizadas, formadas por múltiplos agentes que potencializaram as convocações e pulverizaram as pautas (ESPÍRITO SANTO, 2014). A pauta original do aumento da tarifa do transporte público foi confirmada: não era só por vinte centavos.

Após 13 dias de intensos protestos, em pronunciamento conjunto do prefeito e do governador de São Paulo, as tarifas foram reduzidas de R\$3,20 para R\$3,00, avançando o debate trazido pelo MPL e ampliando o diálogo do movimento com a sociedade. O Estado do Rio Grande do Sul instituiu o passe livre a todos os estudantes e o mesmo acontece em Goiânia. A redução do preço das passagens aconteceu no Rio de Janeiro, Manaus, Curitiba, Belo Horizonte, Macapá, Limeira, Ribeirão Preto. A Câmara do Deputados aprovou a redução de impostos que impactam no transporte urbano, a destinação de 75% dos royalties do petróleo para Educação e 25% para a Saúde, a repactuação de Fundos entre os Estados e a Nação, a lei que tornou corrupção crime hediondo e a expropriação de terras onde se pratica trabalho escravo. Em pronunciamento pela TV, a presidente Dilma Rousseff propõe “5 pactos pelo Brasil”. A Prefeitura do Rio de Janeiro cancela a remoção dos moradores da Vila do Maracanã, região afetada pelas obras da Copa (ARAÚJO; ALVES FILHO; NUNES, 2014).

Entretanto, conforme se afirmou no início desta seção, Junho não terminou no final do mês. As ocupações inauguraram a década e se espalharam como *modus operandi* para as insurgências urbanas. Na esteira do que se viu na Praça Tahrir, em Puerta del Sol e no Occupy Wall Street, no dia 10 de julho de 2013, manifestantes ocuparam a Câmara de Vereadores de

Porto Alegre e ficaram ali até o dia 18, saindo somente após garantirem direitos mediados pela Justiça Estadual. Foram novamente os ativistas do Bloco de Luta pelo Transporte Público agrupados aos estudantes do DCE da PUCRS quem tomaram a frente do protesto, o qual chegou a abrigar 400 participantes. A ocupação acontece após a rejeição das emendas pela transparência nas contas do transporte público, ocorrida no dia 1º de julho do mesmo ano. A principal reivindicação era a abertura das planilhas de cálculo das licitações de transporte urbano.

Segundo Bonfigli e Schwartz (2017), a ocupação tomou o espaço e organizou seus integrantes em Grupos de Trabalho, os GTs de Comunicação, Jurídico, de Limpeza, de Alimentação e de Segurança. Os autores destacam o trabalho do GT Jurídico que resultou no impedimento judicial da reintegração de posse, a partir de uma decisão judicial favorável à ocupação, prolongando a intervenção em uma semana. Além disso, o grupo elaborou e protocolou dois projetos de lei sobre o transporte público urbano na cidade de Porto Alegre, medida que garantiu a saída dos ativistas. Para entender essa ocupação, Bonfigli e Schwartz (2020) recomendam levar em conta o contexto: a existência de protestos contra o aumento das passagens de ônibus urbanos, o fato de Porto Alegre ter sido a sede do Fórum Social Mundial por alguns anos, o que gerou experiência organizacional nos integrantes, e a criação do Bloco de Luta pelo Transporte Público em janeiro 2013, movimento que reuniu, em uma única assembleia de debate, as várias organizações políticas da cidade (BONFIGLI; SCHWARTZ, 2017).

Esta pesquisa associa essa ocupação a outra experiência anterior: a ocupação da Câmara de Vereadores de Santa Maria-RS, em junho de 2013. Cerca de 250 pessoas ocuparam a sede do Legislativo por seis dias e reivindicaram o fim dos trabalhos da “CPI da Boate Kiss”, solicitaram uma nova comissão parlamentar de inquérito e a exoneração do procurador jurídico Robson Zinn, além da cassação do prefeito Cezar Schirmer. A ocupação teve apoio de membros da Associação dos Familiares, Vítimas e Sobreviventes da Tragédia da Boate Kiss em Santa Maria. (PIMENTEL, 2013; NACIMENTO, 2013).

O caráter simbólico da criação de um espaço público autônomo instituiu a ocupação



como um espaço outro de discussão, estando, nesse ponto, em absoluta sintonia com as ocupações das praças públicas que aconteceram ao redor mundo nos anos anteriores. A ocupação da Câmara dos Vereadores, como momento fundamental para pauta do acesso ao transporte público urbano, também se insere em uma luta mais ampla do direito à cidade, e fortaleceu a organização e o debate entre outras vertentes do Bloco de Luta e dos movimentos estudantis, em outras ocupações que seguiram acontecendo nos anos seguintes.

O cenário político do Brasil pós 2013 desencadeou um ambiente de muita instabilidade do governo federal, que, embora tenha continuado no poder depois de vencer o pleito de 2014, sucumbiu ao impeachment da Presidente Dilma Rousseff em 2016. Uma sequência de políticas macroeconômicas mal sucedidas levou o governo ao descontrole orçamentário e sua substituição revelou um rombo nos cofres públicos. Sem a menor empatia popular, assume o vice-presidente, que é incumbido de realizar uma série de reformas públicas impopulares, como a perda de direitos trabalhistas e profundos cortes orçamentários na Educação até o ano de 2036. O aprofundamento da inserção de dinâmica do controle neoliberal desenhou políticas públicas de precarização do sistema educacional brasileiro (ELESBÃO; AMARAL 2020).

Para a nova direita emergente no sistema político, Junho de 2013 tornou-se um fantasma mal assombrado, mas, também, uma oportunidade de carimbar, nos estudantes, a marca de delinquentes e, na escola, enquanto instituição de formação, o “celeiro ideológico da esquerda comunista”. Se, antes, os pensamentos conservadores desse setor eram muito restritos a um pequeno universo, desde junho, ele se sente apto a divulgar seus mais profundos desejos de controle social. Desse período, surge o projeto de Lei “Escola Sem Partido”, que previa a criminalização de professores por quaisquer atitudes docentes que caracterizassem “prática de doutrinação ideológica”. A proposta era combater “a doutrinação ideológica”, propondo uma ação política ideológica de extrema direita.

Contra esse projeto de lei, cerca de 200 estudantes da Escola Fernão Dias Paes, em São José dos Pinhais-PR, ocuparam o recinto contra as medidas impostas à educação, no final

de 2015. Estudantes de diversos estados, inspirados pelas mobilizações das jornadas de Junho, passaram a mobilizar-se entre os anos de 2016 e 2017, resultando em ocupações de proporção nacional. O resultado é contabilizado em 2016 com cerca de 1.197 escolas ocupadas, segundo a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas). As principais bandeiras de luta dos estudantes secundaristas eram contrárias à PEC 241 (55,) que limitava o teto dos gastos públicos por 20 anos e atingia diretamente o setor da educação, à MP 761 da reforma do Ensino Médio e à reforma Escola Sem Partido, que agia sobre as ideologias políticas dentro do ambiente escolar (CLETO, 2016). De acordo com Dickmann e Santos (2019), os estudantes procuravam demonstrar, por meio das ocupações, que as reformas propostas eram voltadas para a manutenção de um sistema de privilégios e não possibilitavam uma educação de qualidade acessível a todos.

A partir desse cenário, que estimulou as insurgências e as lutas mobilizadas pelos alunos, os secundaristas mantiveram as escolas ocupadas utilizando-se de estratégias de resistência muito semelhantes entre si, bem como as utilizadas pelos manifestantes nas chamadas jornadas de Junho (ELESBÃO; AMARAL 2020). A organização dos estudantes correspondia à ideia central de que não havia um líder, e de que todos eles se constituíam como lideranças potenciais, cuja organização de atividades se dava de forma coletiva e orgânica em suas assembleias (MARTINS; QUEIROZ 2020). Segundo Dickmann e Santos (2019), os secundaristas organizavam-se em comissões para funções de cuidado e manutenção do ambiente escolar, mas, também, para organização de oficinas sobre assuntos que envolviam o movimento estudantil como um todo. Dessas ocupações, marchas e protestos, cunhou-se o termo Primavera Secundarista.

A Primavera Secundarista, há de se reconhecer, foi fortemente influenciada pelas ocupações estudantis que aconteceram no Chile, denominadas de “Revolta dos Pinguins”. Em maio de 2006, cerca de 10 mil estudantes secundaristas chilenos reuniram-se para protestar e exigir melhorias nas condições de ensino público no país. Reivindicavam a gratuidade do transporte escolar (vale transporte) e a diminuição do valor da inscrição na Prova de Seleção Universitária (PSU) (ZIBAS, 2008). De acordo com Zibas (2008), o avanço da

privatização do sistema educacional chileno estruturou suas raízes no governo democrático pós-Pinochet, quando permitiu, a partir de 1993, que os estabelecimentos particulares auxiliados pelo governo cobrassem mensalidade de alunos do ensino fundamental ao médio. A Revolta do Pinguins organizou, em sua mobilização mais densa, cerca de 600 mil estudantes (Motomatsu; Costa, 2015), articulando-se em greves, ocupações nas instituições escolares, assembleias e passeatas. Segundo Romancini (2019), a então presidente Michelle Bachelet conseguiu interromper a mobilização com base em promessas e realizações políticas, como a montagem de uma comissão para o estudo de uma reforma educativa, o Conselho Assessor Presidencial de Educação.

Entre outubro de 2016 e o final do mesmo ano, o Brasil continuava em um quadro de manifestações populares reativas às propostas de um governo impopular praticamente em todos os setores, menos àqueles cujas demandas eram atendidas pela restrição de direitos e pelo corte de verba feitos pelo governo. Segundo Silva; Pires; Pereira, 2016, ao término de 2017, cerca de 2.114 escolas estaduais, além de 14 universidades, foram ocupadas, contabilizando 19 estados brasileiros mais o Distrito Federal como núcleos do levante estudantil. A partir da iniciativa dos estudantes secundaristas, as ocupações atingiram outros níveis do setor educacional, como a universidade pública, incluindo o exemplo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), uma das instituições brasileiras também afetadas pelas mesmas propostas (PARKER, 2018).

Na UFRGS, os Ocupes — expressão aderida pelos alunos como referência à ocupação em um determinado edifício dentro da Universidade — configuraram-se de acordo com um núcleo composto por um ou diversos cursos reunidos, em conformidade com suas áreas de conhecimento e localização (WIEST, 2018). Segundo Parker e Weber (2018), além das pautas relacionadas à PEC 241, à MP 761 e à Escola Sem Partido, os estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul aproveitaram o movimento nacional para exigir resoluções a respeito dos seus respectivos cursos, problemas de infraestrutura das faculdades e como forma de crítica de ordem pedagógica.

De acordo com Parker (2018), a Faculdade de Letras da UFRGS tornou-se a primeira

ocupação dentro da universidade, que entrava para o rol de instituições de ensino superior brasileiras com prédios ocupados. Além das pautas trazidas e debatidas no âmbito nacional, a ocupação foi fomentada também pela repressão policial ocorrida dois dias antes contra estudantes da universidade durante um protesto contra o governo federal, em frente ao Campus do Centro Histórico de Porto Alegre. As ocupações espalharam-se em diferentes campi da universidade. Sem lideranças definidas, as ocupações são, hoje, reconhecidas por formarem redes integradas, mas autônomas, proporcionando momentos de assembleias individualizadas e assembleias integradas, além de atos de protesto externos (PARKER; WEBER, 2018) [1].

As ocupações avançaram para outros setores e espaços afetados pelas medidas do governo de Michel Temer (2016-18). O Ocupa MinC foi uma mobilização sociocultural que contestava a extinção e posterior recriação do Ministério da Cultura, determinada por essa gestão. Em maio de 2016, manifestantes e, dentre eles, coletivos artísticos e entidades culturais ocuparam e acamparam durante dois meses no Palácio Capanema — sede do ministério. Esta ocupação estimulou outras em diferentes estados brasileiros, além de instigar protestos pontuais em algumas sedes regionais das secretarias de cultura, de modo que ao menos 12 capitais registraram manifestações contra a proposição do fim da pasta. As ocupações ocorreram entre os dias 13 e 17 de maio de 2016, em Brasília, na Funarte, Rio de Janeiro, no Palácio da Cultura Gustavo Capanema, em São Paulo, no Complexo Cultural Funarte, em Belo Horizonte, na sede da Funarte, em Curitiba, no pátio do IPHAN, em Aracaju, Recife, Fortaleza, Salvador, Belém, Natal e São Luís, em todos em prédios do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) (BARBALHO, 2018).

Ao debruçar-se sobre as principais características das mobilizações em questão, constata-se que essas são de ordem diversa, como, por exemplo: políticas, econômicas, espaciais, demográficas e culturais. No que tange aos fatores políticos, constata-se que as jornadas de 2013 configuram um novo tipo de espaço político, que tem como pano de fundo uma forte carência de objetivos concretos marcados por uma ampla gama de ações, objetos e atuação responsiva a problemas e questões imediatas: o aumento da passagem, projetos

de lei controversos, perdas de direitos etc.

Ao atentar-se para as principais formas de organização e estratégias de luta constatadas nas mobilizações em questão, destaca-se o reconhecimento das seguintes marcas distintivas: a) disputa por espaços de poder e contraposição a negociações de gabinete; b) centralidade da ação contra políticas públicas; c) forte sentido de tática e política contracultural; d) ações culturais em meio a práticas espaciais; e) escolha da ação direta como forma de luta, destacando-se a ocupação como método recorrente; f) modelo de democracia na qual se encontram combinados a valorização de gestão horizontalizada e modos de democracia direta e e) forte influência da internet como forma de comunicação, meio de organização e estética etc.





(1) Grupo realiza "abraço" no Cais Mauá em protesto contra a revitalização, Maio, 2015. Modificado pelo autor. Fonte: Fernando Gomes/Agência RBS.

(2) Manifestantes protestam contra obras do Golfe Olímpico Rio2016, na APA Marapendi, Rio de Janeiro. Dezembro, 2015. Modificado pelo autor. Fonte: Divulgação Ocupa Golfe (site).

(3) Arquitetos e estudantes de arquitetura se reúnem no Parque do Cocó para apresentar projetos alternativos à obra. Modificado pelo autor. Setembro, 2013. Fonte: Autor Desconhecido/G1.

(4) Cais Mauá de Todos: Uma das principais críticas dos grupos é à construção de um shopping na orla. Porto Alegre. Setembro, 2015. Modificado pelo autor. Fonte: Guilherme Santos/Sul21.

(5) Manifestantes protestam contra a retirada de árvores do Parque do Cocó, Ceará. Outubro, 2017. Modificado pelo autor. Fonte: TV Verdes Mares/Reprodução.

(6) Ambientalistas protestam contra danos ecológicos em obras para Jogos Olímpicos de 2016, no Rio, Março, 2015. Modificado pelo autor. Fonte: Fernando Frazão/Agência Brasil.





(1) Manifestantes se organizando no Cais Estelita, Recife, Maio, 2015. Modificado pelo autor. Fonte: Felipe Schuler/Karumata.

(2) Ocupa Estelita: Moradores promovendo ato por uma cidade para todos. Maio, 2015. Modificado pelo autor. Fonte: Danilo Melani/Portal Aprendiz.

(3) Assembleia geral MOE em frente ao Parque 13 de maio, Recife. Modificado pelo autor. Maio, 2015. Fonte: Eric Gomes/MOE.

(4) Recifenses ocupando o Cais Estelita pelo fim do consórcio Novo Recife. Maio, 2015. Modificado pelo autor. Fonte: Autor Desconhecido/Carta Capital.

(5) Assembleia dos manifestantes do Movimento Ocupa Estelita. Maio, 2015. Modificado pelo autor. Fonte: Marcelo Soares/Sindsep-PE.

(6) Manifestantes do Ocupa Estelita em marcha até um dos shoppings Rio Mar, Recife. Maio, 2015. Modificado pelo autor. Fonte: Marcelo Soares/Sindsep-PE.





(1) Movimento Baixo Centro promove a festa Voodoohope, no Minhocão, centro de São Paulo, Março, 2012. Modificado pelo autor. Fonte: Isadora Bram/Folha de S. Paulo.

(2) Pessoas morando em barracas durante os protestos contra a demolição do Parque Taksim Gezi, Junho, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Ipek Morel/Shutterstock.

(3) Milhares de manifestantes se reuniram no Parque Gezi, em Istambul. Modificado pelo autor. Junho, 2013. Fonte: EPA/Independent Journal UK.

(4) Movimento Desocupa Salvador protestando na Praça Ondina, Janeiro, 2012. Modificado pelo autor. Fonte: Autor Desconhecido/Divulgação Movimento Desocupa (Site).

(5) Repressão policial com bombas de gás lacrimogêneo contra manifestantes acampados no Parque Takim Gezi, Istambul. Junho, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Autor Desconhecido/Plataforma Urbana.

(6) Manifestantes acampados no Parque Takim Gezi, Istambul. Junho, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Autor Desconhecido/Time Magazine.

### 4.3 Ocupações Contra projetos urbanos e espaços públicos privatizados

As cidades brasileiras vivem uma ampla gama de problemas urbanos, um contexto que leva essas cidades a cenários de periferias empobrecidas, habitações irregulares, especulação imobiliária e serviços públicos precários. Com o advento da ampliação do crédito imobiliário, dos grandes projetos urbanos em decorrência da Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, o brasileiro passou a questionar o destino dessas obras, nem sempre atravessadas por processos democráticos. Esse quadro fez com que surgissem insurgências, em diferentes partes do Brasil, em torno da questão urbana. Segundo Nascimento (2015) esses problemas socioespaciais ligados à questão urbana, no contexto brasileiro do início desse século, desenvolvem-se no interior de dois outros processos: ampliação da concorrência intercapitalista entre diferentes frações do capital com implicações nas cidades e reconfiguração constante da luta de classes com reflexo na disputa pelo espaço urbano. Os dirigentes do Estado capitalista e do mercado de investimentos no Brasil não estão muito acostumados com os processos democráticos na gestão do espaço das cidades, uma garantia prevista no novíssimo Estatuto da Cidade. A população, recém acostumada com a própria democracia, começou a reclamar dos projetos urbanos que sobrepõem os interesses privados sem considerar que, no espaço da cidade, não vale somente o poder de construir. A concorrência entre os valores do mercado encontra um adversário que identifica, na disputa pelo espaço urbano, um novo sentido de ampliação da experiência democrática popular.

Nesta seção, o dissenso fica evidente entre a privatização da memória da cidade e a lógica do espaço como mercadoria *versus* ativistas insatisfeitos com cerceamentos do direito à gerência dos espaços urbanos. Apresenta-se casos recentes no Brasil, como Ocupe Estelita, em Recife (2012-15), Ocupe Parque Augusta, em São Paulo (2009-atual), Cais Mauá De Todos, em Porto Alegre, (2014-atual), Largo Vivo, em Porto Alegre (2012-14), Ocupe Cocó, em Fortaleza (2013), Ocupe Golfe, em Jacarepaguá, (2014), Desocupa, em Salvador, (2012), Movimento Baixo Centro, em São Paulo (2012-atual), e, ao final do texto, apresenta-se um caso emblemático e influente, a ocupação no Parque Geize, em Istambul (2013). O que

aglutina esses casos, fundamentalmente, é o fato de serem contra a lógica de projetos urbanos e a privatização de espaços públicos.

O movimento Ocupe Estelita (MOE) inicia-se em 2012, em Recife-PE, por meio de um grupo composto por arquitetos, sociólogos, artistas, professores e estudantes universitários, entre outros, que lutavam contra o destino dado à área privatizada do antigo Cais Estelita (BUENO, 2014). Segundo Nóbrega (2016), ao longo da sua história, a cidade optou por realizar transformações urbanas que permitiram a construção de autopistas de veículos, grandes centros comerciais e edifícios privados, sacrificando lugares de memória e de proteção ambiental em nome desse modelo de desenvolvimento urbano.

Um dos exemplos desse modelo é o caso do Cais Estelita, arrematado em um leilão em 2008 por um consórcio entre as empreiteiras Ara Empreendimentos, Queiroz Galvão e Moura Dubeux Engenharia para a construção do projeto chamado “Novo Recife” (BULCÃO, 2018). O Novo Recife, segundo Alcântara (2016), é um empreendimento imobiliário de grande porte, que prevê a construção de treze torres com cerca de quarenta andares cada, localizados no Cais José Estelita, bairro São José. Sendo este um dos bairros mais tradicionais e antigos de Recife, essa área possuía restrições de construção por lei, justamente para conservar a visualização dos monumentos tombados e não descaracterizar a paisagem arquitetônica da região (NASCIMENTO, 2015). Segundo Bulcão (2018), a área do cais possui localização comercial privilegiada, devido à sua capacidade de conexão com diferentes regiões da cidade, além de estar ao alcance do principal núcleo histórico e turístico da capital do Pernambuco.

De acordo com Bueno (2014), desde a apresentação do projeto na primeira audiência pública (processo obrigatório para aprovação de projetos desse porte), a participação popular foi contrária à sua aprovação pela Câmara Municipal de Recife. A forte rejeição e pressão dos ativistas obrigou os órgãos públicos a dialogarem com os manifestantes, que apontaram vários problemas que a proposta poderia causar à região e à cidade como um todo. Os ativistas organizaram, então, uma associação para formalizar, diante dos órgãos competentes, seu desagravo ao projeto, culminando em intensa mobilização popular



durante os anos que se seguiram. A instituição do grupo Direitos Urbanos<sup>20</sup> possibilitou discussão organizada diante do poder público e das empresas envolvidas com o Projeto Novo Recife (FIGUEIREDO, 2015; DIREITOS URBANOS, 2012). De acordo com Loftin (2019), os ativistas viram, no lançamento da proposta, uma afronta à realidade da cidade, incutindo uma mobilização de caráter amplo e diverso para impedir que ocorresse a descaracterização do local. As manifestações contra o projeto ganharam corpo a partir de um processo feito em grande parte pela internet, mediante fóruns digitais, divulgação de filmes satíricos e depoimentos de artistas de diferentes partes do Brasil contrários ao empreendimento, além de assembleias presenciais para debates (NÓBREGA, 2016).

Mesmo assim, em dezembro de 2013, a Prefeitura Municipal de Recife aprovou o projeto imobiliário e, em uma das primeiras madrugadas de janeiro de 2014, o Consórcio Novo Recife deu início às demolições dos armazéns (BUENO, 2014). No dia seguinte ao início das obras, instala-se um protesto, fomentado pelo DU, em defesa do Estelita, que passa a receber o devido destaque a partir de 21 de maio de 2014, quando ativistas invadem o lote do Cais e passam a acampar no local para impedir a continuação das obras de destruição do Estelita (ALCÂNTARA, 2016).

No dia seguinte à ocupação, a Justiça Federal Estadual concedeu uma liminar para suspender a demolição até o Consórcio Novo Recife obter aprovação da Câmara Municipal e de agências federais, como, por exemplo, do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (LOFTIN, 2019). Segundo Alcantara (2016), durante o período que os manifestantes estiveram ocupando o terreno, atividades culturais aconteciam durante os finais de semana, como aulas públicas e apresentações de artistas nacionais, reunindo cerca de dez mil pessoas ao longo de um dia. Conforme Bulcão (2018), a ocupação na área do Cais conseguiu criar uma dimensão afetiva e simbólica para aqueles recifenses que experimentaram uma vivência comunitária compartilhada com o local. A ocupação do Cais permitiu à maioria do público ver o espaço pela primeira vez, já que este não era utilizado há décadas.

---

<sup>20</sup> <https://direitosurbanos.wordpress.com/>

Na ocupação, foi estabelecida certa organização espacial para que se pudesse existir o convívio. Neste ambiente de uso coletivo, funcionaram uma cozinha, uma área para mantimentos (fruto de doações) uma horta, área para debates, barracas de acampamento e feira de economia alternativa (NÓBREGA, 2016). Nos bastidores, centenas de pessoas apoiaram os ocupantes por meio de doações de comida e água, dentre outros materiais de suporte (LOFTIN, 2019). Segundo Azevedo, Cadena e Souza (2018), aos poucos, o movimento ganhou forma com a adesão de dezenas de pessoas atuando diretamente na sua gestão, divulgação e na realização de atividades que o caracterizaram, em que, relatam os pesquisadores “buscou-se reunir profissionais de alguma área específica para dedicar tempo produtivo e expertise para a manutenção do movimento”.

Segundo Figueiredo (2015), o descontentamento com o modelo de urbanização imposto pelas construtoras à Recife não começa com o Projeto Novo Recife. Depois de elas verticalizarem e sombrearem completamente a orla da Praia de Boa viagem, começaram a avançar para outras orlas em direção ao norte da cidade. Em 2007, a Moura Dubeux (uma das integrantes do consórcio Novo Recife) iniciou as obras do Pier Maurício de Nassau e do Pier Duarte Coelho, popularmente apelidadas de “torres gêmeas”. Os dois edifícios residenciais de 40 pavimentos cada estão localizados no cais de Santa Rita, às margens do encontro do Rio Tapajós com o Oceano Atlântico. Outra obra questionável que causou controvérsia na cidade foi o leilão em área de mangue da bacia do Pina, direcionada à construção do Shopping RioMar e da via expressa Vila Mangue (NASCIMENTO, 2015).

O movimento Ocupe Estelita organizou um conjunto de pessoas que se revoltaram perante essas propostas urbanísticas. “A cidade é nossa. Ocupe-a.” bradavam os manifestantes que não queriam apenas impedir a destruição de um cais, mas, também, “resgatar a participação pública nas decisões da cidade” (BUENO, 2014). Segundo Azevedo, Cadena e Souza (2018), o movimento não contava com líderes, era caracterizado pela horizontalidade no organograma de funcionamento, o que ficava expresso na articulação política das ações e na organização dos grupos de trabalho que se formaram para executar atividades específicas. De acordo com Alcântara (2016), o movimento cresceu e atraiu



aliados de outras cidades, pois, embora fosse uma luta local, refletia-se no debate global da “luta pelo direito à cidade”. As discussões realizadas pelo grupo ultrapassaram o destino do Cais Estelita e procuraram conceber novas formas de criar uma cidade mais sustentável e inclusiva (LOFTIN, 2019).

Segundo Cavalcanti e Figueiredo (2020), o movimento, praticamente ignorado pela mídia local, buscou meios para mobilizar e divulgar a ocupação, driblando a exclusão impetrada pelos veículos de comunicação, fortemente patrocinados pelas empreiteiras do consórcio. Para a realização das peças gráficas e dos diversos recursos visuais necessários, criou-se um grupo voltado aos designers por meio do Facebook, “(...) de maneira geral o grupo reunia pessoas dispostas a ilustrar e formatar conteúdos gerados pela equipe de comunicação, criando um material disponível para compartilhamento nas redes sociais” (AZEVEDO; CADENA; SOUZA, 2018). As reivindicações do Estelita passaram, então, a serem pautas de imprensa nacional e internacional. Matérias de jornais estrangeiros, como o *The Guardian*, atraíram atenção cada vez maior para o movimento, que passa a ter cada vez mais visibilidade e adeptos, incluindo personalidades internacionalmente reconhecidas, como o geógrafo David Harvey — que realizou uma palestra na ocupação (AZEVEDO; CADENA; SOUZA, 2018).

No dia 17 de junho de 2014, depois de quatro semanas em que os manifestantes ocuparam o local, a polícia invadiu a ocupação, demoliu o acampamento, utilizou gás lacrimogêneo para dispersão e feriu pessoas com balas de borracha (LOFTIN, 2019). Quatro pessoas foram detidas durante a operação policial e cerca de 35 pessoas ficaram feridas. As cenas de violência executadas pela Polícia Militar de Pernambuco chamaram atenção de instituições como a Anistia Internacional, que condenou a violência policial (NASCIMENTO, 2015). Segundo Nóbrega (2016), o governo Estadual justificou a ação como cumprimento da reintegração de posse do terreno do Cais José Estelita diante de liminar da justiça.

Em 2015, uma nova batalha judicial culminou na decisão que considerou nulo o leilão de 2008 do Cais José Estelita, notificando o Consórcio Novo Recife sobre a proibição de obras no local. A proibição veio por meio de investigação pela Polícia Federal, confirmando fraude

na compra do terreno do Projeto Novo Recife (NÓBREGA, 2016; BULCÃO, 2018). Em novembro do mesmo ano, a Justiça Federal condenou e sentenciou o Consórcio Novo Recife a devolver em até trinta dias o patrimônio público do terreno do Cais Estelita (NASCIMENTO, 2015). Contudo, essa decisão não durou muito tempo e, em março de 2019, o Consórcio Novo Recife informou que “cumprindo as diretrizes definidas pelo poder público”, iniciava, nos primeiros dias de abril, a “requalificação do terreno do Cais José Estelita”, ações que eram amparadas de alvará de demolição expedido pela Prefeitura do Recife (NASCIMENTO, 2019).

Apesar do fracasso na garantia da preservação dos edifícios do Cais Estelita e do impedimento de se construírem as torres na orla, essa mobilização passou a influenciar outras pelo país. Em São Paulo, fortaleceu-se a manifestação em prol da preservação onde hoje fica localizado o Parque Augusta, no centro de São Paulo. Os manifestantes questionavam a proposta da empreiteira Cyrela<sup>21</sup>, que desejava construir edifícios em locais que tem parte da área protegida por lei. O terreno possui uma das poucas áreas verdes de mata atlântica nativa do centro paulistano e resquícios de um edifício tombado como patrimônio histórico cultural.

O lote de aproximadamente 24.000 m<sup>2</sup> fica localizado em região nobre, e encontra-se, desde a década de 1970, subutilizado, restando-lhe apenas alguns vestígios do antigo colégio Des Oiseaux, que foi demolido na década de 60 (SEO; SOUZA PERETTO 2019). O Colégio Des Oiseaux pertencia a Associação de Instrução Juvenil de Mulheres desde 1907 e, segundo relatórios históricos da instituição, a área verde que cercava o colégio foi mantida pelas freiras, levando ao seu uso público para atividades de lazer (MARINO; GUERRA, 2021). Depois do edifício histórico ser demolido, a área tornou-se objetivo de vários decretos, tais como de utilidade pública e de preservação das árvores, espécies nativas da Mata Atlântica e dos remanescentes do próprio edifício do colégio (MARINO, 2019). Segundo Rossi (2015), a área foi arrematada pela Sociedade Armando Conde Investimentos no ano de 2003, sendo mantido o bosque aberto ao público. Um ano depois, o Conselho Municipal de Preservação

---

<sup>21</sup> Uma das maiores construtoras e incorporada do Brasil.

do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo (Conpresp) tombou o resquício da edificação do antigo colégio (ROLNIK, 2015).

No final de 2013, Armando Conde, proprietário da Armando Conde Investimentos (ROSSI, 2015), repassou legalmente o local para as construtoras Cyrela e Setin (BAMPA; SCATOLINI, 2015). As empreiteiras apresentaram, à Prefeitura de São Paulo, o projeto para a construção de duas torres, uma residencial e outra comercial, e levantaram um muro na rua Caio Prado para isolar a área. Segundo Seo, Souza e Peretto (2019), consolidou-se, assim, uma trama: ao mesmo tempo em que as empreiteiras tinham direito de protocolo assegurado pela legislação para o empreendimento, havia pressão crescente da sociedade civil pela destinação total do terreno como área de parque. Cabe lembrar que o período era bastante atípico, tanto pelo conteúdo progressista das políticas públicas<sup>22</sup>, como pelo intenso enfrentamento social nas jornadas de Junho (KWAK, 2018).

No caso do parque Augusta, o terreno pertencia a incorporadoras, mas nele há vestígios de mata atlântica, uma fresta de natureza em meio à rocha de concreto que é a cidade de São Paulo. O terreno possui uma das poucas áreas verdes na cidade, protegida como Zona de Preservação Ambiental (ZEPAM), e resquícios de um edifício tombado como patrimônio histórico cultural municipal. As manifestações do movimento Parque Augusta defendem que o local se transforme em um parque ao invés de mais um empreendimento imobiliário, com duas torres de 40 pavimentos cada, na região central da capital paulista. Antes das construtoras adquirirem os terrenos de seus antigos proprietários, a área, bastante arborizada, já era usada pela população como parque. O fechamento ilegal, no final de 2013, fez os manifestantes do parque ocuparem a área no início de 2015, não com o objetivo de apossar-se do terreno, mas sim de abri-lo ao uso comum, como deve ser. Mas, em determinado momento na disputa entre as construtoras e os residentes e usuários do entorno, as empresas cercaram todo o terreno com tapumes impedindo o acesso ao lote arborizado.

---

<sup>22</sup> A gestão Fernando Haddad (Partido do Trabalhadores - PT) implementou mudanças significativas no Plano Diretor da cidade, como por exemplo, extensa malha de corredores de ônibus e ciclovias, etc.

No contexto de Junho de 2013, surge a manifestação popular e cultural chamada Ocupe Parque Augusta na cidade São Paulo-SP, que, a partir de demandas semelhantes reivindicadas tanto por grupos de bairro quanto por ativistas do local, propõe transformar em um parque público a área do bosque (MARINO; GUERRA, 2021). De acordo com Bampa e Scatolini (2015), diante da proposta das construtoras, a sociedade civil organiza-se e começa a travar uma batalha com a Cyrela, proprietária da área à época.

De acordo com Marino e Guerra (2021), do ponto de vista da sociedade civil organizada, existem quatro grupos principais que atuam para efetivação do Parque Augusta: (i) Sociedade dos Amigos, Moradores Comércio e Serviços de Cerqueira César (SAMORCC), Associação de Bairro criada em 2007, (ii) Aliados do Parque Augusta ou “SOS Parque Augusta” (grupo composto por sete ativistas desde 2004 dedicados a essa causa); (iii) Parque Augusta sem prédios (grupo defensor de causas ambientais e indígenas) e (iv) Organismo Parque Augusta (OPA), (organização que começou suas demonstrações por essa causa em 2013). As manifestações do movimento defendem que o local que contempla o bosque cercado de biodiversidade se transforme em um parque ao invés de mais um empreendimento de especulação imobiliária. Todos os membros citados organizaram diversas atividades gratuitas no Parque como forma de resistir e manter aberto à população (ROSSI, 2015). Segundo Marino (2018), a primeira iniciativa ativista realizada a favor da criação do Parque Augusta ocorreu ainda em 2001. A associação de bairro SAMORCC coletou assinaturas reivindicando, ao município, a implementação do parque público, propondo que toda a área fosse recuperada e transformada, contemplando pequenas intervenções como cinemateca, central de arte, ponto de reciclagem e captação de água da chuva (JÚNIOR; GUIMARÃES, 2015).

Marino (2019) entende que foram as manifestações em Junho de 2013, que incluíam reivindicações de direito à cidade, que constituíram o cenário que incentivou os ativistas a organizarem novas táticas de resistência, criando, por exemplo, um festival de arte e cultura em favor do parque. Corroborando com essa definição, Seo, Souza e Peretto (2019) afirmam

que, a partir desse momento, tomou força um movimento que há anos existia e reivindicava o terreno como Parque Municipal. A primeira fase de ação do movimento começou no final de 2013, entre os dias 7 e 21 de dezembro, quando um grupo de jovens ativistas passou a ocupar o lote (MARINO, 2019). Nomeando-se Verão no Parque Augusta, foram realizadas atividades que incluíam desde aulas de ioga para crianças até reuniões sobre a crise hídrica que a cidade enfrentava desde 2012 (ROSSI, 2015). No dia 23 de dezembro, o prefeito Fernando Haddad sancionou a Lei Municipal 15.941, que propunha a criação do Parque (MARINO, GUERRA 2021). Apesar do contexto de aprovação da lei, cinco dias após a aprovação, as construtoras fecharam as portas do lote para o público, mas os ativistas mantiveram-se atuando dentro e fora do lote (MARINO, 2019).

Segundo Bampa e Scatolini (2015), a luta por esse parque insere-se em um contexto maior de disputa pelo espaço público e preservação do patrimônio ambiental em São Paulo, a “Rede Novos Parques”: trata-se de um movimento com a agenda mais ampla, atuando em defesa dos parques ameaçados da cidade. Durante o ano de 2014, mesmo com portões do parque fechados pela construtora, os ativistas continuaram a operar dentro e fora da área do lote, com eventos como a Ciranda Livre em abril e em junho, o lançamento da primeira edição da “Revista do Organismo Parque Augusta” com os princípios do movimento (MARINO; GUERRA, 2021). O grupo, então, questionava: “o Parque Augusta já existe..., mas por que os portões estão fechados?” (OPA, 2014, p. 6).

Quando avançavam os trâmites de aprovação do projeto da construtora, os ativistas passaram a ocupar o lote não em forma de festival, mas permanecendo acampados. De acordo com Marino e Guerra (2021), os manifestantes levantaram um acampamento que perdurou do dia 17 de janeiro até a madrugada do dia 4 de março, quando dezenas de pessoas recolheram seus pertences e barracas e saíram pelo portão escoltados pela polícia. Diante da resistência de quatro ativistas, a polícia reagiu com violência, apesar de a maior parte do grupo ter marchado pacificamente em direção à prefeitura. No dia seguinte, as empresas de construção perfuraram as calçadas e isolaram a área com tapumes, em uma ação autorizada pelos órgãos municipais (ROSSI, 2015).



Segundo Marino (2018), logo após o processo de reintegração de posse, o Ministério Público procurou os ativistas para abrir um inquérito civil e investigar possíveis danos ao patrimônio, bem como para examinar o processo de obtenção de licença dos proprietários. Finalmente, em 2018, um acordo foi firmado no Ministério Público entre a Prefeitura de São Paulo e as construtoras proprietárias da área (Cyrela e Setim), encerrando a disputa do terreno e consolidando toda a área em questão para o Parque Augusta (ROLNIK, 2019). Conforme Marino e Guerra (2019), nesse acordo, as construtoras doaram a área para a Prefeitura, sendo compensadas com a transferência do potencial construtivo que não usariam mais neste local para outra área da cidade, onde o Plano Diretor de 2014 permitia o adensamento.

Caso similar a essas disputas, ocorridas entre a população e o sistema mercado imobiliário/Estado, ocorre também em Porto Alegre. Apesar de reconhecida a trajetória de práticas que ampliaram a participação popular na gestão da cidade, os cidadãos porto-alegrenses têm presenciado a perda de espaços de cooperação com os governos recentes. A cidade já foi referência internacional em novas proposições democráticas, como o Orçamento Participativo Municipal, o Fórum Social Mundial, uma campanha popular que resultou em um plebiscito para escolher o destino de área pública leiloadada no Estaleiro Só, além do fato de diversos espaços terem sido objeto de concursos públicos de arquitetura e urbanismo. Além de aproximar a população de um sentido de compartilhamento do cuidado do bem-comum, talvez essas experiências conseguiram temporariamente estancar o modelo neoliberal para a cidade. Contudo, após o fim do ciclo de gestão de governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no município e no Estado, a orla do município encontra-se em processo de concessão à iniciativa privada por meio de contratos de parcerias público-privadas.

Um deles era com o Consórcio Viva Cais Mauá, vencedor de uma licitação que permitiria transformar a área do antigo porto da cidade em um shopping-center e construir três torres comerciais de 50 metros de altura. O Cais Mauá está localizado no Centro Histórico, às margens do Rio Guaíba, tem cerca de 2,5km de extensão e é tombado como patrimônio histórico. Propriedade do Estado do Rio Grande do Sul há quase trinta anos, não

funciona mais como área portuária principal, passando a ser utilizado para eventos culturais de arte, entretenimento ou para feiras comerciais durante 20 anos. Desde a gestão de Yeda Crusius, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), outorgou-se o direito de uso ao Consórcio Viva Cais Mauá, e o espaço está fechado à população há 10 anos.

O Estatuto da Cidade obriga a municipalidade a organizar assembleias públicas para apresentação de obras desse porte à população. Desses encontros, formou-se um grupo de ativistas contra o projeto, que ficou conhecido como Ocupa Cais Mauá, grupo formado, inicialmente, por arquitetos urbanistas, publicitários, artistas, advogados, comunicólogos e professores (FLORES; OLIVEIRA, 2016). Além de participar de forma sistemática das assembleias públicas, o grupo passou a organizar, com frequência, festas-protesto na rua Sepúlveda, em frente ao pórtico de acesso ao Cais Mauá. Esses protestos em forma de festa incluem música, bares, espaço para pessoas dançarem, projeções sobre o Muro da Mauá e, eventualmente, algum discurso para contextualizar o tema da manifestação e, com isso, angariar apoio em abaixo-assinados e nas assembleias formais. As festas e ações do Ocupa Cais Mauá passaram a receber muitos frequentadores e apoio de outros grupos ativistas, aumentando significativamente o número de atos e festas-protestos em prol da causa. É preciso contextualizar dois marcos importantes desse período e que garantem a ampla adesão às festas: elas acontecem em torno de e após Junho de 2013, ou seja, em um ambiente bastante politizado nas ruas e após o incêndio da Boate Kiss<sup>23</sup>, fato que fez diminuir drasticamente o número de boates na cidade, alterando a forma de se fazer festas em Porto Alegre.

As manifestações contra o projeto do Viva Cais Mauá ganharam visibilidade na imprensa e na sociedade e a pressão dos ativistas fez os problemas do Consórcio aparecerem. Além de mudarem drasticamente o projeto arquitetônico originalmente

---

<sup>23</sup> O Incêndio na Boate Kiss aconteceu em 27 de janeiro de 2013 e matou 245 pessoas em Santa Maria-RS. Após o incêndio, o Corpo de Bombeiros fechou dezenas de casas noturnas em Porto Alegre e alterou normas para edificações.

vencedor da licitação<sup>24</sup>, a configuração societária e financeira do Consórcio provou-se inviável no decorrer dos anos. A vigorosa energia dos ativistas do Ocupa Cais Mauá, agora uma organização-não-governamental, foi parte fundamental no processo impetrado pelo Ministério Público, que resultou, em 2019, no rompimento do contrato do Estado com o Consórcio Viva Cais Mauá, considerando-o inapto ao negócio, após 10 anos de Cais fechado ao público.

As festas, associações ativistas e “coletivos” passam a figurar como ações de outra ordem política no cenário de disputas urbanas contemporâneas. Em São Paulo, por exemplo, o Festival Baixo Centro surgiu no ano de 2011 como uma iniciativa de rua que articulou núcleos culturais de bairros em torno do viaduto Costa e Silva — o Minhocão, na cidade de São Paulo (CARPANEDA, 2014). Segundo Silva (2016), o Festival apresenta-se como uma experiência de ocupação artística do espaço público, funcionando em três edições entre 2012, 2013 e 2014 em um modelo de gestão colaborativa e autogestionada, ou seja, independente de instituições.

O Baixo Centro surge em um contexto em que a cidade de São Paulo passava por restrições de utilização de espaço público. As demandas surgiram a partir de críticas às ações do governado de Gilberto Kassab, que promovia a cassação de licenças a vendedores ambulantes, remoções na Cracolândia, proibição de carnaval de rua, projetos de lei proibindo consumo de álcool em espaços públicos, proibição da distribuição gratuita de sopão a moradores de rua, e práticas de skate na Praça Roosevelt (SILVA, 2016).

Ao contrário desse cenário de proibições, o propósito do grupo era criar um festival para unificar vários coletivos em um e utilizar o viaduto Minhocão, fechado aos carros aos domingos, como suporte para criticar as iniciativas dessa gestão municipal. Além disso, a intenção era estimular vínculos sociais sobre esse que é um equipamento de circulação de veículos que desfigurou o antigo centro da cidade (MARINO, 2018). A partir da bandeira “as ruas são feitas para dançar”, o coletivo de coletivos procurava aproximar a comunidade para

---

<sup>24</sup> Confeccionado por um consagrado escritório de arquitetura espanhol, b720 Fermin Vásquez, sendo o plano urbanístico responsabilidade do arq. Jaime Lerner.

o engajamento e a apropriação do espaço público. As atividades propostas para os finais de semana do Festival Baixo Centro eram compostas por cinema, piquenique do compartilhamento (propondo que todos os participantes trouxessem e compartilhassem alimentos e bebidas), futebol na madrugada, jogos de tabuleiro, festas, desenhos no asfalto, cursos, entre outros. Todas ações giravam em torno do Minhocão, em busca de outros para esse equipamento de infraestrutura de circulação (CARPANEDA, 2014).

Essas experiências de manifestações, seja de círculos de vizinhança engajada ou de ativistas de questões urbanas, passam a utilizar o termo “ocupe” como sinônimo de ato de protesto, mesmo que ele não dure mais do que algumas horas. Registra-se, no período investigado por esta pesquisa, ocorrências dessa autodenominação aplicada às manifestações contra projeto urbanísticos, privatização ou má-gestão pública de espaços públicos nas cidades de Fortaleza, Rio de Janeiro e Salvador.

Em Fortaleza, o “Ocupe Cocó” constituiu-se um protesto que ocorreu entre julho e outubro de 2013, no Parque do Cocó. Os manifestantes eram contrários à construção de dois viadutos no cruzamento entre as Avenidas Antônio Sales e Engenheiro Santana Júnior, onde se localiza um dos acessos ao parque, conhecida área verde da cidade. Segundo Rodrigues (2016), a mobilização colocou em debate a gestão democrática da cidade, o direito à manifestação e o exercício do direito à cidade.

No Rio de Janeiro, em Jacarepaguá, em 2014, o “Ocupe Golfe” foi um protesto relacionado às acusações sobre crime ambiental e práticas administrativas ilícitas do prefeito Eduardo Paes. Reivindicava-se a respeito dos motivos que levaram à construção de mais um campo de golfe na cidade, tendo em vista a já existência de outros dois (Gávea Golf Club e o Itanhangá Golf Club). A partir da pergunta “Golfe pra quem?”, o grupo ativista questionava a construção de outro campo, em decorrência das obras para as Olimpíadas 2016, localizado em área de reserva ambiental, às margens da Lagoa Marapendi.

Em Salvador, o “Desocupa” foi um protesto movido em torno da luta por duas desocupações: uma que diz respeito ao uso arbitrário de praças públicas de Salvador pela

iniciativa privada e outro referente ao próprio mandato de João Henrique de Barradas Carneiros, prefeito da cidade durante a gestão de 2005-12. Essas reivindicações populares disseminaram o grito “desocupa!” originando uma série de práticas ativistas batizadas com este nome.

Essas associações de protestos a uma ocupação remetem à terminologia utilizada tanto no *Occupy Wall Street*, ocorrido em Nova Iorque em 2011, como na ocupação no Parque Gezi, em Istambul. O movimento de ocupação do Parque Gezi surgiu na Turquia em 2012, quando o Governo Metropolitano de Istambul decidiu reconstruir, na Praça Taksim, o prédio de um quartel destruído em 1940 e transformá-lo em um shopping-center. Diversas árvores centenárias foram cortadas causando reação da população. Em 2013, entre os meses de maio e julho, vários grupos multiculturais, de defesa ambiental e dos direitos urbanos, juntaram-se na Gezi e montaram um enorme acampamento, o que levou a justiça a suspender o projeto do centro comercial (CASTELLS, 2013).

A ocupação tornou-se um dos movimentos de apropriação e de resistência urbana mais influentes daquela década. A estratégia da ocupação novamente envolvia festas-protesto, diversidade de atores e instalações compartilhadas. O carácter artístico e multicultural logrou agregar vários grupos tradicionalmente em conflito neste país. Relata-se a confluência e envolvimento para entendimento entre conservadores religiosos e progressistas nos costumes (LGTBI+ e movimentos de gênero), além de grupos de vizinhança e moradores de rua, que viviam em conflito, pois tratava-se de pessoas que dormiam na praça. Mulheres de véus misturaram-se com lésbicas, curdos passaram a ensinar seus costumes e língua a grupos gays, grupos religiosos antagônicos organizaram momentos de orações coletivos. Essas pessoas construíram, juntas, instalações para produção de alimentos e bebidas, farmácia, enfermaria, biblioteca e locais de oração e festas. Organizações não-governamentais e voluntários estiveram envolvidos 24 horas durante dois meses, e os protestos se espalharam pelas ruas da cidade. A reivindicação a favor da manutenção da área e para impedir o empreendimento instalou o acampamento do *Occupy Park Gezi*, mas também transformou-se em um gigantesco movimento antigoverno na Turquia. A reação



institucional à ocupação foi trágica: a polícia incendiou barracas, mais de 8 mil pessoas ficaram feridas e 11 foram mortas, encerrando de forma drástica a ocupação (CASTELLS, 2013).

Essas ocupações criaram um novo espaço político, mobilizando diferentes grupos sociais a partir da identidade criada em torno do Parque Gezi. A politização dos espaços urbanos está intimamente ligada à criação de novos sujeitos políticos e posteriores mobilizações que vislumbravam um novo devir democrático à Turquia. Por isso, nesta seção, de modo geral, observa-se que: a) o repertório de ações dos ativistas ganha cada vez mais relação com outros movimentos concomitantes espalhados pelo mundo, como os movimentos Occupy; b) a ação direta por ocupação configura-se como uma atividade de disputa pelo espaço, mesmo sem a permissão da lei; c) as festas-protestos aparecem como tática de apropriação e comunicação; d) quanto mais aberto a pautas e diferentes atores, mais o movimento passa a centralizar a relação, e conectar atividades e outros movimentos; e) a noção de autogestão é experimentada com maior e menor intensidade, conforme o tamanho do movimento e f) a disputa pelo espaço público passa a representar uma disputa pelo alastramento da experiência democrática.



(1) Movimento Praia da Estação na praça da Estação, em Belo Horizonte. Setembro, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Renato Well.D.A. Press.

(2) Pessoas festejando enquanto um jato de água refresca a Praça da Estação, Belo Horizonte. Novembro, 2016. Modificado pelo autor. Fonte: Lincoln Zarbietti/VICE.

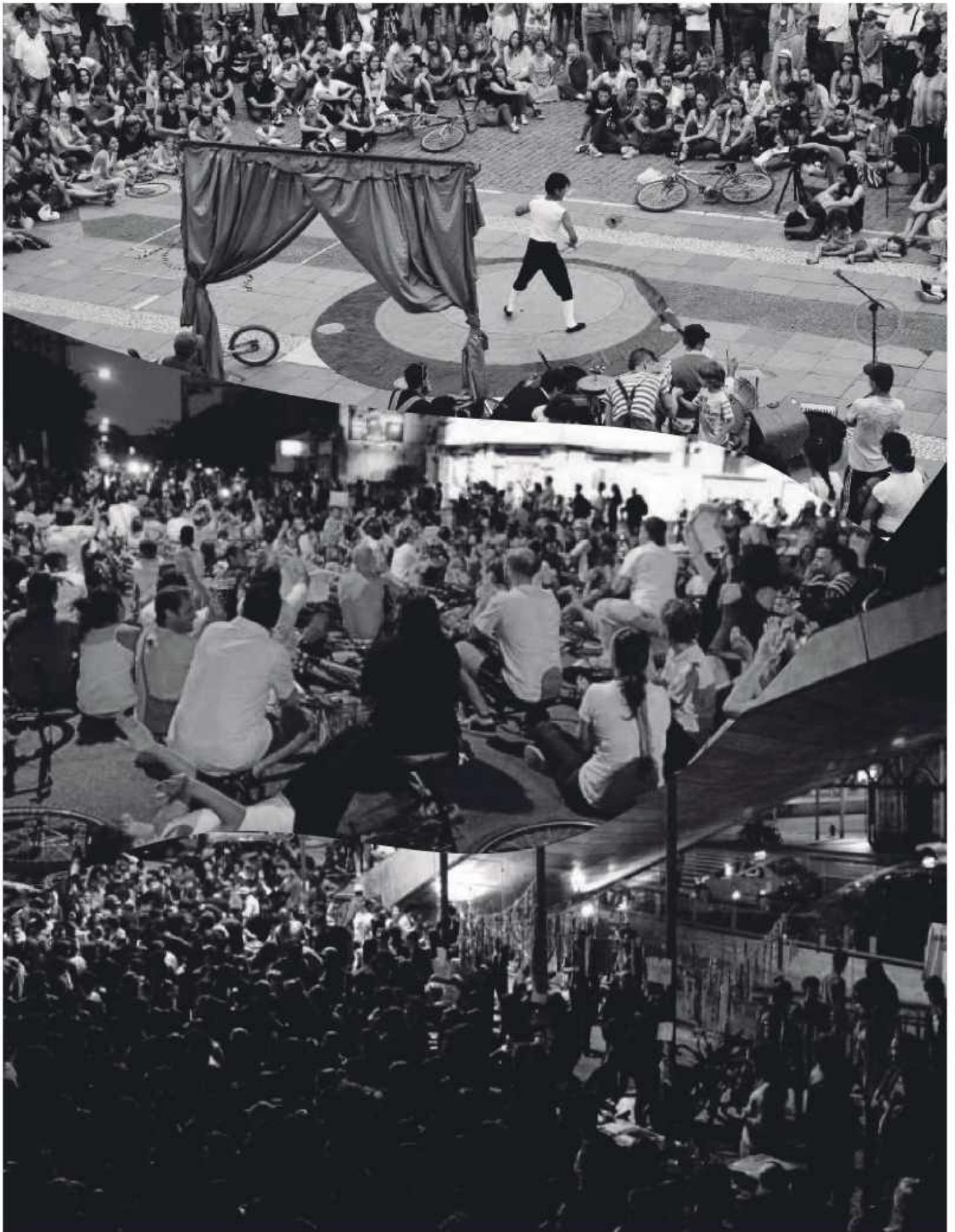
(3) Aniversário de um ano da Praia da Estação, Avenida Amazonas. Modificado pelo autor. Janeiro, 2011. Modificado pelo autor. Fonte: Flora Rajão/Revista Brasileira Estudos Urbanos Regionais, V. 18.

(4) Movimento Praia da Estação, Belo Horizonte. Modificado pelo autor. Novembro, 2016. Modificado pelo autor. Fonte: Lincoln Zarbietti/VICE.

(5) Movimento Praia da Estação, Belo Horizonte. Fevereiro, 2015. Modificado pelo autor. Fonte: Priscila Musa/Dom Total Divulgação.

(6) Movimento Praia da Estação, Belo Horizonte. Dezembro, 2019. Modificado pelo autor. Fonte: Ana Tereza Almeida/G1.





(1) **Manifestação Artística e Cultural no Largo Vivo, Porto Alegre.** Dezembro, 2015. Modificado pelo autor. Fonte: Autor Desconhecido/Divulgação Largo Vivo.

(2) **Manifestantes fazem parada durante marcha em protesto contra atropelamento coletivo, Porto Alegre.** Março, 2011. Modificado pelo autor. Fonte: Mauro Vieira/Diário Gaúcho.

(3) **Coletivo Arruaça promovendo festa de rua, Porto Alegre.** Modificado pelo autor: Abril, 2017. Modificado pelo autor. Fonte: Flávio Lerner/Housemag.



(1) Rolezinho no Shopping Metrô Itaquera, São Paulo. Dezembro, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Darlan Mendes/Folha de S. Paulo.

(2) Jovens que fizeram o rolezinho no Shopping Metrô Itaquera, São Paulo. Dezembro, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Darlan Mendes/Folha de S. Paulo.

(3) Adolescentes aglomerando em Shopping Metrô Itaquera, São Paulo. Modificado pelo autor. Dezembro, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Autor Desconhecido/G1.

(4) Policiais retiram jovem do shopping Internacional de Guarulhos (SP). Após lojistas acionarem a polícia com denúncias de roubo, a PM prendeu 15 menores. Modificado pelo autor. Dezembro, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Robson Ventura/Folhapress.

(5) Participantes de rolezinho dançam em frente a shopping center no Rio de Janeiro. Janeiro, 2014. Modificado pelo autor. Fonte: Désirée Poets/Reuters.

(6) Jovens e adolescentes se manifestam contra Shopping Center no Leblon, Rio de Janeiro. Janeiro, 2014. Modificado pelo autor. Fonte: Désirée Poets/Reuters.





(1) Manifestantes ocupando o terreno do Parque Augusta com atividades culturais. Dezembro, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Victor Moriyama/OECO.

(2) Ativistas do Organismo Parque Augusta erguendo cartazes. Dezembro, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Danilo Mekaei/Portal Aprendiz.

(3) Passeata em frente ao Parque Augusta pela defesa de seu uso público. Modificado pelo autor. Novembro, 2013. Fonte: Victor Moriyama/G1.

(4) Piquenique do Movimento Parque Augusta ao lado do terreno. Dezembro, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: João Batista Lago/Jornal da Cidade.

(5) Manifestantes realizam abraço coletivo no Parque Augusta. Março, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Autor Desconhecido/G1.

(6) Mobilização entre ativistas do Organismo Parque Augusta. Novembro, 2013. Modificado pelo autor. Fonte: Fábria Mercadante/Vitruvius.



#### **4.4 Ocupação contracultural contra invisibilidade dos corpos em espaços públicos e coletivos.**

A democratização do espaço público requer a expansão da tolerância e uma maior indistinção social. A ampliação da tolerância não acontece espontaneamente. Ela depende, em parte, de pequenos atos, às vezes transgressivos, que forcem contenções no dia-a-dia da cidade. A recorrência desses atos pode causar tensão, mas, também, a possibilidade de desmontar sistemas de regulação que reproduzem hierarquias, desigualdades e preconceitos arraigados nos imaginários coletivos e nas práticas cotidianas da sociedade. É de atos cotidianos que desafiam os limites das separações sociais que depende a diminuição da desigualdade e o fortalecimento da democracia. Essa seção apresenta, ainda de forma descritiva, a Praia da Estação, em Belo Horizonte, o Largo Vivo, em Porto Alegre, e os Rolêzinhos, manifestação que, de São Paulo, espalharam-se pelo país. Esses casos são feitos de impulsos e ações de “contra-uso” em espaços coletivos das cidades que desestabilizaram certezas burocráticas, decretos e leis, mas também evidenciaram outras experiências de viver o urbano, assim como o direito de aparecer.

A Praia da Estação é uma festa-protesto — manifestação sociocultural política, praticada periodicamente desde em janeiro de 2010. Os atos são uma resposta a um decreto de lei<sup>25</sup> que proibia eventos de qualquer natureza em uma das principais praças abertas ao público em Belo Horizonte, a Praça Rui Barbosa, apelidada popularmente de Praça da Estação. Segundo um dos organizadores do movimento, os manifestantes lutam contra o cerceamento do uso do espaço público, alegando que a prefeitura da cidade faz acordos com a iniciativa privada, e esta assume a gestão e as regras de uso de praças sem considerar ou ouvir os interesses da população (NEVE; SANTA; VINICIUS, 2012).

A Praça da Estação dispõe de uma ampla área livre de doze mil metros quadrados, localizada na região central da cidade de Belo Horizonte. Segundo Jayme e Trevisan (2012), a Praça passou por várias transformações ao longo da história da cidade. Sua construção está ligada ao planejamento inaugural da capital mineira em 1897 e logo em 1920 recebeu jardins

---

<sup>25</sup> Decreto nº 15.589 - Gestão do prefeito Márcio Lacerda 2009-16 - Partido Socialista Brasileiro - PSB

em estilo francês e espelho d'água. Em 1950, teve suas árvores derrubadas e passeios reformulados e, em 1965, teve sua área partida ao meio para a duplicação da Avenida das Andradas, dividindo-se em uma área ajardinada e outra de praça seca. A partir de 1980, a parte da esplanada que fica em frente à Estação Ferroviária passou a ser utilizada como estacionamento. Em 1988, o prédio da estação foi tombado, e, em 1998, o conjunto arquitetônico da Praça da Estação passou a integrar a lista de bens culturais do Estado de Minas Gerais. Nesse momento, o metrô já estava ligado à antiga Estação e, em 1995, iniciou-se o processo de recuperação dos jardins.

A trajetória de espaço público da Praça da Estação está amplamente relacionada a esse caráter, sendo amplamente utilizada nas manifestações das “Diretas Já”<sup>26</sup> no início da década de 1980, além de abrigar grande número de manifestações culturais (MIGLIANO, 2016). Esta área urbana também era usada pelos jovens da atual capital mineira desde o século XIX para brincadeiras carnavalescas, como arremesso de farinha, ovos e água nos foliões — algo muito diferente do que praticava a elite, nos salões dos clubes, em bailes de carnaval ou nos desfiles de carros alegóricos.

Em 2004, com a implantação do projeto Centro Vivo — Programa de Requalificação da Área Central —, a Prefeitura de Belo Horizonte realizou nova reforma da Praça Rui Barbosa (CUNHA, 2016). Segundo Jayme e Trevisan (2012), o conjunto arquitetônico original foi parcialmente recuperado. O setor dos jardins foi restaurado, enquanto o Arroio Ribeirão Arrudas foi tamponado, a iluminação pública foi trocada, a largura das calçadas foi aumentada em três vezes e chafarizes foram instalados diretamente no piso, na parcela voltada à estação. De acordo com Cunha (2016), a maior parcela da praça reencontrou sua arquitetura na reforma modernista com grandes áreas livres, sem a presença de árvores ou mobiliário urbano, ou seja, uma “infraestrutura adequada para manifestações culturais com grande aglomeração de pessoas”.

---

<sup>26</sup> Grandes protestos populares contra a Ditadura Militar (1964-85) em prol da abertura democrática.

Em 2010, após publicação de decreto<sup>27</sup> proibindo eventos de qualquer natureza na Praça, os cidadãos reagiram organizando pela internet um protesto chamado “Vá de Branco”, que ocorreu no dia 7 de janeiro (AMORIM; ANDRÉ, 2017). O ato foi convocado em blog anônimo e mobilizava um encontro presencial para debate. Nesse dia, cerca de 80 pessoas discutiram, na praça, o que poderiam fazer a respeito do decreto (MIGLIANO, 2016). O grupo presente recolheu uma lista de e-mails dos participantes e começou a arquitetar o que seria a primeira Praia da Estação.

O primeiro ato da Praia da Estação foi realizado no dia 16 de janeiro de 2010 e, a partir desta data, foi instituído um encontro todos os sábados do verão (AMORIM; ANDRÉ, 2017). O movimento pedia para que os manifestantes utilizassem a praça como se fosse uma praia, usando trajes de banho, cadeiras de praia, refrescando-se nas águas da fonte, socializando por meio de músicas e danças. Para os organizadores, tratava-se de uma prática de irreverência e ironia, mas, também, uma forma de estimular a interação de modo especial com o lugar (ASSIS; CARVALHO, 2019). A partir desses encontros, segundo Amorim e André (2017), os manifestantes criaram os “Eventões”, convocando a população a levar à praça eventos de qualquer natureza, uma provocação direta contra o decreto que proibia exatamente isto.

Segundo Migliano (2018), desde a criação do protesto contra o decreto, o grupo mobilizado em torno da lista de e-mails e do blog, procurou organizar as reuniões presenciais de forma horizontalizada, ou seja, deliberavam-se as decisões entre os presentes de forma não hierárquica, procurando permitir que todos pudessem expor suas ideias, argumentos e estruturar o planejamento em relação aos atos seguintes, bem como alimentar as plataformas de informação pela internet.

---

<sup>27</sup> Somente no dia 27 de setembro de 2011, depois de quase um ano de tramitação na câmara, o prefeito sancionou a Lei nº 10.277 (conhecida como Lei da Praça Livre), que dispõe sobre a realização de atividades artísticas e culturais em praça pública; e o Decreto nº 15.589, publicado na mesma data, que dispõe sobre a apresentação e a manifestação artística e cultural de artistas de rua em logradouros públicos (CUNHA, 2016).

Talvez a ideia de transformar a praça em uma praia faça alusão ao caráter informal e indiscriminado deste que, quiçá, seja o espaço público mais democrático no Brasil. A ideia também pode estar relacionada ao fato de que Minas Gerais e os belo-horizontinos não têm uma praia e sofrem com altas temperaturas na maior parte do ano. Nesse sentido, há, na história da cidade, outras expressões culturais que buscaram vincular uma performatividade praieira à cidade. Em 1989, atores do Grupo Galpão convidaram bailarinos e atores de diversos grupos da cidade a saírem vestidos com roupas de banho pelas ruas da cidade, no manifesto “Queremos praia!”. Outro evento relacionado ao imaginário da praia foi criado pelo grupo Maneiras de Morar (MOM), da Escola de Arquitetura da UFMG, em um lote vago da cidade, onde espalharam espreguiçadeiras, piscinas de plástico e guarda-sóis. Outro episódio ocorreu em 2008, quando a cidadã Márcia Amaral passou a usar a Praça Raul Soares para tomar banho de sol, deitada em uma canga ao ar livre, próxima às fontes d’água. Sua atitude chamou a atenção e ela passou a ser conhecida na cidade como “a musa da Raul Soares”. Seu caso ficou também conhecido pelo fato de ela ter sido presa por desacato à polícia, quando reivindicou a liberação do uso do gramado, o que era proibido (MIGLIANO, 2016).

Nos atos da Praia da Estação, os “banhistas”, como preferem ser chamados, tomam banho nas fontes da praça e em jatos d’água de um caminhão pipa contratado para aliviar o calor dos manifestantes. É por meio desses atos que eles se comunicam politicamente e, sob certa perspectiva, participam das questões urbanas. A noção de participação e modo irreverente dos banhistas certamente é diferente de uma assembleia deliberativa sobre políticas urbanas. Esse sentido da participação explorado por eles faz alusão a como esse tema é abordado no campo das artes plásticas por diversos artistas que procuram suspender a relação de ator e expectador, convidando o público a intervir nos objetos criados por um autor. Com essa inclusão do outro à obra, os artistas não esperam somente transformar o objeto e a matéria de seu trabalho, mas dizer, com isso, que a interferência é fundamental.

A arte relacional ou a arte participativa encontrou, no trabalho de Lygia Pape, um dos grandes expoentes dessa vertente na arte brasileira, assim como os banhistas encontraram,

na obra chamada “Divisor”, a possibilidade de trazer o mar, ou melhor, transformar-se no mar da Praia da Estação. Cobertos por uma grande extensão de lona azul, os banhistas desceram uma avenida da cidade e simularam o mar, e, ao movimento de seus corpos, formavam-se as ondas que logo encontrariam a Praia da Estação. A lona azul é, na obra original, um grande tecido de algodão branco de 20x20m, que, perfurado por fendas, deixava emergir somente a cabeça de crianças, quando foi montado em uma favela do Rio de Janeiro, em 1968. A obra foi reconstituída diversas vezes desde então e convida o público a participar de uma obra que se torna coletiva, na descrição da artista<sup>28</sup>.

A proposta estético-política de uma festa-protesto é similar a essa noção de participação de um objeto de arte relacional. Nesta, a interação faz com que o espectador passe a ser um coautor da obra, um responsável pelo movimento e novos instantes que ela adquire com sua participação. Em uma festa com caráter político, os participantes passam a experimentar processos de subjetivação por meio de atos que, performando gestos lúdicos, também emitem um posicionamento político. Segundo Amorim e André (2017), a Praia da Estação iniciou sua trajetória contra o decreto proibitivo da prefeitura para que os participantes pudessem “vivenciar e debater a utilização urbana” (AMORIM e ANDRÉ, 2017). Segundo Assis e Carvalho (2019), o “Praia da Estação” ainda acontece todos os anos, sintetizando a prática de “ressignificar para resistir, para reivindicar novamente a cidade para o povo, para o lazer e para o descanso, ainda que sigamos subsistindo em uma sociedade que nos esgota”. Resignificar, nas palavras desse “banhista”, significa subverter a lógica do decreto, performando sua contrariedade à gestão dos espaços públicos por meio da proposição de um contra-uso para o espaço público, ou seja, um uso não estabelecido a priori.

Em Porto Alegre, esse modelo de contestação cultural contra projetos urbanos é contemporâneo aos atos em Belo Horizonte. O Largo Vivo consiste em uma série de protestos que ocorreram durante quase quatro anos no Centro Histórico de Porto Alegre e consistiram em atividades de cultura, entretenimento ou simplesmente rodas de pessoas

---

<sup>28</sup> Disponível em <https://lygiapape.com/>



sentadas no chão conversando. O ponto central do grupo foi o Largo Glênio Peres, um dos mais importantes espaços públicos da capital gaúcha. Situa-se em frente ao Mercado Público, lugar igualmente significativo para os porto-alegrenses há quase dois séculos. O movimento ativista nasceu em forma de protesto após um vereador publicar em seu Twitter, no dia 19 de setembro de 2011, que a instalação de um estacionamento<sup>29</sup> no Largo Glênio Peres garantiria um “público mais qualificado” ao Mercado Público. Começou-se, então, a organizar manifestações com o título de “Farofada dos Desqualificados”, com o objetivo de criticar a legalização do estacionamento neste local e as políticas-públicas voltadas aos carros em detrimento de outros meios de locomoção.

O contexto da declaração e os protestos aconteceram após a recente reforma do Largo, patrocinada por empresa de refrigerantes, em uma parceria público-privada em troca de publicidade neste espaço. Ao mesmo tempo, foi promulgada uma Lei Municipal destinando o Largo a determinados eventos já consolidados, proibindo outros existentes, bem como impedindo manifestações no local sem a devida autorização da Prefeitura Municipal. A partir desses acontecimentos, organiza-se o Largo Vivo, que consolidou sua identidade por meio de ações culturais, como apresentações musicais, circenses, teatro e feiras de trocas de livros, além de festas e debates. Segundo definição no perfil do Facebook, “este é um Largo Vivo, uma ocupação do espaço público pelas pessoas no local onde a prefeitura insiste em dizer que apenas os carros têm direito. É um grito de socorro pela cidade diante das consequências do caos urbano”.

Segundo levantamento de Heck (2015), foram convocadas 38 edições até o final de 2014. O autor registra que os ativistas do Largo Vivo faziam parte de outros grupos de ativismo urbano da cidade ou participavam de atos desses outros grupos, como, por exemplo, o movimento Bloco de Luta pelo Transporte Público, grupo que iniciou o ciclo de protestos contra o aumento na passagem de ônibus em Porto Alegre, prelúdio nacional para o Junho de 2013. Heck (2015) também menciona “afinidade” desses ativistas com outro grupo, o Defesa Pública da Alegria, conhecido por ser o autor que queimou o mascote da

---

<sup>29</sup> Proposta aprovada pela Câmara dos Vereadores em 2011 e ainda vigente.

Copa do Mundo instalado no Largo Glênio Peres. Esses diferentes grupos parecem ter desenvolvido uma espécie de sinergia de pautas de resistência urbana, para além do problema do estacionamento no Largo Glênio Peres, contemplando outros espaços de disputa na cidade. Juntos, realizaram ações do Largo Vivo em espaços como a) a “Praça do Aeromóvel” (Praça Julio Mesquita), contra o corte das árvores na para ampliação da pista de carros; b) o Terminal Catamarã, contra o projeto do Consórcio Viva Cais Mauá; c) a Ocupação Saraí, contra o despejo de uma ocupação habitacional em prédio do Centro Histórico; d) a Massa Crítica, contra uso exclusivo de veículos nas pistas da cidade, movimento social internacional que realiza seus protestos em grupo de ciclistas de forma a trancar as ruas por onde circulam e e) a Vaga-Viva, modelo internacional de protesto que constrói, no lugar de vagas de estacionamento, uma sala de estar provisória.

Além dessas pautas diretamente relacionadas à cidade, o formato dos protesto-festa desse grupo é quase sempre temático. Além dos citados anteriormente, apoiam, por exemplo, a legalização da maconha, a regulamentação da internet, quilombolas, diversidade de orientação sexual etc, todos temas abordados por outros grupos e movimentos sociais, mas incluídos nas pautas do Largo Vivo. Em algumas edições, os ativistas administradores da página no Facebook do grupo sugerem criar debates por “BOLHAS TEMÁTICAS debatendo a vida na cidade! (bolhas são livres de serem criadas: propõe teu assunto, infla tua bolha!)”. Segundo Heck (2015, p. 225), foram propostos os seguintes temas para debate: “bolha hacker” (cultura, política e tecnologia), “bolha da autogestão e democracia direta”, “bolha de direito à cidade”, “bolha de luta pelo transporte público”, “bolha de rimas” e “bolha midiática”. Essas iniciativas procuraram estruturar debates políticos no grupo, além de assumirem o formato de ações culturais e de festas, sendo, segundo Heck, fortemente influenciadas pelo contato com o movimento social Bloco de Lutas pelo Transporte Público e pelos atos de junho de 2013.

Essa diversidade temática está de acordo com a descrição do grupo em seu perfil no Facebook, que destaca a possibilidade de qualquer pessoa realizar um ato: “o Largo Vivo pode ser convocado autonomamente por qualquer um que deseje ver o largo - e os demais

espaços públicos da cidade - utilizados como espaço de convívio público e popular”<sup>30</sup>. Para Heck (2015, p. 227), este aspecto estabelece a noção de autogestão do grupo, “quando cada um pode construir o evento que julgar necessário, sem necessitar de uma organização coletiva ou autorização (...) numa evidência de horizontalidade e explicitação da causa popular. Estes temas foram evidenciados principalmente a partir de uma maior articulação política do evento”. De fato, são experimentações de organização não hierárquica e parecem ter forte relação quando se aproximam a outros movimentos. Quando o Largo Vivo mistura-se com o movimento estudantil da UFRGS (DCE), movimento de ciclistas do Massa Crítica, Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), Utopia e Luta 31, Defesa Pública da Alegria, Bloco de Lutas pelo Transporte Público — movimentos com integrantes experientes que promovem debates sobre questões urbanas estruturais —, o próprio grupo Largo Vivo passa a se politizar mais, incluir outras demandas além das suas, mas, com isso, potencializar sua pauta. Cabe lembrar novamente que o contexto de apropriação do espaço público do Largo Vivo era, à época da década de 2010, uma realidade global e um formato de protesto presente em outras capitais brasileiras. Portanto, não seria diferente na cidade que, por anos, sediou o Fórum Social Mundial.

Esses exemplos demonstram como o espaço passa a representar, neste período, uma forma de expansão da experiência democrática e um fenômeno urbano internacional. No Brasil, 2013 foi o ano da irrupção do espaço como canal da política. Em dezembro, surge, em São Paulo, o ato que ficou conhecido como “Rolêzinho”, mobilização coletiva organizada por milhares de jovens adolescentes periféricos. A expressão “rolê” ou “rolê” surgiu na década de 1990 como uma gíria que denota passeios para diversão. Há controvérsias sobre seu significado e sua inserção no idioma brasileiro, assim como a diferença na sua grafia, que varia de acordo com as regiões do país. A controvérsia potencializa-se exponencialmente quando, entre o final de 2013 e todo ano de 2014, o Brasil depara-se com uma onda de “mega rolês” (LEHFELD; SILVA (2016).

---

<sup>30</sup> <https://www.facebook.com/largovivo>

<sup>31</sup> Ocupação em edifício no Centro Histórico de Porto Alegre.

Segundo Pasteur e Kopper (2017), o primeiro rolêzinho a ganhar destaque na mídia aconteceu no Shopping Metrô Itaquera em São Paulo, em dezembro de 2013, com cerca de 6 mil jovens, entre 14 e 17 anos, mobilizados via páginas de eventos do Facebook. A administração do shopping acionou a polícia, que repreendeu os rolezeiros e fechou o estabelecimento uma hora e meia antes do final do expediente. O processo que culminou na ocupação do shopping Metrô Itaquera iniciou em abril daquele mesmo ano, quando a Câmara Municipal de São Paulo aprovou a primeira votação do Projeto de Lei 2/2013, que proibia a realização de bailes funk na cidade. Em resposta a esse decreto, se organiza um encontro através da plataforma de rede social Facebook, definido por seus líderes como um “grito por lazer” (PASTEUR E KOPPER, 2017, p. 242).

A aglomeração gerada pelo rolêzinho em Itaquera tinha intenções pacíficas, mas tomou proporções imprevistas. Para os jovens tratava-se simplesmente de uma prática de lazer, oportunidade para paquerar, ouvir funk e ostentar roupas de marcas esportivas famosas. Entre o final de 2013 e meados de 2014 foram registrados em torno de 23 encontros, em vários estados, movimentando cerca de 15 mil jovens (STANGL, 2016). Segundo Freitas e Costa (2017), os centros comerciais passaram a saber antecipadamente dos rolêzinhos. Assim, os adolescentes ou eram impedidos de adentrar aos estabelecimentos ou eram perseguidos pelos seguranças dentro dos recintos. Estigmatizar e selecionar o acesso a espaços coletivos é ilegal no país. De acordo com Freitas e Costa (2017), quando estabelecimentos privados de acesso público limitam a entrada de pessoas com base em critérios de conduta e claramente discriminatórios, violam os direitos desses consumidores na sua dignidade, imagem e condição de respeito. Mesmo assim, os atos passaram a gerar reações de violência por parte da polícia e dos administradores, além de acalorados debates nas mídias digitais e extenso interesse acadêmico. Os rolêzinhos passaram a ganhar dimensões políticas, sociológicas e antropológicas.

Segundo Caldeira (2014), na análise intelectual, o debate girava em torno de compreender os desejos desses jovens. Sobretudo, foi marcado por decifrar mudanças na organização do consumo, representadas pela ascendência de classes periféricas a lugares de

consumo — os shopping centers, quase sempre ambientes elitizados. Para Lehfeld e Silva (2016), os rolêzinhos apontam para a necessidade de os jovens das camadas pobres superarem a condição de invisibilidade, agitarem a sociedade com um grito de socorro, clamando por atenção dos líderes políticos para a consolidação dos seus direitos. Contudo, são controvérsias que deixaram clara a imagem social conferida aos rolêzinhos: a juventude pobre ou subalterna não possui os mesmos direitos constitucionais que jovens das camadas com poderes aquisitivos historicamente instituídas no Brasil.

Matérias jornalísticas passaram a colocar na capa a ocorrência dos rolêzinhos e procuravam associar essas manifestações aos protestos de Junho de 2013. Pasteur e Kopper (2017, p. 246) pontuam trechos da repercussão midiática: “Em vez de manifestação, é encontro. No lugar da passeata, tem ‘rolezinho’. A mobilização de jovens da periferia de São Paulo em shoppings foi uma forma encontrada para chamar a atenção sobre a sua realidade”. Outra matéria apresentada pelos autores relata dessa forma as impressões da imprensa: “Na tevê, as cenas eram de correria. No pé das reportagens, a observação da administração do shopping passava batido: não houve arrastão e os furtos eram casos isolados”. As mídias sociais apareceram como elemento que conectaria essas manifestações e marcaria sua novidade, “possível graças ao poder de viralização e de interação da internet, mais especificamente das redes sociais. Foi basicamente através de eventos criados no Facebook que milhares de pessoas passaram a se reunir em shoppings de várias cidades do país” (PASTEUR; KOPPER, 2017, p. 246).

O debate gerado na produção midiática a partir dos rolêzinhos colocou em evidência a desigualdade social e racial no Brasil, país que retroalimenta espaços de segregação, neste caso, materializados na arquitetura excludente dos shopping centers. Os jovens subalternos mais pobres optaram, propositalmente, pelos shopping centers, pois são espaços distintivos e templos do consumo ostensivo. O inquietante destas cenas foi a reação dos centros comerciais frente aos rolezeiros e não necessariamente à necessidade de jovens ostentarem o poder de consumo como manifestação cultural, aspecto amplamente conhecido na sociedade contemporânea. A visão latente foi de que seria preferível manter este público no



seu “habitat natural” — as periferias, e como um público subordinado a uma hegemonia econômica dominante. Foi precisamente o deslocamento dessa segregação o que incomodou parte da sociedade, mobilizando proibições de acesso aos shoppings via justiça e pela polícia.

Em 8 de janeiro de 2014, o Projeto de Lei 2/2013, que proibia bailes funk, foi vetado integralmente. As razões do veto alegaram que os objetivos do projeto já eram atendidos pela legislação em vigor. Nessa ocasião, Fernando Haddad declarou que o “funk é uma expressão legítima da cultura urbana jovem, não se conformando com o interesse público sua proibição de maneira indiscriminada nos logradouros públicos e espaços abertos”. Essa gestão municipal também criou, neste período, dezenas de ações chamadas de “Território do Funk” (PASTEUR; KOPPER, 2017, p. 243).

As disputas contra-hegemônicas tornaram o espaço o lugar da visibilidade política a partir de ações contraculturais. Dos casos apresentados nesta seção, é possível pensar que: a) essas práticas são táticas que potencializam a crítica contra processos de invisibilidade social e expõem demanda por mais participação popular na gestão dos espaços públicos; b) tais práticas surgem como respostas a decretos administrativos impositivos, contra manifestações de ordem cultural; c) essas práticas surgem como uma alternativa a culturas hegemônicas, como, por exemplo, contra o privilégio dado ao automóvel; d) as reivindicações pautam o uso coletivo do espaço público e são contra a privatização de áreas da cidade; e) não se tratam de atos simplesmente concomitantes, mas sim de uma articulação colaborativa entre coletivos e diferentes atores, em que um reforça a ação do outro; f) a relação entre os movimentos é realizada de modo indireto, não havendo explicitamente articulação organizacional; g) a forma de articulação e comunicação é via redes sociais digitais e blogs na internet, mas suas ações têm alcance na mídia tradicional e em debates públicos; h) em sua maioria, são atos desenvolvidos por jovens, que parecem empáticos às questões de desigualdades de oportunidades, contra discriminações e possuem visão de solidariedade.

#### 4.5 Território do Comum

Nos capítulos iniciais desta pesquisa, passou-se por noções de política, território, insurgências e discursos da ordem policial, materializados em ações de planejamento urbano. Nesse percurso, procurou-se estabelecer diálogos pontuais com o pensamento dos autores ora estudados, os quais, a partir de agora, são intensificados, considerando-se a apresentação dos casos. Certamente, o leitor desta pesquisa percebeu, ainda durante o texto deste capítulo, que alguns aspectos foram ressaltados na descrição dos acontecimentos, inclusive, quando foi necessário, eles foram relacionados à teoria desenvolvida nos capítulos precedentes, durante sua descrição. Também se realizou, ao final de cada seção passada, uma síntese parcial dos elementos mais proeminentes de cada subconjunto de casos, os quais serão agora recuperados para uma análise mais aprofundada, sem a mesma ordem de aparência anterior.

A ocupação de mais de 1000 escolas entre 2015 e 2016 — processo iniciado pelos secundaristas de São Paulo em protesto contra um plano de reorganização da rede pública estadual pelo governo Geraldo Alkmin —, ficará registrada como um dos gestos coletivos mais ousados da história recente do Brasil. Esse movimento destampou a imaginação política no país. A luta foi conduzida à maneira autogestionada mobilizou modos de diálogo com diversas forças da sociedade civil de forma autônoma, e suscita meditar a respeito da inversão de papéis assumidos por jovens estudantes em relação a políticos e instituições de ensino, e quais práticas urbanas insurgentes foram agenciadas nesta que pode ser considerada uma **territorialização em sentido estrito**.

Independente do desfecho concreto do movimento, foi um momento em que a imaginação política destravou. A imaginação política não é um **território** desconectado da realidade; ao contrário, neste caso, é precisamente a capacidade de conectar-se com as forças de determinados contexto e cotidiano o que deixou um país inquietante frente à ousadia juvenil. As ocupações desencadearam um processo imprevisível, cujo caráter, ao mesmo tempo disruptivo, colocou em suspensão a continuidade do **tempo político**. Essa descontinuidade significa que a **partilha do sensível** e a percepção social sofreram uma

inflexão. Aos olhos dos gestores políticos, as ocupações não passavam de uma reação efêmera ao projeto de fechamento das escolas, ou seja, uma subversão juvenil frente ao poder do Estado. Contudo, inverteu-se o cálculo, e, aos olhos da sociedade, a subversão passou a ser a mercantilização do ensino, visto como um ato de soberba do governo. Além disso, a violência da polícia militar sobre corpos de crianças foi percebida como uma reação intolerável.

O movimento estudantil, ao assumir as escolas para si, rompeu com a **ordem policial** materializada, neste caso, nas instituições do Estado, colocando em xeque a posição de quem deve decidir sobre o fechamento desses equipamentos. Esses jovens protagonizaram, no corpo-a-corpo e por antagonismo ético, um processo de **desidentificação** e emancipação coletiva, repactuando suas posições e questionando qual é seu lugar diante de quem os representa no sistema político. Mesmo perante a vilania da mídia hegemônica e das instituições que criminalizaram o movimento, acusando os estudantes de criarem um ambiente de baderna, drogas e orgias, os secundaristas introduziram, em paralelo ao teatro esgotado da representação institucional, uma nova coreografia política, carregando os ambientes ocupados de uma atmosfera de muita imaginação e afeto multitudinário.

Como toda dificuldade de ruptura, a que os secundaristas propuseram não pode ser lida apenas pelas categorias disponíveis antes dela, justamente porque este processo de ruptura também coloca essas categorias em suspeição. Qualquer tentativa de leitura de uma ocupação como essa nas escolas não deve ser reduzida aos fatores diversos que simplesmente a explicariam como causa, mérito e consequência. Essas categorias de análise, por si, desqualificam a potência política do gesto dos estudantes enquanto acontecimento. Propõe-se, portanto, que esse acontecimento pode ser compreendido como um desdobramento de um tempo político, como um modo embrionário de um devir outro, o do **território do comum**.

Os dois depoimentos abaixo, colhidos em oficinas com secundaristas realizadas pelo Grupo Contrafilé (2016), são sintéticos em demonstrar como nesse acontecimento das ocupações das escolas ocorre um processo de desidentificação dos estudantes com a ordem

policial a partir de uma lógica política de territorialização-desterritorialização-reterritorialização:

Uma coisa que usamos muito na ocupação foi o pátio, um espaço que durante o ano a gente não costuma usar, foi sempre só um lugar onde nos jogam até bater o sinal, quando temos que voltar para a sala. Porque lugar de aluno é na sala de aula, não é no corredor, no pátio, na biblioteca, ninguém quer aluno em outro espaço que não seja na sala, sentado em sua carteira. Outro dia fui questionar isso com uma professora, que ainda não tinha começado a dar a aula. Eu estava distribuindo uns panfletos pela sala e ela falou: "Senta". Eu pedi para terminar de distribuir e ela disse: "Não, você está me desrespeitando". Respondi: "Eu tenho o maior respeito do mundo pelo professor, mas você está sendo autoritária comigo." É isso ... A gente se apropria do espaço porque queremos estar nele, não porque somos obrigados. (Depoimento de Lilith Cristina, GRUPO CONTRAFILÉ, 2016, p. 108)

Eu dormi no Fernão Dias umas quarenta noites e outras no Godofredo Furtado. O que mais me marcou é que tudo era dividido, compartilhado, desde o que nós pensávamos até o que a gente tinha e o que a gente ganhava, as coisas que chegavam para a gente. Normalmente, quando eu chego em uma escola nova, demoro para me adaptar. No Godofredo, mesmo não sendo aluna de lá, já fui conhecendo todo mundo desde o primeiro dia, me senti bem como se estivesse em um lugar que era meu, que era nosso, na verdade. Não existia hierarquia, todos tínhamos os mesmos direitos. Se eu quisesse entrar na diretoria para pegar um filme, podia pegar a chave, abrir um diretoria e assistir um filme. Na escola tudo é muito individual, não posso compartilhar meu conhecimento em uma prova, por exemplo, porque é "cola". Nas ocupações até as mínimas coisas, tudo, tudo era compartilhado e todo mundo se ajudava. (Depoimento de Clara Amaral Lucena, GRUPO CONTRAFILÉ, 2016, p. 109)

Relembrando a definição de Deleuze e Guattari, um território está sempre potencialmente em vias de **desterritorialização**, e passa a outros agenciamentos, mesmo que estes novos atuem em uma reterritorialização para modificar o território anterior, a partir do assentamento de outros códigos. Ao ocuparem as escolas, os estudantes secundaristas passaram a desterritorializar o modelo disciplinar panóptico (sala de aula x pátio), as relações de poder do ensino (aluno x professor x diretor) e a gestão dos equipamentos públicos (Secretaria da Educação x diretoria). A iniciativa afirmativa dos estudantes representa uma ruptura na percepção social sobre a escola, a polícia, o Estado, o poder e a capacidade de almejar-se algo diferente. A ruptura com o que parecia natural foi desterritorializada: quem decide qual escola deve ficar aberta ou deve ser contida? Qual é o melhor lugar para se aprender: na sala de aula ou nas ruas? Qual é o conteúdo que os estudantes querem aprender? No momento em que os secundaristas percebem que suas vidas estão à mercê

das instâncias várias do Estado, a **territorialização**, que, ontem, parecia inimaginável, concretiza-se nos estudantes gerindo a escola, organizando-se em coletivos autogestionados, nos suprimentos sendo levados pelos pais nas ocupações. Esse novo território cria um tempo dividido em antes e depois, algo irreversível, pois foi uma experimentação coletiva autoproduzida em um espaço geométrico de disputa. A **reterritorialização** significa que: ninguém será como antes, ninguém poderá aceitar o intolerável e todos poderão desejar outras condições para a escola. Reterritorializar, para eles, é pensar uma escola menos disciplinadora, menos hierárquica e focada na primazia da voz dos alunos.

O território para as práticas urbanas insurgentes constitui-se como contundente agenciador de forças de oposição para manifestação política, por meio de processos de desterritorialização-reterritorialização. Portanto, reconhece-se, no espaço (neste caso, a escola), um primeiro agenciamento das relações de disputa de poder, não só pelo conflito de desejos entre segmentos da sociedade civil, e destes contra o Estado capitalista, mas como forças contrárias que disputam também discursos sobre a terra. A desterritorialização também ocorre como um desterramento e descodificação de códigos hegemônicos implicados nesses equipamentos públicos, os quais foram agenciados pelas práticas urbanas insurgentes para desterritorializar discursos de poder. Esse movimento de microrresistências políticas é quem ajuda a explicar outras categorias de análise, nas quais atuam as práticas urbanas insurgentes e que atualizam a acepção de **territorialização contra-hegemônica**.

Para esclarecer essa conceituação do processo de territorialização contra-hegemônica recorre-se ao caso bastante emblemático dos rolêzinhos, em que o uso do espaço dos shoppings (espaço hegemônico do consumo) era utilizado como lugar de visibilidade social pelos rolezeiros. É verdade, há pouca subversão política em curvar-se à ordem do capitalismo, convertendo-se no templo do consumo à adoração de marcas globais, pois há pouco sentido de resistência em idolatrar símbolos de poder. Por outro lado, é preciso compreender esses atos a partir do contexto brasileiro, em que a roupa e o acesso ao shopping center tentam resolver uma profunda tensão de visibilidade no sentido de



existência de classes menos favorecidas frente às demais. Os jovens periféricos fazem do ritual de se vestir com as melhores marcas um ato de empoderamento, tornando-se dignos de transitar pelo shopping. O ato de ir ao shopping, ritualizado pelos rolêzinhos, torna-se um ato político porque esses jovens estão se apropriando de coisas e espaços que a sociedade lhes nega dia a dia. A tensão entre o ato de visibilidade, a segregação social, e o porquê de o rolêzinho ser um ato político relevante sintetiza-se nas falas abaixo, colhidas em etnografia de Rosane Pinheiro Machado (2014):

“As marcas deveriam nos pagar para fazer propaganda, porque nos as amamos. Sem marca, você é um lixo.” (adolescente rolêzeiro)

“Não adianta eles se vestirem com marca e virem pagar com dinheiro. Pobre só usa dinheiro vivo. Eles chegam aqui e a gente na hora vê que é pobre.” (Funcionário de loja de shopping center, em Porto Alegre)

“Nós nos envergonhamos desse fenômeno de apropriação da nossa marca por esses marginais.” (Funcionário da loja Nike em shopping center, em Porto Alegre)

“Quando a gente vê a figura toda montada, marca estampada, já vê que é negão favelado.” (estudante universitária de classe abastada, em Porto Alegre)

Os rolezeiros tentam contornar a violência da ordem policial, que objetifica e disciplina os corpos tornando-os desejáveis, reproduzindo o gesto da classe média frequentadora do shopping center e consumidora de marcas globais do mercado hegemônico. Entretanto, a classe média, exemplificada nas falas acima não reconhece esse outro que passou a consumir nos mesmos espaços e as mesmas marcas que ela, e não se constrange em debochar do “negão favelado” em falas de violenta segregação.

A ambivalência dos rolêzinhos está, portanto, ao mesmo tempo, em buscar mimetizar-se às classes mais abastadas e na disputa por seu espaço geográfico em encontros ritualizados nos rolêzinhos. Essa circulação encenada no espaço hegemônico da classe média é o ato de desterritorialização. A diferença das idas aos shoppings mais ordinárias pelos pobres que passaram a frequentar esses espaços é que os rolêzinhos organizados são uma continuidade de uma circulação que nem sempre foi uma ação ordinária e, portanto, culmina em um fenômeno de política, postulando sua existência e seu direito de aparecer. É

fenômeno da política, pois representa que a ordem policial não conseguiu dominar suficientemente os corpos dos rolezeiros, a ponto de eles circularem organizados e assim romperem com a ordem que delimita os contornos dos espaços. Ao se apropriarem temporariamente do shopping onde ocorreram os atos, eles desterritorializam a partir da própria noção de ostentação atrelada ao consumo, criando uma tensão com o símbolo maior da representação do poder hegemônico do capital, a acumulação. A reterritorialização não se estabelece pelo sentido de assustar o outro circulando pelo shopping, mas pelo próprio sentido de ostentar o poder de circular bem vestido com os amigos. O rolêzinho passa a ser um posicionamento, um novo território político, que não pode ser negado, pois revela o óbvio, a segregação de classes no Brasil. O rolê é o que deu voz aos jovens pobres, e o rolêzinho é o que expande a voz das coletividades negras, periféricas e dos pobres, que passam a aparecerem por meio deles.

Esta investigação tem procurado sinalizar como o espaço passa a ser um locus de construção discursiva de conflitos e disputas em choque. Esses discursos precisam do espaço como forma de territorializar questões sobre ele mesmo ou sobre a vida nele. Enquanto os discursos do poder do Estado-capitalista e do mercado materializam-se nas reintegrações de posse, remoções, revitalizações, privatizações, especulação imobiliária, estacionamento de carros em espaços públicos, decretos proibindo o uso público de praças, nestes mesmos espaços, as práticas urbanas insurgentes operam discursos em contraposição às práticas neoliberais na cidade. São exatamente nestes espaços que as ações insurgentes se infiltram e implantam um novo código, por meio de práticas cotidianas. Esse novo código — a ocupação, o acampamento, o protesto-festa, o “bicicletaço”, o banho de mangueira — movimenta a máquina de produção de contraenunciados dos ativistas urbanos, e materializa, no espaço, práticas de uma outra natureza, uma alternativa à do discurso hegemônico. Essas práticas criam os enunciados dos ativistas por meio da noção de “espaços livres”, “gestão horizontal”, “arte urbana”, “economia alternativa”, em que o espaço é agenciado para novos **territórios discursivos**.

O território do Largo Vivo, por exemplo, procura desterritorializar o discurso hegemônico da predominância do uso do automóvel na cidade, implantando, sobre o Largo Glênio Peres, novos códigos a partir de ações culturais e da bicicleta<sup>32</sup>. A desterritorialização primeiro agencia o espaço em disputa para sinalizar o código equivocado: usar um espaço público simbólico da cidade para estacionar veículos a fim de “qualificar o público do Mercado”. Então, o espaço é ocupado para a produção de um novo enunciado sobre ele: este é um espaço para as pessoas, inclusive para a “farofada dos desqualificados”. Esse processo de descodificação e criação de um novo enunciado sobre o Largo tem a ver com o sentido de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, ou seja, com o de criar um território, um território ativista e dissidente.

A expurgação dos códigos pode ocorrer por métodos de profanação, como, por exemplo, fazer “farofadas”, atividades culturais e lúdicas, como shows, arte circense, rodas de conversa, “bolhas temáticas” sobre “direito à cidade”. Em uma apropriação espacial, a reterritorialização de novos códigos ocorre com a implantação e desenvolvimento de cerimônias de passagem, em que os manifestantes ativistas esboçam seus modos de habitar este novo território, por exemplo, montando um acampamento, estendendo faixas, realizando cenografias, dançando, brincando em ritos que buscam especializar um cotidiano. Esses novos artefatos criam e exploram alternativas e contrapontos ao modelo anterior. Nesse sentido, o espaço praticado das ocupações causa uma experiência urbana aos ativistas, desenvolvendo e expandindo mensagens de oposição aos discursos anteriores.

A hipótese final dessa pesquisa é que, assim que o território é descodificado e, portanto, dominado, os ativistas precisam passar para outro espaço geográfico e criar uma nova comunidade de resistência e um novo território dissidente, pois o que interessa é o processo de territorialização para reverberar o importante, o seu enunciado. Por isso, os ativistas do Largo Vivo transitaram com suas ações do Largo Glênio Peres para a Praça do “Aeromóvel”, pois era lá onde um novo conflito urbano eclodia. O conflito se estabeleceu

---

<sup>32</sup> Grande parte dos participantes do Largo Vivo chegava de bicicleta. Conforme descrito, o movimento tinha reconhecida confluência com ativistas pró-ciclovias, o Massa Crítica.

quando os órgãos públicos estavam cortando as árvores dessa praça para a ampliação de uma pista de carros. Nesse momento um discurso hegemônico estava sendo territorializado pelo Prefeitura Municipal: o desenvolvimento econômico se estabelece via circulação de automóveis. Nesse espaço em conflito, instala-se o litígio discursivo: cidade para os carros x cidade para as pessoas. Então, os ativistas “invadem” o espaço montados em bicicletas para reterritorializar a praça com seu contraenunciado: “chega de espaço para carros”, “chega de destruir a natureza”, “mais ciclovias”. A oportunidade contradiscursiva é o que interessa aos ativistas, e, desse modo, o conflito é a oportunidade para manifestar o seu enunciado. Nessa praça, ele desenvolveu-se por meio da festa, das cangas espalhadas pela grama, nos encontros cheios de afetos.

Território ocupado significa que é preciso seguir adiante. Assim, os laços solidários expandidos entre o Largo Vivo com movimentos de gênero, LGBTQI+ e movimentos de luta pela habitação são as novas redes para esse contínuo processo de desidentificação com a ordem policial, e para a criação de novas possibilidades de outros territórios dissidentes, territórios livre dos ordenamentos que disciplinam os corpos.

Nesse sentido, é exemplar lembrar o caso do Occupy Wall Streets, onde os ativistas apropriaram-se de uma praça pública de propriedade particular. A desterritorialização, além de descodificar a sua privatização, é intensificada ao implantar o acampamento no centro financeiro do planeta, e, assim, sinalizar ao mercado financeiro de *Wall Street* seu lema principal: “somos 99% pobres contra 1% rico”. A ocupação desse parque é um contraponto ao enunciado fundante de todo discurso capitalista, ou seja, a propriedade privada e o direito de utilizá-la de forma desconectada das necessidades coletivas. O Occupy Wall Street formula, por insurgência, outro enunciado: o da prevalência do valor de uso sobre o valor de troca. Visto dessa perspectiva, esse processo de descodificação de um pedaço de terra e dos discursos do capital investidos nele foi o modo insurgente de desterritorialização.

Cabe relacionar o processo de desterritorialização também ao Ocupa Cais Mauá. Quando dezenas de pessoas fazem um abraço simbólico em frente ao Pórtico de acesso e as festas-protesto na av. Sepulveda, os ativistas estão exorcizando daquele lugar a ordem que

impediu as pessoas de o usarem. Como em toda festa, a noção de participação é invocada, é contagiante e horizontal. Diferentemente das formas tradicionais de organização de protestos, geralmente marcadas por lideranças indicando a direção e os discursos, uma festa induz à participação de forma livre. A noção de participação política em uma festa-protesto conecta diretamente o corpo do ativista a uma experiência política coletiva, ou seja, a uma experiência de participação direta, sem intermediários. Portanto, a enunciação em um protesto-festa remete a um movimento experimental que procura reimaginar a democracia em direção a um modelo de democracia direta. Esse processo de subjetivação política, obviamente, é um ensaio, uma experiência política temporária, potencializada por meio de uma prática lúdica.

A participação em uma ação direta, seja por meio de coletivos urbanos, grupos de cidadania organizada ou sem qualquer vínculo, passa, portanto, a representar uma porta de entrada aberta às pessoas para desenvolverem relações sociais e interações comunitárias, facilitadas pelo ativismo urbano. A desterritorialização hegemônica implicada é a da própria democracia representativa. A desterritorialização dos discursos hegemônicos da democracia representativa ou do planejamento urbano centralizador constrói-se por meio de uma ação direta organizada por táticas geralmente capitaneadas por coletivos urbanos. Os coletivos urbanos atuam de forma horizontalizada, em redes, e por meio da comunicação pela internet. Esses formatos conseguem convocar manifestantes de diferentes partes e diferentes grupos, formulando um território discursivo da pluralidade. Esse território exemplifica-se a partir do território constituído pelo conglomerado de coletivos urbanos que formaram o Movimento Baixo Centro, em São Paulo, o qual buscava estimular laços de afetividade, transformando o Minhocão em um imenso parque de diversão, mesmo diante da aspereza do asfalto.

O mesmo pode-se dizer da enunciação pedestre produzida coletivamente na marcha do primeiro “Eventão” da Praia da Estação, em Belo Horizonte, quando os participantes da ação se transformaram em um mar feito de lona e desceram pelo meio da avenida até a praça. Essa tática foi o modo de utilizar-se da cidade por quem não tem o poder da estratégia



para agir no planejamento urbano. Ou seja, a tática das ondas flui na dimensão de desterritorializar o uso tradicional da rua para produzir um sentido sensível de enunciação pedestre sobre ela, em que o mar pretende ser a arrebentação afetiva pela causa da praça pública. Por puro prazer da descodificação do Decreto proibindo eventos na praça, ao chegar nela os “banhistas” bradavam “Ei Polícia, a praia é uma delícia” enquanto eram esguichados pela mangueira de um carro pipa contratado pelos próprios ativistas. A praça transformada em praia é o ato desterritorializar uma ordem e reterritorializar o novo enunciado.

Portanto, a noção de território desses grupos e coletivos urbanos atinge duas coordenadas: uma empírica, que produz movimentos sobre o mundo físico — intervenção espacial e contaminação afetiva nos participantes — e outra simbólica, que produz discursos a partir do espaço — os quais devem ultrapassar seus limites e furar os bloqueios da ordem policial. Ambas coordenadas partem de um devir acionado por conflitos, em que as práticas urbanas insurgentes visam a descodificação e desterritorialização de discursos hegemônicos para, assim, produzir seus próprios territórios livres.

As práticas urbanas insurgentes trazidas nesta pesquisa explicitam que a territorialização, por meio de apropriações espaciais na cidade, além de agenciar pessoas a terra e contra-discursos hegemônicos, enfatizam seus processos acionados como uma prática política que anuncia diferenças. O território constitui-se no movimento dessas práticas por meio do espaço onde identidades solidárias e coletivas são criadas. Mais do que apenas efeitos sobre o espaço, é a própria interação sobre ele o que constitui o caráter de território. Além disso, deve-se pensar o acontecimento sobre esse espaço em um sentido mais radical: por meio da criação do território é que as práticas urbanas insurgentes tentam transgredir as estruturas hegemônicas da sociedade, ou seja, as estruturas através das quais objetos, subjetividades e práticas são construídas e para as quais nenhuma alternativa é apresentada. É exatamente como contraponto, por isso são chamadas contra-hegemônicas, que as práticas urbanas insurgentes atuam na construção de um outro território, produzindo valor simbólico, potencial discursivo e uma alternativa.

Conforme visto na revisão teórica, a possibilidade de pensar-se sobre alternativas tem sido associada à noção do comum, tema que tem despertado um interesse crescente no campo dos estudos urbanos. Sob a perspectiva da defesa de recursos comuns, esta noção é empregada como forma de reivindicação contra as privatizações, a precarização da vida coletiva e na luta pelo direito à cidade. Também, é conectada à ideia de que é preciso reconstruir a democracia e retomar o imaginário político sob a forma de resistência e de construção coletiva. Por isso, a noção de comum caracteriza-se mais com um princípio político, não a ser atribuído a algo, mas a ser instituído pela sociedade. Essas formas coletivas de entrar em acordo e criar regras de cooperação têm procurado opor-se aos modelos privado e estatal de organização. Portanto, propõe-se como um campo político forjado a partir do comum, o qual pretende constituir-se como um poder político comunitário ou um sujeito político coletivo, que, baseado na articulação local, com certo sentido de “comunalidade” da vida urbana, é construído desde o cotidiano, deslocando a gestão para dentro desse núcleo.

Esta pesquisa atribui a noção de comum (no singular) o sentido de uma produção social. Isso pode ser evidenciado empiricamente nos casos retratados nesta pesquisa, em que alguns grupos exoneraram a coerção do Estado, das instituições tradicionais ou da propriedade privada, e investem em um poder de gestão coletiva paralelo por meio da ação direta. Podem ser implicados, nesse termo, os movimentos e coletivos urbanos da Praça Tahrir, Occupy Wall Street, Los indignados, Geração Rasca, Primavera Secundarista, Ocupa Minc, Ocupação das Câmaras de Vereadores, Movimento Passe-Livre, Ocupação UFRGS, Ocupe Estelita, Ocupe Parque Augusta, Ocupa Cais Mauá, Movimento Baixo Centro, Praia da Estação e Largo Vivo. Esse conjunto de práticas urbanas insurgentes tomou ruas, praças e outros espaços urbanos, inclusive privados, e possui, como essência, a questão da autogestão coletiva.

Tais práticas não deveriam ser observadas somente como organização em prol dos bens ou espaços comuns (no plural), como medida protetiva dos seus aspectos físicos ou ontológicos, como matérias da natureza ou produto da humanidade. Essa acepção de

comuns, pelo viés da concepção econômica e do direito, naturaliza o comum como uma característica intrínseca dos objetos de uso público e bens comuns, quando de fato o comum é um princípio político. O problema no contexto de neoliberalização é que nada há na natureza dos objetos, como as praças, a orla, a água ou o ensino que não possa ser vendido, mesmo que esses recursos, tendo sido tradicionalmente amparados por leis como coisa pública, possam herdar o instituto de comuns. Por isso, os movimentos anteriormente mencionados têm refletido sobre a condição política que o acesso a bens e espaços específicos possui e, mais do que isso, têm reagido à urgência em se apropriar e gerir autonomamente aqueles espaços e recursos que estão sob o ataque da mercantilização.

Se, por vezes, pode parecer que as lutas urbanas atuais sejam uma maneira de resgate da democracia por meio do acesso a bens comuns, essa é uma visão apenas parcial da questão. Embora aparentemente possa parecer essa a motivação inicial – uma reação de resgate à essência desses comuns –, outras abordagens têm pensado essas práticas como, de fato, alternativas diagonais ao Estado e ao mercado, ou, ainda, talvez uma versão embrionária de outro modo de gestão do mundo da vida, como uma expressão política outra. Sob essa perspectiva, esta investigação pretende contribuir nesse debate sobre o comum, pensando-o a partir da articulação dos conceitos de cidadania insurgente, planejamento insurgente e esfera pública desenvolvidos na revisão teórica, revisitados, neste momento, à luz dos casos retratados nesta pesquisa, evidentemente entrelaçados pelo sentido de política em Rancière.

Desde a origem do movimento autodenominado Ocupa Cais Mauá, ele produz diversos materiais com o objetivo de problematizar o projeto vencedor da licitação, o Viva Cais Mauá, e questionar a legalidade e atenção às leis urbanísticas ora consolidadas. Antes do fechamento do Cais, em 2013, o movimento realizava intervenções urbanas dentro da área com o intuito promover debates sobre uma maior participação popular no processo e apontar os efeitos negativos da instalação de um empreendimento daquele porte no espaço. A mobilização nasce provocada pelo projeto e pela licitação, que, sob ponto de vista dos ativistas, era equivocado. De forma muito semelhante aconteceu a mobilização do Ocupe

Cais Estelita. Diante do projeto Novo Recife, após leilão de área pública, a população organizou-se em posição à construção de dezenas de torres privadas. Os projetos propostos para esses dois locais são equivalentes no que tange à localização, um modelo atualmente identificado como refuncionalização de *waterfronts*, pautados por mecanismos de empreendedorismo urbano.

Em Porto Alegre, o Ocupa Cais Mauá resultou na Associação dos Amigos do Cais do Porto (AMACAIS), originado para debater o destino da área em questão. Em Recife, o Grupo Direitos Urbanos já existia antes da ocupação e fortaleceu-se a partir do movimento de oposição ao projeto do Novo Recife. Atualmente, esses grupos participam de debates específicos sobre essas áreas, como audiências públicas, propostas de compensações urbanas negociadas pelo poder público com as empreiteiras, e reivindicando o melhor aproveitamento público da área e outras questões sobre o urbano. Os papéis do Ocupa Cais Mauá e do Ocupa Cais Estelita assemelham-se, por não serem contrários à revitalização e a reocupação dos Cais, visando, contudo, garantir que o processo ocorra de forma a proteger os interesses da população, com gerência e responsabilização do poder público nas fases subsequentes dos projetos, e que as diretivas do Estatuto da Cidade e dos Plano Diretor sejam aplicadas. Os projetos, da forma como se encontravam, se concretizados, resultariam na privatização de parte das orlas, excluindo a administração do poder público e a população com menor poder aquisitivo de um espaço que deveria ser disponível a todas as camadas sociais, afinal, aquele pedaço de terra é um bem-comum, além de paisagem coletiva.

A desculpa para esses negócios urbanos é que os benefícios urbanísticos e arquitetônicos dessas “revitalizações” incrementariam o turismo, o comércio e o lazer pelo consumo do espaço, razões que ofuscam a realidade elitista a que se destinam esses tipos de negócios, os quais se preocupam com a lucratividade econômica em detrimento de uma orientação comunitária. Além do fenômeno recorrente da cidade como campo de disputa entre o público e o privado, esses casos compartilham irregularidades desde a origem dos trâmites de aprovação. As Prefeituras de Recife e Porto Alegre abstiveram-se da interferência a que teriam direito sob as áreas, autorizando que a iniciativa privada ditasse os rumos do

desenvolvimento urbano local e propusesse um masterplan para os Cais, descumprindo diretrizes legislativas consolidadas pelos Planos Diretores de cada cidade. O Plano Diretor é, por princípio, a ferramenta do zelo dos bens comuns urbanos, e deve preservar o patrimônio cultural, paisagístico, histórico e ambiental de uma cidade, regulando o desenvolvimento urbano. Ambos Planos Diretores determinavam a esses dois locais a categoria de áreas de interesse histórico e cultural, e, por isso, estariam regulamentadas para projetos especiais, determinações ignoradas pelo poder público municipal quando das aprovações dos projetos<sup>33</sup>. Para o Cais Estelita, ignorou-se o mais básico dos princípios urbanísticos: o zoneamento funcional. Para o Cais Mauá, o projeto e a licitação não respeitaram a integralidade do Plano que determina à zona Área de Interesse Cultural, sendo inobservados, assim, seus objetivos e destinações específicas.

Nesse contexto, instala-se o dissenso: de um lado, aqueles que veem o Estado parceiro do mercado infringindo a lei e, de outro, aqueles que apostam que o seu projeto trará benefícios econômicos para uma parcela da população. A partilha do sensível envolve a existência de um "comum", nunca dado, mas sempre construído de maneira que, no seio desse comum, há sempre diferentes lugares e partes que condicionam o sentir dos sujeitos, por exemplo, atribuindo valores morais. Essa definição ajuda a pensar nos antagonismos e dissensos que separam aqueles que investem nessas áreas como negócio, daqueles que o veem como oportunidade para um comum. O dissenso não é um conflito de pontos de vista ou de reconhecimento desses pontos, mas um conflito sobre a constituição mesma do mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve, sobre a posição dos que nele falam para ser ouvidos e sobre a visibilidade dos objetos que nele são designados. Isso pode explicar a racionalidade da ação política dos movimentos de oposição aos projetos, essa que constrói, sobre esses mundos litigiosos, mundos paradoxais em que se revelam juntos dois recortes do mundo sensível.

---

<sup>33</sup> No artigo de Santos, Pinto e Nunes (2017), é possível conhecer, de forma comparada, outras infringências legais do projeto Novo Recife e Viva Cais Mauá e a negligência ou reação do setor público.



A sensibilidade dos ativistas aponta para a preservação desses bens comuns materializados nos edifícios dos dois Cais, mas também para o sentimento de revolta e injustiça diante do sistema que deveria garantir a preservação dos interesses coletivos, e não burlar a lei em detrimento do lucro do setor privado. Ora, se a democracia se justifica pelo fato de que deveria favorecer o “bem-estar” ao maior número de pessoas, não se deve negar que esse “bem-estar” não deixa de apresentar perigos, tornando-se a sua antítese, um regime que favorece particulares. O encaminhamento dado pelas prefeituras dessas cidades, ou seja, de prosseguir mesmo diante das ilegalidades, materializa a promiscuidade dos eleitos pela democracia com os indivíduos que detêm mais título de visibilidade. Ou seja, aqueles que concentram o capital financeiro e social e acabam, por isso, tendo mais acesso ao controle dos sistemas político-jurídicos e, assim, sendo privilegiados, inclusive aquém do foro da lei. O resultado desse dissenso materializa-se na disputa desses espaços entre esse duplo, que, no fundo, é o dissenso entre os que detêm o poder e os subalternos, os que “fazem parte” e os “sem-parte” da configuração que organiza a partilha. É nesse território em disputa, como visto algumas páginas atrás, que eclodem as insurgências urbanas que emergem como uma **cidadania insurgente**.

A cidadania insurgente contrapõe-se à cidadania diferenciada, essa é a que garante aos agentes empreendedores imobiliários o acesso aos recursos do Estado e da Justiça de forma diagonal ao pressuposto da igualdade de direitos. Por esse motivo, aceita-se que os cidadãos insurgentes se rebelam, justamente, contra essa diferença da forma de distribuições de direitos existentes à cidadania diferenciada. A insurgência que se verifica é uma que extrapola a forma convencional de cidadania, isto é, considerando-se que o parcelamento essencial de direitos de forma igualitário parece ser uma proposição impossível de ser atingida nas sociedades capitalistas, insurgir-se contra essa diferença significa reagir contra o próprio modo de produção desse modelo.

Se a “cidadania insurgente” de James Holston é um impulso a uma insurgência anticapitalista, esta tese defende que o cidadão insurgente, em última instância, se insurge também contra a própria noção de cidadania. Ainda que ambos destinos aparentemente não

sejam o foco original da contraposição, a cidadania, enquanto mera emancipação política, não se presta a instrumentalizar a emancipação humana em seu sentido pleno. Isso porque a noção de cidadania, como visto no terceiro capítulo, está fundamentada na dualidade entre o público e o privado, entre a política e demais aspectos do mundo da vida. Portanto, insurgir-se contra o modo de produção capitalista e contra a sociedade de mercado, em uma perspectiva do comum, consistiria em, também, insurgir-se contra a própria ideia de cidadania.

Sustenta-se que esses movimentos sociais contemporâneos que se organizam em torno da noção comum, por meio de ação direta, da criação de estruturas coletivas (associações, coletivos urbanos, grupos etc) e de processos de territorialização em função de uma demanda material (o espaço em disputa) revelam-se como uma potente ferramenta de emancipação política e enfrentamento dos interesses hegemônicos. Postula-se, portanto, a esses movimento a denominação de **cidadania do comum**. Nela o agenciamento é potente, pois é autoconstruído e, ao mesmo tempo, individual e coletivo. O agenciamento é individual porque depende de uma autoconstituição de cidadania, ou seja, não se ganha um título e direitos por nascer em determinado lugar, mas pelo desejo de fazer parte de uma comunidade, de uma coletividade. O agenciamento é coletivo porque se formula na articulação dessas cidadanias entre os sujeitos participantes, os quais, juntos, podem construir um território em comum em torno de uma identidade<sup>34</sup> política. Por isso é que eles se tornam inteligíveis e potentes em seus significados, sobretudo como expressões de discursos sociais que alcançam um sem-limite de outros territórios.

Toda esfera pública visa à participação, mas a cidadania do comum é diferente porque se realiza sem intermediação, via ação direta, autogerida, criando outras formas de aportes comunicativos para pressionar o Estado e a opinião pública. Na formulação dessa cidadania, os atores imaginam que seus interesses derivam de uma experiência real do comum. É diferente, portanto, da prática do mundo da vida orientada por um plano urbano

---

<sup>34</sup> Esta pesquisa entende identidade mais relacionada a um processo de identificação, por isso, as identidades são provisórias e mutantes.

ordenado para o consumo de objeto arquitetônico. Este está articulado atualmente em torno de uma agenda pautada na ausência do comum, mas, sim, da garantia da propriedade. Em contraponto, as insurgências consideram essa experiência real organizada sob um exercício de cidadania, por meio do qual participar é tornar-se responsável por instituições autoconstruídas em torno desse comum urbano.

A capacidade de novos agenciamentos territoriais, a partir da enunciação do comum, viaja de um lado para outro do planeta, e também tem conseguido resultados tangíveis em defesa dos comuns (no plural), como é o caso do rompimento do contrato do consórcio Cais Mauá e os desfechos do Parque Augusta, hoje um lugar público. Esta atitude mobilizou processos de cidadania do comum em torno do Parque Augusta<sup>35</sup>, que passaram a organizar-se contra essa atitude, ocupando o parque dentro e fora dos tapumes. Essa ocupação resultou em processos jurídicos e administrativos, e que o resultado foi a transformação da área total do terreno em parque público, negociação ocorrida por meio de instrumento de transferência de índices construtivos para outra área e foi descrito na seção 4.3 deste estudo. Uma parte importante do acordo final em torno do caso foi o processo na justiça que determinou a ilegalidade do fechamento do lote com tapumes e estabeleceu uma multa de R\$ 10 milhões ROLNIK (2018). Desses, determinou-se que 60% dos recursos deverão ser utilizados para as obras de estruturação do parque, incluindo a restauração da portaria e do palacete tombado como patrimônio. Além disso, R\$ 2 milhões serão destinados para garantir a manutenção do parque nos próximos dois anos pós implantação. Contudo, o acordo firmado entre as partes no ano passado ainda não está completo, pois uma das reivindicações centrais do movimento que luta pelo Parque Augusta é que sua gestão seja compartilhada, para, assim, consolidar o processo de apropriação coletiva deste pedaço da cidade, e assim acolher a vida, e não a renda. O movimento Parque Augusta, desde 2014, vem coletando desejos e necessidades dos ativistas e da população

---

<sup>35</sup> São conhecidos quatro grupos principais que atuam para efetivação do Parque Augusta: Sociedade dos Amigos, Moradores Comércio e Serviços de Cerqueira César (SAMORCC), Associação de Bairro criada em 2007, Aliados do Parque Augusta (SOS Parque Augusta), Parque Augusta Sem Prédios e Organismo Parque Augusta (OPA).

para a elaboração do projeto do parque, resultando em um caderno<sup>36</sup> de síntese do processo ROLNIK (2018).

A demanda por direitos de participar do urbano não apenas fundam as reivindicações específicas de acesso aos recursos em favor dos seus membros, mas também tem como objetivo a produção de símbolos de política. Dessa forma, a esfera pública da cidadania do comum implica um projeto particular de justiça social e fomenta uma imaginação democrática específica, centrada na equiparação, e não na diferenciação. Ou seja, não é uma esfera pública consensual que, aritmeticamente, instalaria uma justiça geométrica, uma suposição incompatível com o estado atual do capitalismo. Tampouco essa nova cidadania do comum parece querer substituir a antiga formulação de cidadania (essa que é forma e meio para distribuir desigualdades e diferenças). Ao contrário, as duas coexistem e se enfrentam, se necessário, no mesmo espaço social da cidade.

É possível de entender esse processo da cidadania do comum também em outro caso abordado nesta pesquisa. Desde o início, o movimento Occupy Wall Street experimentou novas formas de organização, deliberação e tomada de decisão. Os ocupantes não desejavam reproduzir em suas ações o tipo de democracia formal, mas praticar a democracia como um aprendizado. Segundo Castells (2013, p. 137), eles “inventaram um novo modelo organizacional”, que, com variações, esteve presente nas ocupações da Espanha e do Egito e em outras que se espalharam pelos Estados Unidos. Ele explica que, como muitas ocupações criaram seus próprios sites de internet, todas as deliberações e a organização eram transmitidas pelas redes e, por isso, possuíam amplo acesso e transparência. Não havia lideranças locais, nacionais ou globais, e, na multidão, ocupantes com mais entusiasmo assumiam provisoriamente algum destaque, para, em seguida, estabelecer-se uma forma de deliberação. O poder da tomada de decisão local acontecia por assembleia geral, em que todos tinham direito de participar, apresentar propostas e demandas, situação que era moderada por pessoas do comitê de facilitação, geralmente em regime de revezamento.

---

<sup>36</sup> O material pode ser consultado na íntegra em: [https://urucum.milharal.org/files/2017/06/PROCESSO\\_PROJETO\\_PARQUEAUGUSTA\\_movimento.pdf](https://urucum.milharal.org/files/2017/06/PROCESSO_PROJETO_PARQUEAUGUSTA_movimento.pdf). Acessado em Julho de 2021.

Cada proposta seguia esse formato: a) um indivíduo descreve a sugestão; b) explica a justificativa e como executá-la; c) outros membros expressam seu apoio e reagem com questões a ela; d) seguem discussões até esgotar-se o assunto e quando há indicação de que se está perto de um consenso; e) um facilitador convoca a assembleia; e f) os participantes votam mediante uma série de gestos manuais<sup>37</sup>. Trata-se de uma experimentação de democracia direta ou um modo de aprender democracia praticando a democracia.

Como visto no capítulo 2, é preciso entender que as expectativas políticas de uma esfera pública estão depositadas na força crítica e na circulação da capacidade da comunicação pública e não em concentração e modelos formais de espaços deliberativos. Praticamente desde o princípio das organizações sociais nas cidades, a esfera pública constitui-se de conflitos. As *subaltern counterpublics* (Fraser, 1990) contestam as normas excludentes do público seletivo (burguês), elaborando estilos alternativos de comportamento político e normas alternativas de discurso público. Para avançar nessa definição de Fraser, valendo-se das expressões dos novos movimentos, é necessário romper com a necessidade de autolimitação da influência dos atores da sociedade civil, pois a complexidade é que catalisa os processos espontâneos de formação dos territórios não se estruturando atualmente em formas estáticas, mas estando sempre em fluxo de mudança.

Se antes esta pesquisa estava em busca de contornos do que seria a esfera pública insurgente, os estudos sobre os casos e os novos movimentos sociais urbanos demonstraram que eles frequentemente partilham um imaginário político do que seria mais apropriado chamar agora de uma **contraesfera pública**, feita de arenas de discurso, dos alternativos ao hegemônico, sendo contestativas e insurgentes, espontâneas e provisórias. Os movimentos de ocupação surgiram como expressões amplamente espontâneas e de indignação e seus efeitos não podem ser interpretados como de resultados materiais e institucionais, mas um levante localizado no espaço contra a ordem reguladora dos corpos e da vida cotidiana.

A **contraesfera pública** deve ser entendida não como uma instituição, tampouco como uma organização, um modelo ou um sistema capaz de diferenciar competências e

---

<sup>37</sup> Castells (2013) apresenta duas figuras na página 140 com o organograma e ícone dos gestos manuais.



papéis para regular um modo de pertencimento numa organização. Como em qualquer esfera pública não cabe delinear seus limites internos, contudo, a extensão externa dela caracteriza-se pela capacidade de enunciar a indignação e isso deve constituir um limite muito preciso em relação a opinião pública, pois é uma borda por oposição. Os fluxos comunicativos são enunciados em feixes de temas específicos, em que o único selo é sua capacidade de dizer não a algo. A contraesfera pública das práticas urbanas insurgentes reproduz-se por meio por contestação, implicando apenas o domínio da linguagem do dissenso, da oposição, do que torna visível a partilha do sensível. Diferentemente da acepção de Habermas, a contraesfera pública não se constitui como uma estrutura do agir comunicativo orientado para o entendimento com o mundo exterior, mas está conectada com o sentido da política que é, em primeiro lugar, um contraponto à ordem policial.

A combinação de **cidadania do comum** e **contraesfera pública** ajudam a postular a noção teórica proposta de um **território do comum**, produzida por esta pesquisa. Lembrando que o sentido de **território** é do ato, do fluxo, daquilo que está constituído pelo trinômio da ação de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, portanto em constante mudança. Já o sentido de **comum** é aquele do princípio político que se afirma a partir da autogestão e autoplanejamento sobre esse território. Utilizando-se das conclusões Silveira, Savazoni, (2018) em relação a noção de comum, como princípio político o termo não se refere somente um conjunto de recursos, mas também como a prática social. Assim, comum é, ao mesmo tempo, “uma forma de gestão de um determinado bem, mas também seu processo social e político de governança” (ibidem). Dito de outra forma, não é só a coisa compartilhada, mas também o seu compartilhamento por uma comunidade. Portanto, o território do comum pode ser compreendido simultaneamente como um substantivo — o conjunto de bens compartilhados — e um verbo — a ação de compartilhar, comunalizar, fazer o comum. Logo, é o processo de fazer o comum o que distingue a característica comunitária e política do conceito de território do comum, um ato produzido de forma coletiva e contra-hegemônica.

Como visto, esse tipo de território expressa-se pela possibilidade de criar um território ativista e livre. Quando o espaço dos códigos hegemônicos é descodificado, os ativistas precisam passar para outro espaço geográfico e criar uma nova comunidade de resistência e um novo território dissidente. Portanto, o território é um agenciamento, um sentido de resistência à precarização da vida e à mercantilização da cidade. Ao deslocar coisas, significados e discursos de seu ambiente familiar, ideias e práticas consideradas como garantidas são postas à crítica e têm sua legitimidade posta à prova. Sob essa perspectiva, as práticas urbanas insurgentes atribuem ao território um vir-a-ser em transformação, nunca pronto, sempre aberto em redes não planejadas. Assim, qualquer análise e questão sobre ele não deve girar em torno da permanência e durabilidade da ação localizada, mas da sua capacidade de desterritorializar discursos hegemônicos e difundir novos territórios dissidentes que enunciam um comum.

Corroborando com Lima (2017) as postulações enunciadas por esse novos movimentos sociais e ativistas infiltram-se no espaço social de forma nebulosa. Os integrantes dos movimentos urbanos movem-se pelos espaços públicos e privados, ocupam-no criando uma espécie de território líquido, “adensando-se e dissipando-se conforme as agruras e adversidades que enfrentam”. Apoiado nas mesmas conclusões do pesquisador supracitados, afirma-se que mesmo sem manter identidades sólidas tais grupos criam conexões inesperadas e conformam uma maneira de participar da produção social do espaços e da realidade social provisoriamente estável, mas capaz de efetivar enunciados potentes que fluem em redes digitais e espaciais expandindo significados democráticos. Por isso, o movimento Occupy aconteceu simultaneamente em Nova Iorque e em outras 1000 ocupações nos Estados Unidos, em 2011<sup>38</sup>. Conforme dito anteriormente, é impossível desvincular o que aconteceu no Occupy Wall Street, em Nova Iorque, do que houve na Praça Tahrir, no Cairo. No mesmo sentido, o acontecimento no Parque Gezi, em Istambul, na Puerta del Sol, em Madri, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre todos movimentos estão conectados, se retroalimentam e ajudam a construir a

---

<sup>38</sup> Em *Redes de indignação e Esperança*, Castells (2013) apresenta um mapa nos Estados Unidos, onde impressiona viralização desse acontecimento nesse país.

noção do território do comum. Esses movimentos sociais influenciam-se mutuamente e estabelecem um modo de experimentar a democracia por meio do espaço urbano e nova imaginação política.

Esta pesquisa sustenta a tese que é a criação do território do comum o que facilita tal imaginação, que, a partir de elementos da vida cotidiana, organizam o microcosmos desses lugares, prefigurando um futuro para transformação do mundo social e político. A união de diferentes tipos de pessoas juntas provou ser o cenário adequado para gerar uma imaginação desse mundo alternativo. Trata-se de um tipo de movimentos social que ocupa parques, praças e edifícios públicos para forjar provisoriamente identidades coletivas que prefiguram esse mundo comunitário alternativo, por meio do território do comum.

O objetivo, neste momento, é demonstrar a tese de que, embora os movimentos discutidos aqui tenham ocorrido em distintos contextos e por motivações bastante diferentes, eles podem ser abordados com os mesmos conceitos analíticos que formam o território do comum. Ao aprofundar a discussão crítica da reprodução dessa imaginação política por meio da implantação do território do comum, argumenta-se que essa imaginação tem sobrevivido e passa a inspirar outras mobilizações, apesar de haver processos variados e resultados nem sempre planejados. Como? Sustenta-se que o território do comum viaja em distintas coordenadas transcontinentais a partir das **a) narrativas contra-hegemônicas; b) comunicação em rede; c) sentido de apropriação e) capacidade de heterotopia**. Procura-se, a partir de agora, aprofundar esses processos variados por meio dos casos estudados e apresentados anteriormente.

Volta-se, nesse momento, ao primeiro caso descrito neste estudo, a ocupação na Praça Tahrir, que, junto do movimento na Tunísia, é um dos marcos inaugurais do território do comum na década de 2010, um movimento que viajou pelo planeta. A experiência do comum recriada pelos egípcios foi percebida por algumas pessoas como uma imaginação ou “sonho real” para a sociedade daquele país, naquele momento atolado numa ditadura. Para tangibilizar a circulação dessa sensação comunitária, recorre-se a narrativas em primeira pessoa de indivíduos que participaram da ocupação na Praça Tahrir. Esses relatos

percorreram o mundo, e são, aqui, agrupados em parte pela pesquisa realizada por Risager (2017). É a partir de tipo de narrativa que o território do comum navega:

Foi bonito. Pessoas de todas as esferas da vida estavam lá. Crianças, estudantes, pessoas de meia-idade, idosos, muçulmanos, cristãos, empresários, trabalhadores, estrangeiros, pessoas da imprensa, ricos e os pobres, gente do Cairo e de outras províncias ... estava todo mundo lá. Foi realmente uma revolta do povo. (RUSHDY & RUSHDY, 2011, p. 221, apud RISAGER (2017).<sup>39</sup>

Estou andando pela Praça Tahrir, sorrindo feliz enquanto observo as pessoas ao meu redor: diferentes grupos de jovens e idosos, mulheres, homens, artistas, escritores, políticos, ativistas, trabalhadores, seus funcionários, pessoas pobres. O ambiente é muito parecido com um festival fantástico. Nós somos todos egípcios. Estamos todos aqui por uma causa comum: liberdade, democracia e dignidade (TAWFIK, 2011, p. 68).<sup>40</sup>

Se os muçulmanos e cristãos do Egito realmente se odiassem, esta teria sido uma chance perfeita para atacar mesquitas e igrejas, mas nenhuma pedra foi atirada em qualquer lugar de culto. Nós limpamos as ruas juntos com os cristãos e o comportamento foi excelente entre todos. Eu estava muito impressionado com a atitude de todos. Havia garotas atraentes entre nós, muito bem vestidas, e elas não enfrentaram assédio. Ninguém incomodou nenhuma das garotas; se sua esposa ou filha ou irmã estivessem caminhando, cem homens cuidariam dela, certificando-se de que ela não fosse incomodada em qualquer caminho (MO'MEN & MO'MEN, 2011, p. 106–107 apud RISAGER (2017)<sup>41</sup>.

Ao meu redor tem muitas ideologias diferentes, todas com um sonho comum - uma bela mistura de pessoas, formando uma comunidade respeitosa, aquela que sempre sonhei e nunca pensei que viveria para ver (TAWFIK, 2011, p. 69 apud RISAGER (2017)<sup>42</sup>

---

<sup>39</sup> It was wonderful! We felt very strong. We no longer felt suppressed and weak. We had a voice, and a very loud one, too. We chanted and chanted. He [Mubarak] was going to hear us and he was going to surrender, he had no voice—we were going to win!

<sup>40</sup> I'm walking around Tahrir Square, smiling happily while watching people around me: different groups of young and elderly people, women, men, artists, writers, politicians, activists, laborers, your average employees, poor people. The environment is so much like a fantastic festival. We are all Egyptians. We are all here for a common cause: freedom, democracy and dignity.

<sup>41</sup> If the Muslims and Christians of Egypt really hated each other, this would have been a perfect chance to attack mosques and churches but not a stone was thrown at any place of worship. We cleaned the streets together with Christians and the behaviour was excellent between everybody. I was very impressed with everybody's attitude. There were attractive girls amongst us, dressed very nicely, and they faced no harassment. No one bothered any of the girls; if your wife or daughter or sister were walking, a hundred men would look out for her, making sure she was not bothered in any way.

<sup>42</sup> All around me are different ideologies with one common dream—a beautiful mixture of people, forming a respectful community, one that I always dreamt of and never thought that I would live to see

Foi incrível como a Praça Tahrir se tornou uma nova cidade egípcia livre...era um espaço que reuniu todos os aspectos e níveis da sociedade egípcia (NADI, 2011, p. 187 apud RISAGER (2017)<sup>43</sup>.

A Praça Tahrir tinha um ar diferente. Em contraste com o resto do Cairo, aqui as pessoas estavam no comando. (HUSSEIN, 2011, pp. 166–167 apud RISAGER (2017)<sup>44</sup>.

Foi maravilhoso! Nós nos sentimos muito fortes. Não nos sentíamos mais reprimidos e fracos. Nós tínhamos uma voz, e muito alta também. Nós cantamos e cantamos. Ele [Mubarak] iria nos ouvir e ele ia se render, ele não tinha voz - íamos vencer! (RUSHDY & RUSHDY, 2011, p. 227 apud RISAGER (2017)<sup>45</sup>.

A Praça Tahrir, no Cairo, foi o espaço de constituição de novas subjetividades coletivas, como pessoas auto-organizados para alimentação, sono, defesa, oração, na limpeza das ruas. Houve uma espécie de 'tornar-se' aqui, uma reestruturação dos próprios contornos / barreiras da identidade .... Houve uma espécie de microcosmo de uma projeção nova e utópica (impossível?) da sociedade. (ABOURAHME e JAYYUSI, 2011, p. 627 apud RISAGER (2017)<sup>46</sup>

Narrativas são uma maneira de contar um acontecimento, são um relato e uma exposição de um fato. Nas narrativas acima, enquanto uns expressaram um senso de pertencimento a um lugar, outros expressam o agenciamento de patriotismo e de identidade coletiva, mas, também, um sentimento de deslocamento a um lugar imaginando. Esse movimento caracterizou-se, para uns, como uma experiência democrática. Visto do momento atual, as ações que lá aconteceram não foram apenas instrumentais para se alcançar objetivos concretos, mas em si mesmo uma experiência comunitária. O que

---

<sup>43</sup> It was incredible how Tahrir Square became a new, free Egyptian city. . . . it was a space that brought together all aspects and levels of Egyptian society

<sup>44</sup> Tahrir Square had a different air about it. In contrast to the rest of Cairo, this was where the people were in charge

<sup>45</sup> It was wonderful! We felt very strong. We no longer felt suppressed and weak. We had a voice, and a very loud one, too. We chanted and chanted. He [Mubarak] was going to hear us and he was going to surrender, he had no voice—we were going to win!

<sup>46</sup> Tahrir Square in Cairo was the space of the constitution of new collective subjectivities, as people self-organised for food, sleeping, defence, prayer, in their clean up of the streets. There was a kind of 'becoming' here, a re-structuring of the very contours/barriers of identity . . . . There was a kind of microcosm of a new, utopic (impossible?) projection of society.



aconteceu na ocupação da Praça Tahrir, funcionou para desenvolver espaços de compreensão mútua de um sentido de comunidade. Percebe-se que as práticas afetaram tanto o movimento, que aumentou exponencialmente dia após dia, e seus atores, que expressaram sentimentos de profunda conexão uns com os outros e com o que estava acontecendo naquele lugar.

Nesse caso, o que fortaleceu essa interconexão sensível, além da experiência da presença física foi a possibilidade de comunicar para o mundo a sua percepção pessoal a partir do seu próprio telefone celular, conectado em tempo real com as redes digitais. A partir de relatos em primeira pessoa, a capacidade de influenciar os outros foi espontânea e autônoma, ou seja, a história era narrada em primeira mão. A narração não é uma versão de outra pessoa, sendo contada pelo protagonista da história. Rompe-se, portanto, com atravessamentos de estruturas hegemônica de comunicação (grande mídia) e o fato passa a ser construído de forma polissêmica pelos participantes. Como não poderia deixar de ser, Castells (2013, p. 19) é perspicaz em definir como os movimentos sociais atuais são diferentes dos do passado, pois atuam em redes digitais:

Historicamente, os movimentos sociais dependem da existência de mecanismos de comunicação específicos: boatos, sermões, panfletos e manifestos passados de pessoa a pessoa, a partir do púlpito, da imprensa ou por qualquer meio de comunicação disponível. Em nossa época, as redes digitais, multimodais, de comunicação horizontal, são os veículos mais rápidos e mais autônomos, interativos, reprogramáveis e amplificadores de toda a histórica.

É possível descrever, a essa altura da pesquisa, que um movimento social é uma ação social e política acordada, na qual diferentes participantes, posicionados de forma impetuosa, reúnem-se para desafiar os sistemas dominantes e hegemônicos, a fim de promover e praticar imaginários alternativos. A tática de combate à insensibilidade pode dar-se por meio de métodos de narração e compartilhamento dos processos experimentados. Deles, pode derivar uma imaginação radical, ou seja, um processo coletivo de potência, em que o horizonte é uma paisagem imaginária de possibilidades. Na Praça Tahrir, essa paisagem foi sendo construída em rede, a partir do telefone celular, e transmitida para o

mundo pelos seus protagonistas. Contudo, esse espaço digital precisa do espaço urbano para que um território se configure com mais propriedade. Nesta passagem de Castells (2013, p. 25), isso pode ficar mais evidente:

A conexão entre comunicação livre pelo Facebook, YouTube e Twitter e a ocupação do espaço urbano criou um híbrido espaço público de liberdade que se tornou uma das principais características da rebelião tunisiana, renunciando os movimentos que surgiram em outros países. Formaram-se comboios de solidariedade, com centenas de carros convergindo para a capital.

Esta pesquisa conclui, portanto, que é na relação dialética entre o movimento social em potência e o espaço onde ele atua que se fortalece o próprio movimento e as identidades e solidariedades coletivas que são nele forjadas. Mais do que apenas efeitos sobre o espaço, é a própria interação com ele o que determina a formação do território do comum. Nessa perspectiva, o sentido de apropriação espacial é fundamental para se entender que são as práticas de experimentação no espaço que ajudam no processo de experimentação política. Apropriação é o ato de apropriar-se, tomar algo para si, apossar-se. Lefebvre (2000), contudo, utiliza-se dessa expressão para explicar que a “apropriação” de um espaço é um ato de política, pois, necessariamente, encaminha a uma transformação social, na medida que reinstalara um valor de uso, encontro ponto a uso do espaço utilizado como valor de troca. Para ele, apropriar-se não é ter a propriedade, mas fazer dela sua obra, modelá-la com o selo próprio.

Para pensar esse sentido da apropriação, recorre-se novamente à ocupação do Parque Zucotti, em Nova Iorque, um parque de propriedade particular aberto ao público. O movimento Occupy Wall Street, ao recriar, no local, uma infraestrutura material básica para a vida cotidiana, assume o espaço para si. A partir das instalações, eles conseguem habitar o espaço implantando no local um cotidiano produzido coletivamente. As imagens dessa ocupação revelam pessoas construindo juntas o acampamento, produzindo alimentos na cozinha pública, trocando livros na biblioteca, prestando serviços de graça nas enfermarias, e pensando juntas na arena de debates. A partir desses gestos e elementos físicos, o foco da análise do espaço público transfere-se do passado de dominação sobre aquele lugar, afinal, o

Parque Zucotti é uma propriedade privada, para uma apropriação, em que se destaca a importância na produção de relações de identidade e pertencimento, as quais permitem a leitura de outras possibilidades sobre esse espaço, remetendo à superação e subversão que emerge da sua ocupação.

Apropriar-se de um espaço é, portanto, também fazer frente aos constrangimentos, ou seja, estabelecer, no espaço, um conflito agudo entre o constrangimento da dominação (representada na propriedade privada), instaurando outro (representada pela ocupação) no qual atuam as forças de apropriação para transformar o espaço e as relações sociais nele. Esta tese afirma que essa característica é apresentada nos movimentos sociais estudados, que se utilizam do espaço para tentar transgredir as estruturas hegemônicas, ou seja, romper as estruturas por meio das quais objetos, subjetividades e práticas são construídos e para os quais nenhuma alternativa era apresentada. Ao tentar romper essa hegemonia, prefiguram o território como um microcosmo comunitário de um mundo alternativo, sobrepondo nele um espaço diferente.

Esta tese afirma que essa característica é apresentada nos movimentos sociais estudados, que se utilizam do espaço para tentar transgredir as estruturas hegemônicas, ou seja, romper as estruturas por meio das quais objetos, subjetividades e práticas são construídos e para os quais nenhuma alternativa era apresentada. Ao tentar romper essa hegemonia, prefiguram o território como um microcosmo comunitário de um mundo alternativo, sobrepondo nele um espaço diferente.

Essa ideia de um espaço diferente é denominada por Foucault (2013) como uma heterotopia. A noção de heterotopia<sup>47</sup> permite a Foucault questionar a utopia, evidenciando que esta remete a um não-lugar (u-topos), a espaços essencialmente irrealis, longínquos e a um tempo também afastado, que poderá ou não acontecer. Para o filósofo, ao invés de se deslocar para um lugar ideal, para um espaço e tempo imaginários, seria mais interessante

---

<sup>47</sup> Foucault (2013) apresenta algumas categorias de heterotopias e cita exemplos de seus espaços, estando, dentre eles, museus, bibliotecas, espaços para feiras, cidades de veraneio, bordeis, barcos, colônias inglesas na América do Norte, colônias jesuíticas etc.

voltar-se para aquele onde circunda-se, estranhar o que parece familiar nele e permitir-se percebê-lo diferente, reinventando-o. Para Foucault, enquanto as utopias consolam, imaginando, em uma região distante, uma sociedade aperfeiçoada, as heterotopias inquietam, questionam desde a raiz de uma estrutura. As heterotopias são espaços de contestação dos outros espaços existentes e referem-se à possibilidade de dar novos sentidos aos espaços físicos, políticos e afetivos.

Esse sentido pode ser utilizado para o território do comum. Contra o poder heterônimo, a territorialização do comum procura alterar sentidos estruturados pela ordem policial. Ou seja, certamente não foram previstos acampamentos nos parques e praças que ora foram ocupados. Esses são locais cuja constituição física e funcional dos espaços é estática e as atividades são quase todas pré-estabelecidas pelo desenho arquitetônico e pela ordem das leis. O mesmo pode-se dizer das escolas, espaços que não foram planejados para que os alunos tivessem as chaves de suas portas e decidissem onde realizariam as atividades de aprendizagem. Como se viu na descrição das ocupações secundaristas, a sala de aula foi transformada em dormitório, transferida para o pátio, tendo os alunos subido nos telhados dos prédios escolares para verem a cidade sobre outra perspectiva. Portanto, a recriação do local utiliza sua base material para originar um novo sistema e experimentar sobre ele um novo sentido. Ocupar esses lugares é uma tentativa de realocá-los, de mudar seus papéis na política, nas estruturas da sociedade e no imaginário público. Castells (2013, p. 129) é profícuo em descrever essa intenção de diferença no espaço-tempo no Occupy Wall Street:

Os espaços ocupados também criaram uma nova forma de tempo, que algumas pessoas nos acampamentos caracterizaram como uma sensação de "eternidade". A rotina de suas vidas diárias foi interrompida; abriu-se um parêntese com um horizonte temporal indefinido. Muitos pensavam que a ocupação iria durar enquanto as instituições permanecessem insensíveis às suas críticas e exigências. Dada a incerteza em relação a quando e se a remoção viria, as ocupações viviam na base do dia a dia, sem prazos finais, liberando-se, desse modo de restrições temporais, enquanto consolidavam a ocupação em sua experiência de vida cotidiana. Isso fez do tempo atemporal da ocupação uma experiência simultânea exaustiva e divertida (...)

Os corpos precários dos excluídos e inconformados necessitam de condições coletivas para a construção de ações políticas. Por isso, territorializam táticas como forma de reagir e espalhar seus discursos contra-hegemônicos. O corpo-insurgente é aquele que se contrapõe ao corpo-produto da ordem policial — aquela que determina que o corpo é uma estratégia de acumulação, no sentido do termo formado pela lógica do capital. O corpo-insurgente, em condições coletivas, organiza, nos espaços das ocupações, um território do comum como uma estratégia e uma tentativa de desidentificação com a ordem policial.

Assim, a heterotopia, como processo de desterritorialização, age no descolamento do espaço com a identificação hegemônica prevista *a priori*. Esses espaços, quando ocupados, têm um endereço fixo, uma localização geográfica clara e não deixam de ter os mesmos graus de longitude e latitude que costumavam ter. Contudo, o sentido da recriação da localização é exatamente o que está em jogo na heterotopia de um território do comum, pois, quem navega em novas e diferentes coordenadas é a aspiração em prefigurar um mundo político e social alternativo. Assim, o que muda com a territorialização são as coordenadas da imaginação da sociedade.

Nesse sentido, o território é temporário e qualifica algo que é usado estrategicamente por um período de tempo limitado. Ele refere-se a algo efêmero, provisório e momentâneo. Além disso, está relacionado com o caráter instável criado pela condição de sua impermanência, ou seja, pode lhe faltar continuidade, o que inscreve uma natureza sem estabilidade, firmeza ou com determinada irregularidade. Esses territórios postulam, portanto, uma arquitetura frequentemente relacionada a estruturas móveis, pois, como elas, podem mover-se e reinstalar-se em um determinado espaço. São arquiteturas sem volume, em que as pessoas e o corpo são as infraestruturas. Uma vez substituído o espaço geográfico, o corpo é que pode, dessa forma, reconfigurar outros territórios, onde se instalam ou desprendem, impactando temporariamente a experiência social e os novos territórios que agenciam para formar um comum.

Nos casos apresentados e estudados, observou-se que essas iniciativas podem acontecer por uma ação de um pequeno grupo, o qual agrega o coletivo em planos



imprevistos. Essas práticas de heterotopias são práticas de vivência territorial que partem dos problemas de lugares concretos, desenvolvem relações sociais e os submetem à crítica e à imaginação de novas possibilidades. O processo ocorre por mobilização, colaboração, resiliência e resistência. As iniciativas das práticas urbanas insurgentes estudadas não apresentam um caminho metodológico único, uma direção ideológica coesa e tampouco carregam a pretensão de elaborar um método replicável. Propagam a multiplicidade proveniente do empirismo, uma experimentação em que o método é o do aprender fazendo. Sua execução não pretende levar a uma nova forma de espacialização, uma nova arquitetura ou a um novo urbanismo, mas a um novo uso da vida, em que o processo é a mensagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento das considerações finais serão recuperados os objetivos e questões de pesquisa, para, à luz do debate teórico e análise dos casos realizados, procurar responder o que ainda se faz necessário ou para ainda demonstrar de outra forma como esta investigação percorreu seus intentos e apontar aspectos relevantes atingidos neste estudo. Tendo em vista que tanto o objetivo geral como as questões de pesquisa giram em torno das contribuições desta investigação à teorização sobre participação popular no planejamento urbano e regional, neste momento busca-se explicitar uma posição para as práticas urbanas insurgentes nas discussões desta temática. Para manter a coerência da estrutura deste estudo, como segundo momento das considerações finais serão demonstrados os aportes alcançados nesta investigação à luz dos pressupostos filosóficos, evidentemente considerando a análise dos casos. Busca-se, com isso, tencionar aspectos proeminentes ao debate em relação ao tema da participação popular no campo disciplinar do planejamento urbano e regional, como por exemplo sua despolitização e homogeneização. O terceiro aspecto está atrelado aos dois anteriores e busca evidenciar contribuições de modo geral ao campo disciplinar do planejamento urbano e regional. A quarta seção esclarece as limitações enfrentadas nesta pesquisa, o que leva ao quinto momento das considerações finais, quando procura-se levantar as questões em aberto para futuras pesquisas.

Os casos anteriormente analisados nesta pesquisa foram utilizados com o objetivo de refletir sobre formas de atuação política e estética na cidade contemporânea e suas possíveis contribuições à teoria da participação popular no campo disciplinar do planejamento urbano e regional. Procurou-se avaliar questões e conceitos que emergem em práticas urbanas insurgentes, analisando a contenção do imaginário político que delas emergem. Em síntese, investigou-se qual é o lugar das práticas urbanas insurgentes no debate teórico sobre participação no planejamento urbano e regional, quais as limitações, possibilidades e contribuições que elas sugerem para a disciplina, diante de um quadro de disputas urbanas, inclusive de caráter cultural e simbólico.

Como visto nesta pesquisa, por muito tempo, o conhecimento sobre a cidade esteve estritamente atrelado aos planejadores urbanos, como aponta os estudos de Vainer (2005). Entretanto, segundo Bugs (2019), está em curso um processo de mudança de “cultura” no modo de se fazer planejamento urbano e regional, em que a tendência é que os especialistas passem a valorizar as experiências dos moradores. A autora recomenda a necessidade da utilização de diversas ferramentas de participação que apoiem o envolvimento de distintos atores, alcançando assim variados níveis de participação em diferentes escalas e fases do processo de planejamento. Dessa forma, a pesquisadora argumenta que para avançar no envolvimento do público no planejamento urbano “(...) é preciso que pesquisa e prática defendam uma visão holística dos instrumentos participativos e pensem a participação como um caleidoscópio de práticas, pois nenhuma ferramenta é suficiente por si só” (ibidem, p.332). Não há dúvida que aumentando a disponibilidade de distintas formas e processos participativos, cidadãos e planejadores não só poderiam escolher mais opções e instrumentos para fomentar acesso à democracia no urbano, como isso poderia potencializar o engajamento social para uma comunidade mais ativa e corresponsável da cidade, além de fornecer aos especialistas dados mais assertivos para o seu trabalho. É em torno deste debate que esta pesquisa teve foco.

Neste sentido, a pesquisa com foco na participação popular no planejamento urbano e regional comumente se dedica a discutir como o Estado organiza espaços em que a sociedade é convidada a participar de decisões sobre o futuro de determinado plano, projeto urbano e orçamento municipal, ou ainda na coleta de informações/opiniões das comunidades onde há planejamento participativo. Em pesquisas realizadas dentro do PROPUR/UFRGS, como por exemplo, Pozzobon (2008); Oliveira Filho (2009); Bugs (2019) é possível de conhecer diferentes maneiras e versões de como a participação se constitui sobre esse viés, o do Estado. Outro enfoque das investigações se dedica a compreender como setores mais ou menos organizados de movimentos sociais e da sociedade civil autopromovem a participação popular ou mobilizam o poder público a envolver a sociedade nos destinos da cidade em espaços de participação institucionais (SOUZA, 2010; 2017). Contudo, nem todo processo dito participativo supõe tomada de decisão, pois algumas vezes

o que se refere à participação consiste apenas ao fornecimento de informações ou à realização de consultas entre os atores sobre seus pontos de vista. Além disso, a força das relações entre participantes ou partes interessadas e o potencial politicamente transformativo de sua interação diferem consideravelmente entre um nível de intensidade e outro.

É senso comum entre todos os pesquisadores citados nesta pesquisa sobre a temática da participação, dentre eles Pozzobon (2008); Oliveira Filho (2009); Villaça (2005); Randolph (2007; 2008; 2014); Mirafteb (2009; 2016); Souza (2010), Friedmann (2011); Holston (2013; 2016); Vainer (2016); Bugs, (2019); Jacques et al. (2019) que os processos participativos devem ser constantes e que precisam estar presente em todas as etapas de planejamento. Como assevera Bugs (2019), os resultados trazem à tona a necessidade de se construir processos participativos contínuos e não em eventos isolados, fomentando uma “cultura de participação”, pois é o uso contínuo de ferramentas distintas, o que pode estimular a criação de hábitos democráticos também nos assuntos da cidade. Afinal, a comunidade conhece a realidade e sente no cotidiano os problemas da cidade, e por isso deve ser consultada no levantamento tanto de demandas, como fonte de informação e desejos coletivos e individuais, como para a construção ativa de conhecimento sobre a cidade e seu desenvolvimento.

As tentativas de indivíduos e coletivos, por meio de ações e ocupações propositais em espaços urbanos estudados nesta pesquisa são um fenômeno global e um movimento que tem se intensificado nas cidades brasileiras de distintas formas, apresentando-se como uma reivindicação à cidade e como uma forma de participação direta sobre o urbano. Sendo assim, sob a perspectiva das práticas urbanas insurgentes, esta pesquisa propôs um terceiro eixo de investigação e teorização da participação no planejamento urbano, o **eixo da participação insurgente**, o qual foi construído durante a realização da pesquisa por meio de diferentes noções teóricas e pelo conjunto de casos. É justamente na construção deste terceiro eixo que esta pesquisa se estrutura.

Retomando algumas questões formuladas por esta pesquisa, agora de maneira mais sintética, considera-se que as práticas urbanas insurgentes são práticas sociais de resistência e luta para conter o avanço de processos de precarização da vida, associados aos processos urbanos à privatização de espaços e serviços, cooptados pelo advento da dominação do capital sobre o Estado ou a ele combinado. A noção proposta de práticas urbanas insurgentes se referem, portanto, às táticas de apropriação do espaço com o objetivo de exercer um contra-poder a uma dada situação de dominação, combatidas por meio de ação direta.

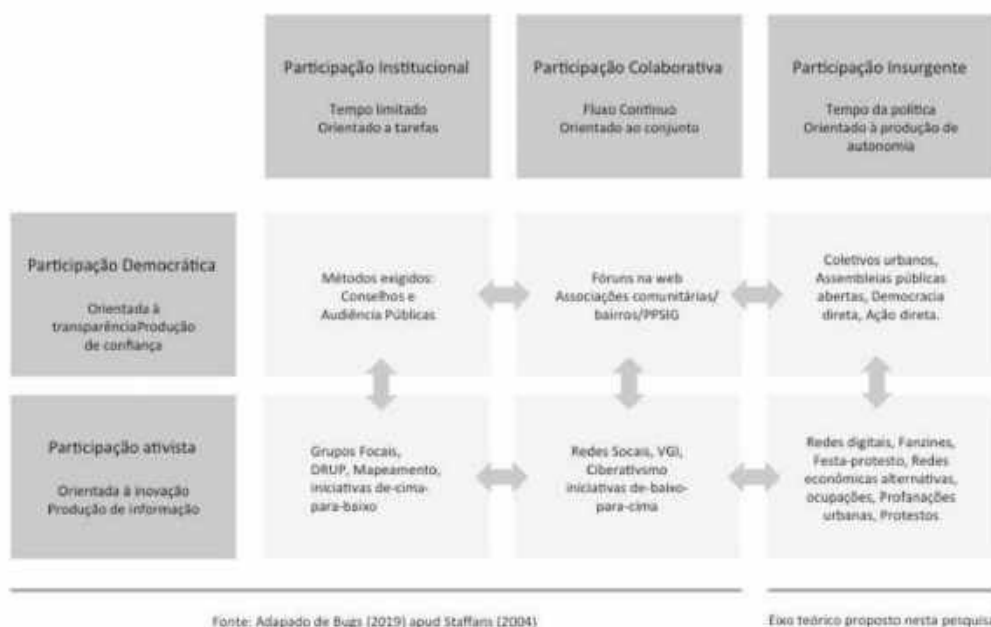


Figura 23 - Quadro alterado de Staffans(2004) em que se insere o terceiro eixo – Participação Insurgente. Fonte: Autor.

A fim de contribuir para o campo disciplinar do planejamento urbano e regional, apropria-se do quadro reproduzido na pesquisa de Bugs (2019) elaborado por Staffans (2004), acrescentando-se a ele o eixo da participação por insurgência na terceira coluna – eixo proposto nesta pesquisa –, caracterizada pela atuação direta dos envolvidos nas ocupações de espaços da cidade para disputar discursos sobre o urbano. É sobre a visibilidade desses outros discursos que esta pesquisa se debruçou. Ou seja, trata-se de um



eixo de participação constituído por tipo de movimento social e ativismo urbano que ocupa parques, praças e edifícios para forjar provisoriamente um tipo de cidadania insurgente que expressa um outro discursos sobre participação.

A maneira de configurar esse espaço próprio de participação foi amplamente descrito nesta pesquisa (festa-protesto, acampamentos, assembleias da rua, protestos, ocupações, feiras de economia alternativa, etc.). Essas práticas estão sempre relacionadas com a produção social do espaço, em um movimento conceituado por esta pesquisa da construção do “território do comum”. Esta pesquisa sustenta a tese que é a criação do território do comum o que facilita uma experiência democrática por meio do urbano, que, a partir de elementos da vida cotidiana, organizam um microcosmos de um lugar, prefigurando um futuro imaginado em que a transformação do mundo social e do político se configura na ocupação e via democracia direta.



Figura 24 – Quadro síntese do conceitos que estruturam a noção de Território do Comum.

Ao longo do trabalho sustentou-se esta tese dos inúmeros casos discutidos nesta pesquisa: As práticas urbanas insurgentes utilizam-se do espaço como um agenciamento de relações de contestação ao poder e às formas de participação no planejamento urbano, não só pelo conflito entre segmentos da sociedade civil, e destes contra o Estado e o mercado, mas como forças contrárias que disputam também discursos sobre o urbano. A noção de território dessas práticas atinge, assim, duas coordenadas: uma empírica, que produz

movimentos sobre o mundo físico — intervenção espacial e contaminação afetiva nos participantes — e outra simbólica, que produz discursos a partir do espaço — os quais devem ultrapassar seus limites e furar os bloqueios da ordem policial. Ambas coordenadas partem de um devir acionado por conflitos, em que as práticas urbanas insurgentes visam a desterritorialização de discursos hegemônicos para, assim, produzir seus próprios territórios dissidentes e prefigurar um lugar e um modo de experimentar a democracia por meio da cidade.



Figura 25 – Eixos do agenciamento do territorial

Diante de toda análise dos casos realizados no capítulo 4, procurou-se responder as questões que nortearam a pesquisa. Tais questões giraram em torno de entender: à luz de uma crescente cultura da participação, estar-se-ia ultrapassando os discursos teóricos para uma abordagem prática cidadã? As práticas urbanas insurgentes podem ser consideradas uma forma de participação popular no planejamento urbano? Qual é o lugar das práticas urbanas insurgentes no debate teórico?

Assumi-se como principal modo de pensar a participação no planejamento agrupando uma série de casos que possibilitassem apreender os contornos desse campo, centrando atenção nas prováveis relações que desse panorama pudessem emergir. Apesar

de se confrontar com ideias pouco difundidas sobre o tema dentro do campo disciplinar do planejamento urbano e regional e, a despeito da quantidade de casos, chama a atenção a falta de profundidade de estudos desse âmbito no planejamento urbano e regional. Esse debate sobre a participação popular no planejamento urbano, ainda apresenta definições que se referem ao objeto deste estudo segundo às terminologias “alternativa,” “marginal”, “utópicas”, “românticas”, as quais, configuram-se como descrições de exceções para o campo de interesse e da pesquisa no planejamento urbano e regional.

A insuficiência de estudos sobre esse problema levou esta investigação à necessária interrogação crítica em relação a importância dessa temática nos processos de planejamento urbano e regional. Neste sentido, propôs-se tomá-la como campo de embates e conflitos tanto da prática quanto do pensamento sobre a cidade, considerando tal perspectiva indissociavelmente necessária ao campo disciplinar. Sempre é bom lembrar que a cidade não é feita de consensos e é preciso ponderar as diferenças nela. Portanto, pensar a participação popular deve ser acompanhada não só da necessidade de focar em práticas populares, para além daquelas sancionadas pelo Estado, mas para articulá-las a partir do princípio da heterogeneidade de experiências e de sentidos diversos sobre participação. É sobre isto que esta tese defendeu: a participação pode ser pensada como instância de decisão de ação coletiva e comunitária além daquela advinda e pensada a partir do Estado.

A partir dessas constatações críticas, que foram evidenciadas ao longo desta pesquisa, não se está negando qualidades do papel do Estado e as tentativas para efetivar espaços de participação no planejamento urbano e regional, mas levantando questões sobre o lugar crítico da participação. Tampouco se está negando que a existência de espaços sancionados pelo Estado procuram por meio de estratégias de participação, pacificar os ânimos entre disputas na cidade. Não se trata de aceitar o abatimento do papel das instituições públicas, internalizando a agenda neoliberal, por meio de um persistente discurso de desvalorização do Estado. O equivalente não significa aliviar quaisquer ausências de governança. Portanto, a questão essencial, não é quem tem o domínio sobre a capacidade de gerar participação, de participar e deliberar sobre a cidade. Qualquer aspecto da

participação popular deveria se perguntar, afinal é a participação de quem nas decisões de quem?



Figura 26 - Quadro modificado de Souza (2010) localizando as práticas urbanas insurgentes.

Um das contribuições desta tese foi trazer para o debate do Planejamento urbano e regional as práticas urbanas insurgentes. Este quadro elaborada inicialmente por Souza (2010) foi modificado inserindo as práticas insurgentes como graus de participação popular. As contribuições ao planejamento urbano e regional reconhecidas nesta pesquisa giram em torno da questão da autonomia dos cidadãos, no sentido de questionar as formas de participação no urbano. Corroborando com a afirmação de Jacques et al. (2019), a autonomia nas decisões de maneira geral, na idealização ou na gestão dos ambientes habitados talvez seja o elemento que, de distintas formas, possibilita conectar os vários sentidos que a participação pode evocar. Segundo a acepção da autora, é na relação entre saberes técnicos e saberes populares, ou entre as esferas de planejamento e as necessidades, demandas e desejos sociais, de onde derivam os aspectos que permitem explorar maneiras para

evidenciar a discussão sobre o campo da participação na arquitetura e planejamento urbano e regional.

Acredita-se, por fim, que a contribuição desta tese se insere no campo disciplinar do planejamento urbano e regional em temáticas em torno de noções como “urbanismo participativo”, “planejamento comunitário”, “planejamento subversivo” (Randolph, 2008; 2014), “planejamento insurgente” (Miraftab, 2009; 2016), “planejamento radical” (Friedmann, 2011) e “planejamento conflitivo” (Vainer, 2016). Corroborando com Jacques et al (2019) são essas enunciações que se constroem como enfrentamento aos processos de participação constituídos por ações simbólicas, representativas ou simplesmente comunicativas, é dessa forma essas que tais abordagens introduzem uma perspectiva renovada de politização a esse campo. Tal movimento permite pensar os pressupostos da participação, dialogando contra sua consagração e recobrando sua dimensão crítica, dissensual e experimentação. Afinal toda forma de participação sempre carrega um conflito em si mesma.

Por isso esta pesquisa direcionou o debate para Rancière, pois a partir dele se pode considerar a participação como um ato de “política” (Rancière, 2018). A cidade é espaço de disputa, de dissenso – e portanto de política. Apoiando na afirmação de Rancière, a experiência sensível não é jamais um dado apriorístico, homogêneo e positivado, mas se trata de uma partilha em disputa, onde o dissenso pode tomar lugar e enunciar uma forma de visibilidade que não tem parte. Esta pesquisa retoma a participação como política para enunciar que participar é sempre constituída por um duplo, que se apresenta no conflito constitucional em torno de quem formula a participação e o contingenciamento nela. A capacidade de política na participação insurgente é o ato de visibilizar essa contenção, e construir uma forma de participação autônoma, conforme exposto nos casos retratados nesta investigação.

É importante ressaltar nesse momento as dificuldade ocorridas no processo e as limitações dessa pesquisa. A extensão dos números de casos e a quantidade de informações que tinha sobre cada um deles demandaram um trabalho exaustivo no aprofundamento de



cada um dos casos. Soma-se a isso a interrupção da vida cotidiana causada pelo Covid 19. Acredita-se que talvez pudesse ser feito um recorte reduzindo o número de casos. No entanto, a extensão de casos globalmente gerou perspectiva panorâmica ao longo do mundo. Apesar de demandar muito tempo percorrer tantos casos e em distintos contextos, ainda mais considerando-se a estratégia de confirmar as informações levantadas em pelo menos três fontes diferentes sobre cada caso, esta empreitada foi crucial para certificar o encaminhamento das questões aqui debatidas.

Esse apanhado diversificado exigiu dessa investigação intenso aprofundamento em relação a distintos campos de conhecimento, por exemplo, planejamento urbano, sociologia, geografia, antropologia, filosofia, história e ciências políticas, desbravados por meio de noções conceituais como: esfera pública, novos movimentos sociais, insurreições, território, cidadania insurgente, planejamento insurgente e comum. Em torno de cada noção conceitual e dos casos estudados outros conceitos se fizeram necessários explorar, ampliando a complexidade dessa investigação e o pensamento derivado desse processo.

Esta pesquisa procurou evidenciar que as propostas de experimentação e autonomia coletiva das práticas urbanas insurgentes questionam a estrutura que garante o poder aos especialistas e ao Estado que estão recentemente acontecendo em todo o planeta. Já há algumas evidências que procuram sistematizar práticas e teorização configurando um campo de conhecimento específico dentro do planejamento urbano regional, para debater ações contra-hegemônicas.

Contudo, o conhecimento é ainda relativamente disperso e é necessário sistematizar um conjunto de casos que e conhecimento teórico no campo disciplinar do planejamento urbano e regional. Portanto, aqui abre um espaço de pesquisa. Pretende-se dar continuidade nesta temática, debruçando-se neste casos mais recentes, afim de refletir e sistematizar as práticas insurgentes no sistema de planejamento urbano e regional, considerando por exemplo, o estudo de práticas autônomas que interferem no planejamento da cidade, como por exemplo: *Action-Gardien* - Pointe-Saint-Charles (Montreal, Canadá) - participação ativista na alteração do plano diretor em área da cidade e proposição de novo plano aceito pelo

Estado; Associação de Moradores da Vila Autódromo (Rio de Janeiro, Brasil) – proposição de projeto para área urbana e ativismo contra os despejos em área urbana ocupada; *Advisory Service for Squatters* – ASS (Amsterdã, Holanda) – associação de apoio e orientação para ocupações de edifício abandonados reconhecida pelo poder público; *Centros Sociais Okupados Autogestionados* - CSOA (Barcelona, Espanha) – centro social comunitário e de apoio a ocupações, hortas e vida comunitária; *The Mumbai Waterfronts Center* (Mumbai, Índia) – associação que interveio na área de orla com aceitação do Estado; Cultural Center Consejo Agrarista (Cidade do México, México) – associação comunitária para jovens em área de conflito entre gangues; Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (São Paulo, Brasil) – movimento social de luta por moradia digna.

Por fim, acredita-se importante reconhecer a vasta amplitude do campo teórico implícito ao planejamento urbano, visivelmente em constante redefinição de suas fronteiras. O debate sobre as assimetrias do predomínio do especialista sobre o político na participação sobre o urbano vem produzindo alguns esforços críticos no sentido de construir novas abordagens a essa temática. Neste sentido, reconhecer as diferenças significativas na forma como cada uma dessas abordagens interpreta o processo decisório no planejamento é parte relevante da produção de conhecimento. A participação não é só uma questão de transferir responsabilidades públicas para a sociedade civil e coletivos urbanos ou buscar informações nela; mas também é de aumentar o controle cidadão sobre o Estado, melhorar a capacidade desses cidadãos decidirem sobre questões que afetam suas vidas e aceitar espaços de participação autodeterminadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### A

ABERS, Rebecca. *Inventing local democracy: grassroots politics in Brazil*. Boulder: Westview Lynne Rienner Publishers, 2000.

ADAM, Barbara. *Timewatch: The Social Analysis of Time*. Cambridge: Polity, 1995.

AGABEM, Giorgio. *Profanações*. Trad. Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

ALCÂNTARA, Edinéa. et al. Social Networks and Resilience in the Fight for the Right to the City: The Movimento Ocupe Estelita, Recife, Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 255–274, 2016. Disponível em: <<https://rbeur.emnuvens.com.br/rbeur/article/view/5118>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

ALONSO, Angela. AS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM BALANÇO DO DEBATE. São Paulo: Lua Nova. , 76: 49-86, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/HNDFYgPPP8sWZfPRqnWFXxz/?lang=pt> Acesso em: 01 de julho de 2021.

ALVES, Victor Augusto Campos. Urbanismo, ideologia e o comum: notas sobre a sociedade urbana pós-capitalista. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 21, n. 45, pp. 439-459, maio/ago 2019

ALVES FILHO, Mário Helder de Sousa. Movimento Passe Livre nas manifestações de junho de 2013: a representação social no jornal Folha de S. Paulo. 121 f. Programa de Pós-graduação em Comunicação – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2016. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16441/1/2016\\_dis\\_mhsalvesfilho.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16441/1/2016_dis_mhsalvesfilho.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2021.

AMORIM, Patrícia; ANDRÉ, Paula. Movimento Praia da Estação: dinâmicas urbanas, cultura e criatividade. [s. l.], 2017. ISCTE-IUL Instituto Universitário de Lisboa. In *Laboratório Colaborativo. Dinâmicas urbanas, património e artes. Investigação, ensino e difusão*. (pp. 6-18). Évora: CHAIA/UÉ. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10071/17952>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

ARANTES, Otilia et al. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

ARAÚJO, Leonardo Vasconcelos de; ALVES FILHO, Mário Helder de Souza; NUNES, Márcia Vidal. *Mídia, Movimento Passe Livre e Cidadania: a cobertura do Estado de São Paulo*

durante as manifestações de junho de 2013. Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano: Artigos Dossiê Comunicação e Cidadania, Fortaleza, v. 5, n. 5, p. 1-18, dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9723/6849>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

ARENDT, Hannah. (1981). A condição humana. Rio de Janeiro: Florense Universitária.

ASSIS, Carlos Gustavo de; CARVALHO, Ricardo Vinicius Cornélio dos Santos e. A Cidade Cansada. Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, [s. l.], v. 6, n. 15, p. 416–465, 2019. Disponível em: <<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/issue/view/303>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. DADOS –Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, no4, 2004, pp. 703 a 728. Disponível em: [https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Avritzer\\_Costa-Teoria\\_critica\\_democracia\\_esfera\\_publica.pdf](https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Avritzer_Costa-Teoria_critica_democracia_esfera_publica.pdf). Acesso 01 de Julho de 2021.

AZEVEDO, Paulo Fidelis; SOUZA, Eduardo ; CADENA, Renata. Um panorama do Movimento Ocupe Estelita: design gráfico político e possíveis conexões. [s. l.]. Projética - Revista Científica de Design. Londrina, v.9, n.2 supl. p. 217-236, nov. 2018. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/329108226\\_Um\\_panorama\\_do\\_Movimento\\_Ocupe\\_Estelita\\_design\\_grafico\\_politico\\_e\\_possiveis\\_conexoes](https://www.researchgate.net/publication/329108226_Um_panorama_do_Movimento_Ocupe_Estelita_design_grafico_politico_e_possiveis_conexoes)>. Acesso em: 01 jul. 2021.

## B

BALEM, Tiago. Microurbanismo Efêmero: Entre Táticas de Construir e Revelar a Cidade. In: XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. São Paulo. 2017

BALEM, Tiago. Usos Temporários na Cidade: Projetar o Tempo com Comunidades. Bloco (14): práticas de arquitetura / organização Centro de Arquitetura e Urbanismo. – Novo Hamburgo: Feevale, 2019. 217 p. 2018

BALEM, Tiago . OS USOS TEMPORÁRIOS NO PLANEJAMENTO URBANO. In: XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal. Tempos de/em Transformação - Utopias, 2019.

BAMPA, Guilherme; SCATOLINI, Lucas. Um chamado à liberdade: Ocupe o Parque Augusta. Revista Vaidapé - Edição Digital. São Paulo, 3 de março de 2015. Disponível em: <

<http://vaidape.com.br/2015/03/um-chamado-liberdade-ocupe-o-parque-augusta/>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

BARRA e LOPES, Edmar Aparecido de. Um mês que não terminou: uma análise qualitativa, com base na história oral, do Movimento Passe Livre (MPL) nas jornadas de junho de 2013, em São Paulo. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v. 50, n. 3, nov. 2019/fev. 2020, p. 303-347. Universidade Federal de Goiás – Brasil. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/41070/99495>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

BARBOSA, Marina Bordin. Ocupar e Resistir: narrativas visuais das ocupações 2016. *Revista Iluminuras - Publicação Eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Visuais BIEV/LAS/PPGAS/IFCH/UFRGS*. Porto Alegre, v. 19, n. 46, jul. 2018, p. 485-492. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/85269/49089>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

BARBALHO, Alexandre. Política Cultural em Tempo de Crise: O Ministério da Cultura no Governo Temer - *Revista de Políticas Públicas*, vol. 22, n. 1. Universidade Federal do Maranhão, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p239-260>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

BASÍLIO, Ana Luiza. Secundaristas realizam quase mil ocupações em 19 estados brasileiros: protagonismo juvenil. *Centro de Referências de Educação Integral: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (Unesco)*. Brasil, 24 out. 2016. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/secundaristas-realizam-quase-mil-ocupacoes-em-19-estados-brasileiros/>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

BASSANI, Jorge. Das intervenções artísticas à ação política urbana. Tese Livre-Docência. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

BAUER, A.J. *Writers Of 99%* (org.). *Occupying Wall Street: the inside story of an action that changed America*. Versão digital. Nova Iorque, 2012. 236 p. Disponível em: <[https://www.google.com.br/books/edition/Occupying\\_Wall\\_Street/8Y9alqwOQD8C](https://www.google.com.br/books/edition/Occupying_Wall_Street/8Y9alqwOQD8C)>. Acesso em: 01 jul. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BIJOS, Leila; SILVA, Patrícia Almeida da. Análise da Primavera Árabe: um estudo de caso sobre a revolução jovem no Egito. *Revista Cej: Direito Internacional Público*, Brasília, v. 59, n. , p. 58-71, 01 abr. 2013. Disponível em: <<https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/1677>>. Acesso em: 01 jul. 2021.



BISSHOP, Peter; WILLIAMS, Lesley. *The temporary city*. Londres: Routledge, 2012.

BOLTON, Matthew; FROESE, Stephen; JEFFREY, Alex. "Go get a job right after you take a bath": Occupy Wall Street as Matter Out of Place. *Antipode*, [s. l.], v. 48, n. 4, p. 857–876, 2016. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/anti.12226>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

BONFIGLI, Fiammetta; SCHWARTZ, Germano. *Jornadas de Junho?: movimentos sociais e direito nas ruas de Porto Alegre*. ISBN: 978-85-89177-65-8. Canoas: Editora Unilasalle., 2017.

BOURRIAUND, Nicolas. *Estética relacional*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Martins, 2009.

BRENNER, Neil. Seria o "urbanismo tático" uma alternativa ao urbanismo neoliberal? In: *e-metropolis - Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, no 27, ano 7, 2016. ISSN 2177-2312. Disponível em: <<https://goo.gl/fiHWNm>>. Acesso em: 01 julho. 2021.

BUENO, Chris. *Ocupe Estelita: movimento social e cultural defende marco histórico de Recife*. *Ciência e Cultura*, [s. l.], v. 66, n. 4, p. 6–7, 2014. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252014000400003&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 jul. 2021.

BUGS, Geisa. *Tecnologias da Informação e Comunicação, Sistemas de Informação Geografia e a participação pública no planejamento urbano*. Canoas: ULBRA, 2019. 360 p.

BULCÃO, Luana. "Quieres Dubai, soy Pernambuco": entre perspectivas y reminiscencias de ocupe estelita. *Contratexto*, [S.L.], n. 30, p. 157-179, 12 dez. 2018. Universidad de Lima. <http://dx.doi.org/10.26439/contratexto2018.n030>. Disponível em: <<https://revistas.ulima.edu.pe/index.php/contratexto/article/view/3154>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

BUTLER, Judith. *Corpos em Aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*/ Judith Butler; traduçãoo Fernanda Siqueira Miguez; revisão técnica Carla Rodrigues. – 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

## C

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Espaço Público, desigualdade e mudança em São Paulo*. *Cebrap: Novos Estudos - Opinião*, São Paulo, v. 1, n. 98, p. 14-20, mar. 2014.

CARDOSO, Gustavo; DI FÁTIMA, Branco. *Movimento em rede e protestos no Brasil: qual gigante acordou?*. *Revista Eco-Pós - Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*. Dossiê Mídia, Intelectuais, e Política. V. 16, n. 2, p. 143-176, mai./ago. 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/11752>. Acesso em Julho de 2021.

CARPANEDA, Luciana Viana. Dimensões do lúdico no espaço público contemporâneo: controle e subversão. In: III ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 3., 2014, São Paulo. Arquitetura, Cidade e Projeto: uma construção coletiva. São Paulo: III Enanparq, 2014. p. 1-10. Disponível em: <[http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/ORAL/SC-EPC-023\\_CARPANEDA.pdf](http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/ORAL/SC-EPC-023_CARPANEDA.pdf)>. Acesso em Julho de 2021.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.

\_\_\_\_\_. The city and the grassroots. A Cross-cultural Theory of Urban Social Movements. Los Angeles: University of California Press, 1983b

\_\_\_\_\_. La ciudad informacional: tecnologías de la información, reestructuración económica y el proceso urbano-regional. Madri: Alianza Editorial, 1995.

\_\_\_\_\_. A Sociedade em Rede. In: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – Vol I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: Artes de fazer. 2. Ed. - Petrópolis: Vozes, 2014.

CHASE, John, CRAWFORD, Margaret, KALISKI, John (Orgs.). Everyday Urbanism. Nova Iorque: The Monacelli Press, 2008.

CHOAY, Françoise. O Urbanismo: utopias e realidades uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 2007.

COHEN, JEAN L. e ARATO, Andrew. (1992), Civil Society and Political Theory. Cambridge, Ma./London, MIT Press.

CUNHA, E. G. de V.; SILVA, R. de F. C. da. A luta deita no cimento: a Praia da Estação e sua relação com o poder público. [s. l.], 2016.

CURVELLO, João José Azevedo. MATEUS, Tatiane Rodrigues. Comunicação, conectividade e dissenso em movimentos sociais: uma análise sobre Los Indignados. Communication, Technologies Et Développement, [S.L.], v. 4, n. 4, p. 1-13, 4 set. 2017. OpenEdition Journals. <https://doi.org/10.4000/ctd.1202>. Acesso em: 01 jul. 2021.

## D

DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian. *Comum: ensaio sobre a revolução no séc. XXI*; trad. Mariana Echalar. 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

DEAN, Jodi. *Occupy Wall Street: Forcing Division. Constellations: An International Journal of Critical & Democratic Theory*, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 382–389, 2014. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-8675.12094>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Suely Rolnik. Vol. 4. Rio de Janeiro: Editora 34, 1998.

DICKMANN, Ivo; SANTOS, Melody Rodrigues Fialho dos. *Primavera Secundarista e Escola sem Partido: projetos ideológicos de educação e sociedade*. *Revista do Programa de Pós-graduação em Educação: URI, Frederico Westphalen*, v. 1, n. 1, p. 69-91, dez. 2019. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/3478>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

DUARTE, Fábio. *Crise das matrizes espaciais*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

## E

ECO, Umberto. *Obra Aberta*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

ELESBÃO, Ana Clara Santos; AMARAL, Augusto Jobim do. *A 'primavera secundarista': sobre a criminalização de movimentos sociais*. *Revista Direito & Desenvolvimento da Unicatólica*, [S.l.], v. 2, n. 2, mar. 2020. ISSN 2674-7286. Disponível em: <<http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/red/article/view/3237>>. Acesso em: 01 Jul. 2021.

ESPÍRITO SANTO, Maíra Ouríveis. *Lutas sociais e ciberespaço: o uso da Internet pelo movimento passe livre nas manifestações de junho de 2013 em São Paulo*. 2014. 123 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/88730>>. Acesso em 01 jul. 2021.

ESTATUTO DA CIDADE. – 3. ed. – Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 102 p. Disponível <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf> Acesso em 01 de jul/2020.

EVERS, Tilman. *Identidade, a face oculta dos Novos Movimentos Sociais*. Novos Estudos-Cebrap, vol 2, n\* 4. p.11-23, São Paulo, 1984.

## F

FARIA, Louise Scoz Pasteur de; KOPPER, Moisés. Os rolezinhos e as metamorfoses do urbano no Brasil contemporâneo. *Anuário Antropológico*, v. 42, n.2, 239-266, 1 dez. 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/aa/2286>>. Acesso em 01 jul. 2021.

FARIAS, A. C. C. *Taxonomia do urbanismo tático: uma proposta para leitura, compreensão e articulação das táticas urbanas emergentes*. 2018. 274 f. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

FIGUEIREDO, Carolina; CAVALCANTI, Juliana. The Occupy Estelita Movement and Silencing in Pernambuco Journalism. *Brazilian Journalism Research*, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 104–121, 2020. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/1176/pdf>>. Acesso em 01 jul. 2021

FIGUEIREDO, Carolina Dantas. Ocupe como utopia: um ensaio sobre a noção de rede e o caso estelita. *Esferas*, [S.L.], v. 1, n. 6, p. 99-108, 30 ago. 2015. Universidade Católica de Brasília. <http://dx.doi.org/10.19174/esf.v0i6.5783>. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/284030202\\_Ocupe\\_como\\_utopia\\_Um\\_ensaio\\_sobre\\_a\\_nocao\\_de\\_rede\\_e\\_o\\_Caso\\_Estelita](https://www.researchgate.net/publication/284030202_Ocupe_como_utopia_Um_ensaio_sobre_a_nocao_de_rede_e_o_Caso_Estelita)>. Acesso em: 01 jul. 2021.

FREITAS Filho, Roberto; COSTA, José Pedro Brito da. Direitos fundamentais, direito do consumidor e igualdade: o caso dos rolezinhos. *Revista de Direito do Consumidor*. vol. 112. ano 26. p. 321-338. São Paulo: Ed. RT, jul.-ago. 2017.

FLORES, Rafael Kruter; OLIVEIRA, Clarice Misoczky de. Conflitos no Espaço Urbano: um Cais Mauá de Todos? – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*; v. 18, n. 2 (2016). Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/201114>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

FOUCAULT, Michel. *Omnes et singulatim: por uma crítica da 'razão política'*. Novos Estudos Cebrap, 77-99, 1990.

\_\_\_\_\_. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008

\_\_\_\_\_. “Outros espaços”. *Ditos e Escritos*. Vol. III. Org. Manoel Barros da Motta. Trad. Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, pp. 414-424

FODERARO, Lisa. Privately Owned Park, Open to the Public, May Make Its Own Rules. *The New York Times*. New York, p. 26-26. 13 out. 2011. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2011/10/14/nyregion/zuccotti-park-is-privately-owned-but-open-to-the-public.html>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *Social Text*, 56-80. 1990.

\_\_\_\_\_. Politics, culture, and the public sphere: toward a postmodern conception. In: NICHOLSON, Linda; STEVEN, Seidman. *Social postmodernism: beyond identity politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 287-312.

\_\_\_\_\_. Special section: Transnational public sphere: Transnationalizing the public sphere: On the legitimacy and efficacy of public opinion in a post-Westphalian world. 2007. *Theory, culture & society*, 24(4), 7-30.

FRIEDMAN, J. *Insurgencies: Essays in planning theory*. Londres: RTPI, 2011.

FREITAS FILHO, Roberto; COSTA, José Pedro Brito da. Direitos fundamentais, direito do consumidor e igualdade: o caso dos rolezinhos. *Revista de Direito do Consumidor*. vol. 112. ano 26. p. 321-338. São Paulo: Ed. RT, jul.-ago. 2017. Disponível em: <<https://revistadedireitodoconsumidor.emnuvens.com.br/rdc/article/view/401/345>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

## G

GARCIA, A. S., Pereira, J. R., Alcântara, V. de C., & Prado, J. W. do. (2019). Produção Científica sobre Esfera Pública: um Estudo Bibliométrico em Múltiplas Áreas do Conhecimento (1970-2015). *Administração Pública E Gestão Social*, 11(1), 2-15. <https://doi.org/10.21118/apgs.v11i1.5395>. Acesso em: 01/jul. 2021.

GILROY, Paul. (1993), *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. Cambridge, Ma., Harvard University Press.

GOMES, Francisca; BRANDÃO, João Filipe. Há 10 anos eles encheram as ruas: o que é feito da "geração à rasca"? 12 mar. 2021. *Jornalismo PortoNet*, Porto (Portugal). Disponível em: <https://www.jpnp.up.pt/2021/03/12/ha-10-anos-eles-encheram-as-ruas-o-que-e-feito-da-geracao-a-rasca/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

GRUPO CONTRAFILÉ. *A batalha do vivo*. Caderno da Exposição Playgrounds. São Paulo: MASP, 2016. Disponível em: [https://issuu.com/grupocontrafile/docs/a\\_batalha\\_do\\_vivo](https://issuu.com/grupocontrafile/docs/a_batalha_do_vivo). Acessado em 01 jul. 2021.



## H

HABERMAS, Jürgen. "New social movements". Telos, New York, nº 49. 1981.

\_\_\_\_\_. Mudança estrutural da esfera pública. Tradução de Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp. 2014.

\_\_\_\_\_. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Tradução Felipe Gonçalves Silva e Rúrion Melo. São Paulo: Editora Unesp. 2020.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HALL, Peter. Cidades do amanhã. São Paulo: Perspectiva, 2011.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. O Bem Estar Comum; trad. Clovis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016.

\_\_\_\_\_. Multidão: guerra e democracia na Era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, David. Paris, capital da modernidade. New York: Routledge, 2003.

\_\_\_\_\_. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume Editora. 2006.

\_\_\_\_\_. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

\_\_\_\_\_. A liberdade da cidade. Publicado em: Ermínia Maricato et al. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram o Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Capital, 2013.

\_\_\_\_\_. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

\_\_\_\_\_. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. Publicado em: David Harvey et al. Occupy: movimentos de protesto que tomaram a rua. Boitempo/Carta Maior, 2012, p. 60-61.

HERBELE, Gabriela. Apropriações dos Espaços Públicos como Forma de Comunicação em Porto Alegre. 2016. 112 f. Monografia (Especialização) - Curso de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

HECK, Marcelo Arioli. Espaço Público e as Manifestações Urbanas: o caso de porto alegre: cartografias e discursos. 2015. 352 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

HOLSTON, James. Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil; trad. Claudio Carina; revisão técnica Luísa Valentini. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

\_\_\_\_\_. Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Recife, V.18, N.2, Maio-Agosto, 2016.

HOU, Jeffrey, *Insurgent Public Space: Guerrilla Urbanism and the Remaking of Contemporary Cities*. Nova Iorque: Routledge, 2010.

## J

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JACQUES, Paola Berestein (Org.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade/Internacional Situacionista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JACQUES, Paola Berenstein. Espetacularização urbana contemporânea. In: FERNANDES, Ana. *Territórios urbanos e políticas culturais, Cadernos do PPGAU/FAUFBA, número especial*, Salvador, 2004.

JAYME, Juliana Gonzaga; TREVISAN, Eveline. *Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte*. *Civitas – Revistas de Ciências Sociais (PUCRS)*. Porto Alegre, 2012.

JOFFÉ, George. A Primavera Árabe no Norte da África: origens e perspectivas de futuro. *Revista Relações Internacionais (R:I)*, Lisboa, n. 30, p. 85-116, jun. 2011. Disponível em: <<https://scielo.pt/pdf/ri/n30/n30a06.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

JÚNIOR, Sérgio; GUIMARÃES, Ana Paula Momose. DIALÉTICA DO PARQUE AUGUSTA. *Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes*, [S.l.], v. 3, n. 5, ago. 2015. ISSN 2317-8604. Disponível em: <[https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/cidades\\_verdes/article/view/954/977](https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/cidades_verdes/article/view/954/977)>. Acesso em: 01 Jul. 2021.

## K

KOÇAN, G. Models of public sphere in political philosophy. *Eurosphere Makaleleri*, Berlin, n. 2, p. 1-30, Feb. 2008.

KWAK, Andre. Um entreato progressista na ocupação do espaço público na cidade de São Paulo. *Pós: Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP*, [s. l.], v. 25, n. 46, p. 12–31, 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/140376>>. Acesso em abril 2021.

## L

LACAZE, Jean-Paul. *Os métodos do urbanismo*. Campinas: Papirus Editora, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 2001.

\_\_\_\_\_. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. *A Produção do Espaço*. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

LEGUME, Lucas. *A catraca, uma questão estética*. Passa Palavra, 2012. Disponível em: <https://passapalavra.info/2012/11/66997/> . Acesso em Julho de 2021.

Lima, Carlos Henrique Magalhães de. *A nuvem e a rua: novos movimentos urbanos nas metrópoles brasileiras*. XVII ENAMPUR, São Paulo, 2017. Disponível em: [http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR\\_Anais/ST\\_Sessoes\\_Tematicas/ST%209/ST%209.2/ST%209.2-01.pdf](http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%209/ST%209.2/ST%209.2-01.pdf) Acesso em 01 de julho.

LYDON, Mike.; GARCIA, Anthony. *Tactical Urbanism: Short-term action for long-term change*. Washington: Islandpress, 2015.

LOFTIN, Kaspar. *Occupy Estelita Puts Urban Rights in Motion in Northeastern Brazil: The movement to save the historic wharf in Recife put real estate development on pause while creatively reimagining public space as urban Commons*. *NACLA Report on the Americas*. v. 51, n. 4, p. 356-363, dez. 2019. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10714839.2019.1692967>>. Acesso em: 01 Jul. 2021.

## M

MACHADO, Rosane Pinheiro. *Etnografia do Rolezinho*. São Paulo: Carta Capital, 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/etnografia-do-201crolezinho201d-8104/>. Acessado em 01/jul/2021.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MARINO, Cintia Elisa de Castro. *Cidade em festa, cidade em disputa: ativismo e apropriação do espaço urbano em São Paulo no início do século XXI*. 2018. 257 f. Tese (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo .

\_\_\_\_\_. *Ativismo e apropriação do espaço urbano em São Paulo*. *arq.urb*, [s. l.], n. 23, 2019. Disponível em: <https://doaj.org/article/ae3f53acec1c4c459d04c66ce747edff>. Acesso em: 01 Jul. 2021.

\_\_\_\_\_; GUERRA, Abílio. *Ciudad en fiesta, ciudad en disputa: el caso del Parque Augusta en São Paulo*. *Territorios*, [S. l.], n. 44, p. 1-28, 2021. DOI: 10.12804/revistas.urosario.edu.co/territorios/a.8353. Disponível em: <https://revistas.urosario.edu.co/index.php/territorios/article/view/8353>. Acesso em: 01 jul. 2021.

MIRAFTAB, Faranak. *Insurgent planning: situating radical planning in the global South*. *Planning theory*, 8 (1), 32-50, 2009.

\_\_\_\_\_. *Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 18(3), 363-377. 2016

MIGLIANO, Milene. *Entre gafanhotos e vaga-lumes: a potência narrativa na criação de outros imaginários políticos na Praia da Estação*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 18, n. 2, p. 240-254, maio/agos. 2016. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5100/pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. *Transformação por meio de narrativas juvenis nos fragmentos da "Praia da Estação"*. (Portuguese). *Políticas Culturais em Revista*, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 168–189, 2018. Disponível em: <https://aratuipe.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/28309/19414>. Acesso em: 01 jul. 2021.

MARTINS, Jonathan Alves; QUEIROZ, Maria Aparecida de. *Engajamento coletivo na primavera secundarista*. *Revista Educação em Questão*, São Paulo, v. 58, n. 58, p. 1-23, 16 out. 2020. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/21354/13355>. Acesso em: 01 jul. 2021.

MAZIVIERO, Maria Carolina; SANDLER, Daniela. A ação direta como mecanismo para enfrentamento da Gentrificação: possibilidades e limites. *ARQ.URB*, v. 28, p. 175-199, 2020.

MELUCCI, Alberto. "Getting involved: identity and mobilization in social movements". *International Social Movements Research*, vol. 1. 1988.

MOTOMATSU, Tiffany Naomi; COSTA, Ana Luiza. Educados pela luta: uma análise do documentário "a rebelião dos pinguins". *Revista Anekumene: Geografía, cultura y educación*, Bogotá, n. 10, p. 23-31, jun. 2015. Disponível em: <<http://repository.pedagogica.edu.co/handle/20.500.12209/8378>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. Trad. Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

MOVIMENTO PASSE LIVRE (São Paulo). Movimento Passe Livre - Mpl (org.). *Carta de Princípios: princípios organizativos do movimento passe livre nacional*. Site oficial. 2006. Disponível em: <https://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

## N

NASCIMENTO, Alexandre Sabino. Recife, A Noiva Da Revolução: Entre Os Circuitos Espaciais Da Inclusão/Exclusão E A Resistência Urbana Contemporânea. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 49–67, 2015. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5153>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

NASCIMENTO, Luciano. Após seis dias, ocupação da Câmara de Vereadores de Santa Maria chega ao fim. EBC - Empresa Brasil de Comunicação. Agência Brasil. Brasília, 01 jul. 2013. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/07/apos-seis-dias-ocupacao-da-camara-de-vereadores-de-santa-maria-chega-ao-fim>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

NEVES, Carla; ACAR, Rafaela; SANTA, Rute de; VINÍCIUS, Orlando. Organizador da Praia da Estação fala sobre o movimento e sua importância. *Revista Contramao*. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<https://contramao.una.br/organizador-da-praia-da-estacao-fala-sobre-o-movimento-e-sua-importancia/>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

NÓBREGA, Ana Kelly Ferreira. *Ocupar a cidade: quando o Recife vai ao Cais José Estelita*. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco. [s. l.], 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/24542>>. Acesso em: 01 jul. 2021.



## O

OLIVEIRA, Clarice Misoczky; ROVATI, João Farias. Projeto Urbano: do que estamos tratando?. IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ). S-40-04. Porto Alegre, jun. 2016. Disponível em: <<https://enanparq2016.files.wordpress.com/2016/09/s40-04-oliveira-c-rovati-j.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

OLIVEIRA, Clarice Misoczky. PROJETOS URBANOS: UMA CRÍTICA ONTOLÓGICA. Orientador: João Farias Rovati. Tese (doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2018.

OLIVEIRA FILHO, João Telmo A participação popular no planejamento urbano. A experiência do plano diretor de Porto Alegre/2009. f ; cm. Orientador: Décio Rigatti. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2009.

OPA - ORGANISMO PARQUE AUGUSTA. Movimentos Sociais: Organismo Parque Augusta, aliados do Parque e Sarmocc. Revista Organismo Parque Augusta, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-34, maio 2014. Mensal. Disponível em: <<https://issuu.com/organismopa/docs/revistaopa.0.1>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

## P

PARKER, Marcelo Xavier. Visibilidade, Deliberação e Afetos: comunicação e política nas ocupações da UFRGS em 2016. 2018. 302 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/189384>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

PARKER, Marcelo Xavier; WEBER, Maria Helena. As ocupações na Universidade: modos de reivindicar, resistir e fazer comunicação política. In: XXVII ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 27., 2018, Belo Horizonte. Artigo Científico. Belo Horizonte: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2018. p. 1-20. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/data/arquivos\\_2018/trabalhos\\_arquivo\\_8Q0G0SSN1VTSMWESAWO3\\_27\\_6997\\_27\\_02\\_2018\\_12\\_10\\_51.pdf](http://www.compos.org.br/data/arquivos_2018/trabalhos_arquivo_8Q0G0SSN1VTSMWESAWO3_27_6997_27_02_2018_12_10_51.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2021.

PASTEUR, Louise Scoz de Faria; KOPPER, Moisés. Os rolezinhos e as metamorfoses do urbano no Brasil contemporâneo. Anuário Antropológico [Online], v.42 n.2 | 2017.: Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/2286> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.2286> . Acessado em 01 Jul./2021

PEIXOTO, Nelson Brissac. *Intervenções urbanas: arte/cidade*. São Paulo: Editora SENAC, 1998. ISBN 85-7359-233-8

PERLATTO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. *Revista de Sociologia e Política*. 2015, P. 138-9. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v23n53/0104-4478-rsocp-23-53-0121.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

POZZOBON, R. M. *Participação e planejamento urbano: o processo de elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Faculdade de Arquitetura UFRGS, Porto Alegre, 2008.

PIMENTEL, Jean. *Ocupação de manifestantes na Câmara de Vereadores de Santa Maria completa 24 horas*. 2013. Gaúcha ZH. Porto Alegre, Junho de 2013. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/06/ocupacao-de-manifestantes-na-camara-de-vereadores-de-santa-maria-completa-24-horas-4181843.html>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

## R

RAMOS, Cátia Filipa de Oliveira. *A Primavera Árabe no Egito e na Síria: repercussões no conflito israelo-palestiniano*. 203. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: [https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6468/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o\\_Mestrado.pdf](https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6468/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Mestrado.pdf) . Acesso em: 01 jul. 2021.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática. 1993.

RAJASEKHAR, A. The Occupy Movement: The Public-Private “Tug” of Land. *University of Baltimore Journal of Land & Development*, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 75–82, 2012. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/232869256.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *O desentendimento*. Política e Filosofia. São Paulo: 2018.

\_\_\_\_\_. *A Partilha do sensível: estética e política*. Trad. Monica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2009.

\_\_\_\_\_. O desentendimento: política e filosofia. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 2018.

\_\_\_\_\_. O mestre ignorante: cinco lições sobre emancipação intelectual. 3a Ed. Trad. Lílian do Vale. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

RANDOLPH, Rainer. A nova perspectiva do planejamento subversivo e suas (possíveis) implicações para a formação do planejador urbano e regional: o caso brasileiro. In: X Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, 2008.

\_\_\_\_\_. Do planejamento colaborativo ao planejamento "subversivo": reflexões sobre as limitações e as potencialidades dos planos diretores no Brasil. Scripta Nova, v. 11, 2007.

\_\_\_\_\_. Subversão e planejamento como "práxis": uma reflexão sobre uma aparente impossibilidade. In: Ester Limonad; Edna Castro. (Org.). Um novo planejamento para um novo Brasil?. 1ª ed. Rio de Janeiro: LetraCapital Editora, 2014, v. 1, p. 40-57.

REYES, Paulo Edison Belo. Quando a rua vira corpo [ou a dimensão pública na ordem digital]. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2005.

\_\_\_\_\_. A imagem fraturada a favor de um projeto como processo. V ENAMPARQ, 2018.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. PPLA 2008: perguntas e respostas. Curitiba: Ambiens Sociedade Cooperativa. 2008. Disponível em [www.coopere.net/ppla](http://www.coopere.net/ppla), acesso em: 01 ago/2018.

\_\_\_\_\_. Teorias da Ação. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2014

RISAGER, B. S. The Eventful Places of Occupy Wall Street and Tahrir Square: Cosmopolitan Imagination and Social Movements. Globalizations, [s. l.], v. 14, n. 5, p. 714–729, 2017. Disponível: <<https://doi.org/10.1080/14747731.2016.1217623>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

RODRIGUES, Higor Pinto. O ocupe Cocó e a luta popular pelo direito à cidade em Fortaleza. 2016. 78 f. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

ROLNIK, Raquel. Parque Augusta e o sentido do público. Folha de São Paulo. São Paulo. 15 março, 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/raquelrolnik/2015/03/1600054-parque-augusta-e-o-sentido-do-publico.shtml>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. A cidade é nossa: Parque Augusta 100% público. UOL. 5 de maio, 2019. Disponível em: <<https://raquelrolnik.blogosfera.uol.com.br/2019/04/05/parque-augusta-100-publico/>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

ROMANCINI, Prof. Dr. Richard. Ativismo e juventude: os protestos estudantis chilenos (2006 e 2011) e brasileiro (2015). Núcleo de Comunicação e Educação - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5397876/mod\\_resource/content/1/Projeto\\_de\\_pesquisa\\_2019\\_2021.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5397876/mod_resource/content/1/Projeto_de_pesquisa_2019_2021.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2021.

ROSA, Marcos. From Modern Infrastructures to Operational Networks - The Qualification of Local Space at Existing Large Scale Utility Infrastructure: A Method for Reading Community-Driven Initiatives. The Case of São Paulo (Tese de doutorado em Planejamento urbano e regional) - Technische Universität München. Munique, 2016.

\_\_\_\_\_. Micro: Planejamento Práticas urbanas criativas (org). São Paulo: Editora de Cultura, 2011.

\_\_\_\_\_; WEILAND, Ute E. (Orgs.) Handmade Urbanism – From Community Initiatives to Participatory Models. 2ª ed. Berlim: Jovis, 2014.

ROSSI, Marina. Ocupe o Parque Augusta: Movimento que defende a criação de um parque em São Paulo realiza agenda de atividade como ioga, oficina de cisterna e meditação em grupo. El País Brasil. São Paulo, 2015. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/06/cultura/1423239708\\_955847.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/06/cultura/1423239708_955847.html)>. Acesso em: 01 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Parque Augusta levanta acampamento: Grupo por preservação de área no centro de São Paulo deixa local por ordem da Justiça. El País Brasil. São Paulo, 2015. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/04/politica/1425486632\\_591073.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/04/politica/1425486632_591073.html)>. Acesso em: 01 jul. 2021.

ROVATI, João Farias. Urbanismo versus Planejamento Urbano?. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 15, p. 33-58, 2013.

## S

SACK, Robert David. Human territoriality: Its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Orlando Alves dos Santos Junior. Espaços Urbanos Coletivos, heterotopia e o Direito à Cidade: reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey. In: COSTA et al. Teorias e Práticas Urbanas: condições para uma sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.7213/urbe.06.002.SE02>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

SCARCELLI, Oliver Cauã Cauê França. As origens do Movimento Passe Livre: do trabalho em escolas à autogestão no transporte. II Jornadas de Estudios America Latina y el Caribe: Desafios y Debates Actuales. Universidade Estadual Paulista (Unesp), São Paulo, 2020. Disponível: <<https://oliver.caua.nom.br/as-origens-do-movimento-passe-livre/>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

SCHECHTER, Danny. Occupy: dissecting occupy wall street. New York: Cosimo, 2012. 158 p. Disponível em: <<https://www.google.com.br/books/edition/Occupy/gIWEPE5mLqUC?hl=pt-BR&gbpv=0>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

SILVA, Thiago Rodrigo da; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. O lócus do jovem pobre na sociedade a partir do boom dos rolezinhos. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 126-134, jun. 2016. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1414-49802016.00100013>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

SILVA, Maurício Roberto da; PIRES, Giovani de Lorenzi; PEREIRA, Rogério santos. Da “perfeição” perversa da antipolítica de Fora Temer à resistência ativa da “ocupação das escolas” pelos jovens da “primavera secundarista”. Florianópolis: Motrivivência, v. 28, n. 49, p. 6-14, dezembro/2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2016v28n49p6> . Acesso em: 01/jul/2020

SILVA, Luane de Araújo da. As ruas são para dançar: mapas, labirintos e caminhos do baixo centro. Revista do Centro de Pesquisa e Formação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 208-231, 2016. Disponível em: <[https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/revista/Revista-Centro-Pesquisa-e-Formacao\\_n02\\_\(ISSN%202448-2773\).pdf](https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/revista/Revista-Centro-Pesquisa-e-Formacao_n02_(ISSN%202448-2773).pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2021.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. SAVAZONI, Rodrigo. O conceito do comum: apontamentos introdutórios. Rio de Janeiro: Liinc em Revista, v.14, n.1, p. 5-18, 2018. Disponível em: [https://doi.org/10.18617/liinc.v14i1.4150\(2018\)](https://doi.org/10.18617/liinc.v14i1.4150(2018)). Acesso em Junho/2021.

SILVEIRA, L. P. B.; NASCIMENTO, S. M. T. do; BRUTSCHER, V. J. Cidade para poucos: reflexões a partir do movimento ocupe estelita na cidade do Recife / City for the few: reflections from the estelite occupy movement in the city of Recife. Brazilian Journal of Development; v. 6, n. 3 (2020, [s. l.], 2020. Disponível em: <<http://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/7582>>. Acesso em: 01 jul. 2021.



SEO, He Nem Kim; SOUZA, Amanda Paulista de; PERETTO, Flavia Taliberti. O Parque Augusta e o Milagre da Multiplicação do Potencial Construtivo: O caso das doações de imóveis para implantação de Parques Municipais no PDE-SP de 2014. XVIII ENANPUR – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Natal, 2019. Disponível em:

<<http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1382>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

SOBRAL RODRIGUES, Laura. Isso não é um evento uma análise sobre a dinâmica de uso dos espaços públicos contemporâneos : estudo de caso - o Largo da Batata. São Paulo : Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2018. Dissertação de Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo. [acesso 01 set. 2021]. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-11092018-165311/pt-br.php>

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. Territórios. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias, Gomes, Paulo Cesar da Costa e Corrêa, Roberto Lobato (Orgs.). Geografia: Conceitos e Temas. Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. A prisão e a ágora: reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. Por uma Geografia Libertária. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

\_\_\_\_\_. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

SOUZA, Jesaías da Silva. Abdução e a produção do conhecimento matemático. Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2020 a. Tese (doutorado). Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/193117/souza\\_js\\_dr\\_rcla.pdf?sequencia=5&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/193117/souza_js_dr_rcla.pdf?sequencia=5&isAllowed=y). Acesso em 10/2021.

STANGL, Andre Figueiredo. Estratégias para uma Cartografia de Controvérsias “Culturais”: o caso dos rolezinhos nos jornais e redes digitais. Fronteiras - Estudos Midiáticos, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 180-193, 14 abr. 2016. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4013/fem.2016.182.07>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

## T

TOURAINE, Alain. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. Lua Nova, n. 17, junho, pp. 5-18. 1989.

## W

WISNIK, Guilherme. Cidades em disputa: Espaço Público. Para ser 'público' de fato, é preciso conflito (2). Especial Nexo Jornal, jul. 2018. Disponível em: <<http://outrosurbanismos.fau.usp.br/cidades-em-disputa/>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

WIEST, Róger Eduardo. Juventudes Ocupadas: um estudo etnomusicológico sobre as narrativas sonoras da resistência nas ocupações universitárias de 2016 em Porto Alegre. 2018. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Música/Etnomusicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/180844>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

WHYTE, William H. The Social Life of Small Urban Spaces: Nova Iorque: Project For Public Space, 1980.

WRIGT, Erik Olin. Como ser um anti-capitalista no Século XXI. São Paulo: Boitempo. 2019.

WRITERS for the 99%, A.J. Bauer, et al. Occupying Wall Street: The Inside Story of an Action that Changed America. Kindle, 2012.

## U

URBAN CATALYST. The Power of Temporary Use. Berlim: Dom Publishers, 2013.

## V

Vilaça, Flávio. A Crise do Planejamento Urbano. São Paulo em Perspectiva. 1995 Disponível em: [http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v09n02/v09n02\\_07.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v09n02/v09n02_07.pdf) Acesso em 01/2021.

\_\_\_\_\_. As ilusões do Plano Diretor. Disponível para download no endereço [www.usp.br/fau/fau/galeria/paginas/index.html](http://www.usp.br/fau/fau/galeria/paginas/index.html), 2005. Acesso em 01/2021.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursivas do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. et al. O plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual. In: Oliveira, F. L. Et al. (org.). Planejamento e conflitos urbanos: experiências de luta. Rio de Janeiro: Letras Capital, 2016. P. 27-64.

VELLOSO, Rita et al. Fazer por constelações. Pensar os futuros passados ou Sobre narrativas de insurreições urbanas. In: Nebulosas do pensamento urbano - Tomo II - Modos de Fazer. Paola Berenstein Jacques e Margareth da Silva Pereira (Org.). Salvador: EDUFBA, 2019, p.224-329.

## Z

ZIBAS, Dagmar M. L. "A Revolta dos Pinguins" e o novo pacto educacional chileno. Revista Brasileira de Educação: Fundação Carlos Chagas, Rio de Janeiro, v. 13, n. 38, p. 199-408, ago. 2008. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/26613081\\_A\\_Revolta\\_dos\\_Pinguins\\_e\\_o\\_novo\\_pacto\\_educacional\\_chileno](https://www.researchgate.net/publication/26613081_A_Revolta_dos_Pinguins_e_o_novo_pacto_educacional_chileno)>. Acesso em abril 2021.